

Edição nº 16 | Dez. 2023

# intelligere

Revista de História Intelectual

ISSN:2447-9020



CHC

Centro Interunidade  
História da Ciência  
Universidade de São Paulo

# Intelligere

Revista de história intelectual

nº 16 – dez. 2023 - ISSN: 2447-9020

*Intelligere*, *Revista de História Intelectual* é um periódico científico semestral, Qualis A4, eletrônico, trilingue (português, espanhol e inglês) dedicado aos estudos de História Intelectual e História das Ideias.

*Intelligere* publica artigos originais, entrevistas, resenhas de livros, notícias de pesquisa em andamento, traduções e fontes documentais relevantes para a história intelectual.

Revista de acesso livre, *Intelligere*, com o apoio da Universidade de São Paulo, assume todos os custos pelo processamento e publicação dos artigos, sem qualquer custo para autores e leitores.

Administração / Correspondência Office /Contact

**Revista Intelligere**

Universidade de São Paulo

CHC - Centro de Interunidades de História da Ciência

e-mail: [intelligere.revista@gmail.com](mailto:intelligere.revista@gmail.com)

# SUMÁRIO

## Artigos

~ 1 ~

**Intelectuais peruanos em debate sobre indigenismo nas revistas**

**América Indígena e Perú Indígena:  
do nacional ao continental (1950-1954)**

Natally Vieira Dias

~ 36 ~

**A critique of postcolonial reason: toward a history of the vanish present de Gayatri Spivak  
em contraste com a teoria crítica: apontamentos para uma teoria literária**

Carlos Alberto Salim Leal

~ 67 ~

**Tobias Barreto entre a menoridade e o discernimento:  
da crítica do direito penal à tarefa das Ciências Sociais no Brasil (1830-1884)**

José dos Santos Costa Júnior

~ 100 ~

**Sobre o gesto infantil na primeira poesia de Hilda Hilst e Eglê Mallheiros  
(ou: os anos 1950, uma propedêutica)**

Natan Schmitz Kremer, Alexandre Fernandez Vaz

~ 130 ~

**Livros sobre livros: a Coleção Artes do Livro, da Ateliê Editorial**

José Renato Margarido Galvão

## Resenhas

~ 155 ~

**“Arendt”: uma biografia em movimento entre o amor, o mal e o amor, ‘o retorno’**

Leonardo da Rocha Bezerra de Souza

~ 167 ~

**Günther Anders chega ao Brasil para impedir o fim do mundo**

Ricardo Mateus Thomaz de Aquino



---

ARTIGOS – ARTICLES

---

**Intelectuais peruanos em debate sobre indigenismo nas revistas  
América Indígena e Perú Indígena: do nacional ao continental  
(1950-1954)**

**Natally Vieira Dias<sup>1</sup>**  
Universidade Estadual de Maringá  
[natyvdias@gmail.com](mailto:natyvdias@gmail.com)

Como citar este artigo: DIAS, N. V. Intelectuais peruanos em debate sobre indigenismo nas revistas América Indígena e Perú Indígena: do nacional ao continental (1950-1954), *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº16, pp. 1-35. 2023. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

**Resumo:** O artigo aborda um debate entre divergentes perspectivas indigenistas defendidas por intelectuais peruanos durante a primeira metade da década de 1950 nas revistas América Indígena e Perú Indígena, publicações dos Institutos Indigenistas Interamericano e Peruano (I.I.I. e I.I.P.), respectivamente. Mostramos como as discussões travadas pelos autores do país andino estiveram marcadas por uma perspectiva continental, não obstante reconhecessem as especificidades da questão indígena no seu cenário nacional. Uma análise efetivamente complexa sobre o indigenismo exige ir além da perspectiva nacional para desvendar suas conexões externas, sobretudo a partir da década de 1940, quando se constituiu uma instituição de caráter continental, o I.I.I., que buscou não apenas congregar os debates sobre o tema como também fomentou a criação de institutos indigenistas nacionais a ela vinculados, como foi o caso do I.I.P., criado em 1946.

Portanto, desenvolvemos nossa análise do debate peruano a partir de uma abordagem transnacional, visando abarcar simultaneamente sua inserção no cenário nacional do Peru e seus diálogos continentais.

Neste estudo, conjugamos a perspectiva do contextualismo linguístico com recursos metodológicos da História dos Intelectuais, buscando enfatizar a dimensão da sociabilidade intelectual envolvida no debate analisado.

**Palavras-chave:** Indigenismo. Intelectuais peruanos. Revistas culturais.

---

<sup>1</sup> Professora Adjunta da Universidade Estadual de Maringá. Coordena o Laboratório de Estudos em História das Américas (LEHAM-UEM) e atualmente realiza estágio pós-doutoral na Universidade Federal de Minas Gerais com projeto vinculado ao grupo de pesquisa “História Intelectual: narrativas, práticas e circulação de ideias” (CNPq-UFGM).

*Peruvian intellectuals debating indigenism in América Indígena and Perú Indígena: from national to continental scope (1950-1954)*

**Abstract:** The current article addresses a debate between concurrent indigenist perspectives held by Peruvian intellectuals throughout the first half of the 50s in *América Indígena* and *Perú Indígena* periodicals, both published respectively by the Inter-American and the Peruvian Indian Institutes (I.I.I. and I.I.P.). This paper demonstrates how the indigenist discussions held by Peruvian authors were noticeably marked by a continental perspective, even though they also recognized and highlighted the particular idiosyncrasies regarding the indigenous issues found in the domestic Peruvian scene.

An effectively complex analysis of indigenism requires going beyond the national perspective in order to unveil its external connections, especially since the 40s, when the I.I.I. was constituted as a continental character institution which aimed not only to bring together the debates on the topic but also to promote the creation of national indigenist institutes linked to itself – the creation of I.I.P. in 1946 was one of the first examples of that. Therefore, we develop our analysis of the Peruvian debate from the transnational approach in order to simultaneously encompass its insertion into the Peruvian national scenery and its continental dialogues.

In this research we combine the linguistic contextualism approach with the methodological tools from the History of Intellectuals in order to emphasize the intellectual sociability dimension involved in the analyzed debate.

**Keywords:** Indigenism. Peruvian intellectuals. Intellectual periodicals.

## **Introdução**

Durante boa parte do século XX o indigenismo se constituiu em um dos principais temas dos debates intelectuais que se desenvolveram no continente americano, tanto nos contextos nacionais de diversos países quanto no cenário continental, o que configurou uma ampla discussão de caráter (trans)nacional. A fundação, em 1940, do Instituto Indigenista Interamericano (I.I.I.) e a decorrente criação de institutos indigenistas nacionais a ele vinculados são indícios importantes do forte caráter transnacional que marcou o fenômeno indigenista em meados do século XX. O estudo das publicações periódicas produzidas por essas instituições permite uma aproximação aos principais debates que mobilizaram a intelectualidade continental na época a respeito da questão indígena.

No presente artigo, analisamos o debate entre divergentes perspectivas indigenistas levantadas por intelectuais peruanos na primeira metade década de 1950, durante o governo autoritário do general Manuel Odría, por meio das revistas *América Indígena*, publicação oficial do I.I.I., e *Perú Indígena*, órgão do Instituto Indigenista Peruano (I.I.P.). Mostramos como as discussões travadas pelos autores do país andino estiveram marcadas por uma perspectiva continental, não obstante reconhecessem e destacassem as especificidades da questão indígena no cenário nacional peruano. A perspectiva teórico-metodológica que norteia o trabalho é a da História Intelectual, a partir de uma abordagem transnacional.

Partimos da compreensão de Carlos Altamirano (2006) a respeito das figuras dos intelectuais no mundo contemporâneo como um “tipo histórico” decorrente de uma configuração social específica, que é a modernidade. Essa “*especie moderna*”, como define o autor, não remete simplesmente à ideia de alguém que pensa o mundo e transmite a outros o que pensa, mas àqueles que voltam sua palavra para uma audiência mais ampla, que excede a pequena elite de letrados à qual ele/a mesmo pertence. Assim, o intelectual enquanto tipo histórico moderno, apesar de que “*requiere de la relación con sus pares y del reconocimiento que éstos pueden proporcionarle, su palabra interpela también [...] [a la] opinión pública*” (ALTAMIRANO, 2006, p. 99; 102).

Distante de definições mais normativas a respeito dos intelectuais, a proposta de Altamirano identifica a atuação desses personagens históricos fundamentais da modernidade a um papel social por eles exercido, “*hombres y mujeres, sean escritores o artistas, creadores o difusores, eruditos, expertos o ideólogos*” em sua atuação como “*actores del debate público.*” A ênfase nessa definição historicamente situada recai na função do “*intelectual como ser cívico*” (ALTAMIRANO, 2010, p. 9). Essa concepção é bastante útil para pensarmos a atuação dos intelectuais peruanos nos debates indigenistas da década de 50, que aqui analisamos.

A respeito do fenômeno do indigenismo, se, por um lado, enquanto “*corriente de opinión favorable a los indios*” remonta à época da própria conquista europeia do continente americano e “*atraviesa toda la historia latinoamericana*”; por outro, como bem demarca Henri Favre (1999), enquanto um “*movimiento ideológico [...] que considera al indio en el contexto de una*

*problemática nacional*”, tem seus inícios na segunda metade do século XIX e seu período de apogeu entre as décadas de 1920 e 1970, aproximadamente (FAVRE, 1999, p. 8-10). O período que analisamos, meados do século XX, foi profundamente marcado por essa vinculação dos discursos indigenistas – provenientes de diversas áreas do saber – com as discussões políticas sobre nação, cidadania e identidade nacional (por vezes continental), conformando, assim, um amplo debate intelectual no qual a questão indígena ocupou um lugar central.

Apesar de o indigenismo ser, indiscutivelmente, um dos mais significativos fenômenos político-sociais da história da América Latina no século XX, o tema continua relativamente pouco explorado pela historiografia. Na maior parte dos casos, as análises desenvolvidas sobre o tema são realizadas nas áreas de Antropologia e Sociologia e, geralmente, centradas nas experiências nacionais. Como ressaltam os antropólogos José del Val e Carlos Zolla (2014) em trabalho sobre o indigenismo no México, mesmo nesse caso, que é um dos casos mais emblemáticos do continente, a historiografia ainda “não produziu uma obra de conjunto, ampla e compreensiva” a respeito do indigenismo (DEL VAL; ZOLLA, 2014, p. 12).

Embora a crítica dos antropólogos mexicanos seja muito pertinente, ela demarca apenas a historiografia nacional como a base para a produção de uma obra “ampla e compreensiva” a respeito do indigenismo. Mas pensamos que uma análise efetivamente complexa sobre o tema, que leve em conta suas variadas facetas, precisa ir além da perspectiva nacional para desvendar suas conexões externas, sobretudo a partir da década de 1940, quando se constituiu uma instituição indigenista de caráter transnacional, o I.I.I., que buscou congregiar os debates continentais sobre a questão indígena.

No caso específico do Peru, destacamos a intensa participação de intelectuais do país na rede indigenista constituída em torno do I.I.I., desde seus inícios, e também o fato de a criação do I.I.P, em 1946, se inserir na proposta da instituição continental de que fossem criados institutos indigenistas nacionais a ela vinculados. Nesse sentido, consideramos que a abordagem transnacional é bastante pertinente para recuperar os debates que marcaram o indigenismo peruano da década de 1950. Sobre a perspectiva transnacional, nossa compreensão se aproxima do que propõe Barbara

Weinstein (2013), ao tomá-la como um enfoque que permite “*un nuevo modo de visualizar las interacciones e intercambios en los niveles hemisférico y global*”, de forma que as histórias nacionais sejam complexificadas, não negligenciadas (WEINSTEIN, 2013, p. 4).

A respeito da importância da abordagem transnacional para estudos históricos sobre as sociedades latino-americanas, concordamos plenamente com Maria Ligia Prado (2012) quanto à sua potencialidade – bem como de outras que retiram da nação o foco central de observação dos fenômenos sociais – para “*suscit[ar] preguntas que puedan ser importantes al ofrecer una visión innovadora sobre viejos temas e interrogantes de la Historia de América Latina*” (PRADO, 2012, p. 22). O caso do indigenismo é, sem dúvida, um exemplo desses “velhos temas” capazes de ganhar um olhar inovador ao ser considerado a partir do prisma da transnacionalidade.

Pensar a partir da lógica transnacional impõe, muitas vezes, descentrar os eixos mais tradicionais sobre os quais construímos nossos objetos de estudo, como ocorre, por exemplo, em relação aos espaços e/ou meios de sociabilidade intelectual, entre os quais se destacam as revistas. A ideia mais comum de se pensar esses lugares/espaços no sentido físico do termo, que permite identificar as publicações periódicas e suas respectivas redações como “um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade” (SIRINELLI, 2003, p. 249), não se aplica ao tipo de sociabilidade representado, por exemplo, pela revista *América Indígena* (AI). Neste caso, estamos diante de um tipo de sociabilidade intelectual que prescindir do contato físico, pois extrapola inclusive as fronteiras nacionais, e se materializa prioritariamente sob a forma de um periódico de caráter continental.

A revista AI, que reuniu intelectuais de diversos países americanos e abriu espaço para diferentes perspectivas indigenistas – do que decorreram vários debates –, se configurou, ela própria, como o principal eixo de uma ampla rede indigenista transnacional, de amplitude realmente continental, que se erigiu em torno do I.I.I.<sup>2</sup> O caso dessa publicação é um daqueles destacados por Claudio Maíz (2011) em que as próprias publicações viabilizam as

<sup>2</sup> Sobre a formação de uma rede indigenista transnacional em torno do I.I.I. e o papel central cumprido pela revista AI nesse processo, consultar: DIAS, 2018.

conexões entre os colaboradores, em que elas mesmas “*pueden ser vistas como ejes de religación o, dicho en otros términos, como redes*” (MAÍZ, 2011, p. 76; 80).

Essa compreensão mais fluida sobre as redes intelectuais, que se aproxima da perspectiva proposta por Álvaro Fernández Bravo (2011, p. 215) de “*un concepto dinámico y móvil*”, cuja maior relevância estaria precisamente “*en su misma contingencia*”, parece-nos um ponto de partida bastante pertinente para recuperar debates intelectuais que tiveram grande relevância político-social em nosso continente, mas que não necessariamente envolveram conexões mais estáveis ou duradouras entre os intelectuais envolvidos. Esse foi um aspecto marcante de vários dos debates indigenistas travados entre personagens de diferentes latitudes continentais por meio de suas colaborações na revista AI, incluindo o caso peruano que analisamos.

Nas análises historiográficas que envolvem publicações periódicas produzidas por intelectuais, normalmente opta-se por uma (por vezes se relacionam ambas) das duas grandes possibilidades metodológicas apontadas por Tania Regina de Luca (2011) em seu trabalho sobre as revistas intelectuais brasileiras na primeira metade do século XX. Como sugere a autora, esses periódicos podem ser pensados tanto como “polos em torno dos quais se reuniam e disciplinavam forças” – o que remete à formação de grupos político-ideológicos em torno das publicações – quanto como “instrumentos de combate e intervenção no espaço público”, o que os transforma em fontes privilegiadas para “explicitar e dotar de densidade os embates em torno de projetos políticos” (DE LUCA, 2011, p. 2-3).

No presente artigo exploramos principalmente essa segunda acepção. Tomamos as revistas como fontes privilegiadas para recuperar parte do debate político-ideológico peruano em torno do tema do indigenismo na primeira metade da década de 50. A perspectiva a partir da qual selecionamos os artigos dos autores peruanos em ambas as revistas e os analisamos como parte desse debate mais amplo vincula-se às proposições teóricas ligadas ao chamado contextualismo linguístico, mais precisamente às propostas de Quentin Skinner para a interpretação dos atos discursivos materializados pelos textos e entendidos efetivamente como atos políticos.

Como propõe Skinner, ao trabalharmos com os discursos produzidos pelos intelectuais, devemos ter em mente que *“any act of communication will always constitute the taking up of some determinate position in relation to some pre-existing conversation or argument.”* Portanto, *“we need to see it [...] as a move in an argument”* e, para interpretá-lo, devemos resgatar *“the argumentative context of their occurrence to determine how exactly they connect with, or relate to, other utterances concerned with the same subject matter”*. Ou seja, *“see such texts as contributions to particular discourses”* e *“return the specific texts we study to the precise cultural [political-intellectual] contexts in which they were originally formed”* (SKINNER, 2014, p. 115-116; 125).

No caso aqui tratado, parte central de se recuperar o “contexto argumentativo” do debate que analisamos envolve a compreensão das especificidades envolvidas no fato de esses textos terem sido publicados nas revistas, que possuem uma “sintaxe” particular, como bem observa Beatriz Sarlo (1992).

### **A sintaxe das revistas e alguns elementos da materialidade de AI e PI**

As revistas produzidas por intelectuais representam uma forma característica da intervenção pública desses atores históricos, cuja especificidade encontra-se na intrínseca relação que estabelecem com o seu momento presente, diferentemente do caso de um livro, por exemplo. Como sugere Sarlo (1992), devemos entender a própria *“forma revista”* como uma particular *“práctica de producción y circulación”*, que surge a partir de uma vontade de intervenção na conjuntura visando modificá-la. Dessa forma, *“la sintaxis de una revista informa, de un modo en que jamás podrían hacerlo sus textos considerados individualmente, de la problemática que definió aquel presente”*; ela se estabelece no sentido de *“mostrar los textos en vez de solamente publicarlos”* (SARLO, 1992, p. 9-11. Grifo no original).

Apesar desse sentido de intervenção na conjuntura ser a grande marca dos periódicos culturais, existem algumas diferenças importantes entre eles, o que permite estabelecer uma tipologia que, por exemplo, seja capaz de diferenciar uma “revista institucional”, financiada por uma instituição oficial,

de outra “propriamente cultural” (ou “revista de intervenção”), “*que se inscribe en el debate por cuenta propia*”, como propõe Pablo Rocca (2004). No entanto, o próprio autor adverte que a complexidade desses periódicos não permite uma taxonomia assim tão dual e destaca a existência de “*casos con fuerte hibridación*” (ROCCA, 2004, p. 8-10).

Essa percepção contrária a uma simples dicotomia entre os tipos de revistas culturais é de extrema importância para a análise das revistas que tomamos como fonte. Não obstante ambas fossem publicações institucionais, enquanto órgãos oficiais dos respectivos institutos indigenistas, podemos observar – principalmente no caso de AI, mas também em alguns momentos em PI – certos elementos de hibridação com o modelo de “revista de intervenção”.

No caso de AI, como já destacamos, apesar de ser uma publicação oficial do I.I.I., a proposta de abertura à expressão de diferentes perspectivas indigenistas era algo marcante na revista, o que a transformava em uma espécie de plataforma para debates em torno do assunto, como mostraremos em relação aos autores peruanos nos anos 50. Já a revista PI, durante o período analisado, funcionou basicamente como órgão oficial do I.I.P., voltado para a difusão de sua própria perspectiva indigenista e das políticas levadas a cabo pela instituição. A própria divisão interna do seu conteúdo aponta para esse sentido mais claramente institucional da publicação, com, por exemplo, uma seção fixa intitulada “*Actividades del Instituto*”, presente em todas as edições. No caso do I.I.I., esse tipo de conteúdo mais institucional concentrava-se no *Boletín Indigenista*,<sup>3</sup> que era a outra publicação periódica produzida pela instituição continental, deixando o espaço de AI para a publicação principalmente de artigos assinados.

A estruturação interna do conteúdo da revista do I.I.I. era extremamente simples ou pouco compartimentada: primeiramente, em todas as edições, havia um editorial mais curto, de no máximo 2 páginas, publicado sempre em espanhol e inglês. Na sequência, vinham os artigos assinados, um após o outro, sem nenhuma divisão em seções temáticas. Após os artigos, aparecia a única seção temática da revista, “*Reseñas Bibliográficas*”, que esteve

<sup>3</sup> Essa publicação foi criada em 1941, juntamente com a revista AI e como um suplemento dessa, com o nome de *Boletín Indigenista*. A partir de 1962, tornou-se uma publicação anual e teve o nome alterado para *Anuario Indigenista*.

presente em todas as suas edições e apresentava obras de caráter histórico e/ou antropológico a respeito dos povos indígenas do continente.

Em relação à quantidade de páginas e à periodicidade, as duas revistas também se diferenciam. A revista AI teve uma periodicidade muito estável – como uma publicação trimestral cujas edições saíam sempre em janeiro, abril, julho e dezembro – e, além disso, sua média de páginas também variou pouco, ficando em torno de 100 páginas por edição. No caso de PI, a situação é oposta; a revista nunca teve uma periodicidade estável, tampouco grande semelhança em termos de quantidade de páginas.

Até certo ponto, a periodicidade absolutamente inconstante da publicação peruana pode ser atribuída à instável conjuntura política do país. O I.I.P. foi criado e começou a publicar sua revista durante o governo democrático de Bustamente y Rivero, que durou pouco tempo, de 1945 a 1948. Nesse período, foi publicado apenas o 1º número de PI, que saiu em setembro de 1948, pouco antes do golpe de Estado, que ocorreu no mês seguinte. Após a derrubada do governo democrático, PI só voltou a ser publicada em setembro de 1949, exatamente um ano após a publicação de seu 1º número. Mas mesmo durante o *ochenio* autoritário do gen. Odría (1948-1956), a periodicidade de PI não chegou a ser estável.

Após a edição de setembro de 1949, a revista só voltou a ser publicada em outubro de 1951, ou seja, houve um período de mais de dois anos sem que se publicasse nenhuma edição de PI. Durante os anos de 1952 e 1953 a revista viveu sua época mais intensa em termos de publicação, com 3 edições publicadas em cada um desses anos. Já em 1954, houve apenas 1 número da revista peruana, que saiu no mês de dezembro, e este foi seu último volume publicado durante o governo do gen. Odría. Após esse período, um novo volume da publicação voltou ser editado somente em julho de 1957.

Os tamanhos de cada edição de PI também variaram muito, e não apenas devido ao fato de algumas edições terem sido estruturadas como números duplos. As edições unitárias da revista variaram de cerca de 80 (caso da 1ª edição) a 288 páginas (caso do nº 13, de dezembro de 1954). Já as edições duplas, variaram de 185 (caso do nº 10-11, de setembro de 1953) a 264 páginas (nº 7-8, de dezembro de 1952).

O período em que se concentram os artigos que analisamos coincide parcialmente com o período de publicação mais intensa da revista PI, que foram os anos de 1952 e 1953. Dois dos quatro artigos analisados foram publicados na revista peruana precisamente nestes anos, sendo que um deles também foi publicado na revista AI no mesmo período. Os outros dois artigos abordados foram publicados somente na revista continental. Para a melhor compreensão do debate configurado a partir desses artigos, é necessário inicialmente esclarecer as relações existentes entre a formação do I.I.P., em 1946, e as origens do I.I.I. no início daquela década.

### **Conexões entre o indigenismo oficial peruano e o interamericano**

O I.I.I. foi criado a partir dos encaminhamentos do I Congresso Indigenista Interamericano, realizado no México em 1940. A proposta da instituição era reunir intelectuais de todos os países americanos no intuito de refletir sobre a questão indígena no continente e propor intervenções voltadas à melhoria das condições de vida dos povos nativos. O principal instrumento utilizado para esse fim foi a revista AI, que começou a ser editada, em outubro de 1941, como uma publicação trimestral que pretendia “*fomentar el intercambio de informaciones acerca de la vida indígena actual y de la política y programas que se están desarrollando en su favor*”, como informaram os editores em sua primeira edição (AI, vol. I, n° 1, out. 1941, 1ª pág.).

Desde o início, o projeto de formação de uma instituição indigenista continental foi liderado pelo México, país que se tornou a sede do I.I.I. e cujos representantes ocuparam a função de diretores da organização e de sua publicação oficial durante três décadas.<sup>4</sup> Além dos diretores mexicanos, o Comitê Executivo do I.I.I. foi formado por representantes de outros países, que foram, inicialmente, Estados Unidos, Guatemala, Bolívia, Brasil e Peru. Este último, não apenas esteve oficialmente representado no I.I.I., como foi um dos primeiros países a criar o seu próprio instituto indigenista nacional vinculado à instituição continental<sup>5</sup>.

<sup>4</sup> Sobre os inícios do I.I.I., consultar: GIRAUDO, 2011. Os primeiros diretores do Instituto foram os mexicanos Moisés Saénz, entre 1940 e 1941; Manuel Gamio, de 1942 a 1960; Miguel León-Portilla, entre 1961 e 1966; Gonzalo Aguirre Beltrán, de 1967 a 1971.

<sup>5</sup> A Resolução oficial de criação do I.I.P. data de 1946, mas a instalação efetiva da instituição ocorreu em 1947, como aparece na 1ª edição da revista *Perú Indígena*, de setembro de 1948.

A criação da instituição peruana nesse momento esteve diretamente relacionada ao fato de o país ter sido escolhido para sediar o II Congresso Indigenista Interamericano, que foi marcado para o ano de 1949. A escolha do Peru como sede para o II Congresso tinha relação direta com a projeção internacional alcançada pelo indigenismo peruano desde os anos 20. Apesar de o país andino comportar uma grande diversidade de perspectivas indigenistas, identificadas aos mais diferentes espectros político-ideológicos, aquelas que sobressaíram no contexto continental foram as mais críticas e progressistas, sendo mais conhecido o projeto socialista construído em torno da revista *Amauta*, dirigida por José Carlos Mariátegui, em Lima. Ao lado e em diálogo com este, destacaram-se outras grandes expressões regionais do indigenismo progressista peruano, que se desenvolveram a partir dos movimentos de vanguardas artísticas, como os grupos *Resurgimiento*, em Cuzco; e *Orkopata*, em Puno (CORNEJO POLAR, 2000; BEIGEL, 2001; ESPEZÚA SALMÓN, 2007; VICH, 2000).

Foram precisamente figuras ligadas a esses grupos nos anos 20 que, posteriormente, estiveram na base do projeto de criação do I.I.P., na década 40<sup>6</sup>. Inicialmente, a direção da instituição esteve a cargo do arqueólogo e etno-historiador Luis E. Valcárcel e o representante do Peru no Conselho Executivo do I.I.I., ao qual se vinculava a nova instituição peruana, foi José Uriel García, ambos ligados ao indigenismo cusquenho do grupo *Resurgimiento*. Outros integrantes da diretoria inicial do I.I.P. foram José Antonio Encinas, ligado ao Grupo *Orkopata*, de Puno; e o pintor José Sabogal, que havia atuado como diretor artístico da revista *Amauta*.

Nos anos 40, a participação dessas figuras anteriormente ligadas aos antigos grupos vanguardistas já não comportava o mesmo radicalismo ideológico dos anos 20, mas não deixava de implicar num efetivo comprometimento do I.I.P. com questões basilares do indigenismo crítico, como era, por exemplo, a questão agrária. A criação da instituição indigenista se relacionou diretamente com esse tema por meio de uma proposta de lei, que foi apresentada na edição inaugural de PI, por meio da qual estabeleciam-se os parâmetros para a efetivação da dotação de terras às comunidades indígenas,

<sup>6</sup> Ainda são escassos os trabalhos acadêmicos sobre o I.I.P. Destacam-se sobre o tema os artigos do sociólogo peruano Osmar Gonzales (2011; 2012).

sendo o I.I.P. a instituição responsável pelo estudo das demandas por terras e a definição dos casos em que se aplicariam os processos de expropriação de propriedades latifundiárias para atender a esse fim (PI, nº 1, set. 1948, p. 75-76).

O projeto mais amplo da instituição indigenista que se formava envolvia duas frentes inter-relacionadas: efetivar uma reforma agrária que garantisse não apenas a distribuição de terras, mas a manutenção das comunidades indígenas ancestrais (os *ayllus*) com suas práticas de organização e produção; e, ao mesmo tempo, efetuar uma ação de “*Educación del Campesinado Indígena*” por meio de escolas rurais cujo ensino seria bilíngue e estaria voltado principalmente para uma formação ligada à produção agropecuária. O resultado esperado com a efetivação de ambas as frentes, foi definido pelo diretor Valcárcel em seu discurso na inauguração do I.I.P. como sendo “*la reconstrucción de la Comunidad Agropecuaria de antiquísima tradición peruana sobre las bases de la moderna técnica de las Granjas Colectivas*” (PI, nº 1, set. 1948, p. 29-30).

Tal postura fortemente reformista do I.I.P. se inseria no contexto do “*primer impulso*” da democracia no Peru, representado pelo governo da Frente Democrática Nacional (FDN), que chegava ao poder após décadas de governos autoritários e/ou militares vigorarem no país, desde o *oncenio* de Augusto Leguía (1919-1930), passando pelos governos militares de Sánchez Cerro (1931-33) e Óscar Benavides (1933-1939) e chegando até o sucessor deste último, Manuel Prado (1939-1945). (SOSA VILLAGARCÍA, 2016.) Mas o governo democrático encabeçado por José Luis Bustamante y Rivero, que se iniciou em meados de 1945, foi rapidamente derrubado por um novo golpe militar, liderado pelo general Manuel Odría, em outubro de 1948, dando início a mais um longo período não democrático no país, que durou até 1956.

O novo panorama autoritário incidiu diretamente no I.I.P., cuja direção passou por uma drástica mudança após pouco mais de um ano de funcionamento. Luis E. Valcárcel deixou de ser o diretor da instituição, que ficou provisoriamente a cargo de José Antonio Encinas, que fazia parte da antiga diretoria, visando dar continuidade à organização do II Congresso Indigenista Interamericano, que ocorreu em Cuzco em junho de 1949. Pouco tempo depois, a direção do I.I.P. passou às mãos do médico Carlos Monge Medrano, apontando claramente para o novo paradigma higienista que seria

seguido pela instituição, em consonância como o novo governo autoritário. Nesse período, a revista PI foi dirigida por Manuel D. Velasco Núñez, que ocupava o cargo de Secretário Geral do I.I.P.

Em relação ao indigenismo crítico e progressista, apesar de afastado do I.I.P., ele continuou existindo e funcionando como um “indigenismo dissidente” durante o *ochenio* de Odría (MELGAR BAO, 2002, p. 200). Nesse contexto, a revista AI se apresentou como uma importante plataforma para a expressão do indigenismo progressista peruano e, devido à postura de abertura da publicação continental para diferentes perspectivas indigenistas, suas páginas acabaram se tornando um espaço de discussão entre divergentes propostas indigenistas levantadas por autores peruanos, como é o caso dos artigos que analisamos.

Desde os seus inícios, AI procurou apresentar-se como um espaço aberto ao debate, mais do que simplesmente como veículo de uma proposta unívoca. Suas edições traziam, logo após o índice, a advertência de que “*el Instituto Indigenista Interamericano no e[ra] responsable por el contenido de los artículos firmados*”. Não obstante essa abertura, o I.I.I. expressava claramente a sua própria posição oficial, que aparecia em seus editoriais, presentes em todas as edições da revista AI. Durante o período aqui analisado, quando o Instituto e sua publicação oficial eram dirigidos pelo arqueólogo e antropólogo mexicano Manuel Gamio, o indigenismo oficial defendido pela instituição se baseava no paradigma da “incorporação indígena”, que era então o hegemônico entre a intelectualidade indigenista latino-americana e cujo principal objetivo era “assimilar” os indígenas à “civilização moderna” a partir do processo de mestiçagem cultural (DIAS; BOAVENTURA, 2021).

Como mostraremos, essa perspectiva indigenista oficial do I.I.I. era semelhante à adotada pelo I.I.P. durante o governo autoritário de Odría, que inclusive contou com um de seus funcionários publicando em AI no período tratado. Mas a revista interamericana também publicou artigos de peruanos que não se vinculavam ao indigenismo oficial do país andino naquele momento, como foi o caso do próprio Valcárcel, representante do indigenismo progressista que havia sido destituído da direção do I.I.P. após o golpe de 1948.

O debate configurado pelos artigos que analisamos, que ocorreu na primeira metade da década de 50 e envolveu simultaneamente as revistas AI e PI, trouxe para a cena pública nacional e continental, através dessas publicações, a existência de dois grandes projetos indigenistas no Peru naquele contexto. Enquanto, de um lado, o governo ditatorial em curso no país sustentava um “*autoritario y etnocida indigenismo oficial*” como base para o desenvolvimento de um nacionalismo cultural caracterizado por “*expresiones ideológicas de la mestizofilia*” – como muito bem descreve Ricardo Melgar Bao (2002) –; por outro, o cenário político-intelectual peruano permanecia profundamente marcado pelo indigenismo crítico e progressista, que havia se formado nas décadas anteriores e mantinha-se combativo e “*disidente*” (MELGAR BAO, 2002, p. 180).

A seleção das fontes analisadas para recuperar o debate entre essas perspectivas indigenistas peruanas nas revistas procurou expressá-las por meio de textos e autores representativos de cada uma delas e tornar visíveis momentos em que esse debate envolveu uma crítica mais direta e inclusive nominal de um autor em relação ao outro. Dessa forma, contrastamos os argumentos levantados em dois artigos de Luis E. Valcárcel – uma das mais conhecidas e respeitadas figuras ligadas ao indigenismo progressista – com os apresentados em outros dois artigos, um assinado por Augusto Bateta, representante da *Dirección General de Asuntos Indígenas* do Peru, e outro por Vladmiro Bermejo, um professor da Universidade de Arequipa que havia muito se dedicava ao estudo de temáticas indígenas. Apesar de não ser um personagem diretamente ligado ao indigenismo oficial naquele contexto, as proposições de Bermejo se inseriam na mesma linha argumentativa encontrada no texto de Bateta e sua crítica ao indigenismo crítico se manifestou inclusive nominalmente à figura de Valcárcel e as concepções por ele defendidas.

### **Luis E. Valcárcel e as “sobrevivências pré-colombianas no Peru”: uma crítica ao indigenismo oficial**

O primeiro artigo envolvido no debate que analisamos apareceu na edição de janeiro de 1950 da revista AI e foi intitulado “*Supervivencias precolombinas en el Perú*”, sendo assinado por Valcárcel, que havia pouco perdera o posto de diretor do I.I.P., devido ao golpe de Estado. Nesse

momento, o etnólogo e etno-historiador concentrava sua atuação intelectual principalmente no cenário acadêmico, como professor da *Universidad Nacional Mayor de San Marcos* e diretor do *Museo Nacional*. Seu texto publicado na revista AI em inícios de 1950 já havia sido publicado, pouco antes, na *Revista do Museo Nacional* (Tomo XVIII, de 1949), da qual era diretor.

Esse é um primeiro indício interessante a respeito da dimensão transnacional envolvida no debate indigenista peruano. Apesar de Valcárcel ter sido dos três autores analisados o que menos referências fez ao Peru como parte de uma realidade histórico-social maior, de âmbito continental, tendo se concentrado muito mais nos aspectos específicos da realidade peruana, ainda assim, chama a atenção ele ter buscado publicar seu referido artigo na revista do I.I.I., depois de tê-lo publicado no seu próprio país.

Em “*Supervivencias precolombinas en el Perú*”, Valcárcel parte de uma crítica aos dados apresentados pelo censo nacional de 1940 para levantar sua argumentação sobre a questão da identidade étnica da população peruana. Segundo ele, o levantamento demográfico oficial do país apresentava a quantidade de pessoas identificadas como brancas e como mestiças de forma conjunta, visando deliberadamente aumentar o número destes e invisibilizar o fato de que o país era majoritariamente indígena. Para o etnólogo e etno-historiador, um fato que expressava essa realidade era o da identificação linguística da população, visto que, segundo os dados apresentados por ele como relativos ao mesmo ano do referido censo, de um total de 8 milhões de habitantes no Peru, havia mais de 2 milhões que não falavam o espanhol e quase 1 milhão que o falavam como segundo idioma, tendo como primeiro uma língua indígena. Ou seja, para quase 40% da população a referência principal para a comunicação não era o idioma de origem europeu.

Valcárcel destacou que esses dados apontavam para “*el vigor de las lenguas indígenas*” e enfatizou que “*la vitalidade de estos idiomas ten[ía] que ver muy directamente con la vigencia de muchos patrones y elementos de la cultura precolombina*” no Peru, o que era o cerne do seu argumento. Visando demonstrá-lo, listou uma série de “*supervivencias precolombinas*” presentes na vida da maioria dos peruanos, principalmente daqueles que viviam nas áreas rurais, que representavam cerca de 65% da população no período em que

escrevia. Essas “sobrevivências”, segundo apontou, abarcavam as mais diversas áreas da vida social, da economia à cultura. No âmbito da produção agropecuária realizada pelos indígenas, por exemplo, destacou que *“su sistema de trabajo, si bien profundamente alterado desde la Conquista Española [...], mantiene todavía algunas de sus notas características antiguas. La mutua prestación de servicios en el trabajo agrícola dentro de las parcelas familiares es el Ayni incaico”* (VALCÁRCEL, AI, ja. 1950, p. 53).

Mas, para Valcárcel, era no plano cultural que se encontrava *“el mayor número de supervivencias precolombinas”* no Peru, especialmente nos campos da religião e magia. Em sua visão, *“a pesar de cuatro siglos de cristianización, no se puede asegurar que el Indio peruano sea un consciente feligrés de la Iglesia Católica”*, pois *“las prácticas de magia no han cesado de realizarse y mantienen todo su vigor en la vida de las comunidades indias”*. Para ele, tão marcante “sobrevivência” se devia ao sucesso das *“tácticas de sobreponer lo católico a lo pagano”*, operadas pelos indígenas desde o início da colonização, do que resultou não apenas a manutenção dessas práticas culturais entre os próprios indígenas, mas inclusive na sua expansão para outros grupos sociais, conforme expressou: *“Brujos de ambos los sexos son temidos y buscados en el campo y en las ciudades. El curanderismo sigue en pleno auge”* (VALCÁRCEL, AI, jan. 1950, p. 56-57).

Ao refletir sobre qual seria o caráter mais geral da identidade étnico-cultural peruana, Valcárcel reconheceu a importância da mestiçagem cultural no país, mas enfatizou que era necessário entender que esse fenômeno não correspondia simplesmente a algo como uma *“fusão indoibérica”*, pois envolvia geralmente o predomínio cultural de uma das duas partes. Nesse sentido, concluiu: *“el Perú es una nación de muy reducida minoría blanca. La gran masa está constituida por Indios y Mestizos con acento indio”* e essa *“masa de Indios o Indomestizos [...], en el curso de cuatro siglos, viven aún con un ritmo muy similar al de tiempos antiguos”* (VALCÁRCEL, AI, jan. 1950, p. 46; 48. Grifos nossos).

O argumento central de Valcárcel, ao enfatizar as continuidades ou “sobrevivências” das culturas indígenas no Peru – mais precisamente das culturas andinas –, implicava num sério questionamento ao projeto oficial indigenista da recém implantada ditadura do gen. Odría. Como mostramos, a

publicação original do artigo ocorreu no cenário peruano em 1949, portanto pouco tempo depois da derrubada do governo democrático de Bustamente y Rivero e, conseqüentemente, de seus representantes em diferentes instâncias políticas, entre elas a própria diretoria do I.I.P., então encabeçada pelo arqueólogo e etno-historiador.

Era contra a nova retórica oficial nacionalista, que tomava a lógica da mestiçagem como base para um ideal de nação identificado à “incorporação dos indígenas à civilização”, que Valcárcel levantava sua voz. Seus argumentos, procuravam explicitar a imensa dificuldade prática – e, portanto, o contrassenso – de se buscar simplesmente “incorporar” à cultura ocidental enormes contingentes humanos “*distribuíd[os] en 56.000 lugares*”, que se tratavam de “*aldeas indias esparcidas en el accidentado territorio de la sierra peruana y separadas entre sí por cerros y cordilleras, por profundos valles e desoladas páramos*”, das quais “*la inmensa mayoría [...] correspond[ía] a los pequeños núcleos rurales de data precolombina*” (VALCÁRCEL, AI, jan. 1950, p. 46).

Não era necessário muito esforço para identificar o reverso político-cultural dessa lógica criticada por Valcárcel no projeto original do I.I.P., que fora constituído no período democrático e dentro do qual ele próprio ocupou um lugar central, como diretor da instituição. A premissa básica daquele projeto de integração nacional, que fora abortado pelo golpe de 1948, havia sido claramente delineada no seu discurso como diretor na inauguração do I.I.P., que foi reproduzido na primeira edição da revista PI, sintetizado na seguinte compreensão: “*no es el indio quien se incorpora a la Cultura Occidental sino es la Cultura Occidental la que debe incorporarse a la vida del indio*” (PI, nº 1, set. 1948, p. 29).

Essa lógica para as relações sociais e interétnicas no país e o respectivo projeto nacional do período democrático que pretendia encarná-la ainda deviam estar frescos na memória dos peruanos quando Valcárcel aludiu indiretamente a eles ao criticar o ideal de um país mestiço – cuja cultura, na prática, corresponderia à ocidental –, explicitando a grande vigência das culturas indígenas no país como “sobrevivências pré-colombianas” após mais de quatro séculos. Como era de se esperar, seus argumentos não tardaram em receber contestações.

### Vladmiro Bermejo, “el problema del indio” e a posição oficial da *Dirección General de Asuntos Indígenas*

O artigo “*El indio, problema del indio*”, assinado por Vladmiro Bermejo e publicado na revista AI em janeiro de 1952, pode ser lido como uma resposta à argumentação de Luis E. Valcárcel não apenas porque apresenta uma linha interpretativa inversa, mas também devido ao seu contexto de publicação. Embora tenha sido escrito para ser apresentado no II Congresso Indigenista Interamericano, realizado em Cuzco em 1949, esse texto só veio a ser publicado nas revistas do I.I.I. e do I.I.P. em 1952, portanto, após a divulgação do artigo de Valcárcel.

É interessante observar que os textos de ambos os autores tiveram publicações tanto internas ao cenário peruano quanto na revista continental, mas a ordem dessas publicações foi inversa, já que o artigo de Valcárcel apareceu primeiro na *Revista del Museo Nacional* e só depois em AI, enquanto o de Vladmiro Bermejo foi primeiramente publicado na revista do I.I.I. e só depois em PI, no mesmo ano de 1952. A publicação inicial na revista continental por parte de Bermejo certamente se explica pelo caráter fortemente transnacional de seu texto, não apenas devido ao contexto do congresso continental para o qual foi originalmente escrito, mas também porque esse foi o principal recurso argumentativo que utilizou para defender sua posição em relação à questão indígena no Peru.

Vladmiro Bermejo, que era então professor de Literatura da Universidade de Arequipa e tinha formação em Direito, havia tempos se interessava por temáticas indigenistas, já tendo inclusive publicado na própria revista AI, em 1942, um texto bastante crítico à condição dos indígenas no Peru. Naquela ocasião, criticou a falta de leis e instituições indigenistas no país e endossou a análise que havia sido desenvolvida na década de 20 por José Carlos Mariátegui de que a solução da questão indígena deveria ser buscada na resolução do problema da terra. A partir dessa perspectiva, Bermejo argumentou, no início dos anos 40, que “*confiar el rehabilitamiento jurídico del indio, como relación social, en la escuela, la administración, la legislación tutelar, el mejoramiento racial, etc., [s]e[ría] una bella utopía, mientras exista el*

*gamonal que contraviene siempre el cumplimiento estricto de las leyes”* (BERMEJO, AI, abr. 1942, p. 109).

Menos de uma década depois, porém, em seu texto produzido para o II Congresso Indigenista, de 1949, e publicado no início da década de 50, Bermejo apresentou uma visão bem mais conservadora em relação à questão indígena em seu próprio país, bem como no continente. A primeira coisa que chama a atenção em seu artigo publicado em 1952 é a crítica realizada pelo autor à perspectiva indigenista, à qual procura não se vincular e define como uma visão tão *“unilateral”* e *“exaltad[a]”* quanto a sua contrária, a hispanista. Se esta última se definia pela *“defensa de las bondades de la colonización española”*, o indigenismo, por sua vez, na visão de Bermejo, podia se expressar em duas frentes: *“una, de remembranza de los faustos de Imperio del Tahuantinsuyo; y otra, de franca tendencia revolucionaria”*, sendo que *“esta última ha sido informada por la Revolución Rusa que preconizó la reivindicación de los derechos de las nacionalidades y razas oprimidas”*. Em meio à sua crítica ao indigenismo, apontou nominalmente Luis E. Valcárcel como sendo *“uno de sus más autorizados portavoces.”* Após criticar ambas as interpretações sobre o Peru como *“deformacio[nes]”* da realidade, Bermejo se propôs a apresentar uma análise e proposta tidas como imparciais, baseadas na ideia de *“decir la verdad”* para *“realmente”* poder *“servir a la causa del indigenismo peruano o americano”* (BERMEJO, AI, jan. 1952, p. 79-80).

Sua proposta buscou tratar o que ele considerava como *“el problema del indio”* e apresentar um projeto que fosse efetivamente viável para a *“incorporación”* dos indígenas às nações do continente, não apenas no caso do Peru. Portanto, pareceu-lhe viável recorrer ao que entendia como um contraexemplo do que deveria ser feito visando esse fim, que eram *“las experiencias que se han llevado a cabo en la gran República mexicana”*. Para criticar as políticas oficiais do México pós-revolucionário em relação aos indígenas, Bermejo utilizou um artigo de Lucio Mendieta y Núñez, então diretor do *Instituto de Investigaciones Sociales da Universidad Nacional Autónoma de México*, que havia sido publicado em 1948 – portanto pouco antes do peruano produzir o seu próprio texto para o II Congresso Indigenista de 1949 – na revista da referida Universidade mexicana.

Em seu artigo, Mendieta y Núñez, que, assim como Vladimiro Bermejo, tinha formação em Direito, fazia uma análise jurídica da situação mexicana no período e apresentava uma visão absolutamente crítica e bastante conservadora em relação às políticas indigenistas decorrentes da Revolução Mexicana, as quais, em sua visão, não passavam de “*un retorno a la política protectora y paternalista de la época colonial*”. O cerne da crítica de Mendieta era o que chamou de uma “*política de entrega [de tierras] sin obligación correlativa*”, que fazia com que as comunidades indígenas não correspondessem economicamente ao que, em sua visão, deveria ser o objetivo do Estado, que era “*incorporarlo[s] [os indígenas] rápidamente a la cultura moderna, a la nacionalidad mexicana*” (MENDIETA Y NÚÑEZ, 1948, p. 3).

Após realizar sua análise, o mexicano apresentou uma conclusão – que foi largamente endossada por Bermejo em seu artigo publicado em AI, com a reprodução de três parágrafos inteiros do texto do mexicano –, cujas ideias gerais eram as seguintes:

*La política paternalista revolucionaria [mexicana] de protección al indio y promoción de su desarrollo cultural y económico no ha dado, en más de treinta años que lleva de ejercicio, los resultados que de ella se esperaba. [...] El defecto fundamental de esa política es su falta de energía, y sin ella, o es imposible lograr la incorporación del indio a la cultura moderna o el proceso de incorporación resulta demasiado lento y excesivamente costoso. Si se tiene en cuenta que la obra oficial indigenista se lleva a cabo con los recursos del erario, se comprenderá que significa un sacrificio de los sectores no indios. (MENDIETA Y NÚÑEZ apud BERMEJO, AI, jan. 1952, p. 88. Grifos nossos.)*

Sobre a suposta “*falta de energía*” do Estado em suas políticas de “*incorporação indígena*”, Mendieta foi bastante claro sobre o que considerava que deveria ser feito, que era “*exigir al indio*” o cumprimento de “*obligaciones*”, sendo que, em sua concepção, “*la acción del Gobierno debe[ría] estar respaldadas con sanciones severas y por el uso de la fuerza si se hace necesario*” (MENDIETA Y NÚÑEZ, 1948, p. 3). Essa solução absolutamente autoritária proposta pelo mexicano não chegou a ser citada por Vladimiro Bermejo em seu artigo; o que realmente importava ao peruano ao aludir à interpretação do mexicano era a visão de um fracasso das políticas reformistas decorrentes da Revolução Mexicana, que eram, então, a principal referência indigenista no continente. É bastante revelador o fato de o peruano ter

buscado, dentro do amplíssimo cenário mexicano, uma interpretação caracterizada por um viés conservador e sem grande reconhecimento no âmbito do indigenismo continental e inclusive mexicano naquele momento.

Apesar de ocupar um cargo de alto nível no cenário acadêmico de seu país, Mendieta y Núñez, cuja formação remontava aos ditames positivistas da *Escuela Nacional Preparatoria* do período porfísita, apresentava uma postura cada vez mais conservadora, o que fez com que sua obra acabasse caindo no ostracismo já na segunda metade do século XX. Como comenta Margarita Olvera Serrano (2016), apesar do importante papel cumprido por esse intelectual na institucionalização da Sociologia mexicana, sua obra rapidamente “*entró en un largo periodo de desconocimiento y olvido*”, visto que “*las nuevas generaciones de practicantes*” da disciplina sociológica entenderam que “*sus herramientas cognitivas [ya] no eran útiles.*” (OLVERA SERRANO, 2016, p. 92.) Em relação especificamente ao tema do indigenismo, é bastante significativo observar que Mendieta y Núñez, apesar de ser uma figura bastante próxima a Manuel Gamio, tendo inclusive colaborado com este na *Dirección de Antropología* nos anos 20, só teve textos seus publicados na revista AI no início da década de 40, apesar de Gamio ter permanecido à frente da revista até o ano de 1960.

Mas voltemos à apropriação das ideias de Mendieta y Núñez por Vladimiro Bermejo em seu artigo publicado em AI em 1952. Após endossar o quadro pintado pelo mexicano, o peruano destacou: “*pues bien, parece que la experiencia mexicana no ha dado los resultados que se esperaban. Entonces debe ensayarse una orientación pedagógica más amplia*” (BERMEJO, AI, jan. 1952, p. 89). Bermejo passou, então, a apresentar a sua própria proposta para a “*solución del problema indígena*”, o que, segundo ele, seria válido não apenas para o Peru, mas para todo o continente – lembremos que o texto havia sido produzido para ser apresentado no II Congresso Indigenista Interamericano. Para o peruano, os projetos indigenistas até então empreendidos nos diferentes países haviam fracassado porque não haviam levado em conta que era necessário antes “*preparar al indio para recibir los beneficios de la cultura y de la civilización*”; “*es preciso previamente abonar el terreno; de lo contrario, todo esfuerzo será estéril*”. Sua proposta era que, ao invés da ideia de se “incorporar” os indígenas, o que se devia fazer era “*despertar en su conciencia*

*el deseo de incorporarse por propia iniciativa a la vida civilizada*” (BERMEJO, AI, jan. 1952, p. 88-89).

Falando especificamente sobre o caso peruano, Bermejo argumentou que *“los indios Aymaras y Quechuas forman y formarán la gran base de nacionalidad peruana; lo que precisa es [...] darles oportunidad para que se incorporen por sí mismos”*. Para que isso ocorresse, o cerne de sua proposta era partir do campo da educação, acabando com a ideia de escolas rurais ou qualquer tipo de escolas específicas para os indígenas, pois isso, em sua visão, significava o *“aislamiento de la raza indígena”*. Ao contrário, devia-se estender a todos os habitantes do país uma escolarização nacional única – evidentemente monolíngue, com alfabetização em espanhol: *“la Escuela peruana debe ser para todos los peruanos, sin diferencia de raza, credo o clase social”* (BERMEJO, AI, jan. 1952, p. 86; 89).

Em linhas gerais, a proposta de Bermejo era que, a partir desse tipo de escolarização ocidentalizante, alguns dos estudantes de origem indígena, ou seja, aqueles que tivessem bom aproveitamento nos estudos, receberiam bolsas do Estado para cursar universidades, escolas profissionais ou institutos politécnicos. Posteriormente, já tendo se tornado profissionais, eles seriam pagos pelo governo para *“ir a sus respectivas regiones [de origen] [...] con tal fin de propagar entre los suyos, es decir, en el grupo indígena, las bondades de la civilización y la cultura occidentales”* (BERMEJO, AI, jan. 1952, p. 90).

Como se pode perceber, toda essa proposta de Vladimiro Bermejo não comportava nenhuma grande novidade em relação ao paradigma da “incorporação indígena”, que era então o hegemônico no continente. Seu único elemento de inovação dentro do cenário mais comum de projetos levantados a partir dessa lógica era propor uma espécie de estratégia de sedução, pela qual se pretendia fazer os próprios indígenas quererem receber as supostas “benesses da civilização ocidental.” Na realidade, podemos encontrar muita semelhança entre a sua visão geral sobre “o problema indígena” e suas propostas para “resolvê-lo” e as concepções que regiam as políticas indigenistas oficiais do Estado autoritário do Peru na primeira metade dos anos 50, como aparecem em um artigo publicado em AI, em 1954, assinado pelo *Jefe del Departamento de Capacitación Agropecuaria de la Dirección General de Asuntos Indígenas*.

Nesse artigo, intitulado “*Algo más sobre el indigenismo*”, Augusto Beteta, que era o referido “chefe” – portanto representava uma voz oficial do governo peruano em relação à temática indigenista –, assim como Bermejo, assumiu uma perspectiva continental para analisar a questão indígena e propor uma solução ao que também ele entendia como um dos principais problemas dos países do continente e sem uma adequada solução até então. Na mesma linha da “incorporação indígena”, argumentou:

*En estos últimos tiempos en Ibero-América, el tema obligado, sobre el que más se ha escrito, es indudablemente, el que se refiere al indígena. [...] En todos estos pueblos, con diferencias de particularidades regionales, el problema fundamental es el mismo. [...] Hay afán de aglutinar al indígena a la órbita de la Civilización; sin embargo, hasta la fecha no hemos dado en la mayoría de los países nombrados, sino muy pocos y medidos pasos para definir esta situación a todas luces adversa. (BETETA, AI, abr. 1954, p. 163-165.)*

Da mesma forma que Bermejo, também o representante da *Dirección General de Asuntos Indígenas* entendia que os indígenas eram a base da organização nacional peruana, mas era necessário construir uma política indigenista eficiente para “incorporá-los.” Argumentando a respeito, recuperou as ideias do mexicano Mendieta y Núñez, que haviam sido citadas por Vladimiro Bermejo em seu artigo publicado em AI e depois em PI; Beteta as citou como sendo uma “*transcripción de la revista Perú Indígena*”. A parte por ele citada do artigo de Bermejo, que, por sua vez, reproduzia as ideias do mexicano, foi exatamente a que criticava a “*política paternalista y revolucionaria de protección al indio*” e apontava como seu “*defecto fundamental*” a “*falta de energía*” e os gastos públicos que essa política acarretava como um “*sacrificio de los sectores no indios*”.

Após reproduzir essas ideias, destacou, numa linha de raciocínio muito semelhante à de Bermejo, que o suposto fracasso da experiência mexicana era “*lo suficiente elocuete*” para mostrar que, para haver uma política indigenista exitosa, era necessário primeiramente que os próprios indígenas quisessem receber as “benesses da civilização”; em suas palavras: “*los núcleos indígenas deben darse impulso por sí mismos, esforzándose en demostrar a las autoridades su deseo de superación*” (BETETA, AI, abr. 1954, p. 168).

Apesar de concordar com o diagnóstico de Bermejo, o representante do indigenismo oficial peruano não defendeu a sua estratégia da sedução como mecanismo para atrair os indígenas ao mundo moderno, mas tentou esboçar um tipo de política estatal que fosse, acima de tudo, pouco custosa para os cofres públicos. Para esboçar tal proposta, primeiramente apresentou uma análise sobre o significado da presença indígena no Peru – bem como no continente, em geral –, que sem sua concepção deveria ser diferenciada em dois fatores distintos, sendo um positivo e outro negativo.

O primeiro, seria “*el indio como elemento de trabajo*”, nesse caso, como “*un factor positivo*” e, não só positivo, mas absolutamente necessário, por exemplo, no caso peruano, conforme afirmou: “*no podríamos hablar de la industria minera por lo general, con un plan de trabajo sobre los 3.000 metros de altitud, sin contar con este bracero tenaz.*” Por outro lado, sentenciou: “*como valor demográfico debemos entenderlo [el indio] como valor negativo, [...] ya que dicho factor humano usufructúa impuestos, ocupa tierras laborables y en todo aspecto económico representa factor negativo.*” Em suma, “*los núcleos indígenas*” deveriam ser vistos como “*frente negativo para la economía continental y por ende para el progreso*” (BETETA, AI, abr. 1954, p. 165).

Podemos notar que, no raciocínio apresentado pelo funcionário do Estado autoritário peruano, a “positividade” do indígena, enquanto força de trabalho, aparece no singular, o “índio” enquanto indivíduo trabalhador; já a sua “negatividade” é colocada justamente naquilo que o representa coletivamente, “os núcleos indígenas”, ou seja, os *ayllus*, as comunidades ancestrais e tudo que elas significam em termos socioculturais. Como se pode perceber, a principal crítica apresentada por Beteta se relacionava ao aspecto da produção, baseava-se na ideia de que as comunidades indígenas ocupavam terras, mas eram improdutivas, sendo, portanto, um problema para o “progresso” do continente.

Partindo dessa percepção basicamente economicista sobre o tema, sua visão sobre uma possível solução para o “problema indígena” foi expressa de forma bastante simplista, sintetizada na ideia de que essa equivaleria a “*la transformación de la empírica y negativa producción agropecuaria indígena [...] en una actividad organizada técnicamente*”. Em termos práticos, propôs:

*“estos temas del gran problema indígena pueden ser resueltos cuando se cree un organismo que sea factor generador y controlador del trabajo y progreso. Un organismo que tenga mínimo de personal burocrático y letrado y el máximo de empleados técnicos”*. A partir da atuação desse “*Cuerpo Técnico*”, que seria o “controlador do trabalho” a ser realizado pelas comunidades indígenas, a expectativa era solucionar rapidamente “*el gran problema indígena*”, pois, ao inserir as comunidades em um sistema de trabalho gerenciado pelo Estado, esperava-se: “*habrá mayor producción que redundará en beneficio directo de la economía. Los núcleos negativos indígenas marcharán [...] incorporándose definitivamente a la civilización*” (BETETA, AI, abr. 1954, p. 164; 169).

Como se sabe, o cenário social peruano da década de 50 esteve bem distante desse panorama apresentado pelo *Jefe del Departamento de Capacitación Agropecuaria de la Dirección General de Asuntos Indígenas*. Não houve um efetivo empenho do governo para viabilizar o desenvolvimento econômico da zona rural do país, nem mesmo com base nessa lógica de “incorporação” para a solução do “problema indígena”. Ao contrário disso, o *ochenio* de Odría marcou o início de um intenso êxodo rural em direção à capital do país, motivado exatamente pela falta de políticas públicas voltadas aos camponeses, incluindo os indígenas (SOARES, 2000; VALDIZÁN, et. al., 2013; MATOS MAR, 1986).

Como tem sido destacado pela historiografia, ao contrário de apoiar o campo, o governo autoritário peruano da época demonstrou certo “cuidado” com os setores urbanos, possivelmente como “uma estratégia para estimular a migração da população camponesa” para os centros urbanos, particularmente a capital, o que era visto como forma de modernizar o país. No entanto, “a Lima dos anos 1950 revelou-se incapaz de assimilar economicamente a população migrante, que tendeu a engrossar o cordão de assentamentos clandestinos no entorno da cidade” (SOARES, 2000, p. 32-33). Em relação às comunidades indígenas, muito mais do que qualquer tipo de ação oficial por parte do Estado, o que se verificou foram alguns poucos projetos pontuais em algumas comunidades, sempre baseados no paradigma da “incorporação” e estruturados por meio de convênios internacionais, como foram os casos do Programa Puno-Tambopata, viabilizado pela Organização Internacional do

trabalho (OIT) e a UNESCO e o celebradíssimo Projeto Peru-Cornell, realizado na comunidade de Vicos por antropólogos da *Cornell University*.

Este último projeto, que foi considerado pelo governo autoritário peruano como extremamente exitoso, ilustra muito bem os meandros da sua ação indigenista no período, caracterizada por escasso investimento público e forte ingerência estrangeira. Como mostra Manuel M. Marzal (2016), o I.I.P. contou com pouquíssimos recursos oficiais e sua atuação não foi além do papel de um intermediário administrativo, enquanto a universidade estadunidense assumiu a responsabilidade financeira e diretiva do Projeto. Este *“permitía a la Universidad de Cornell tener un laboratorio etnológico para estudiar las leyes y técnicas del cambio social dirigido y para entrenar a sus estudiantes, y al Instituto [Indigenista Peruano] abrir su primer programa de promoción indígena”*, tendo sido o convenio firmado em 1951 (MARZAL, 2016, p. 540-541).

Marzal (2016, p. 541-542) destaca que, com o suposto êxito desse projeto – evidentemente a partir do ponto de vista oficial, com sua lógica aculturadora –, *“comenzó a hablarse del milagro de Vicos y a agitarse como bandera política, para demostrar que el problema indígena podía solucionarse con una asesoría técnica y una promoción educativa a la población indígena, sin necesidad de hacer otros cambios más profundos”* – e, podemos acrescentar, sem a necessidade de grandes investimentos públicos, baseando-se no financiamento externo. Mas, como vimos, o teor do artigo do representante da *Dirección General de Asuntos Indígenas* do Peru, publicado em AI em 1954 – portanto três anos após o início do projeto em Vicos – aponta justamente para o contrário de um êxito do projeto de “incorporação indígena” em relação ao cenário mais amplo do país.

Algo que chama extremamente a atenção na leitura do artigo de Beteta é a recorrência com que se refere negativamente às comunidades indígenas e sua forma de produção, como sendo *“empírica y negativa”* – termo que é repetido várias vezes ao longo do texto –, o que equivaleria a improdutiva, visto que, em sua concepção, somente uma organização técnica de tipo moderno poderia ser produtiva. Claro que essa era uma visão bastante presente no cenário peruano e continental naquele momento, e era, em boa parte, o que sustentava o “paradigma da incorporação indígena”, que era então

hegemônico. Mas justamente por isso, não soa com naturalidade essa necessidade de criticar reiteradamente o processo produtivo das comunidades indígenas, como ocorre no texto do *Jefe del Departamento de Capacitación Agropecuaria de la Dirección General de Asuntos Indígenas* do Peru publicado em AI. Na realidade, essa estratégia argumentativa nos remete a um cenário em que tal visão podia até ser hegemônica, mas não era a única existente.

Todo esse debate que estamos analisando, que contrapõe não somente ideias, de forma mais genérica, mas propriamente projetos de nação distintos e inclusive opostos, deve ser pensado a partir de sua construção discursiva específica, que podemos identificar a uma “*parole pamphlétaire*”, conforme a definição de Marc Agenot (1982). Como mostra o historiador e crítico literário belga-canadense, trata-se de um discurso de caráter persuasivo, envolvido em um debate/combate de ideias, configurado na forma “*discours vs contre-discours*”, no qual “*il suppose un contre-discours antagoniste impliqué dans la trame du discours actuel*” (ANGENOT, 1982, p. 10-11; 34). Dessa forma, não podemos entender devidamente o sentido – que envolve a estratégia argumentativa – da intervenção do representante da *Dirección General de Asuntos Indígenas* do Peru por meio de seu texto publicado em AI se não o compreendemos dentro de uma trama constituída também pela existência de um “contradiscurso”, que, nesse caso, era representado pelo indigenismo crítico e progressista.

Como já mencionamos, o indigenismo mestiçofílico e etnocida do governo do general Odría no Peru precisou conviver e disputar espaço – por mais que fosse o oficial e hegemônico – com um projeto oposto, que naquele contexto se apresentava como um “indigenismo dissidente”, mas que anteriormente havia chegado ao poder, durante o governo democrático, e conseguido apresentar um articulado projeto de integração nacional cujo respeito às culturas indígenas era o aspecto central. A principal voz a ecoar tal projeto durante o *ochenio* foi, sem dúvida, a de Luis E. Valcárcel e, nesse sentido, podemos ler o artigo de Beteta publicado em AI em 1954 como uma resposta a um texto que o “porta-voz autorizado do indigenismo” – como Valcárcel foi criticamente identificado por Bermejo – havia publicado na revista PI pouco tempo antes.

### Luis E. Valcárcel e as “comunidades indígenas do Peru”: o indigenismo dissidente em ação

O referido texto de Valcárcel foi publicado na revista do I.I.P. em dezembro de 1953 com o título “*Las Comunidades Indígenas del Perú.*” A ideia central defendida no artigo era a da viabilidade econômica das comunidades ancestrais, os *ayllus*, como núcleo básico de produção agropecuária do Peru. Embora essa defesa não fosse nenhuma grande novidade em relação ao pensamento e as propostas que esse intelectual vinha desenvolvendo havia décadas, alguns pontos merecem ser destacados em relação à publicação desse texto no cenário do debate mais amplo que nos interessa. Primeiramente, chama muito a atenção o fato de um artigo com semelhante teor e a assinatura de Valcárcel aparecer na revista oficial do I.I.P. sob a égide do governo autoritário. De fato, esse foi seu único artigo publicado no periódico durante todo o período de governo do gen. Odría e a publicação ocorreu em uma edição que buscava oferecer aos leitores um “*panorama de los estudios etnológicos en el Perú.*”

O texto editorial da referida edição da revista elogiou “*el doctor Luis E. Valcárcel*” por seus “*excelentes trabajos*”, que estiveram entre aqueles que “*han colocado los primeros jalones científicos y las bases de una seria y documentada interpretación de la Etnología Peruana*” (PI, dez. 1953, p. 5-6). Aparentemente, o objetivo buscado pelo I.I.P. naquele momento era se aproximar das instituições científicas e acadêmicas do país, como era o caso do *Instituto de Etnología* da *Universidad Nacional Mayor de San Marcos*, do qual Valcárcel era diretor. É possível que essa maior abertura demonstrada pela instituição oficial indigenista já tivesse relação com as críticas crescentes experimentadas pelo governo autoritário, que culminaram na crise do regime, que se tornou mais visível a partir de 1954. Um indício importante do impacto desse contexto sobre o I.I.P. pode ser observado na diminuição expressiva de edições da sua revista. Após o citado número de dezembro de 1953, PI só contou com mais uma edição (de dezembro de 1954) até o fim do *ochenio* de Odría, em 1956.

É nesse cenário, que já indicava a falência das políticas oficiais indigenistas – ou a falta delas – durante o governo autoritário, que Valcárcel publica seu texto sobre os *ayllus* como base para o desenvolvimento

econômico do país. Sua argumentação foi construída a partir da análise dos dados apresentados pelo *“Índice Alfabético de las Comunidades de Indígenas”*, que, segundo afirmou, havia sido publicado poucos meses antes. Para o etnólogo e etno-historiador, os dados apresentados no Índice estavam longe de expressar a totalidade dos *ayllus* existentes no território peruano – em sua visão, representavam cerca de apenas 1/3 do total –, pois contabilizavam muito melhor lugares de mais fácil acesso a partir da capital e pouco expressavam dos números reais em regiões mais distantes, como Puno, onde havia enorme presença indígena, mas foram contabilizadas apenas 25 comunidades, enquanto em Lima apareciam 225. De toda forma, o que ficava patente nos dados apresentados era a enorme vigência das comunidades indígenas ancestrais, inclusive nas imediações da capital do país. Valcárcel comentou com certa dose de ironia que essa “revelação” soava como “surpreendente” para boa parte dos limenhos, que não se davam conta da *“importancia indígena que tiene este sector inmediato al núcleo supremo de la cultura occidental”*, representado pela capital nacional, emobra o fenômeno da *“supervivencia de la cultura india”* pudesse ser observado *“a cortísima distancia de la Plaza San Martín, de ‘Le Paris’ y los Night Clubs de nuestra bella y archimoderna Lima”* (VALCÁRCCEL, PI, dez. 1954, p. 10).

Baseando-se na análise dos dados apresentados pelo Índice em conjunto com os conhecimentos que vinha produzindo havia décadas sobre a realidade indígena do país, o etnólogo e etno-historiador buscou combater a visão então hegemônica a respeito de uma suposta improdutividade das comunidades indígenas e contrapôs tal ideia argumentando que, ao contrário disso, era no trabalho comunitário dessas comunidades que se encontraria a maior potencialidade econômica do Peru, desde que houvesse interesse por parte do Estado para viabilizá-la. Partindo das cifras fornecidas pelo *“Mapa de producción”* das comunidades indígenas levantadas pelo Índice, que permitiam observar *“la riqueza ganadera que poseen las comunidades indígenas”*, e também utilizando os dados relativos à totalidade da área ocupada por essas comunidades, destacou: *“son enormes las extensiones que pueden ser cultivadas, sin disputar la propiedad a nadie”* (VALCÁRCCEL, PI, dez. 1954, p. 10).

Analisando detidamente os dados apresentados, Valcárcel destacou que esse levantamento deixava patente a realidade de que bastaria “*una pequeña ayuda técnica*” para que as comunidades indígenas “*se convirt[ieran] en fuentes copiosas de producción de alimentos, resolviéndose así, en gran parte, el angustioso problema de la desnutrición general que padec[ía] el Perú.*” Como conclusão, ressaltou que o grande potencial produtivo dessas comunidades, para além de suas terras e gado, encontrava-se principalmente em seu “*elemento humano*”, não apenas em quantitativos demográficos, mas principalmente na manutenção de seu ancestral sistema de organização do trabalho:

*Un millón y medio de personas que trabajan plenamente, rindiendo el máximo, con ayuda mutua y estrechos sentimientos de cooperación y solidaridad. La persistencia del Ayllu, que para gentes miopes es un obstáculo para el desarrollo económico del país, viene a ser, por el contrario, uno de los medios más eficaces de favorecerlo. (VALCÁRCEL, PI, dez. 1954, p. 11.)*

Como se percebe, a ampla argumentação desenvolvida por Valcárcel a respeito da potencialidade econômica das comunidades indígenas enquanto tais – com sua característica organização produtiva cuja lógica comunitária se embasava num antiquíssimo sistema cultural – representava uma inversão completa do indigenismo etnocida que imperava no Peru naquele momento. Nesse sentido, é importante observar a estratégia discursiva empregada por ele em seus dois artigos envolvidos no debate analisado.

Tanto no texto sobre as “sobrevivências pré-colombianas,” publicado em 1950, quanto neste último artigo tratado, sobre “as comunidades indígenas do Peru”, publicado em 1954, Valcárcel se baseou em dados quantitativos apresentados por levantamentos oficiais para desenvolver suas análises. Em nenhum dos outros artigos analisados, cujos autores se identificavam com o paradigma indigenista hegemônico, tal recurso foi utilizado. Essa diferença é bastante reveladora do contexto ideológico mais geral dentro do qual foi travado o debate que analisamos.

Em um momento em que o paradigma da “incorporação indígena” ainda era dominante, não parecia aos autores vinculados a essa lógica que fosse necessário utilizar algum embasamento mais empírico para levantar qualquer

tipo de crítica aos indígenas e sua cultura, posto que suas análises já partiam da premissa do “*problema del indio*” (Bermejo) ou “*el gran problema indígena*” (Beteta), identificado como o principal entrave para o “progresso” dos países do continente. Obviamente, no caso de Valcárcel a situação era inversa. Fazia-se necessário recorrer a argumentos mais sólidos ao travar tamanho combate ideológico, que representava não apenas uma crítica contundente ao indigenismo oficial peruano, mas, de forma mais ampla, ao paradigma indigenista então dominante no continente.

### Considerações finais

Seguindo a proposta teórico-metodológica de Quentin Skinner em nossa análise do debate entre intelectuais peruanos, consideramos as intervenções públicas realizadas pelos intelectuais por meio de seus textos “*as a move in an argument*”, ou seja, como “*contributions to particular discourses*.” Ao fazê-lo, buscamos entender “*the ways in which they followed or challenged or subverted the conventional terms of those discourses themselves*” (SKINNER, 2014, p. 124-125). Nesse sentido, a análise do debate indigenista peruano travado por meio das revistas AI e PI na primeira metade da década de 50 permitiu observar que, nessa época, embora o paradigma da “incorporação indígena” – vigente desde o século XIX – ainda fosse o dominante, havia entre parte da intelectualidade uma outra lógica mais democrática e plural para se pensar e tratar o tema da diversidade cultural.

Essa lógica, patente na argumentação levantada por Valcárcel dentro do debate analisado, se inseria em uma concepção indigenista que havia começado se esboçar de forma mais clara no cenário continental entre fins dos anos 30 e inícios dos 40 e que foi sistematicamente desenvolvida pelo mexicano Moisés Saénz em seu livro *México íntegro*, de 1939, como uma perspectiva de “integração” nacional que não envolvesse a homogeneização cultural, mas fosse capaz de reconhecer a diversidade como um valor social. Não parece ser coincidência o fato de Saénz – que anteriormente se vinculava ao paradigma da incorporação – ter experimentado uma mudança significativa em suas concepções indigenistas precisamente quando encontrava-se imerso

no contexto peruano, durante a década de 1930, sendo sua referida obra publicada originalmente em Lima<sup>7</sup>.

Nas décadas seguintes, o paradigma da “incorporação indígena” ainda se manteve dominante, mas a lógica da “integração” se fortaleceu em diferentes contextos nacionais e chegou a se manifestar de forma institucional, como proposta de um novo paradigma para pensar a questão indígena no continente, durante o IV Congresso Indigenista Interamericano, realizado na Guatemala em 1959.<sup>8</sup> Portanto, no início daquela década, quando Luis E. Valcárcel travava o seu combate contra o indigenismo autoritário e etnocida peruano, sua luta representava apenas uma de várias expressões continentais em que um novo paradigma indigenista começava “desafiar e subverter” aquele que era, até então, o convencional.

### Fontes e referências bibliográficas

ALTAMIRANO, Carlos. **Intelectuales. Notas de investigación**. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2006.

\_\_\_\_\_. Elites culturales en el siglo XX latinoamericano. In: ALTAMIRANO, Carlos (ed.). **Historia de los intelectuales en América Latina II**. Los avatares de la “ciudad letrada” en el siglo XX. Buenos Aires, Katz, 2010, p. 9-28.

ANGENOT, Marc. **La parole pamphlétaire. Typologie des discours modernes**. Paris: Payot, 1982.

BEIGEL, Fernanda. Mariátegui y las antinomias del indigenismo. **Utopía y Praxis Latinoamericana**. Universidad de Zulia, Maracaibo, Venezuela, Año 6, nº 13, junho de 2001, p. 36-57.

CORNEJO POLAR, Antonio. O indigenismo andino. In: **O condor voa: literatura e cultura latino-americanas**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000, p. 193-205.

<sup>7</sup> Moisés Saénz atuou como embaixador do México no Peru durante boa parte da década de 30 e início dos anos 40, até o seu falecimento em 1941, precisamente na cidade de Lima. Foi no período em que esteve em contínuo contato com a intelectualidade indigenista peruana e com a realidade do país andino que o mexicano experimentou a grande mudança de suas concepções indigenistas. Já tendo elaborado sua proposta de “integração” em substituição à lógica da “incorporação indígena”, tornou-se o principal articulador do I Congresso Indigenista Interamericano e, em seguida, o primeiro diretor do I.I.I. Para mais informações a respeito, consultar: GIRAUDO, 2011, p. 27-29.

<sup>8</sup> Sobre a emergência da perspectiva da “integração” contra a lógica da “incorporação indígena” em diferentes países latino-americanos e sua apresentação institucional no IV Congresso indigenista, consultar: DIAS; SANTOS, 2023.

DE LUCA, Tania Regina. **Leituras, projetos e (re)vista(s) do Brasil (1916-1944)**. São Paulo: UNESP; FAPESP, 2011.

DEL VAL, José; ZOLLA, Carlos (coords.). Introducción. **Documentos fundamentales del indigenismo**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2014, p. 9-78.

DIAS, Natally Vieira. **América Indígena e Boletín Indigenista**: as publicações oficiais do Instituto Indigenista Interamericano e as vicissitudes da formação de uma rede intelectual transnacional em torno da instituição indigenista continental (1941-1945). In: COSTA, Adriane Vidal; MAÍZ, Claudio (orgs.). **Nas tramas da “cidade letrada”**: sociabilidade dos intelectuais latino-americanos e as redes transnacionais. Belo Horizonte: Fino Traço, 2018, p. 233-265.

DIAS, Natally Vieira; BOAVENTURA, Nathália Alves L. Manuel Gamio e seu projeto indigenista para o México e a América Latina através dos periódicos *Ethnos* e *América Indígena* (1920-1960). **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, Nº 31, ago./dez. de 2021, p. 537-575.

DIAS, Natally Vieira; SANTOS, Guilherme Gomes dos. O Informe da Comissão sobre Integração Social, dirigida por Darcy Ribeiro, no IV Congresso Indigenista Interamericano (1959-1960): tensões e fissuras na rede interamericana. In: COSTA, Adriane V. (org). **Darcy Ribeiro**: intelectualidade e pensamento crítico latino-americano. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2023, p. 24-266.

ESPEZÚA SALMÓN, Dorian. Vanguardismo andino en el *Boletín Titikaka* (1926-1930). **CELEHIS – Revista del Centro de Letras Hispanoamericanas**. Mar del Plata, Argentina, ano 16, nº 18, 2007, p. 219-245.

FAVRE, Henri. **El indigenismo**. México: FCE, 1999.

FERNÁNDEZ BRAVO, Álvaro. Discusión bibliográfica: Nuevas contribuciones para una teoría de las redes culturales. **Cuadernos del CILHA**. Universidad Nacional de Cuyo (Mendoza, Argentina), vol. 12, núm. 14, p. 209-215, 2011.

GIRAUDO, Laura. Un campo indigenista transnacional y casi profesional: la apertura en Pátzcuaro (1940) de un espacio por y para los indigenistas. In: GIRAUDO, Laura; MARTÍN-SÁNCHEZ, Juan (eds.). **La ambivalente historia del indigenismo**: campo interamericano y trayectorias nacionales (1940-1970). Lima: IEP, 2011, p. 21-98

GONZALES, Osmar. The Instituto Indigenista Peruano: a New Place in the State for the Indigenous Debate. **Latin American Perspectives**. University of California, vol. 39, nº5, set., 2012, p. 39-44.

\_\_\_\_\_. El Instituto Indigenista Peruano: una historia por conocer. In: GIRAUDO, Laura; MARTÍN-SÁNCHEZ, Juan (eds.). **La ambivalente historia**

**del indigenismo:** campo interamericano y trayectorias nacionales (1940-1970). Lima: IEP, 2011, p. 133-157.

INSTITUTO INDIGENISTA INTERAMERICANO. **América Indígena:** órgano trimestral del Instituto Indigenista Interamericano. México-DF.

INSTITUTO INDIGENISTA. **Perú Indígena:** órgano del Instituto Indigenista Peruano. Lima – Peru.

MAÍZ, Claudio. Las re(d)vistas latinoamericanas y las tramas culturales: redes de difusión en el romanticismo y el modernismo. **Cuadernos del CILHA.** Mendoza, v. 12, n. 14, p. 75-91.

MARZAL, Manuel M. **Historia de la Antropología.** Volumen I – Antropología indigenista. Quito: Abya-Yala/ Universidad Politécnica Salesiana, 2016.

MATOS MAR, José. **Desborde popular y crisis del Estado:** el nuevo rostro del Perú en la década de 1980. Lima: IEP, 1986.

MELGAR BAO, Ricardo. Nacionalismo autoritario y proyecto etnocida em Perú, 1948-1956. **Cuadernos Americanos,** México, UNAM, ano XVI, vol. 1, jan-fev, 2002, p. 180-200.

MENDIETA Y NÚÑEZ, Lucío. **El tratamiento del indio.** Universidad de México: órgano de la Universidad Nacional Autónoma de México, vol. II, n° 17, fev/1948, p. 1-3.

OLVERA SERRANO, Margarita. Los aportes de Lucío Mendieta y Núñez a la institucionalización de la sociología em México (1939-1951). **Tempo Social, revista de sociología UESP,** v. 28, n° 3, 2016, p. 77-94.

PRADO, Maria Ligia. América Latina: historia comparada, historias conectadas, historia transnacional. **Auario digital.** Escuela de Historia, Facultad de Humanidades y Artes, Universidad Nacional de Rosario, Argentina, n° 24, 2011-2012, p. 9-22.

ROCCA, Pablo. Por qué, para qué una revista (sobre su naturaliza y su función em el campo cultural latino-americano). **Hispanamérica,** ano XXXIII, n° 99, dez/2004, p. 3-20.

SÁENZ, Moisés. **México íntegro** [1939]. México: Cien de México, 2007.

SARLO, Beatriz. Intelectuales y revistas: razones de una práctica. **América: Cahiers du CRICCAL,** n° 9-10, 1992, p. 9-16.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma História Política.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 231-269.

SKINNER, Quentin. **Visions of Politics.** Volume I – Regarding Method. Nova York: Cambridge Univesity Press, 2014 [versão Kindle].

SOARES, Gabriela Pellegrino. **Projetos políticos de modernização e reforma no Peru**: 1950-1975. São Paulo: Annablume/ FAPESP, 2000.

SOSA VILLAGARCÍA, Paolo. La democracia peruana desde sus variedades. **Argumentos**: revista de análisis y crítica. Lima, Peru, IEP, ano 10, nº 2, julho, 2016, p. 41-48.

VALDIZÁN, José *et. al.* **El Perú republicano, 1821-2011**. Lima: Fondo Editorial Universidad de Lima, 2013.

VICH, Cynthia. **Indigenismo de vanguardia e el Perú**: um estúdio sobre el Boletín Titikaka. Lima: Fondo Editorial PUCP, 2000.

WEINSTEIN, Barbara. Pensando la historia más allá de la nación: la historiografía de América Latina y la perspectiva transnacional. **Memoria académica**, UNLP, 2013, p. 1-14.



---

## ARTIGOS – ARTICLES

---

### *A critique of postcolonial reason: toward a history of the vanish present* de Gayatri Spivak em contraste com a teoria crítica: apontamentos para uma teoria literária

Carlos Alberto Salim Leal<sup>1</sup>

Instituto de Estudos da Linguagem - UNICAMP  
Programa de Teoria e História Literária.  
[cleal81@yahoo.com.br](mailto:cleal81@yahoo.com.br)

Como citar este artigo: LEAL, C. A. S. A critique of postcolonial reason: toward a history of the vanish present de Gayatri Spivak em contraste com a teoria crítica: apontamentos para uma teoria literária, *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº16, pp. 36-66. 2023. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

**Resumo:** O presente artigo, no âmbito da teoria literária e do problema da representação, visa à análise de convergências e diferenças nos princípios basilares dos Estudos Pós-Coloniais na obra de Gayatri Spivak e da Teoria Crítica, entendida, aqui, como o conjunto de premissas, conceitos, análises e problemáticas surgido no âmbito da primeira geração da Escola de Frankfurt, notadamente no pensamento de T.W. Adorno, Max Horkheimer e Walter Benjamin. Para tanto, busca-se um cotejamento de alguns conceitos fundamentais da Teoria Crítica (como alegoria, a arte moderna, reificação e sistema) com uma leitura da obra *Crítica da Razão Pós-Colonial*, de Gayatri Spivak (2022, originalmente *A Critique of Postcolonial Reason: Toward a History of the Vanish Present*) por seu potencial de abrangência crítica na sustentação de uma razão pós-colonial e pelo papel de destaque que a teoria literária ocupa nesta definição. Por meio da identificação destas afinidades e diferenças, busca-se alguns apontamentos acerca da teoria literária como lócus de debate epistemológico entre diferentes sistemas de ideias.

**Palavras-chave:** Teoria Crítica. Estudos Pós-Coloniais. Teoria literária.

---

<sup>1</sup> Formado em Comunicação Social – Habilitação Jornalismo pela ECO/UFRJ. Mestre em Comunicação e Cultura pela mesma instituição. Doutor em Ciências da Literatura pela Faculdade de Letras da UFRJ. Pesquisador de Pós-doutorado no programa de Teoria e História Literária do IEL/Unicamp.

*Gayatri Spivak's "A critique of postcolonial reason: toward a history of the vanish present" in contrast with critical theory: notes for a literary theory*

**Abstract:** This article, within the scope of literary theory and the problem of representation, aims to analyze convergences and differences in the basic principles of Postcolonial Studies in the work of Gayatri Spivak and Critical Theory, understood here as the set of premises, concepts, analyzes and issues that emerged within the scope of the first generation of the Frankfurt School, notably in the thinking of T.W. Adorno, Max Horkheimer and Walter Benjamin. To this end, we seek to compare some fundamental concepts of Critical Theory (such as allegory, modern art, reification and system) with a reading of the work *Crítica da Razão Pós-Colonial*, by Gayatri Spivak (2022, originally *A Critique of Postcolonial Reason: Toward a History of the Vanish Present*) for its critical scope potential in sustaining a postcolonial reason and for the prominent role that literary theory occupies in this definition. Through the identification of these affinities and differences, we seek some notes about literary theory as a locus of epistemological debate between different systems of ideas.

**Keywords:** Critical Theory. Postcolonial Studies. Literary theory.

## Introdução

O presente artigo visa ao cotejamento dos princípios de uma teoria da literatura baseado na Teoria Crítica com as premissas de uma teoria literária presente nos Estudos Pós-Coloniais. Fundamentalmente, entende-se, aqui, Teoria Crítica como o conjunto de premissas, conceitos, análises e problemáticas surgido no âmbito da chamada primeira geração da Escola de Frankfurt, notadamente no pensamento de T.W. Adorno, Max Horkheimer e Walter Benjamin. Para a aferição do grau de ineditismo e contemporaneidade do problema aqui tratado, buscar-se-á estabelecer uma análise comparativa dos potenciais parâmetros fundamentais de uma Teoria Crítica da literatura com os Estudos Pós-Coloniais, em especial com a obra *A Critique of Postcolonial Reason: Toward a History of the Vanish Present* (traduzido para o português, em 2022, como *Crítica da razão pós-colonial: por uma história do presente fugidio*), de Gayatri Spivak, pela abrangência na sustentação do que vem a ser uma razão pós-colonial e pela importância dada ao papel da crítica literária em tal definição. Essa escolha se justifica pelo grau de impacto e influência que as

teorias pós-coloniais e decoloniais ocupam no âmbito da teoria literária contemporânea. Além disso, ditas teorias guardam, segundo James Ingram (2020), por um lado, um importante grau de diferença metodológica e conceitual com a Teoria Crítica, e, por outro, semelhanças quanto à origem de temas abordados, podendo ser consideradas teorias “aparentadas, aliadas ou sobrepostas”. É justamente isso que, a nosso ver, justifica um cotejamento, visando a posicionar a Teoria Crítica no cenário atual da crítica literária.

Ainda segundo Ingram (2020), enquanto a Teoria Crítica tem por procedimento característico um movimento que parte, muitas vezes, de um problema ou objeto teórico específico para, em seguida, buscar uma visada geral do estatuto da teoria social e estética, os Estudos Pós-Coloniais têm por procedimento característico a articulação de problemas locais e específicos para, assim, oferecer oposição ao pensamento dominante ou colonial/imperialista. Por conta dessas diferenças metodológicas entre as duas teorias que se busca comparar, opta-se por destacar um núcleo de problemas articulados da teoria crítica (a reificação, o estatuto da obra de arte moderna e o tema da alegoria) com a leitura de uma obra específica do pensamento pós-colonial.

### **Sistema e reificação na Teoria Crítica**

A Teoria Crítica, que aqui se toma, destaca-se como um dos principais vetores de força para o entendimento daquilo que é comumente chamado de capitalismo tardio ou, mais livremente, capitalismo contemporâneo. O capitalismo tardio é marcado por uma complexificação da totalidade social sem par na história da humanidade, a ponto de a própria noção de totalidade ser colocada em xeque em análises do mundo contemporâneo. Aí reside uma das forças singulares da abordagem da Teoria Crítica. Sem abrir mão de dada categoria, ela se esforça a propor uma relação dialética entre totalidade e particularidade, inédita na história da filosofia: aborda o que há de subsunção nesta categoria, na medida em que todas as formas de sistema que marcaram o pensamento ocidental apresentavam um grau decisivo de subordinação das particularidades a dito sistema. Esse grau de subsunção, no entanto, não é visto no âmbito da Teoria Crítica como mero acaso ou mero desvio das formas de

pensamento frente ao real. Ao contrário, ele é expressão da concretude em que se deu o desenvolvimento social das atividades humanas, no qual a dominação condicionou a subordinação de cada elemento sensível da existência humana a determinadas forças principais de constituição das suas atividades. Daí, pois, que a abordagem da Teoria Crítica sempre se preocupou em pensar e investigar as formas de mediação que condicionaram tal subordinação, assim como se ocuparam de imaginar, sob a alcunha do *não igual*, arranjos quer sejam teóricos, nas obras artísticas, quer sejam em pequenos substratos da vida social nos quais as particularidades não estivessem condicionadas por uma totalidade moldada na dominação, mas que pudessem ter sua liberdade realizada.

Não seria exagerado afirmar que, de uma maneira ou de outra, todos os autores iniciais da Teoria Crítica sofreram importante influência da teorização de Gyorgy Lukács (1989) acerca do fenômeno da reificação, expressa em *História e Consciência de Classe*. A ideia de que, sob as condições de reprodução do capitalismo monopolista, a estrutura da mercadoria deixa de nortear unicamente as relações econômicas e se transforma em elemento de totalização decisivo do conjunto da sociabilidade e das formas de consciência irá inspirar todo um conjunto de pensadores que buscavam ampliar o entendimento das novas dinâmicas socioculturais emergentes. Dois aspectos centrais parecem expressar o impacto decisivo da reflexão de Lukács sobre os autores pioneiros da Teoria Crítica, a saber: a maneira pela qual as formas de reificação presentes na vida social expressam esta expansão da lógica da mercadoria para o conjunto das relações sociais no capitalismo monopolista; e a sua associação com a *ratio* constitutiva da modernização ocidental. A análise aprofundada sobre o fenômeno da reificação e sua relação com um tipo ou momento específico do processo de racionalização que marcou a modernidade é ponto de partida decisivo para a Teoria Crítica. Marcos Nobre (2001), em seu *Lukács e os limites da reificação* (estudo que se debruça sobre a influência de *História e consciência de classe* sobre a Teoria Crítica), destaca uma passagem esclarecedora nesse sentido:

Em suma, trata-se aqui da visão do caráter *contingente* desses sistemas racionais parciais, para que se possa confrontar essa contingência com a “necessidade” de que ela se reveste como forma de dominação concreta no modo de produção capitalista: o racionalismo como método universal faz surgir necessariamente a

exigência do sistema, mas, ao mesmo tempo, a reflexão sobre as condições de possibilidade de um sistema universal; por outras palavras, a questão do sistema, se posta cientemente, denota a impossibilidade de satisfazer tal exigência. Com efeito, o sistema, no sentido que lhe atribui o racionalismo – e outro sistema é uma contradição em si –, mais não pode ser do que essa coordenação, ou antes, do que uma supraordenação e uma subordinação dos diversos sistemas parciais das formas (e no interior destes sistemas parciais das formas particulares), em que estas correlações podem ser sempre pensadas como ‘necessárias’, isto é, como correlações evidentes a partir do princípio de constituição da formas, como ‘produzidas’ por elas; em que, portanto, se se puser corretamente o princípio – tendencial – põe-se todo o sistema por ele determinado, em que as consequências estão contidas no princípio e podem, a partir dele, ser suscitadas, previstas, calculadas (NOBRE, 2001, p. 62)<sup>2</sup>.

Essa consequência do fenômeno da reificação parece ter recebido especial atenção dos pensadores ligados ao núcleo constitutivo da Teoria Crítica, dando forma àquilo que, posteriormente, será denominado, no famoso livro de Adorno e Horkheimer (1985), “dialética do esclarecimento”. Os meios pelos quais a razão pretende realizar seus objetivos últimos, anunciados no programa iluminista (liberdade e emancipação humanas), parecem desligar-se desses princípios e voltar-se contra eles. Em seu final, esse processo levaria à conversão da razão em irracionalismo, tema que Horkheimer (2010) irá denominar “eclipse da razão”. É a partir dessa configuração que a arte poderá ter papel negativo frente à consumação da totalidade enquanto reificação. Fundamentalmente, Benjamin e Adorno buscaram expressar tal preocupação em seus estudos práticos sobre literatura (abordando Kafka, Proust, Beckett e outros), em textos sobre a situação da literatura moderna – como “A posição do narrador no romance contemporâneo”, de Adorno (2003), e “O Narrador”, de Benjamin (1985) – e também em investidas de maior profundidade, nas quais a literatura e a arte, em geral, são postas sob o prisma dos dilemas centrais da sociedade moderna – *Origem do Drama Trágico Alemão*, de Benjamin (2013) e *Teoria Estética*, de Adorno (2008) seriam os mais relevantes exemplos aqui.

### **Sistema e representação na Teoria Pós-Colonial**

<sup>2</sup> A citação no trecho remete a LUKÁCS, 1989, p. 132-3.

A partir da apreciação anterior, em que se tratou de alguns temas fundamentais da Teoria Crítica, é hora de passar aos Estudos Pós-Coloniais. Ainda que exista uma diferença substantiva na abordagem de ditas teorias no que tange tanto à realidade social, como, mais especificamente, ao trato com a literatura, acredita-se que este grau de diferença pode ser de potencial interesse, na medida em que alguns problemas gerais aparecem em ambas as teorizações, mas são abordados a partir de procedimentos analíticos e categorias epistemológicas distintas. O primeiro ponto a ser destacado na similitude de problemas é a questão da dominação relacionada à ideia de sistema. Se a Teoria Crítica busca ver *ideia de sistema* como decorrência da categoria de dominação que atravessou a constituição das sociedades humanas, a Teoria Pós-Colonial põe em foco as relações entre o centro do sistema capitalista e os países que se constituíram enquanto colônias a partir dessa categoria de dominação.

*A Critique of Postcolonial Reason: Toward a History of the Vanish Present*, de Gayatri Spivak (1999), guarda a característica de ser um texto estruturante dos Estudos Pós-Coloniais. O livro de Spivak é considerado a *opus magnum* da autora indiana, que, anteriormente, já ocupava lugar de destaque dentro do quadro dos Estudos Pós-Coloniais, assim como da teoria americana contemporânea da literatura, como destacado por Fabio Durão (2011). O lugar que o livro ocupa no quadro mais geral de um panorama dos estudos literários contemporâneos é, assim, duplo. Se, por um lado, representa uma espécie de ponto de chegada de esforços combinados de autores que buscam pensar a partir de sua condição local das ex-colônias, por outro, está, também, no centro dos debates nos estudos acadêmicos da área, no país central da geopolítica do “mundo pós-soviético” (termo de Spivak para se referir à atual configuração do capitalismo global). Esse duplo-lugar oferece uma espécie de porta de entrada para o entendimento não só do livro, como também do estatuto geral dos Estudos Pós-Coloniais. Se estes, em geral, eram desenvolvidos por autores nascidos nas ex-colônias que desenvolveram sua formação acadêmica em países ocidentais, no epicentro do mundo acadêmico, o livro de Spivak marca um momento em que, de maneira aparentemente paradoxal, os Estudos Pós-Coloniais convertem-se em ponto de destaque das próprias teorias dos países centrais, podendo, novamente acompanhando a reflexão de Durão (2011), ser pensados em duplo aspecto: esforço dos países

descolonizados de pensar sua situação atual, colocando no centro de suas preocupações sua condição de ex-colônias e de subalternos no sistema global; e, ao mesmo tempo, o lugar de protagonismo, a ponto de poderem ser considerados parte do *status quo* dos estudos acadêmicos no campo dos estudos de literatura, filosofia, crítica de cultura e antropologia nos países centrais do novo sistema-mundo.

Assim, o esforço da crítica de Spivak (2022) ao que pode vir a ser um novo tipo de razão baseada nos paradigmas culturais dos países subalternos será o tempo todo construído em torno dessa duplicidade de local. O objeto da autora é, durante a maior parte do livro, o pensamento ocidental, suas representações literárias e suas origens europeias, porém postos em perspectiva pelo lugar específico ou pressuposto que esse pensamento situou suas colônias. Para tal empreitada, a metodologia fundamental empregada por Spivak é a da desconstrução, originada no pensamento de Jacques Derrida.

Em seu capítulo sobre filosofia, Spivak destaca três grandes sistemas de pensamento que considera edificantes da racionalidade europeia: os de Kant, Hegel e Marx. A consideração combinada desses três modelos edificadores do pensamento ocidental possibilitará a Spivak uma espécie de panorama geral para o local que será reservado à figura do informante nativo no pensamento ocidental, que, como se verá, ocupa lugar central em sua argumentação.

Ao tratar da obra de Kant, Spivak dá destaque para o local de *forclusion* que o informante nativo ocupa em seu sistema de pensamento. O termo, originado na psicanálise de Jacques Lacan, busca dar conta de um evento que não pode ter lugar na expressão do sujeito, mas que, ainda assim, deve ser incorporado em sua estrutura. A palavra carece de uma tradução precisa na língua portuguesa, sendo usado, geralmente, o termo “foraclusão”, mas pode ser pensada, em termos gerais, como uma espécie de *rechaço*. Aqui, tal qual a organização da argumentação lacaniana, como na desconstrução de Derrida, o significante assumirá lugar central, sendo uma espécie de alavanca que permitirá a contraleitura que Spivak operará sobre a obra de Kant. Segundo Fabio Durão, em *Teoria (literária) americana: uma introdução crítica*:

Mesmo correndo o risco de reducionismo, é possível dizer que a operação fundamental em jogo na teoria de Spivak consiste na transposição da lógica da *différance* para o ambiente social concreto do subalterno, também chamado de “informante

nativo”. A ideia da diferença, subjacente à prática interpretativa do primeiro Derrida, já é bastante conhecida para necessitar de longas explicações. É suficiente salientar que a *différance* aponta para um diferir e postergar marcado, na própria grafia da palavra, pelo “a” impronunciável do francês. Trata-se de um rastro que promove uma diferença, não entre, mas no próprio objeto, a ponto de tornar-se impossível determinar com certeza qual sua natureza ou essência (DURÃO, 2011, p. 76).

O informante nativo rechaçado será relacionado, assim, a um sentido de algo que está, ao mesmo tempo, presente e ausente: presente enquanto parte da fundamentação, uma vez que o movimento de rechaço é permanente e nunca completo (aqui, tem-se uma relação com a noção de falta e do registro do real em Lacan); e ausente como algo que é inevitavelmente interditado. Assim, Spivak centra-se nas três críticas de Kant (a *Crítica da Razão Pura*, a *Crítica da Razão Prática* e a *Crítica da Faculdade do Juízo*), buscando operar uma desconstrução destas a partir da figura do informante nativo. Resumidamente, a operação de Spivak busca demonstrar que o lugar conferido ao “homem rude”, aquele que não participa do mundo da cultura, constitui uma ausência necessária. Se a cultura é o campo que permite aos homens ascender ao domínio da razão através da mediação de sua capacidade de julgamento, ligando um juízo sintético ao campo do sublime (aqui, Spivak dá protagonismo à terceira crítica kantiana), a sua ausência remeteria ao campo das antinomias, que, como é sabido, ocupa lugar importante no pensamento de Kant. Assim, a cultura teria uma necessidade de universalização, campo no qual a capacidade de agir racionalmente, inerente ao homem, ganha expressão prática, mas, ao mesmo tempo, teria o seu contrário ou os seus limites demarcados. Esses limites seriam, então, marcados por aquilo que não pode ser conhecido, por aquilo que não pode ser objeto de uma ação racional ou por aquilo que não pode ser julgado. A partir deste momento é que Spivak busca dar um passo além em sua operação desconstrutiva, ao relacionar o homem rude com a *coisa em si* kantiana, como algo que é, ao mesmo tempo, fundamento e impossibilidade de conhecimento. Na argumentação da *Crítica da razão pós-colonial*, esse lugar é figurado tanto pelo nativo dos países coloniais, como, em uma incorporação da teoria feminista, pela mulher. Levando ao pé da letra a argumentação de Spivak, a figura acabada desse *não lugar* no sistema kantiano seria o da mulher dos países ex-coloniais. A autora explicita esse lugar em várias passagens do livro como duplo lugar de ausência

– o da racionalidade europeia e o do paradigma de masculinidade –, oferecendo, assim, uma dupla negativa: a do protagonismo de um *ethos* diferente ao *ethos* ocidental presente na figura do nativo e o protagonismo do feminino em oposição à normatividade promovida pela masculinidade. Assim, a figura do informante nativo, aquele que traz relatos do mundo não ocidental ao pensamento ocidental, pensando este último pelos alicerces enunciados por Kant, ocupará também um duplo local, ou indefinição na desconstrução que Spivak busca operar. Ele é função criada pelo pensamento ocidental como algo que organiza, por ausência, o sujeito, ou que traz informações do mundo “além da cultura”, mas é também elemento que pode, através desse movimento de desconstrução, assumir protagonismo na articulação de um novo paradigma de sujeito – o sujeito subalterno, que Spivak associará à mulher nativa dos países ex-coloniais.

Ao tratar de Hegel e Marx, Spivak irá priorizar as noções de temporalidade e desenvolvimento. Em sua abordagem de Hegel, o debate desenvolve-se em torno da sua teoria estética e da relação do mesmo com o desenvolvimento temporal e com os conceitos de representação. Segundo Spivak, na apreciação da arte hindu, Hegel identificará uma incapacidade de imersão das representações da *gestalt*, de maneira que as artes não ocidentais ficariam reféns da “tirania do visível”, presas à sua repetição. Essa incapacidade é lida no mito “Bhagavad Gita” como uma proliferação de símbolos que orientam a autorrealização em conformidade com os princípios do bem-agir, determinado de maneira idêntica a si mesmo pela divindade. Assim, Hegel reconheceria, na epopeia hindu, em contraste com a evolução figurativa da arte ocidental, um princípio de paralisia frente a um bem primeiro e imutável. Essa configuração levaria o pensamento hinduísta a sucessivas confusões entre os diversos símbolos, que não poderiam, como na arte ocidental, ser organizados em uma escala evolutiva, dado que o bem que buscam representar é também imutável. A arte hindu tentaria, assim, no juízo de Hegel, dar uma representação adequada da realização do ser de um ponto de vista externo à fenomenicidade. Em oposição a essa configuração, Spivak se orienta em direção a uma desconstrução da leitura hegeliana do mito de Bhagavad Gita, na qual prioriza as noções de *timing*, entendido enquanto tempo vivido (*living timing*) e da espacialidade, em oposição ao tempo da longa duração. A ação assumiria,

aqui, lugar preponderante em detrimento da representação, o que permite a Spivak propor um deslocamento da leitura de Gita do lugar da epistemologia em direção à política.

Ao tratar de Marx, Spivak retoma a problemática da evolução dos modos de produção. Assim, o lugar das sociedades indianas e chinesas é tratado dentro da problemática do Modo de Produção Asiático. Partindo da bem conhecida tentativa de Marx e Engels de pensarem o desenvolvimento dessas sociedades e sua não inscrição na sequência que levou ao percurso escravismo-feudalismo-capitalismo, é feita uma recuperação da singularidade do desenvolvimento da sociedade indiana e os problemas que a terminologia do Modo de Produção Asiático suscita. Segundo Spivak:

Argumentei que a figura do informante nativo era crucial mas foracluída — era um objeto necessariamente “perdido” — na terceira *Crítica* de Kant e na discussão hegeliana do simbólico inconsciente. Não se podem comentar os textos de Marx dessa mesma maneira. Marx foi global em um grau não alcançado por Kant e Hegel, e um dos maiores riscos advindos dessa globalidade foi compreender a natureza e o conteúdo da narrativa histórica e a construção de um país não atlântico como sujeito (agente) na história. Onde e como poderá um país não europeu se inserir no projeto preditivo daquilo que se compreende como a promessa marxista de determinado tipo de agência histórica? A questão de informante nativo como sujeito revolucionário vê-se institucionalizada no marxismo em nome de uma vanguarda — um método mais sofisticado de forclusão, talvez—, embora o próprio Marx parecesse mais interessado na questão da agência (ação institucionalmente validada) (SPIVAK, 2022, p. 104-05).

A pergunta sobre o porquê do Modo de Produção Asiático assume, a partir de então, uma dimensão maior. Ela representa a pergunta de por que a lógica do capital não se expandiu para o mundo todo e teve na Ásia um caminho diferente daquele percorrido no mundo europeu. A questão assumiria, assim, uma abrangência maior do que aquela conferida geralmente a este problema. Estaria, aqui, posta a questão da diferença, em seu sentido mais abrangente, representando a oposição entre dois tipos de agenciamentos diferenciados, a saber: o do mundo europeu e o do mundo não europeu. A partir de então, o caminho percorrido por Marx, na leitura de Spivak, seria aquele da busca de uma identidade em meio à diferença através da figura da autodeterminação humana frente às circunstâncias históricas. Assim, a figura

do modo de produção seria essa forma de identidade mais ampla, que poderia fazer suas inscrições nas diversas circunstâncias históricas.

A argumentação de Spivak fará menção às famosas observações de Marx (1977), em “O domínio britânico na Índia” e “Futuros resultados do domínio britânico na Índia”, de que o avanço do capitalismo sobre a Índia representou a dissolução dos laços comunais de existência, de que levou milhões de indivíduos ao sofrimento material através da deterioração da agricultura e de que o sofrimento humano assumiu um caráter calamitante. Porém, a argumentação de Marx prossegue afirmando que as formas tradicionais de vida na Índia eram, elas próprias, sustentáculos de formas seculares de dominação, baseadas na servidão, no despotismo e no morticínio como prática socialmente aceita e na estratificação social a partir das castas, que “restringiram o intelecto humano aos limites mais estreitos” (MARX, 1977, p. 290). Assim, o domínio britânico representaria a única forma de transformação social que a sociedade indiana testemunhou em séculos, e esta permitiria sua entrada no cenário histórico mundial.

O movimento seguinte de Spivak será, neste ponto, um recurso à leitura que Samir Amin (1977), em *O desenvolvimento desigual*, faz, de maneira comparada, do desenvolvimento do capitalismo nos países europeus e não europeus. Amin busca entender o desenvolvimento do capitalismo na Europa de maneira dupla: como falibilidade do modo de produção feudal e como excesso que esse modo de produção não consegue suportar, no que diz respeito ao desenvolvimento das forças produtivas. Basicamente, Spivak irá argumentar que o desenvolvimento do capitalismo na Europa foi resultante de um *déficit* de agenciamento. A partir dessa constatação, o modo de produção asiático é lido não como na premissa original de Marx, como ausência de dinamicidade, mas como uma forma diferente de agenciamento daquela observada nos países europeus. A partir desse locus específico do choque entre modelos de agenciamentos diferente, Spivak buscará situar o projeto colonial não como um avanço civilizatório, mas como o resultado das faltas intrínsecas do desenvolvimento europeu que irá operar, então, uma subordinação do modo de vida dos países asiáticos à sua própria lógica. Assim, busca-se argumentar que o projeto colonial foi uma sobreposição subordinadora de formas de agenciamento diferentes e que, portanto, as formas de vida

específica dos países colonizados não podem ser pensadas simplesmente a partir da ausência de progresso histórico, mas, pelo contrário, devem ser vistas como uma diferença essencial ao modelo seguido pela Europa, que guardaria, em si, um grau de interesse singular, ainda que sub-representado, para o entendimento do sistema-mundo, que se gesta a partir do projeto colonial.

***A leitura de Foe, de J.M Coetzee, em A Critique of Postcolonial Reason: Toward a History of the Vanish Present***

Feita essa apreciação das matrizes interpretativas que Spivak busca mobilizar, passa-se à análise de um trecho do capítulo sobre literatura de *A Critique of Postcolonial Reason: Toward a History of the Vanish Present*: aquele que estabelece a contraposição entre *Robinson Crusoe*, de Daniel Defoe (2004), e *Foe*, de J. M Coetzee (2016). Há, aí, um movimento de encontro entre a Teoria Pós-Colonial de Spivak e o movimento de *Foe* em direção a *Robinson Crusoe*; enquanto metarromance, o livro de Coetzee (de 1986, já bastante influenciado pelo nascimento da Teoria Pós-Colonial) busca tematizar também, por um ângulo desconstrutivo, a figura do informante nativo.

Como se sabe, em *Foe*, a narrativa é conduzida por Susan Barton, inglesa que volta de uma viagem ao Brasil na qual buscava encontrar sua filha desaparecida. Durante o percurso, o navio é palco de um motim que termina com o assassinato do comandante. Susan, então, é abandonada à deriva e aporta na ilha em que vivem Crusoe e Sexta-Feira. Passa, então, a observar as peripécias de ambos e tomar notas do que vê. Finalmente, os três são resgatados por uma nova expedição, mas, durante a viagem à Inglaterra, Crusoe morre. Susan chega de volta a seu país com Sexta-Feira. Ela, então, busca transformar em narrativa aquilo que testemunhou na ilha deserta e se relaciona com Foe (referência a Daniel Defoe), escritor que lhe é recomendado como interlocutor para a escrita de seu relato. Porém, Susan e o escritor divergem quando ela manifesta seu desejo de enfatizar em seu relato aquilo que testemunhou na ilha, pois Foe lhe recomenda que a ênfase recaia em sua busca por sua filha. Além disso, existe uma impossibilidade de se ter acesso à linguagem de Sexta-Feira, porque, na obra de Coetzee, a personagem tem sua língua cortada por senhores que o escravizaram antes de ser resgatado por

Crusoé, fazendo com que se comunique apenas através de danças e gestos. Susan se vê, ainda, envolvida com a chegada de uma mulher que afirma ser sua filha desaparecida à Inglaterra, o que lhe trará novos conflitos.

A primeira característica destacada por Spivak na estruturação de *Foe* é a de espacialidade, que viria a substituir a centralidade da temporalidade como característica decisiva de Robinson Crusoé. No livro original, vemos a passagem do tempo em que Crusoé espera pelo seu resgate como característica central. É nesse tempo que o protagonista desenvolve uma série de atividades que permitem sua sobrevivência na ilha, o que é destacado por Spivak. A ideia de valor em Marx é aqui resgatada, expressando a relação entre a atividade humana e sua capacidade de projeção de suas necessidades nos objetos. Já em *Foe*, o que se observa é uma dificuldade de quantificação desse tempo por conta de um tipo específico de espaço, que não proporciona a sua inscrição. Esse espaço é figurado na leitura de Spivak, primeiro pelo fato de que, ao contrário do Crusoé original — intrépido e ativo —, “Cruso” mostra-se desengano e passivo. A ideia de espacialidade é remetida, ainda, à estrutura metanarrativa do livro, no qual a referência ao original se dá pela via da citação indefinida. Afirma Spivak:

Susan Barton escreveu um título, *A mulher náufraga*, bem como suas memórias e diversas cartas, e enviou esse material ao sr. Foe, embora nem todo ele tenha alcançado seu destino. [...] Susan Barton abre o romance com aspas, com uma auto-citação: “Por fim, não consegui mais remar.” (Foe, p.7). Essa primeira parte — a narrativa de sua descoberta de Crusoé e Sexta Feira, a morte de Crusoé a bordo do navio que os levava de volta à Inglaterra, e sua chegada à Inglaterra em companhia de Sexta Feira — corresponde à narrativa de suas memórias. Seu relato histórico por sua vez consiste ou no livro Robinson Crusoé ou no livro Foe, já não é possível sabermos ao certo. A esta altura, trata-se tão somente da marca da citação e da alteração que consiste toda leitura, uma alegoria para o ~~guardião~~ que exerce vigilância sobre qualquer alegação de que se está a demonstrar a verdade de um texto por meio de citações. Onde o texto se inicia há uma citação sem origem definida. (SPIVAK, 2022, p. 219-220).

Dessa maneira, na leitura de Spivak sobre *Foe*, o momento de indeterminação ganha predominância enquanto instância de significação do texto. As personagens principais, que são, ao mesmo tempo, referências ao *Robinson Crusoé* original e amálgamas ou dispersões dessas personagens, criam um tipo de agenciamento diferente, cedendo lugar para um novo âmbito de problemas. Interessante chamar atenção para o local de indefinição

representado pelo encontro entre Sexta-Feira e Susan Barton. Aqui, a figura do informante nativo é dispersa em duas personagens que buscarão um movimento de complementaridade não alcançado. Se Susan Barton representa a figura feminina em substituição ao narrador masculino original, os impasses que enfrenta ao tentar construir seu relato representam a impossibilidade de se alcançar uma estabilização dos códigos de representação, capaz de dar conta dos problemas suscitados pela ausência de fala de Sexta-Feira. O fato de Sexta-Feira ter tido sua língua cortada aparece, aqui, não só como metáfora do silenciamento do informante nativo, mas também como a expressão de um impasse na própria transmissão das vivências que devem ser articuladas. Essas vivências são expressas através da dança e dos gestos, que são incompreendidos por Susan.

Assim, se, em *Robinson Crusóé*, o lugar de Sexta-Feira é estabilizado como elo entre a necessidade de reorganização do espaço através da quantificação do tempo, em *Foe*, observa-se, segundo Spivak, uma passagem de ênfase da produção mercantil controlada pelo tempo para expressão da ideia de império que se expande no espaço. Daí a importância da desestabilização das medidas espaciais que o romance apresenta, como tentativa de expressão de um ponto faltante na empreitada colonial. Então, se o fato gerador da narrativa é a chegada de Susan à ilha, esta chegada expressará a abertura de um campo de indeterminação representado pela figura feminina deslocada. Se a busca pela filha apresenta-se como conotação ao lugar feminino, o fato de que Susan está “inseminando” um espaço vazio é remetida por Spivak ao princípio da masculinidade, herdado do lugar de narrativa do *Robinson Crusóé* original. A mulher fora da estrutura familiar, assumindo o lugar de desbravadora e criadora, portanto, demonstrará uma liberação de sua função enquanto valor de uso dentro da prática reprodutiva. Mas o fará, novamente, colocando em xeque sua constituição enquanto feminino. A busca pela filha perdida será, então, interpretada por Spivak como movimento de desconstrução do local pré-definido dos polos masculino e feminino na estrutura familiar.

Neste ponto, a argumentação de Spivak retoma a ideia de agenciamento, que teve lugar central na sua análise dos modos de produção em Marx. Se a empreitada colonial engendrou uma série de forças que se configuram segundo lugares pré-definidos – como o silenciamento do

informante nativo, o lugar do desbravador colonizador, o lugar passivo da mulher subalterna –, o questionamento desse sistema não pode passar, segundo Spivak, por um simples reagenciamento desses fatores pela perspectiva pós-colonial, o que resultaria numa posição fundamentalmente defensiva do ponto de vista político. Fica apontada aqui a impossibilidade de representação da trajetória da empreitada colonial e da função de maternidade no mesmo registro de linguagem:

O que estou sugerindo é que, com isso, o livro pode estar assinalando a impossibilidade de se restaurar a história do império e de se recuperar o texto perdido da maternidade [*mothering*] *sob o mesmo registro de linguagem* (grifo da autora). É bem verdade que somos, cada uma de nós, sobredeterminadas — parte historiadoras, parte mães, além de inúmeras outras determinações. Porém, a sobredeterminação pode ser ela mesma revelada quando o condensado rébus do sonho se resolve em prosa analítica. Devido a esse deslocamento, não há política possível que tenha por fundamento uma contínua e sobredeterminada multiplicidade de agências. Não passa de um gesto defensivo revestirmos a desejabilidade estratégica de uma política de alianças e de um pluralismo consciencioso no espaço contínuo aberto pelo capital socializado com a linguagem da indecidibilidade e da pluralidade. Lá pela metade de *Foe*, a misteriosa expulsão da filha pode ser lida como marca dessa aporia. [...]

Nós poderíamos “explicar” por nossa própria conta e de várias maneiras essa curiosa sequência. Nós poderíamos recriminar Coetzee por não permitir a uma mulher acesso livre e simultâneo à autoria e à maternidade [*motherhood*]. Nós poderíamos elogiá-lo por não ter a presunção de enunciar um texto completo sobre a maternidade [*motherhood*]. De minha parte, prefiro salvar o livro, chamá-lo a marca da *aporia* que se encontra em seu centro, e ensinar a ~~minhas alunas~~ algo acerca da impossibilidade de um programa político que tenha por fundamento a sobredeterminação (SPIVAK, 2022, p. 224-225).

Sob o sentido mais corrente da noção de sobredeterminação, em sua matriz althusseriana, tem-se a presença de um fator externo a uma determinada contradição como elemento que incide sobre ela conferindo-lhe uma espécie de curso ou sentido pré-estabelecido para o seu desenvolvimento. Assim, a argumentação de Spivak acentua a relação entre agenciamento e sobredeterminação para afirmar que a tentativa de totalização de uma leitura a partir da eleição de um elemento externo aos fatores agenciados (o lugar de maternidade, o lugar de historiadora) colocará o projeto Pós-Colonial numa posição defensiva frente ao sistema colonial/imperial. A tentativa de desconstrução de *A Critique of Postcolonial Reason: Toward a History of the*

*Vanish Present* parece residir, então, nessa recusa à expressão de singularidades por meio de gramáticas sobredeterminadas. A alternativa política apareceria por meio da eleição de contextos específicos de enunciação, constituindo movimentos de antissistematização capazes de, em cada ato de leitura, conferir novo sentido aos elementos agenciados.

### **Teoria Crítica, estética e o problema da representação**

Após destacar alguns elementos que parecem fundamentais na elaboração da crítica Pós-Colonial ao sistema imperial/colonial, busca-se destacar a maneira com que a Teoria Crítica lida com o problema da representação e do caráter problemático da expressão artística sob a égide do capitalismo monopolista. Inicia-se esta exposição pelo conceito de *alegoria*, na medida em que o mesmo se torna uma chave interpretativa que se generaliza para as teorias da literatura e da representação na segunda metade do século XX, estando presente também, como se buscou demonstrar, na estratégia interpretativa dos Estudos Pós-Coloniais.

Em *Origem do Drama Trágico Alemão* (2013) – texto de difícil leitura que, como se sabe, marca a passagem de um período do pensamento de Benjamin fortemente marcado pelo messianismo judaico (fator este que nunca desaparecerá de sua obra) para uma fase de prevalência do materialismo –, uma decisiva noção de alegoria será desenvolvida para dar conta da figuração dos dilemas decisivos da modernidade. A tematização da alegoria em Benjamin parece jogar papel importante em suas análises literárias – como aquelas sobre Kafka, Proust e Baudelaire –, mesmo quando não nomeada de maneira direta. Além disso, encontra eco em textos de caráter filosófico, como “Teses sobre o conceito de História” (1985) e “Sobre el Programa de la Filosofia Futura” (1970), que, como se sabe, se inserem na preparação do grande projeto inconcluso das *Passagens Parisienses*. Daí a dificuldade de tratar de maneira justa o problema da alegoria em Benjamin, pois o conceito parece expressar não só uma mudança na forma de composição e da produção artística, mas também um instrumento conceitual de apreensão do real e de sua expressão filosófica em um movimento de potencial encontro entre essas duas esferas. O arranjo do livro é pouco convencional, sobrepondo argumentos de origens

teológicas (judaica e cristã), historicismo alemão e elementos epistemológicos do idealismo alemão (Kant e Hegel), grego (a doutrina das ideias de Platão é reinterpretada no “Prólogo epistemológico-crítico”) e da monodialogia de Leibniz. A partir disso, lança-se a uma longa recuperação da noção de alegoria, tomando como ponto de partida peças de caráter obscuro da dramaturgia alemã do século XVII, ao que se soma a tentativa de sistematização da mesma nos autores do século XIX. Ao longo do capítulo destinado à alegoria, Benjamin se abstém de oferecer uma definição para o termo. Isso parece não assumir maior importância para sua argumentação, mas, segundo Sérgio Paulo Rouanet, na apresentação da primeira tradução brasileira (intitulada *Origem do drama barroco alemão*, de 1984), o significado terminológico que está sendo empregado é razoavelmente casual, remetendo à origem grega *allegoria*. De maneira mais ou menos consensual, no período da redação do livro, o termo remetia à ideia de falar sobre outra coisa, o *allos*, através do *agourein*, que assume o sentido de algo que é dito no momento, abertamente, o “agora” da “agora”.

Esse procedimento, ainda segundo Sérgio Paulo Rouanet, é indispensável ao próprio arranjo compreensivo proposto por Benjamin, que busca estabelecer uma objetividade para a ideia de “drama trágico” capaz de conferir materialidade aos fragmentos recolhidos. Segundo a apresentação, o que está em jogo aqui é uma articulação entre as noções de *ideia* (reinterpretada a partir da herança platônica), *conceito* e *fenômeno* como alternativa a análises nominalistas ou realistas, então dominantes na crítica cultural germanística. Se, no caminho nominalista, há uma divisão entre um procedimento dedutivo – no qual o maior número de exemplos de um estilo artístico é reunido para, depois, se chegar a um conceito desse estilo – e um caminho indutivo, ter-se-ia uma tentativa de predefinição dos métodos de composição de um estilo para a posterior análise dos exemplos artísticos, buscando determinar se os mesmos se enquadravam ou não nessa definição. Já a análise realista buscaria uma essência de um estilo artístico no interior da obra, que só seria acessível através de uma “visão” (*Anschauung*) de caráter subjetivo. Visão esta que, de maneira simplificada, pode ser entendida como “aquilo que a obra suscita naquele que a contempla”, para, daí, derivar seu conceito e, posteriormente, sua ideia geral. Para Benjamin, tanto num caminho como no outro o significado último e

objetivo das alegorias era perdido. Por conta de sua limitação a um contexto limitado, cronológico e acumulativo, sua significação e legado seriam esvaziados. O arranjo proposto por Benjamin em seu “Prólogo epistemológico-crítico” visava a dotar a ideia de uma objetividade, remetida não a uma esfera superior (o “mundo das ideias” de Platão), mas à potencialidade criadora original da língua (derivada da leitura do mito do *Gênesis*), em oposição à sua função meramente compreensiva, inerente a uma linguagem nomeadora, posterior ao pecado original ou, na versão secularizada, linguagem compreensiva, mero instrumento de conhecimento do já dado. Essa potência objetiva da ideia, substancializada pelo potencial criador da linguagem, no entanto, permaneceria abstrata e só ganharia substância quando fosse preenchida por fenômenos, que, por sua vez, demandariam um conceito como categoria mediadora entre o fenômeno e a ideia. O procedimento necessário, então, passaria por uma ação, tanto do artista como do crítico, um mergulho no fenômeno, retirando-o do seu contexto linear, expondo seus extremos, quebrando-os e, então, encontrando seu conceito (no caso da obra em questão, o conceito de alegoria), que, por sua vez, seria remetido à ideia (a ideia de um drama trágico). Esta ideia, agora substancializada, poderia salvar os fenômenos, livrando-os de sua mudez e remetendo-os para além de si mesmos, endereçando-os ao futuro, com uma expectativa de “redenção”.

*Origem do Drama Trágico Alemão* vale-se de citações e referências à presença da alegoria em praticamente todos os períodos catalogados da história humana, desde hieróglifos do Egito Antigo (lidos como protoforma da alegoria) até as artes grega e romana, gótica e renascentista. O que parece relevante aqui é entender como o mesmo ocupa um lugar fundamental para o modo de reflexão benjaminiano, que trará importantes desdobramentos para toda sua evolução intelectual, em especial para sua tematização da literatura moderna, mesmo após sua guinada epistemológica em direção ao materialismo dialético. Isso porque, se o livro apresenta uma abrangência de difícil apreensão, isso não se dá por uma intenção de construir algo como uma “história da alegoria nos diversos momentos da história da arte”. Ao contrário, a longa recuperação que Benjamin propõe abre mão de uma sistematização linear, optando por uma ênfase na ideia de ruptura. Essa ruptura se dá em diversos níveis, tanto na retirada de fragmentos históricos e artísticos de seu

contexto original e sua re colocação em confronto ou sobreposição a outros de períodos totalmente distintos, como na fratura do próprio fragmento em si, para destacar ou renotar o seu significado.

A melancolia aparece como categoria expressiva, uma vez que tudo parece possível, porém inexoravelmente arruinado pela ausência de um significado último, o que oferece, na interpretação de Benjamin, uma chave interpretativa para o excesso de ornamentação do estilo barroco, seus exaustivos significados ocultos e cifrados, os fundos falsos onde o fim se torna recomeço. Morte e melancolia parecem se complementar, criando uma atmosfera obscura e um sentido de circularidade. A morte, não como fim definitivo, que na estética medieval apontava para a salvação e a transcendência, mas, inversamente, como origem. Como algo já escrito nas coisas desde o seu aparecimento, o que torna a origem não só um “vir a ser das coisas”, mas uma ênfase no “tornar-se”, que conteria tanto o ser como o não ser da coisa, em um instante singular. De novo, a linearidade do encadeamento nas mudanças da coisa é substituída pela retirada de um fragmento no qual o seu ser e o seu não ser se sobrepõem. A morte, então presente desde a origem inanimada das coisas, e o prenúncio do retorno a essa condição, associam-se à melancolia, que, ao mesmo tempo em que aparta o indivíduo de si mesmo e de uma relação efetiva com as coisas, permite uma apreensão dessa dimensão fugidia do mundo e dessas coisas. Como estado de espírito associado ao tipo de reflexão que emana do barroco, a melancolia passa, assim, a compor uma espécie de “pano de fundo” no qual os fenômenos e acontecimentos podem ser renotados. Se isso, por um lado, impede uma relação efetiva do sujeito com os objetos e acontecimentos, por outro lado, cria um tipo de vínculo que atravessa sujeitos, objetos, acontecimentos e fenômenos, que passam, assim, e só por isso, a ter significado próprio, mesmo que provisório. A alegoria constitui-se, portanto, num processo de significação que exige um arranjo entre diversos elementos, um movimento interno entre esses elementos e uma referência a uma ideia que emana dessa configuração. Mais do que uma definição categorial rígida da ideia de alegoria, que, como foi dito anteriormente, parece não ser a preocupação de Benjamin, o que está posto aqui é: um tipo de expressão que se estabelece através de uma similitude entre elementos tangíveis e ideias de ordem abstrata, agora substancializadas. E uma

forte marca de negatividade e ruína, marcada pela predominância da ideia de morte por trás dessa composição, remetendo-a, assim, a além de si mesma.

O ponto de giro da temática necrológica que marca o livro, apesar de se apresentar em diversos momentos – e não poderia deixar de ser assim, dado seu método de composição –, parece tornar-se mais explícito no fim do último capítulo: uma dimensão utópica presente na alegoria. Essa ideia é aparentemente comprovada pelo retorno das alegorias naquele que é considerado o último texto de Benjamin, o famoso “Teses Sobre o Conceito de História” (1985). Porém, é necessário identificar qual elemento, inscrito na imanência das alegorias, mesmo quando desenvolvido em contexto de obscuridade e negatividade, parece produzir um sentido de encantamento enigmático, de onde pode emanar grande parte de seu potencial utópico. A sensação de inacabamento e de movimento perpétuo parece fazer com que a noção de origem se recoloca permanentemente num sentido em que a mesma seja sempre “reconstituída”, e a própria “reconstituição” aparece enquanto permanência dessa origem e possível chave de deciframento do enigma que cada alegoria traz incrustada em si, mesmo que esse significado revelado seja sempre provisório. A alegoria, assim, exige sempre um movimento de reinterpretação para sua apreensão, num jogo que associa os sentimentos e aspirações daquele que a contempla com algo inerente à sua origem, a partir de sua relação de semelhança.

Outro ponto decisivo para compreender o lugar da arte para a teoria crítica será o conceito de arte autônoma em Adorno. O ponto de convergência mais significativo entre as produções de Adorno e Benjamin, a esta altura, parece ser a tentativa de estabelecer nexos entre problemas de ordem epistemológica e estética, buscando, daí, depreender consequências para o âmbito da filosofia social. A aparição de novas formas de arte (como, por exemplo, a nova música e a literatura moderna) e as inflexões da filosofia burguesa (desde a *Lebensphilosophie*, na segunda metade do século XIX, até a fenomenologia no início do século XX) serão objetos de um exame crítico através do qual as consequências da consolidação do capitalismo urbano-industrial e o advento da sociedade de massas com suas novas formas de administração da coletividade ganham inesperada luz.

Enfatizando os pontos de tensão muitas vezes presentes nas expressões culturais características da primeira metade do século XX, os trabalhos de ambos estabelecem uma mudança metodológica decisiva para a crítica de cultura de inspiração materialista, dando os primeiros passos em direção àquilo que Adorno e Horkheimer denominarão, posteriormente, materialismo multidisciplinar. Indo além de uma relação de causalidade direta, oriunda de um marxismo empobrecido pelo determinismo hegemônico no período da Segunda Internacional (pelo qual determinados acontecimentos e fenômenos eram diretamente remetidos a algum tipo de determinante econômico), a renovação da crítica de cultura materialista visava a uma apreensão das especificidades dos fenômenos sociais e culturais sensíveis, reunindo uma gama variada de intelectuais de esquerda no período da República de Weimar, na Alemanha. Adorno, por exemplo, acreditava que só uma análise especulativa e mediada poderia penetrar nos segredos ocultos dos fenômenos sensíveis e que essa análise poderia apreender tendências sociais mais profundas, invisíveis à análise empírica imediata. Por isso, a crítica de cultura ganharia uma nova importância. Ao analisar os fenômenos sensíveis por um novo prisma, buscando mediar sua aparência com construções conceituais especulativas, poder-se-ia encontrar elementos e tendências que pareciam invisíveis ao modelo de determinação causal direto. Buscando aplicar seu método, posteriormente denominado “análise fisionômica”, que visava a uma crítica imanente dos objetos de sua análise, Adorno se centrava na maneira como sua forma se constituía nos arranjos que seus temas e materiais específicos construía e dispensava especial atenção para as tensões e mesmo incongruências e incoerências lógicas e formais desses objetos. Ao se centrar naquilo que seriam os “pontos cegos” das obras, que buscava apreender, acreditava que poderia fazer “explodir” a ideologia da sociedade burguesa e apreender suas antinomias estruturais. Tal qual Lukács havia feito ao remeter a problemática da coisa em si kantiana e seu caráter incognoscível a um necessário núcleo estruturante do capitalismo, constituído pela alienação do trabalho, que deveria permanecer oculto, Adorno irá buscar nas discontinuidades e antinomias das obras de Husserl as novas “tendências ocultas” da sociedade burguesa. Além disso, seus primeiros estudos de estética centrados em problemas musicais, particularmente interessados na obra de

Arnold Schönberg, buscavam revelar como a arte moderna poderia se constituir como forma específica de conhecimento, não mais inferiorizada em relação ao pensamento racional (como em Hegel) ou à experiência espiritual (como em Kierkegaard), mas capaz de oferecer uma espécie de equilíbrio entre sujeito e objeto, sensibilidade e conceito. Assim como havia procedido no entendimento da filosofia burguesa, Adorno busca o mesmo tipo de tensão formal ao observar os fenômenos de aparência do capitalismo do século XX – e este tipo de observação tem, na obra de arte moderna, um lócus privilegiado.

A ideia de autonomia da obra de arte apresenta-se, desde o início, na prosa de Adorno como elemento problemático. Daí que tematizações que buscam observar sua conceituação por um prisma unidimensional tendem a subestimar o jogo de tensões que sustenta sua argumentação. Primeiro, a arte moderna é, por si, expressão da crise da arte. Crise esta que pode ser apreendida em diversos sentidos. Primeiro, como degradação em mercadoria, no sentido análogo ao que propusemos quando enfatizamos o fenômeno da reificação no presente artigo. A teorização dos anos 1940, de Adorno e Horkheimer, é, neste sentido, a expressão mais bem-acabada. Mas aquela arte que busca se negar a decompor-se em mera mercadoria não sai ilesa do processo. Ela é obrigada a criar uma tipicidade de códigos autorreferenciais que também a inserem na dinâmica de divisão do trabalho. Daí que a análise de Adorno, em suas monografias musicais, em seus estudos sobre literatura ou em sua famosa *Teoria Estética* (2008), será sempre uma teoria da crise da arte. Essa crise se apresenta enquanto elemento interno, morfologicamente falando, na medida em que a arte que não pode mais expressar-se segundo um conjunto de referências amplamente reconhecível por uma parcela mais ampla do público se obriga também a refletir-se o tempo todo sobre suas próprias dificuldades. Neste ponto, aquilo que é elemento externo à obra de arte, o não sentido dado pela intensificação da divisão social do trabalho e pela alienação, se torna elemento internalizado, no qual a obra moderna se vê obrigada a metatematizações dos parâmetros de representação vigentes nos seu regime de significação e, por extensão, na sociedade. Esse nível de composição passa, então, mais uma complexificação e se vê expresso nas matérias expressivas da arte. Daí que a arte moderna precisa questionar todo o arcabouço técnico da arte, decompondo os materiais expressivos quer seja na literatura – onde os

limites entre a ficção e a não ficção, a narração e a descrição, a primeira e a terceira pessoa são borrados –, quer seja na música, na qual os limites do sistema tonal são questionados, passando pela pintura, na qual o processo figurativo é desestabilizado.

Toda esta teorização é bem conhecida da crítica especializada da obra de Adorno – e acredita-se não ser necessário repeti-la à exaustão. O que importa mais de perto é que esta condição de crise da arte vai na contramão de uma abordagem unilateral que possa estabelecer uma separação mecânica entre a “verdadeira arte” das vanguardas e do alto modernismo e a “arte degradada” da mercadoria e da indústria cultural. O que está em jogo aqui é uma atenção a uma crise mais ampla que remete novamente à categoria de reificação e de totalidade, mas que dialeticamente representa também a impossibilidade de comunicação e efetivação positiva desta totalidade. Se é assim, também em Adorno, assim como em Benjamin – e este é um dos pontos em que as concepções estéticas do último impactaram mais diretamente o primeiro –, o que está em jogo é a ideia de *fratura*. Uma fratura que será de uma expressão da totalidade, mas que só será possível de verificação na particularidade. Assim, a estética, enquanto elemento impossível, pensado de forma tradicional (como forma privilegiada da expressão sensível), volta a ter valor pela sua via negativa. Se ainda é possível falar em obra de arte no capitalismo monopolista, isto só ocorre por conta de sua potencialidade de se apresentar enquanto negação determinada da negatividade geral do processo social. Aqui, assim como a alegoria em Benjamin, o que está em jogo é a capacidade de uma obra de arte, ou mesmo de um trecho de uma obra de arte, propor um rearranjo para aquilo que se apresenta sensivelmente. E esse processo pressupõe sempre uma ruptura com os sentidos estabelecidos do fenômeno e sua reinserção em uma nova constelação específica (outro conceito que Adorno toma do último Benjamin). Segundo Susan Buck Morss (2011), em *Origen de la Dialectica Negativa*, o modelo de constelação adorniano pressupõe a retirada de um elemento de sua cadeia de causalidades e sua reinserção em um novo campo de tensões.

A estrutura dos ensaios de Adorno era a antítese da estrutura da mercadoria. A forma da mercadoria, como explicita Marx no primeiro capítulo do *O Capital* estava governada por princípios de abstração (do valor de troca a partir do valor de uso), de

identidade (de todas as mercadorias entre si através do dinheiro) e da reificação (ossificação do objeto como fetiche mistificador, separando-o do processo de produção). As constelações de Adorno, em contraste, se construíram segundo os princípios da diferenciação, da não identidade e transformação ativa. A diferenciação como procedimento composicional significava articular as matizes que assinalavam as diferenças qualitativas concretas entre fenômenos aparentemente similares. Adorno afirmava que “nunca as essências estão mais marcadamente separadas que quando mais se aproximam uma das outras.” Este princípio é a fonte de uma parte evidente de ambiguidade nos escritos de Adorno e que implicava que os “elementos” fenomênicos não teriam valor absoluto nem significado constante arrancados do contexto de sua manifestação particular. Era portanto impossível falar em abstrato daquilo que constituía, por exemplo, “a boa arte” ou uma teoria como se fosse possível encapsular um conjunto de atributos e uma definição e logo determinar se está presente ou ausente nos casos particulares. Ao inverso, o fato de que Adorno julgava positivamente certas qualidades específicas em uma constelação e negativamente em outra faz impossível por sua vez encapsular seu próprio pensamento e é a causa da elusividade, da resistência de seus escritos a serem categorizados dentro de qualquer armário intelectual (BUCK MORSS, 2011, p. 249, tradução nossa).

O que está em jogo, portanto, é uma configuração na qual esta recontextualização de um elemento sensível do mundo da vida o coloca em relação com outros elementos, de maneira diferente com aqueles ao qual ele estava na percepção corrente. A partir daí, esse novo campo de tensão pode revelar o que há de subsumido, de potência de liberdade nesses fragmentos, que foram suplantados na cadeia de causalidades da reificação. Em sua argumentação, Susan Buck Morss (2011) prossegue enfatizando que o que ocorre aqui é uma nova configuração da mediação entre a totalidade e a particularidade. Se, no sistema tradicional, a mediação é aquilo que está entre as partes e o todo, e a totalidade é vista como a soma das partes mais as suas múltiplas interações, no modelo das constelações, o que se tem é a mediação como elemento que atravessa a parte, extraindo da mesma algo que não podia se expressar previamente. Essa operação de reconfiguração, por sua vez, resguarda na expressão negativa (a constelação criada) os elementos que se apresentam enquanto estabelecidos no momento inicial. Surge, assim, a famosa expressão de negação determinada. Aquilo que foi negado se expressa na negação, mas de forma não igual. Esse tipo de procedimento faz com que a negação concreta se diferencie da negação abstrata, o simples abandono do negativo, do sofrimento, do desconfortável – que é a tônica das narrativas da indústria cultural.

## Teoria Crítica e Estudos Pós-Coloniais: afinidades e diferenças

Ao chegar neste ponto, parece o momento de buscar uma comparação entre determinados elementos importantes para a Teoria Crítica e para os Estudos Pós-Coloniais visando a uma aferição de seus possíveis graus de complementaridade ou de oposição, objetivando uma reunião de linhas de forças mais amplas que possam subsidiar uma teoria da literatura contemporânea. O primeiro vetor de forças que parece importante destacar é a complementaridade das noções de *sistema* e *dominação* presentes em ambas as perspectivas. Assim, se o sistema que constitui a totalidade do capitalismo monopolista é visto pela Teoria Crítica como lócus final da reificação que expressa a subsunção de todas as particularidades aos imperativos da reprodução do capital, a Teoria Pós-Colonial enxerga o sistema-mundo oriundo da polarização norte/sul como resultante da existência dos impérios coloniais e centra seus esforços em demarcar o imperativo de suas determinantes no mundo contemporâneo, centrando-se no momento em que, tendo as ex-colônias se libertado do jugo colonial, continuam ocupando um lugar subordinado e subalterno no sistema político mundial. A partir daí, ambas as tradições irão pensar as formas específicas de representação que se originam nas formas de dominação que buscam enfatizar para, então, imaginar alternativas capazes de expressar as contradições inerentes a tais sistemas, como expressão da condicionalidade que esses sistemas significam, ou seja, um sistema de força localizado no espaço-tempo com características determinadas, e que, portanto, pode ser visto em perspectiva histórica, imaginando, por fim, as alternativas às atuais configurações. Retomando Jamen Ingram, em *Teoria Crítica e Pós-colonialismo*:

Neste sentido podemos imaginar a teoria crítica da Escola de Frankfurt e o pós colonialismo como projetos aparentados, aliados ou sobrepostos. Em um nível metodológico, eles têm muito em comum. Ambos rejeitam as pretensões humanistas e sócio-científicas tradicionais de produzir um conhecimento atemporal e não situado. Em vez disso, ambos assumem que, como Horkheimer e Adorno colocaram em nota sobre a nova edição da *Dialética do Esclarecimento* em 1969, a verdade tem um “núcleo temporal” e que sua tarefa é investigar as complexas

relações de poder, históricas e atuais, nas quais eles próprios estão situados. Ambos os empreendimentos são portanto altamente reflexivos, submetendo seu próprio ponto de vista a um escrutínio interminável, perguntando como é possível chegar a um conhecimento que se eleve acima das forças que o produziram. [...] Por fim e mais importante, ambos se veem como práticos, buscando o conhecimento não por ele mesmo, mas em nome da emancipação, a fim de ajudar a reverter a cegueira, a dominação, a violência e a irracionalidade que marcaram nossa história a partir e à luz das quais tentam pensar as dificuldades presentes e as possibilidades futuras (INGRAM, 2020, p. 400-401).

As premissas expostas representam, assim, os pontos centrais de convergência da Teoria Crítica com os Estudos Pós-Coloniais, mas representam também a base de suas importantes diferenças. Isso porque, se, por um lado, a Teoria Crítica baseia sua apreensão do real a partir de uma universalidade da cultura e da práxis humana na qual, por sua dialética intrínseca, a totalidade se torna a forma da falsidade e da dominação universal, a Teoria Pós-Colonial parece pensar a própria universalidade como categoria eurocentrada, frente à qual o projeto Pós-Colonial deve adotar, prioritariamente, uma atitude de desconstrução. Aqui, um campo de divergências torna-se explícito, na medida em que, se a égide da dominação sobre a totalidade é pensada na perspectiva da Teoria Crítica como resultante de uma fenomenologia interna dessa totalidade, frente à qual a particularidade dos fenômenos deva ser pensada em articulação com o sentido de totalidade, a Teoria Pós-Colonial situa seu movimento interpretativo em um movimento de autonomização das particularidades frente ao sistema imperial/colonial.

Legatário que é do projeto de desconstrução e da diferença originados em Derrida e também da diferença em Foucault, grande parte do esforço do movimento da interpretação pós-colonial parece, assim, buscar apreender o fenômeno da produção de sentido por seu avesso, ou seja, o que este movimento precisou excluir ou pressupor para se organizar enquanto cadeia de sentido organizado. Disso decorrem dois efeitos importantes: a própria noção de texto é estendida para a apreensão não só de uma produção escrita ou falada, para uma obra artística ou científica, mas também do mundo da vida mais amplo, que será pensado, agora, de maneira semiótica. Essa estratégia interpretativa será, portanto, a base para pensar a realidade enquanto produção de sentidos e esforço interpretativo pensado como um movimento que

privilegia o significante. A possibilidade da lida com o significante, como se viu na obra de Spivak, será a base sob a qual se dará o movimento reinterpreativo, movimento pelo qual o momento do referente é pensado não mais como determinante material da produção simbólica, mas como ponto de sobredeterminação a uma determinada cadeia de sentidos que, a partir de então, pode e deve ser deslocada para o surgimento de novos significados. Segundo Fabio Durão, em *Do texto à obra*:

Sem dúvida, há algo de limitador em se falar do texto como se ele fosse uma entidade una e monolítica. Sob esse nome, desenvolveu-se, no final dos anos 60 e começo dos anos 70, toda uma variada poética, com formulações bem díspares por Greimas, Kristeva, entre outros: o fato de que de uma forma o texto será concebido como *sistema*, como um conjunto de elementos em jogo, em relação interna (por mais disseminativa que seja) uns com os outros. É sabido que a característica central do texto, aquilo que responde pela verdadeira ruptura trazido pelo estruturalismo é a problematização, na melhor das hipóteses, e o recalque, na pior, do referente. O que parece passar despercebido é como ele se presta a ser aplicado aos mais diversos objetos e como tende a imprimir a outras disciplinas a dinâmica interna da interpretação literária (DURÃO, 2019, p. 23).

Essa caracterização parece particularmente relevante na medida em que coloca em destaque grande parte dos sentidos interpretativos que se observa na obra de Spivak, a que se busca fazer referência no conjunto do presente artigo. Spivak, ao se referir à figura feminina e à figura do informante nativo em sua exposição, o fará pensando-as sob a égide dos construtos linguísticos que demarcaram uma sobredeterminação de ditas figuras à estrutura do poder colonial. Assim, todo o exercício do projeto pós-colonial parece centrar-se nos efeitos e possibilidades que a expansão da noção de texto permite para a interpretação do objeto literário e científico e sua colocação em comparação com um conjunto de sentidos mais amplos presentes no mundo da vida. Tal procedimento tem a vantagem de pensar a literatura em conexão com uma gama mais ampla de cadeias de produção de sentido, num momento em que a própria noção de literatura, enquanto campo específico de conhecimento, se apresenta em crise, pela perda de seu lugar tradicional, enquanto expressão privilegiada de sensibilidade da modernidade e do coesionamento da ideia de nação. Além disso, possibilita a multiplicação de formas de agenciamento, pluralidades, diferenças e semelhanças que podem se apresentar como

alternativa à égide da dominação monolítica dos países europeus e do Estados Unidos sobre os países periféricos ex-coloniais, tarefa para qual a Teoria Crítica, ao dar pouca importância às dinâmicas posicionais e empíricas do sistema colonial, parece pouco apta.

Porém, no mundo da superprodução semiótica em que estamos inseridos, com a proliferação de imagens e mensagens através das novas mídias e da ampliação em larga escala da comunicação digital povoando a vida cotidiana de maneira nunca vista na história da humanidade, tal procedimento pode aproximar-se de um sentido de reificação mais amplo, no qual a perda do referente, enquanto determinante material da realidade, a insere num processo de autorreferencialidade especializada, que anula qualquer possibilidade de apreensão e transformação qualitativa dessa dita realidade, tal qual teorizado por Fredric Jameson (2002) em *Pós modernismo, lógica cultural do capitalismo tardio*. Aqui, o lugar e a estratégia interpretativa da teoria crítica parece constituir-se enquanto importante vantagem comparativa em relação aos Estudos Pós-Coloniais. Isso porque se pode pensar o lugar da explosão do *texto*, do *sentido* e da *linguagem* como característica marcante da contemporaneidade. Tal processo deu-se sob a forma de um apagamento reiterado para o lugar da materialidade e das determinantes de dito processo, o que pode ser pensado, novamente seguindo a argumentação de Fredric Jameson, como fase última do processo de reificação. Assim, o tipo de problematização que a Teoria Crítica oferece para a estética e para literatura, enquanto categorias problemáticas, que precisam, a partir do modernismo, enfatizar seu lugar de construção e seus procedimentos composicionais, representam um maior grau de concretude na problematização do real, nos termos que Adorno formulou a negação determinada. Se forem tomados os exercícios de alegorização propostos por Spivak em seu capítulo sobre literatura em comparação com sua teorização em *Origem do drama trágico alemão*, de Benjamin (2013), ou com a construção de constelações que marca a obra tardia de Adorno (2008), principalmente em sua *Teoria Estética*, observa-se uma maior concretude no esforço negativo, que situa, então, o lugar dos fragmentos recolhidos em constante contradição com a totalidade, movimento pelo qual a categoria de mediação se eleva. Aqui, pode-se fazer referência a uma ampliação da categoria de mediação, tal qual apresentada por Adorno na

*Dialética Negativa* (2009) ou em seu *Três Estudos sobre Hegel* (2007), movimento pelo qual a mediação não representa mais um ponto de ligação entre elementos de ordens distintas, mas que necessariamente interpenetra os elementos da realidade pondo em vista o caráter temporal e histórico de uma dada configuração do real, que, por sua negação, pode manter acesas as promessas iluministas de felicidade, igualdade e liberdade.

Tendo chegado a este ponto, pode-se pensar que a mobilização de pressupostos interpretativos diferentes com importantes convergências no âmbito político e crítico, como são as tradições da Teoria Crítica e dos Estudos Pós-Coloniais, podem apresentar resultados bastante produtivos. A interseção de tais projetos na lida com o objeto da teoria literária poderá oferecer elementos para a aferição da produtividade de exercícios interpretativos, que buscam tensionar o real existente em direção a seus potenciais ainda não explorados e a localização do objeto literário, ou da produção textual, como locus possível de dita exploração.

## Referências

- ADORNO, T.W. **Dialética Negativa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Notas de literatura 1 e 2**. São Paulo: Editora 34, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Teoria Estética**. Lisboa: Edições 70, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Três Estudos Sobre Hegel**. São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- ADORNO, T.W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento: Fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.
- AMIN, S. **O Desenvolvimento Desigual: ensaio sobre as formações do capitalismo periférico**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1977.
- BENJAMIN, W. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- \_\_\_\_\_. **Origem do drama trágico alemão**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- \_\_\_\_\_. **Origem do drama barroco alemão**. Tradução, apresentação e notas de Sergio Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1984.

\_\_\_\_\_. Sobre el Programa de la Filosofía Futura. *In: Sobre el Programa de La Filosofía Futura y otros ensayos*. Caracas: Monte Avila Editores, 1970.

BUCK-MORSS, S. **Origem de la Dialectica Negativa**: Theodor W. Adorno, Walter Benjamin y el Instituto de Frankfurt. Buenos Aires: Eterna Cadencia Editora, 2011.

COETZEE, J.M. **Foe**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

DERRIDA, J. **Gramatologia**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

DURÃO, Fabio Akcelrud. **Do texto à obra e outros ensaios**. Curitiba: Appris, 2019.

\_\_\_\_\_. **Modernismo e coerência**: quatro capítulos de uma estética negativa. São Paulo: Nankin, 2012.

\_\_\_\_\_. **Teoria (literária) americana**: uma introdução crítica. Campinas: Autores Associados, 2011.

DEFOE, Daniel. **Robinson Crusoe**. São Paulo: Iluminuras, 2004.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

HONNETH, Axel. **Reificação**: Um estudo de teoria do reconhecimento. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

HORKHEIMER, M. **O eclipse da Razão**. São Paulo: Centauro Editora, 2010.

INGRAM, J. Teoria Crítica e Pós-Colonialismo. **Dissonância revista de teoria crítica**, v. 4, 2020. Disponível em: <https://www3.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/teoriacritica> Acesso em: 01 jun. 2023.

JAMESON, F. **O Marxismo Tardio**: Adorno, ou a persistência da dialética. São Paulo: Boitempo Editorial, 1997.

\_\_\_\_\_. **Pós-Modernismo**: A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio. São Paulo: Editora Ática, 2002.

LUKÁCS, G. **História e Consciência de Classe**: estudos de dialética marxista. Rio de Janeiro: Elfos Ed; Porto, Portugal: Publicações Escorpião, 1989.

MARX, K. **Textos**. v. 3. São Paulo: Editora Alfa-Ômega; Edições Sociais, 1977.

NOBRE, M. **Lukács e os Limites da Reificação**: um estudo sobre História e Consciência de Classe. São Paulo: Editora 34, 2001.

SAID, E. **Orientalismo:** O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SPIVAK, G. **A Critique of Postcolonial Reason:** Toward a History of the Vanish Present. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

\_\_\_\_\_. **Crítica da Razão Pós-Colonial:** Por uma história do presente fugidio. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2022.



---

ARTIGOS – ARTICLES

---

**Tobias Barreto entre a menoridade e o discernimento:  
da crítica do direito penal à tarefa das Ciências Sociais no Brasil  
(1830-1884)<sup>1</sup>**

**José dos Santos Costa Júnior<sup>2</sup>**  
Universidade Estadual da Paraíba  
[josedossantoscostajr@gmail.com](mailto:josedossantoscostajr@gmail.com)

Como citar este artigo: COSTA JÚNIOR, J. S. Tobias Barreto entre a menoridade e o discernimento: da crítica do direito penal à tarefa das Ciências Sociais no Brasil (1830-1884), *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº16, pp. 67-99. 2023. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

**Resumo:** Dos primeiros escritos e polêmicas em Escada – PE aos debates em Recife, a trajetória de Tobias Barreto de Menezes (1839-1889) foi marcada pela atuação como poeta, advogado, Curador Geral de Órfãos, Juiz Substituto e professor comprometido com um projeto abolicionista, liberal e republicano. Daí emergiu a sua crítica ao direito penal, conforme se lê em “Menores e loucos em Direito Criminal” (1884). Tal debate se deu nos anos 1860 como parte do dispositivo da menoridade, isto é, a rede de saberes e poderes que tornou possível a emergência do menor delinquente como uma “questão social”. O artigo problematiza a crítica ao conceito de discernimento em Tobias Barreto, situando-a em sua proposição sobre o papel sociopolítico do Direito. Metodologicamente, opera-se com a análise do discurso, partindo da obra “Menores e loucos em Direito Criminal”, articulando-a com textos produzidos a partir dos anos 1870, a saber: artigos de imprensa, textos avulsos, poemas, escritos forenses e a legislação penal. Assim, as proposições deste intelectual negro e de origem humilde fizeram parte de um diagnóstico e um prognóstico sobre o papel das Ciências Sociais para reconhecer as leis e as instituições como efeito da cultura e das relações sociais de dominação e resistência.

**Palavras-chave:** Tobias Barreto. Justiça Juvenil no Brasil. Direito Criminal. Dispositivo da Menoridade.

---

<sup>1</sup> A pesquisa contou com o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

<sup>2</sup> Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor Substituto no Departamento de História da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Atua na área da História com ênfase em teoria e metodologia da história, historiografia brasileira contemporânea, história da infância e juventude e relações étnico-raciais.

*Tobias Barreto between minority and discernment:  
from the critique of criminal law to the task of social sciences in Brazil  
(1830-1884)*

**Abstract:** From the first writings and discussions in Escada – PE to the debates in Recife, the trajectory of Tobias Barreto de Menezes (1839-1889) was marked by his work as a poet, lawyer, General Curator of Orphans, Substitute Judge and professor committed to an abolitionist project, liberal and republican. From there emerged his criticism of criminal law, as can be read in “Minors and insane persons in Criminal Law” (1884). Such a debate took place in the 1860s as part of the minority device, that is, the network of knowledge and powers that made possible the emergence of the delinquent minor as a “social issue”. The article problematizes Tobias Barreto's criticism of the concept of discernment, situating it in his proposition on the sociopolitical role of Law. Methodologically, it operates with discourse analysis, starting from the work “Minors and Crazy in Criminal Law”, articulating it with texts produced from the 1870s onwards, namely: press articles, separate texts, poems, forensic writings and criminal legislation. Thus, the propositions of this black intellectual from humble origins were part of a diagnosis and prognosis about the role of Social Sciences in recognizing laws and institutions as an effect of culture and social relations of domination and resistance.

**Keywords:** Tobias Barreto. Juvenile Justice in Brazil. Criminal Law. Minority Device.

### **Introdução**

Gameleira – PE, 13 de outubro de 1873.

Em petição assinada pelo procurador Tobias Barreto de Menezes, solicita-se que o réu Manoel Marques Ferreira Côco se apresente à justiça para a instauração de inquérito contra ele e seu filho menor, ambos acusados por João Francisco de cometerem agressão física e moral. Além de Manoel e seu filho, indicava-se ainda a presença de um sobrinho no referido acontecimento condenado pelo art. 205 do Código Criminal de 1830. Na ocasião, apresentava-se ao procurador o exame de sanidade que, a requerimento do mesmo suplicante se procedeu na pessoa do ofendido João Francisco Pereira no dia 7, anteriormente ao mandato intimidatório.<sup>3</sup>

Assim, da massa documental envolvendo múltiplos processos criminais e civis envolvendo o advogado, jurista e poeta sergipano Tobias Barreto de Menezes (1839-1889), emerge um caso de violência envolvendo um menor de

<sup>3</sup> Cf. *Esparsos & Inéditos*, com textos avulsos selecionados e transcritos sob a organização de Lima (1989, p. 268).

idade na segunda metade do século XIX. Este texto tem o objetivo de analisar a contribuição jurídica e filosófica de Tobias Barreto no debate sobre o conceito de discernimento tomado como critério biopsicológico para definir a imputabilidade penal do menor de idade. Para tanto, problematiza-se a trajetória intelectual deste autor enredada no dispositivo da menoridade,<sup>4</sup> isto é, a rede de saberes, poderes, instituições e profissões que tornou possível a emergência do debate jurídico-penal sobre a questão do menor e da menoridade a partir da década de 1860.<sup>5</sup> Mobiliza-se um corpus documental composto, inicialmente, pelo livro *Menores e loucos em direito criminal (um estudo sobre o artigo 10 do Código Criminal do Império)*, originalmente publicado em 1884, logo sendo objeto de debates no Clube Literário de Fortaleza, sob a liderança intelectual de Júlio César, assim como por várias partes do Império. O livro foi resultado de um momento mais maduro da carreira, depois de experiências no direito, imprensa, poesia e docência na Faculdade de Direito do Recife. Neste texto, ele analisa o Código Criminal de 1830 levando em conta principalmente aquilo que o legislador tomou como referência para definir o conceito de delito e quais sujeitos estariam incluídos nesse escopo jurídico como inimputáveis, isto é, menores com idade inferior a 14 anos de idade e pessoas consideradas loucas, por não possuírem discernimento sobre suas ações. A 2ª edição foi revista e ampliada em Recife pela Typographia Central, em 1886. Utiliza-se neste artigo uma edição de 1926, impressa nas oficinas da Empresa Graphica Editora de Paulo, Pongetti & C., no Rio de Janeiro, feita a partir da 2ª edição pernambucana.

A obra *Menores e loucos* não é, em si, uma peça jurídica, mas destina-se a fazer uma crítica do Código Criminal do Império que, por sua vez, é um documento jurídico relevante para compreender as disputas sobre o Estado-nação criado em setembro de 1822. O Código foi instituído em 16 de dezembro de 1830, fixando a imputabilidade penal plena aos 14 anos de idade,

<sup>4</sup> Sobre o conceito de dispositivo, operacionalizado nesta análise, cf. Agamben (2009) e Deleuze (2016). Acerca do dispositivo da menoridade, mais especificamente, ver Alvarez (1989) e Costa Júnior (2021).

<sup>5</sup> Assim como a criança foi historicamente inventada a partir de uma rede de saberes e poderes da modernidade (ARIÈS, 2006; CORAZZA, 2004), o menor foi sendo construído como um sujeito diferente da criança e marcado pela marginalização, abandono e criminalização da pobreza. Junto a isso, o racismo foi elemento constitutivo dessa rede que inventou a figura e o conceito do menor infrator no imaginário brasileiro a partir da segunda parte do século XIX (COSTA JÚNIOR, 2021).

criando ainda um sistema biopsicológico para a punição de crianças entre 7 e 14 anos de idade. Nessa faixa etária, aqueles menores que atuassem com discernimento poderiam ser considerados relativamente imputáveis, podendo-se recolhê-los às casas de correção pelo tempo que fosse determinado pelo Juiz, conforme o art. 13. Contudo, não poderia exceder a idade de 17 anos (SOARES, s/d, p. 259). Todavia, não ficando circunscrito a tal livro, busca-se articulá-lo às experiências anteriores na trajetória intelectual de Tobias Barreto na medida em que possam ajudar a entender sob que circunstâncias políticas e institucionais ele passou a tratar do tema menoridade e discernimento em termos jurídicos e filosóficos. Documentalmente serão mobilizados diferentes materiais, a saber: a) o livro *Dias e Noites*, editado pela Organização Simões e publicada no Rio de Janeiro em 1951, contendo 121 poemas escritos durante a chamada “fase sergipana” (1855-1862) e marcada pela linguagem condoreira;<sup>6</sup> b) *Esparsos & Inéditos*, livro com textos avulsos selecionados, anotados e apresentados por Jackson da Silva Lima em 1989, contendo poesia, prosa esparsa, escritos forenses<sup>7</sup> e correspondência; c) *Estudos de Direito III* - edição comemorativa: livro organizado pelo professor Jackson da Silva Lima e o historiador Luiz Antonio Barreto com apoio do governo estadual de Sergipe e do Governo Federal, publicado em 1991. Contém escritos forenses, artigos da imprensa e o texto “Fortuna crítica: a Filosofia Jurídica de Tobias Barreto”, escrito por Manoel Cabral Machado. Consta ainda do *corpus* documental o Código Criminal do Império de 1830.

Dois elementos orientam a abordagem: a) evitar a redução do discurso à forma texto/imagem/ato de fala, reconhecendo-o como uma prática que constitui os objetos de que fala e é articulado em positivities materialmente distribuídas, selecionadas, censuradas e dispostas no campo social em registros

<sup>6</sup> Desse total de poemas, 21 se referem direta ou indiretamente à temática da infância e criança, o que mostra que a preocupação com o assunto se fazia presente desde os primeiros escritos. Além das palavras criança e infância, propriamente, há também outros que expressam a temática, tais como menino, menina, infantil etc., quase sempre lidos de uma forma um tanto quanto idealizada sobre a infância.

<sup>7</sup> O compilador Jackson da Silva Lima (1989, p. 12) esclarece que “dos sessenta e cinco autos pesquisados pela Prof.<sup>a</sup> Maria Andreolina de Melo, aproximadamente vinte foram postos de lado, e dos setenta microfilmados pela Fundação Joaquim Nabuco, só tivemos em mãos trinta e quatro. Somando-se o montante das ações efetivamente manuseadas, temos quase a cifra de uma centena (não chegando a dez os processos repetidos), da qual deduzidos os sessenta e um, resta pouco menos de quarenta, o que importa em mais da metade do total consultado. Uma pesquisa mais intensa há, por certo, de revelar-nos dezenas de outros feitos nos quais haja Tobias Barreto exercido atividades forenses [...].”

textuais, imagéticos, sonoros etc. (FOUCAULT, 2016; FOUCAULT, 2012); b) descrever as relações intrínsecas entre um campo de forças composto por instituições, personagens e as condições e regras práticas que delimitaram a possibilidade para a emergência de um saber jurídico. Lê-se o discurso jurídico como parte de uma ampla rede que conecta, dispersa, sobrepõe e amplia práticas e enunciações variadas, engendrando “[...] domínios de saber que não somente fazem aparecer novos objetos, novos conceitos, novas técnicas, mas também fazer nascer formas totalmente novas de sujeitos, ou simplesmente novos sujeitos” (LEÓN, 2004, p, 45). Em Tobias Barreto a crítica do Direito Criminal esteve associada à crítica dessa nova figura: o menor.

Ao lidar com a gramática do discurso jurídico foge-se tanto do *formalismo* (que afirma a autonomia absoluta da forma jurídica em relação ao social) como do *instrumentalismo* (que concebe o direito como “reflexo” ou “utensílio” dos dominantes). Isso permite ver “o campo jurídico como lugar de concorrência pelo monopólio do direito de dizer o direito”, onde defrontam-se “agentes investidos de competência ao mesmo tempo social e técnica que consiste essencialmente na capacidade reconhecida de *interpretar* (de maneira mais ou menos livre e autorizada) um *corpus* de textos que consagram a visão legítima, justa, do mundo social” (BOURDIEU, 1989, p. 216).<sup>8</sup> Tal discurso gera efeitos como o de *neutralização*, que é obtido por um “conjunto de características sintáticas tais como o predomínio das construções passivas e das frases impessoais, próprias para marcar a impessoalidade do enunciado normativo e para constituir o enunciador em sujeito universal, ao mesmo tempo imparcial e objetivo” (BOURDIEU, 1989, p. 216). O efeito de universalização pode ser obtido por processos diversos e convergentes, tais como:

o recurso sistemático ao indicativo para enunciar normas, o emprego próprio da retórica da atestação oficial e do auto, de verbos atestativos na terceira pessoa do singular do presente ou do passado composto que exprimem o aspecto realizado (“aceita”, “confessa”, “compromete-se”, “declarou-se”, etc.), o uso de indefinidos (todo o condenado) e do presente intemporal – ou do futuro jurídico – próprios para exprimirem a generalidade e a omnitemporalidade da regra do direito: a referência a valores transobjectivos que pressupõem a existência de um consenso ético (por exemplo, ‘como bom pai e de

<sup>8</sup> Para um mapeamento das diferenças teórico-metodológicas entre Foucault e Bourdieu, cf. Callewaert (2003).

família”); o recurso a fórmulas lapidares e a forma fixas, deixando pouco lugar às variações individuais (BOURDIEU, 1989, p. 215-216).

Entretanto, é um discurso fabricado em rede, daí a importância de lê-lo nesse gesto cartográfico que percebe as ressonâncias conceituais entre o campo jurídico e outros campos socialmente constituídos. Por isso mesmo entre os poemas e as peças forenses não se faz aqui nenhuma hierarquia de forma ou conteúdo, pois todas tiveram um alcance social estratégico em relações ascendentes de poder (FOUCAULT, 2012). Por sua vez, o “recorte temporal” do artigo se refere ao ano de promulgação do *Código Criminal do Império* e a publicação da obra *Menores e loucos*. Todavia, o exercício de temporalização em História é muito mais amplo e complexo do que a indicação de duas datas entre as quais se delimita um problema de pesquisa. Múltiplas temporalidades se atravessam na composição das experiências históricas em que “espaços de experiência” e “horizontes de expectativa” (KOSELLECK, 2006) delimitam e conformam olhares e formas de se conduzir no tempo e espaço, individual e/ou coletivamente. Os tempos se atravessam e estratificam-se em verdadeiras heterocronias (SALOMON, 2018), pois não são unidades puras e intransponíveis, mas constituídas pelas sensibilidades e significações humanas. Lemos a escrita de Tobias Barreto nesse atravessamento de temporalidades, pois esteve marcada por uma vontade de saber sobre o passado histórico nacional (mas não somente “nacional”) para propor saídas e caminhos que auxiliassem na superação das mazelas que afligiam o povo, muitas vezes reforçadas na forma da lei. Passados não reconhecidos, presentes mais ou menos observados, futuros propostos e idealizados: todos estes elementos atravessaram e imiscuíram-se na escrita tobiástica.

Aos poucos essa escritura foi mobilizada para a constituição de um arquivo. Tal constituição foi objeto de múltiplos esforços em um momento histórico onde diversas forças se combinaram para que o “arquivo Tobias Barreto” emergisse não apenas como um aglomerado de folhas, livros, rascunhos e correspondências, pois um arquivo se refere às regras e disputas que compõem a teia social e viabilizam certas formas de dizer e certas memórias a preservar (FOUCAULT, 2016). Emerge desse arquivo a edição de *Menores e loucos* usada nesse artigo. Ela é proveniente do investimento do

presidente do estado de Sergipe, Graccho Cardoso,<sup>9</sup> para a recuperação e publicação da obra de Tobias Barreto, nos anos 1920. A partir dali essa “obra” – termo que se refere a uma unidade fabricada por outras mãos para aglutinar e dar sentido a um conjunto disperso e descontínuo de textos e memórias inscritas em suportes variados – foi cada vez mais estudada e comentada.<sup>10</sup> Em 1981, quando o economista Luiz Eduardo Costa era o subsecretário de Cultura do Estado de Sergipe, ele decidiu atender a uma antiga demanda de intelectuais locais, a exemplo do jornalista José Rosa Oliveira Neto, para investir na constituição de tal acervo com documentos que ainda estavam em Escada, cidade em que Tobias atuou de modo significativo como advogado. Foi por volta de 1878 que “a prática do direito cresceu” aos seus olhos (LIMA, 1989, p. 43). Ali também atuou como Curador Geral de Órfãos nos anos 1860, cabendo a ele ser “curador dos interesses dos incapazes, miseráveis na forma da lei, sobretudo escravos” (LIMA, 1989, p. 40).<sup>11</sup>

Em meio a esse interesse na constituição do arquivo foi garantida a viagem da professora Maria Andreolina de Melo à cidade de Escada. Logo chegaram textos e mais textos em cópias xerográficas, além de uma série de materiais coligidos no Arquivo Público do Estado de Pernambuco e na Faculdade de Direito, em Recife. Mas esse investimento nos escritos tobiásticos ocorreu ao longo do século XX com uma série de autores dedicando-se à investigação do seu legado ao pensamento social brasileiro (cf. BARRETO, 1991).<sup>12</sup> Posteriormente, em 1987, Luiz Antonio Barreto foi para

<sup>9</sup> Em 1923 o presidente do estado de Sergipe, Maurício Gracho Cardoso (1874-1950), emitiu mensagem por meio de decreto no Diário Oficial, ordenando a edição e publicação da obra integral de Tobias Barreto a ser custeada pelo Estado e sob a organização e condução do Dr. Manoel dos Passos Oliveira, que havia sido amigo e discípulo do jurista. Posteriormente, no governo José Rolemberg Leite (15 de março de 1975 a 15 de março de 1979, pelo partido da Aliança Renovadora Nacional – ARENA) houve investimento na publicação das obras de Tobias Barreto. O governador anterior havia sido Paulo Barreto de Menezes (15 de março de 1971 a 15 de março de 1975, pelo mesmo partido).

<sup>10</sup> Isto fica claro na lista produzida por Luiz Antonio Barreto e Jackson da Silva Lima com material biobibliográfico produzido sobre Tobias Barreto a partir da primeira década do século XX, cf. Lima (1989, p. 11-28).

<sup>11</sup> De todo material forense presente na organização de Lima e Barreto (1991), destacam-se três casos sensíveis nos quais Tobias atuou: um, sobre o estupro de um menor de idade e a postura de Tobias para responsabilizar o criminoso em meio às relações de gênero vigentes à época, no texto “Escada – Um outro escândalo do Sr. Materno” (cf. Lima e Barreto, p. 405-413); o segundo se refere ao caso do menor José Joaquim de Queiroz, de origem portuguesa e que se envolveu em conflitos relacionados à exploração da sua mão de obra em Escada (cf. Lima e Barreto, p. 60-62); o terceiro se refere à disputa da herança de um menor chamado Emídio, registrado em processo do dia 31 de maio de 1879 (cf. Lima, 1989, p. 335-336).

<sup>12</sup> Por exemplo: *Missão Tobiástica no Brasil* (1924) e *Obras completas de Tobias Barreto* (1925-1926), de Manoel de Oliveira Teles; *Vários Escritos* de Tobias Barreto, organizado por J. W.

Recife e lá assumiu o cargo de Superintendente do Instituto de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco, tornando-se um importante colaborador na constituição do arquivo. Forneceu variadas cópias de artigos e documentos provenientes de acervos pernambucanos. Entre tais materiais, Jackson da Silva Lima (1989, p. 10) destaca: “os papéis de Arthur Orlando doados pela família à Fundação Joaquim Nabuco” com preciosos manuscritos, assim como *A Gramática Latina* do Padre Félix Barreto de Vasconcelos, com prólogo e notas do “mestre ilustre”; cópias de periódicos pernambucanos como *Um sinal dos tempos*, *O Desabuso*, *Devaneio Literário*, *O escadense*, *O martelo*, dois números do *Contra a hipocrisia*, além de processos microfilmados da comarca de Escada. Depois, indo a Maceió (AL), Luiz Antonio Barreto encontrou o poema *Veni de Libano, sponsa mea*, como também foi a Porto Alegre (RS), onde conseguiu obter uma cópia da carta em alemão de Tobias Barreto, divulgada no periódico *Koseritz deutsche Zeitung*. Muitos documentos são provenientes também do Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro. Também na edição comemorativa de *Estudos de Direito III*, pode-se ler um brevíssimo texto assinado por Aglaé Fontes de Alencar, então secretária de Cultura e Meio Ambiente de Sergipe, que parece indicar um tom laudatório não somente sobre a obra de Tobias, mas sobre a função política do Estado e dos heróis nacionais, por assim dizer.

De que forma podemos contar os feitos dos nossos heróis?  
De que forma podemos louvar nossos músicos, escritores,  
cantores e poetas?  
De que forma podemos tornar o tempo eterno e a canção uma  
melodia sempre ouvida e permanentemente conhecida de todos?  
De que forma?  
A memória deve estar sempre estimulada a registrar homens e  
ações.  
Esta é a substancial razão pela qual o acervo cultural de Sergipe se  
enriquece no ano que completa 400 anos de conquista e  
colonização.  
Na nossa história, pedaços de vida se entrelaçam com suas  
emoções, lutas e ideias.  
Vencedores e vencidos contribuindo para a nossa sergipanidade.  
Resgatar a memória é, pois, uma forma viva de descobrir o  
passado para construir o futuro.  
[...]  
Para a Secretaria Estadual de Cultura, o fundamental desse passo  
tão importante é a certeza de que as novas gerações poderão  
marcar um encontro com as ideias de Tobias Barreto, de onde  
sairão enriquecidas.

Medeiros (1926), entre outros cf. Lima (1989).

Na verdade, registrar é a forma mais evidente de não destruir a ação valiosa dos homens (LIMA, 1989, s/p).

Vê-se como o inventário e a constituição do arquivo esteve alicerçado na ideia de um “resgate de memórias”, como se tal processo não fosse efetivamente o da invenção de origens, lugares, pertencimentos e alinhamentos causais entre acontecimentos dispersos no tempo e na experiência pretérita. Diferentes instituições e personagens da república participaram disso. Nas primeiras páginas da edição de *Estudos de Direitos III*: Tobias Barreto, organizado por Jackson da Silva Lima (1991), o texto de abertura é assinado pelo governador de Sergipe, Antonio Carlos Valadares, dizendo que a edição dos *Estudos de Direito*, em três volumes, e dos *Estudos Alemães*, de Tobias Barreto, pelo Governo do Estado de Sergipe concluía a publicação das *Obras Completas* do pensador sergipano, iniciada por sua solicitação em 1989 ao Governo Federal por meio da articulação com o Instituto Nacional do Livro (INL), dirigido pelo escritor Oswaldo Peralva. Esforçou-se nisso o então Presidente da República José Sarney que, por sua vez, ocupa a Cadeira Tobias Barreto na Academia Brasileira de Letras (ABL) desde sua posse em 6 de novembro de 1980. O Ministro da Cultura, José Aparecido de Oliveira, também contribuiu na organização dessa publicação iniciada pelo Governo Federal com os seis volumes: *Estudos de Filosofia, Dias e Noites, Crítica de Religião, Crítica de Literatura e Arte, Crítica Política e Social, Monografias em Alemão*, editados em 1989 ao ensejo do Sesquicentenário de Nascimento e Centenário de Morte do autor e Centenário da República.

Valadares indica que àquele momento somava-se a contribuição financeira do Estado de Sergipe para a edição dos últimos quatro volumes como parte das comemorações do IV Centenário da Conquista de Sergipe. Portanto, Sergipe e Brasil “resolveram fazer a homenagem que Tobias Barreto merecia, pela sua contribuição inestimável ao pensamento nacional, como poeta como crítico, como doutrinador, como reformador” (cf. LIMA & BARRETO, 1991, s/p). Desse quadro abre-se a possibilidade de ler o campo de forças em que Tobias Barreto articulou suas propostas e críticas às instituições, aos costumes e aos paradigmas científicos. Ao deslindar um pouco essa trama pode-se entender um pouco de Tobias, seu pensamento e sua pessoa.

## De Escada à Escola de Direito do Recife



Disputando o rosto de Tobias Barreto: imagem do acervo da Escola de Direito do Recife.  
Fonte: *Esparsos & Inéditos*, organização de Jackson da Silva Lima, 1989.

A fotografia no século XIX era objeto de prestígio e nem todos podiam ser fotografados. Diferente dos usos e potencialidades técnicas apresentadas a partir dos anos 1960 do século XX, ainda se tratava de um recurso usado para registrar os heróis da nação, os vultos da pátria, as posses da elite predominantemente agrária e as personalidades consideradas relevantes na estrutura do Estado e no campo jurídico, intelectual e científico. A fotografia acima é um dos raros registros imagéticos de Tobias Barreto. Em *Esparsos e Inéditos*, Jackson da Silva Lima (1989, p. 13) afirma que entre os vários retratos do autor, optou-se pela reprodução daquela existente na Faculdade de Direito do Recife, louvado no testemunho ocular de Oliveira Teles, em *Missão Tobiática no Brasil* (1924). Citando Oliveira Teles, diz-se:

Sumiram-se as poucas fotografias fieis, não representam com fidelidade a feição do mestre as pinturas que pretendem traduzi-la. Tal deficiência mais nos constrange ao contemplarmos sua estátua. Esta, diz que é ele porque nossa ilusão assim o quer e exige; não é, porém ele, como indiscutível cópia fiel no bronze das linhas corretas do seu semblante. Há, sim, um retrato que é verdadeira expressão, que é ele mesmo, e não dá lugar à dúvida. É o retrato a óleo que lá está na respectiva sala da Academia. Observando-se, vendo-o, a saudade revolveu-me a fonte das emoções, afluíram lágrimas aos olhos do discípulo e ocorreu-me o propósito de mandar reproduzi-lo. Graças à generosidade do Dr. Neto Campelo, o consegui. Ei-lo, pois, meus senhores, o retrato do mestre! Este, sim! É o verdadeiro e fiel retrato de Tobias Barreto de Menezes, o único que deve figurar à frente das

suas obras. Estou convicto que não serei contradito por nenhum testemunho em contrário. Ei-lo...” (LIMA, 1989, p. 13).

Tal qual se aludiu acima que a memória precisava ser “resgatada”, agora se vê a imagem sendo disputada com o intuito de que ela, ao seu modo fragmentário e limitado, ensaie de novo a presença de um ausente (DIDI-HUBERMAN, 2010). São retóricas que, seja na forma da imagem ou da memória escrita, permitem ver as sensibilidades em jogo quando se inventa o arquivo vinculado à uma imagem de um homem e a uma trajetória “exemplar”. Mas tudo isso seu deu após a morte do autor. Tobias nasceu em 8 de julho de 1820 na vila de Campos, na Província de Sergipe e faleceu em Recife, em 1889. “Mulato, filho de Pedro Barreto de Menezes e Emerenciana Maria de Jesus, estuda as primeiras letras em Campos, seguindo para Estância, para cursar a cadeira de Latim com Domingos Quirino”. Concluiu o curso de Latim na cidade de Lagarto, com o padre José Alves Pitangueira onde concorreu à vaga de professor substituto de Gramática Latina, em decorrência da morte de Manoel Felipe de Carvalho. Mas apesar de ter sido aprovado para lecionar em qualquer parte da Província, não foi nomeado. Permaneceu entre Lagarto e Campos até fazer o próximo concurso em 1856 para nova vaga de Gramática Latina. Ensinou em Itabaiana até 1859, mas viajando para Campos sempre que podia. Portava consigo a licença de seis anos dada pela Assembleia Provincial para fazer o curso jurídico fora de Sergipe. Estudioso, assiste aulas de filosofia do Frei Itaparica, no Seminário da Bahia, mas lhe faltam os recursos e ele precisa retornar a Campos, de onde só sairá em 1862 com destino a Pernambuco para cursar Direito. Em Recife afirma a sua condição de poeta com textos dedicados à “cabocla civilizada”, como ele chamava aquela cidade. Foi essa atividade que predominou durante os seus primeiros anos ali. Mas não passou despercebido com seus poemas inflamados, chamando o povo à luta diante do quadro socioeconômico do país diante da Guerra do Paraguai (1864-1870). De acordo com Luiz Antonio Barreto (1991, p. 12) teria sido Tobias quem devolveu “aos pernambucanos a capacidade de crer, novamente, no futuro, depois das derrotas de 1817, 1824, 1842 e 1848”, fazendo assim uma síntese apologética sobre o autor.

Depois o jovem latinista e estudante de Direito buscará o magistério, concorrendo desta feita com o Padre Félix Barreto de Vasconcelos à cadeira de

Latim do Curso Preparatório, que funcionava no anexo à Faculdade de Direito. Ficou em segundo lugar. Noutro concurso ocorrido em 1867 para a cadeira de Filosofia do Ginásio Pernambucano, obteve o primeiro lugar, mas o nomeado foi José Soriano de Souza, já doutor em medicina e em filosofia pela Universidade de Louvain e pelo fato de ser casado. Dois anos Tobias se casa com Grata Mafalda dos Santos e no mesmo ano termina o curso de Direito. Naquele momento já era conhecido pelas suas poesias<sup>13</sup> e como orador e crítico da religião<sup>14</sup> e da filosofia. Ministra aulas particulares e escreve para os periódicos *A Regeneração*, *O Vesúvio*, *Correio Pernambucano* e *Jornal do Recife*. Foi também na imprensa que se associou explicitamente ao ideário liberal nos anos 1870, atuando em jornais como *O Liberal* e *O Americano*, indo posteriormente filiar-se ao Partido Liberal e opondo-se ao Partido Conservador. Mas não somente as questões políticas iriam causar contendas, pois nos anos 1870 ele também precisou enfrentar as críticas de Pedro Autran da Mara Albuquerque, que escrevia para o jornal *O Católico*, polemizando sobre temas religiosos. Como proprietário do jornal *O Americano*, Tobias fez frente ao jornal católico e a partir dali passou a adotar um posicionamento claramente abolicionista e republicano.

Em 1871 deixou o Recife, mudando-se para Escada, uma cidade pequena cercada por cerca de 120 engenhos de açúcar e que naquele momento já era vinculada à Comarca de Vitória do Santo Antão. Lá exerceu a função de Curador Geral dos Órfãos, assumindo posteriormente a atividade de Juiz Municipal Substituto. A sua atividade no fórum foi acompanhada pelo povo que participava das audiências e se encantava com o “brilho do advogado” e sua habilidade como orador. Sobre o trabalho como advogado, Antonio Luiz Barreto (cf. LIMA, 1989, p. 41) comenta que Tobias foi “um advogado designado por circunstâncias de sobrevivência, inabilitado psicologicamente para o exercício da profissão, por seu temperamento agressivo, neurótico mesmo e, sobretudo, por falta de vocação. Um verdadeiro ‘peixe fora d’água, ou, empregando uma de suas expressões, um touro em armazém de vidro”.

<sup>13</sup> Para uma análise da produção poética de Tobias, mapeando traços literários e biográficos na diferença com a referência de Castro Alves, transformado em símbolo da poesia condoreira oitocentista, ver Passos (2018).

<sup>14</sup> Ver, por exemplo, a dissertação do Bacharel Dr. Luiz de Souza Silveira no ato da defesa de sua tese na Faculdade de Direito do Recife. Ele era natural do Maranhão e teve o seu trabalho anotado por Tobias Barreto, que influenciou muito na redação. Ali há uma crítica à relação entre Estado e Religião (cf. LIMA, 1989, p. 73-84).

Indica elementos do comportamento e da trajetória de Tobias Barreto que ajudam a situá-lo nas condições em que pôde atuar:

Uma, de caráter geral: a de que tudo na existência dos grandes homens, mesmo aquilo que se nos apresenta como insignificante, é digno de registro e de reflexão; e duas outras, de caráter específico. A primeira delas, respondemos nós, por constituir uma espécie de radiografia estrutural do aparelho de justiça, com as suas mazelas, seu emperramento, onde acima dos ideais do “bom” e do “justo” sobrepõe-se, sem reserva, o empenho amesquinizador de indivíduos e castas. Não é que Tobias Barreto fosse um Catão, um super-homem sem defeitos, mas por ter ele a coragem de reconhecer de público os próprios aleijões e os aleijados dos outros, como o fez desassombadamente em seu artigo “A Justiça da Escada”, publicado no Jornal do Recife, de 2 de dezembro de 1880.

Atuando em múltiplas frentes, no ano de 1874 ele criou o seu primeiro jornal – *O Signal dos Tempos* –, editado em sua própria tipografia. Ele adquiriu de Antonio Pedro Gomes Magnata, morador de Afogados, um bairro do Recife. Este homem era seu cliente e amigo. “A montagem, na rua do Comércio, 22, em Escada, foi feita por José Francisco Durães (LIMA, 1989, p. 351). Assim, tanto na sua atuação na imprensa como na organização do Clube Popular Escadense a partir de 1877, Tobias Barreto ia realizando alguns dos seus propósitos. Luiz Antonio Barreto afirma que:

Nas três dimensões – a do Curador que de uma injustiça contra órfãos razão de protesto e de luta; a do jornalista que estabelece diretamente com o povo o contrato da informação verdadeira; e a do intelectual que cria o lugar de reunião para tratar dos problemas comuns da comunidade escadense –, Tobias Barreto firma o compromisso que não é como o da classe econômica “porque a sua vida se limita a *uma luta pelo capital*, e nada tem a ver com as nossas *lutas pelo direito*” (LIMA & BARRETO, 1991, p. 345, grifos no original).

Dedica-se ao estudo permanente de pensadores alemães e a divulgação das ideias germânicas. Convoca o povo para a criação de uma Sociedade e em 1875 publicou o seu primeiro livro intitulado *Ensaíos e Estudos de Filosofia e Crítica*, contendo artigos inicialmente publicados na imprensa recifense. Trabalha como redator e editor do jornal alemão *Der Deutscher Kaempfer* (O Campeão Alemão) que se dizia “periódico literário e acidentalmente político, destinado à expansão do germanismo no norte do País” (BARRETO, 1991, p. 12), propondo-se a “ajudar à nossa pátria entrar na grande e livre corrente do

movimento intelectual alemão” (BARRETO, 1991, p. 12), como se dizia no lançamento do jornal em 1º de julho de 1875. Posteriormente, em 1877, cria o Clube Popular Escadense, onde pronuncia o seu famoso “Um discurso em mangas de camisa”, que se constitui como um efetivo diagnóstico da vida política, econômica e social do Brasil e da cidade de Escada, consistindo em um uma espécie de “plataforma de resistência cívica e de organização da sociedade” (BARRETO, 1991, p. 13). Em 1878 foi eleito deputado à Assembleia Provincial, representando Escada e o Partido Liberal. Defendeu a “aprovação de ajuda” em forma de bolsa de estudos para que duas moças cursassem medicina nos Estados Unidos ou na Suíça. “O atraso dominante, que fazia a mulher inferior ao homem, deu a Tobias a oportunidade de provar a atualização de suas leituras científicas, em defesa da mulher e de condenação ao preconceito” (BARRETO, 1991, p. 13), não ficando somente aí, mas propondo a criação do Partenogógio do Recife, uma escola superior e profissionalizante voltada para moças. Tal pioneirismo causou estranhamento e reação dentro e fora da Assembleia Provincial.

Com a conclusão do seu mandato em 1879, não conseguiu se reeleger, mas aceitou um mandato popular como vereador à Câmara de Escada. Contudo, não exerceu o mandato porque foi nomeado como Juiz Municipal Substituto em abril de 1880. Continuou morando em Escada, onde permaneceu escrevendo e editando seus jornais, a revista *Estudos Alemães*, e ampliando a sua rede de contatos. Publicou ensaios, artigos e correspondências em diferentes periódicos da Alemanha e de língua alemão, mas publicados e traduzidos no Brasil, a exemplo dos jornais *Germânia*, de São Paulo e a *Koseritz Deutsche Zeitung*, de Porto Alegre. Além dos debates intelectuais em que se envolveu, Tobias também foi perseguido pela elite local.<sup>15</sup> Envolveu-se com as disputas do espólio de seu sogro e sofreu represálias dos herdeiros,<sup>16</sup>

<sup>15</sup> Veja-se, por exemplo, o artigo “Um Processo de Injúrias Verbais”, publicado no jornal *A Província*, em 14 de julho de 1874, cf. Lima (1989, pp. 363-366).

<sup>16</sup> Ver a análise que Luiz Antonio Barreto fez desse caso no texto “Tobias Barreto e a Luta pelo Direito” (p. 345-352), assim como os dois textos escritos e publicados pelo próprio Tobias, intitulados *O cerco de minha casa I* [p. 421-434] e *II* [p. 435-440]”, em que narra a perseguição e quase assassinato que sofreu em razão do processo com o espólio de seu sogro, quando libertou escravizados que segundo essa herança estariam agora sob o seu poder. Ambos os textos foram publicados no *Jornal do Recife*. O primeiro no dia 13 de agosto de 1881 com o título “O Bacharel Tobias B. de Menezes ao Público”. Quem intitulou, posteriormente, os textos de “O cervo de minha casa” foi o filho dele, João Barreto de Menezes, ao lado de Manoel dos Passos de Oliveira Teles, quando da organização, para o Governo de Sergipe, da *Obra Completa* de Tobias Barreto (cf. LIMA & BARRETO, 1991).

registrando tal acontecimento na imprensa antes de retornar a Recife. Publica nesse mesmo ano o seu livro *Dias e Noites*, ministra aulas e escreve para jornais. Em 1882 concorreu a uma vaga na cadeira de Lente Substituto da Faculdade de Direito do Recife. Aquele concurso se tornou uma ocasião “memorável na vida daquela escola”, tendo repercussão em todo o país. Ele foi nomeado e tornou-se mentor intelectual da “mocidade acadêmica”, propiciando uma renovação conceitual, jurídica e filosófica a partir do seu repertório da cultura e ciência alemãs, fazendo do seu “persistente e consciente germanismo” uma “ferramenta revolucionária” (BARRETO, 1991, p. 13). Em 1883 inicia a primeira série de *Estudos Alemães* e, nessa época, é citado pelo biólogo alemão Ernst Haeckel (1834-1919), indicando que ele “parecia pertencer à raça dos grandes pensadores”, o que o ajudou a solidificar a sua imagem como intelectual e se torna a figura de proa na elite intelectual de Recife. Em tom elogioso, Luiz Antonio Barreto (1991, p. 13) afirma que “a Escola do Recife prosperou com Tobias e com seus seguidores, jovens ardentes de liberdade, propagandistas da abolição da escravatura, da proclamação da república, da liberdade, reagindo às múltiplas formas de dominação senhorial”.

Por causa das suas condições de saúde Tobias ficou por poucos anos na Faculdade do Recife, seguindo atuante nos jornais. Ainda em 1889 foi convidado pela Livraria Francesa para fazer o prólogo e as notas da obra *Gramática Latina*, do Padre Félix Barreto de Vasconcelos, com quem havia concorrido anteriormente. Aquela foi uma chance para demonstrar seus conhecimentos como latinista. Empenho semelhante exerceu quando revisou e ampliou a *Gramática Portuguesa* de Castro Nunes. Diante de um homem com múltiplas tarefas Luiz Antonio Barreto (1991, p. 14) diz:

O grande legado de Tobias Barreto foi em dois sentidos: um, o da sua obra crítica, aberta, roteirizando a atualização do pensamento brasileiro; outro, o dos seus seguidores, que continuaram levando o Brasil a afirmar uma cultura transformadora, própria e ao alcance dos brasileiros. Tobias foi, antes de tudo, um escritor de jornais, um colaborador frequente, ágil, que sabia da velocidade da imprensa como vanguarda das novidades transformadoras. Estão nos jornais recifenses ideias e nomes dos grandes pensadores do tempo de Tobias, muitos dos quais ainda hoje são rigorosamente atuais e merecem citação. Estão nos jornais da Escada os grandes temas e os assuntos da vida cotidiana do município, na síntese de uma participação notável, de teórico da organização social.

Quando morreu em 1889, Tobias deixou sua esposa e nove filhos, além de uma biblioteca que foi posteriormente assumida pelo governo e incorporada à Faculdade de Direito do Recife.

### **Tobias Barreto e a rede de saberes jurídicos**

“Desde que na ideia do direito entrou a ideia da luta, desde que o direito nos aparece, não mais como um presente do céu, porém, como um resultado de combate, como uma conquista, caiu por terra a intuição de um direito natural” (BARRETO, 1926, p. XVIII). Foi assim que Tobias Barreto iniciou o seu ensaio *Menores e loucos em direito criminal* (1884) com um posicionamento contrário à teoria dos direitos naturais, ou jusnaturalismo.<sup>17</sup> Teoricamente, ele havia construído sua formação jurídica e filosófica no ecletismo espiritualista de Victor Cousin (1792-1867) e Théodore Simon Jouffroy (1796-1842), rompendo depois com esta corrente e se articulando ao positivismo de Auguste Comte (1798-1857), com o qual também viria a romper posteriormente, se tornando um antipositivista e principal representante da filosofia germânica no Brasil. Extraiu lições das teorias de Haeckel, Ludwig Noiré (1829-1889) e Charles Darwin (1809-1882), em uma espécie de combinação com Rudolf von Ihering (1818-1892) e Albert Hermann Post (1839-1895), para interpretar fenômenos de ordem jurídica na sociedade (BANDERA, 2015, p. 165).

Rompendo com a ideia de direito natural que havia orientado a Filosofia do Direito até a primeira década do século XIX, Tobias Barreto diz que “a universalidade do direito é simplesmente uma frase” e que a expressão direito natural valeu por muito tempo e ainda valia como antitética da expressão direito positivo. A admissão de um direito natural seria admitir que a positividade não era a característica de todo o direito, quando era necessário situá-lo historicamente como produto da cultura humana, assim como as artes e as ciências. Atuando no âmbito da Faculdade de Direito do Recife, que fora originalmente criada em Olinda no ano de 1828, sendo transferida em 1854

<sup>17</sup> Para uma discussão sobre a doutrina dos direitos naturais a partir de Locke, Rousseau e Hobbes, bem como as transformações na ideia de direitos humanos, cf. Lima Júnior (2001), Hunt (2009), Eufrásio (2009) e Kehl (2010).

para a capital pernambucana, Barreto fazia parte de um grupo de intelectuais que se apropriou de todo um jargão evolucionista. Isso ocorreu principalmente a partir de suas leituras de Haeckel e Henry Thomas Buckle (1821-1862) em um momento de divulgação de vários outros autores estrangeiros como Herbert Spencer (1820-1903), Darwin, Émile Littré (1801-1881), Pierre-Guillaume-Frédéric Le Play (1806-1882), Gustave Le Bon (1841-1931) e Arthur de Gobineau (1816-1882). Assim, a leitura desses homens somou-se à mudança da Escola de Direito de Olinda para Recife criou a ideia de que eram os “verdadeiros renovadores da escola” (SCHWARCZ, 1993, p. 195). No conteúdo crítico à doutrina dos direitos naturais veio a afirmação de que a metafísica estava morta. Almejava-se uma concepção mais científica do direito “aliada à biologia evolutiva, às ciências naturais e a uma antropologia física e determinista” (SCHWARCZ, 1993, p. 196). Havia diferenças entre a Escola de Direito do Recife e a de São Paulo, pois enquanto esta foi mais influenciada pela referência teórica do modelo liberal, aquela esteve mais atenta com o problema racial (SCHWARCZ, 1993). Daí uma forte inserção do darwinismo social e evolucionista como os grandes modelos de análise referenciados nas obras de Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), Sylvio Romero (1851-1914) e Tobias Barreto.

Houve uma apropriação crítica e criativa para pensar os problemas do Brasil, prevalecendo a ótica de um germanismo evidente por anos a fio (BARRETO, 2020). Ao analisar a trajetória de Tobias a partir do modelo dos repertórios culturais de Charles Tilly, Raylane Barreto (2020, p. 7) afirmou que “é justamente pela escolha da concepção seguida e/ou defendida que o intelectual cria sua identidade, esta, por sua vez, que o qualifica e o legitima em tal condição”. Homem atento ao seu tempo, ele falava de um lugar específico como mulato da região Norte do Brasil<sup>18</sup>, inserindo-se no campo intelectual a partir da sua posição resistente ao francesismo da elite. Esteve atento a diferentes assuntos como “Poder Moderador, o Ato Adicional, o selfgovernment, a agricultura, a indústria, a política, o direito de menores e loucos, o teatro e a poesia, dentre outros”, abordando-os sempre a partir de um “arsenal significativo de teóricos das mais distintas nacionalidades e

<sup>18</sup> Àquela época não existia ainda a configuração do Nordeste como “região”, cf. Albuquerque Júnior (2018).

posições, que ele utilizava para servir do contraditório e legitimar suas defesas, bem como sustentar suas posições” (BARRETO, 2020, p. 11). Ele também realizou críticas ao imperador D. Pedro II (1825-1891) e ao escravismo e aspectos constitutivos da sociedade oitocentista (BANDERA, 2015; ALONSO, 2004; SCHWARCZ, 1993) como se lê no poema *O Rei reina e não governa* (1870):

Não sei porque a língua humana  
Os brutos não falam mais.  
Quando hoje têm melhor vida,  
E há muita besta instruída  
Nas ciências sociais...

Ultimamente entenderam  
Que tinham também razão  
De proclamar seus direitos,  
Pondo em uso os bons efeitos  
Que trouxe a Revolução...

“Seja o leão, diz o asno.  
Um rei constitucional;  
Com assembleias mudáveis,  
Com ministros responsáveis,  
Não nos pode fazer mal.  
Fiquem-lhe as garras ocultas,  
Não ruja, não erga a voz,  
Conforme a tese moderna  
Qu’ele reina e não governa,  
Quem governa somos nós...

[...]

Acostumado a pegar-nos  
Com suas patas reais,  
Calar-se, fingir-se fraco!...  
Segundo penso eu... macaco...  
Dom Leão não pode mais!”  
Acode o asno: “eu lhe explico,  
Nada val a objeção:  
Se o rei viola o preceito,  
Salvo nos fica o direito  
De fazer revolução”.

[...]

Só vejo, que bem nos quadre  
No trono, algum animal,  
Que coma e viva deitado:  
O porco!... Exemplo acabado  
De rei constitucional!...  
(BARRETO, 1951, p. 265-267).

Foi crítico dos seus professores e interlocutores como “José Soriano de Souza, José Hygino, Coelho Rodrigues, o publicista Zacarias de Gois e

Vasconcelos, o jurista e escritor Tavares e dos literatos José de Alencar e Joaquim Manuel de Macêdo” (BARRETO, 2020, p. 15). Contribuiu para a formação de intelectuais como Clóvis Bevilácqua (1859-1944), que participou da criação do Código Civil brasileiro de 1916 (cf. ALVAREZ & SALLA, 2018). Nessa trajetória insere-se o texto *Menores e loucos* foi construído em uma fase madura da sua trajetória. Do índice tem-se: *Razões desta edição* (com o decreto e a mensagem de Maurício Graccho Cardoso); *Advertência* da 1ª edição de 1884 e da 2ª de 1886; *Como introdução* (em que se faz um prelúdio sobre sua concepção de ciência social com observações a respeito do método de observação e indução na Sociologia); em seguida os treze capítulos do livro, sendo que destes mobiliza-se aqui alguns fragmentos dos capítulos I, II, V, VIII, IX e XII; consta ainda um Apêndice intitulado *Algumas ideias sobre o chamado fundamento do direito de punir*, acrescido na segunda edição de 1886. Olhar para essa materialidade importa para perceber a organização das ideias, as relações causais e os “fundamentos” teóricos da argumentação.

Logo se vê que Tobias Barreto valorizou amplamente o conhecimento científico como a criação de formas de compreender a realidade e nela intervir. Reconheceu que a Sociologia que circulava nos círculos intelectuais do Brasil ainda trazia consigo um “pedaço de metafísica, um resto de mitologia”, o que demonstra já a sua reação aos desdobramentos da teorização comtiana para as Ciências Sociais (cf. BOURDÉ & MARTIN, 2003). Indagou: “conforma-se com os princípios da Ciência Social a doutrina dos *direitos naturais e originários do homem*?”. Diante de questões desse tipo Tobias Barreto afirmava que a Ciência Social, considerada como um conjunto de ideias adquiridas e sistematizadas sobre os fenômenos sociais e suas leis, ainda estava em estado embrionário.<sup>19</sup> Caberia às Ciências Sociais se orientarem por um método de observação e indução, mas a Sociologia ainda não observava os fenômenos de forma regular. Daí provinha a impossibilidade de induzir leis e chegar ao conhecimento das causas que geram os “fatos sociais” cuja soma constituía a sociedade. Não bastava dizer que a sociedade se desenvolvia, mas

<sup>19</sup> A preocupação de Tobias em relação à ideia de direitos naturais esteve presente já em sua prova escrita para o concurso que prestou na Faculdade de Direito do Recife, onde se tornou professor no início dos anos 1880. A prova foi publicada inicialmente na Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife, ano XXXI, p. 208. A pergunta chave de sua reflexão naquele texto era: “conforma-se com os princípios da ciência social a doutrina dos direitos naturais e originários do homem?” cf. Lima (1989, p. 18).

descobrir as leis desse desenvolvimento. Em *Esparsos e Inéditos* se lê: “[...] a lei que preside a gênese do direito na sociedade é uma lei natural – o desenvolvimento” (LIMA, 1989, p. 181). Mas logo em seguida novos elementos emergem:

O direito não é uma ideia apriorística, não é um postulado metafísico, nem caiu dos céus sobre nossas cabeças, não é também uma abstração resultante das leis da evolução, que ainda se acham em estado de incógnitas, mas é a disciplina das forças sociais, e princípio de seleção legal para a sobrevivência. Antes que as relações sociais fossem afirmadas pelo direito, a força dominava tudo, da mesma sorte que nos céus, antes que os corpos sidéreos tivessem encontrado a lei da sua existência, o caos dominava tudo (LIMA, 1989, p. 1981).

O culturalismo jurídico tobiástico se refere a uma concepção quase bélica da cultura, como algo passível de reinvenção constante (cf. PASSOS, 2022). A cultura poderia garantir a ordem, mas a custo de um exercício de força sobre outras forças. Nisso, o direito aparece como caso exemplar. Ao comentar a sua obra, Antonio Luiz Barreto recupera trechos da sua percepção sobre a ciência do direito: “a ciência do direito é uma ciência de seres vivos, ela entra por consequência na categoria da fisiologia, ou filogenia das funções vitais” (LIMA & BARRETO, 1991, p. 446). Empregou o “método filogenético” para fazer do direito “o estudo metódico e sistematizado das condições vitais da ordem social ou do estado normal da vida pública”. Buscou entender o caráter histórico desse processo, lendo-os na ótica de uma “filogenia – evolução do direito na humanidade – e da ontogenia – evolução do direito, na individualidade humana, singular ou coletiva” (LIMA & BARRETO, 1991, p. 446). A sua a Comte esteve no fato de que para Tobias houve o entendimento do direito como “produto da cultura humana” e não uma entidade metafísica, anterior e superior ao homem, ao ponto de Machado Neto definir seu trabalho como um “culturalismo jurídico”. Por isso a sua relação com a Sociologia, em particular, é tensa. Ao analisar o texto *Glosas heterodoxas a um dos motes do dia, ou a variações anti-sociológicas* (de 1887, publicado no volume Estudos de Filosofia), Luiz Antonio Barreto (cf. LIMA & BARRETO, 1991, p. 451) afirma que, inicialmente, Tobias negou a existência da Sociologia, pois via que ela se ancorava em um determinismo, rejeitando assim a liberdade humana. “O ensaio é uma severa crítica à sociologia, isto é, à

sociologia do seu tempo, imbuída de determinismos e pretensões de universalidade. De uma espécie de sociologia enciclopédica à Auguste Comte”. Suas críticas recaem sobre a sociologia organicista, pela sua natureza analógica que comparava a sociedade à natureza; avaliava também a versão sociológica da Escola Positivista e da Escola Organicista, admitindo assim que ela era uma ciência limitada “ao estudo de uma classe particular de fenômenos sociais” (cf. LIMA & BARRETO, 1991, p. 451), possuindo uma base empírica e capaz de “compreender’ a motivação humana” fosse ela a expressão real ou não de uma liberdade do homem. É neste sentido que Luiz Antonio Barreto considera que o pensador sergipano antecipou de alguma maneira uma Sociologia culturalista de um Wilhelm Dilthey (1833-1911) ou Max Weber (1864-1920). Assim, teria antecipado a Sociologia do século XX: “ciência empírica, ciência especial, ciência cultural” (cf. LIMA & BARRETO, 1991, p. 451). Para Tobias a Ciência Social ainda era uma aspiração, pois sequer as noções de valor, capital e trabalho estavam assentadas definitivamente.<sup>20</sup> Tal visão sobre a Ciência Social da época serve de ponto de partida para sua argumentação em todo o livro, pois a tarefa da teoria social estaria vinculada à crítica propositiva ao campo jurídico como definidor de direitos. Ao mirar o Código de 1830 e suas definições de delito, discernimento e imputação criminal, ele tinha interesse em ver as fragilidades de tais critérios normativos. Na letra da lei dizia-se: “Art. 13. Se se provar que os menores de 14 anos, que tiverem cometido crimes, obraram com discernimento, deverão ser recolhidos às casas de correção, pelo tempo que o juiz parecer, contanto que o recolhimento não exceda a idade de 17 anos” (BRASIL, 1830, s/p).

A configuração do Código Criminal se deu no conjunto de outras definições estruturais para o recém-criado Estado-nação. Logo no início de *Menores e loucos*, Tobias criticava o método usado pelo legislador para definir a punição. Os motivos para considerar determinado indivíduo como não sendo imputável compreendiam aspectos de ordem política e psicológica. Segundo Barreto: “a este duplo processo de inclusão e exclusão é consagrado o primeiro capítulo, composto de 13 artigos, que na sua aparente simplicidade, debaixo do espartilho de um laicismo exagerado, escondem matéria suficiente para largos e

<sup>20</sup> Afirmação proveniente, provavelmente, do seu estudo da obra de Marx, algo que ele foi um dos primeiros no Brasil a realizar. Cf. Lima e Barreto (1991, p. 453) e Passos (2022).

longos tratados, sem falar do muito que eles prestam a erros e disparates na prática forense” (BARRETO, 1926, p. 1). O código estaria aquém do que deveria ser a legislação penal de qualquer país que tomasse parte no “banquete da cultura moderna” (BARRETO, 1926, p. 1), ainda mais em se tratando do Brasil, que estava no grupo dos que ficaram para a “segunda mesa”. O código era lacunoso e incompleto, daí a necessidade de uma reforma estrutural em seu ordenamento. Por sua vez, o artigo 10 abordava a imputação criminal e Tobias afirmava que “geralmente a psicologia, de que se servem os legisladores penais para delimitar o conceito do criminoso, é uma psicologia de pobre; e o nosso não faz exceção. Três ou quatro noções, tradicionais, que se recebem sem exame, como velha moeda, cujo peso e legitimidade ninguém se dá ao trabalho de verificar, a isto se reduz toda a despesa filosófica do nosso Código. Não sei se é um bem, ou um mal; nem eu pretendo elogiá-lo, ou censurá-lo, por tão pouco” (BARRETO, 1926, p. 8). Assentava-se tal artigo em três noções tradicionais. Primeiramente, a noção de *vontade* aparecia como pressuposto indispensável na definição do crime nas expressões de ação ou omissão voluntária. Em seguida havia a *má fé* que apareceria como uma imbricação entre o *conhecimento do mal* e a *intenção de o praticar*. Por fim, o princípio do *discernimento* aludido no artigo 13, visto como um dos fatores psicológicos caros à uma espécie de genética do delito, isto é, o desenho de procedimentos e princípios por meio dos quais se poderia identificar, classificar e prescrever condutas e relações de causalidade entre atitudes e crimes. O momento da liberdade, como se poderia perceber pelo desenho jurídico em questão, teria sido posto de lado pelo legislador, aparecendo apenas de forma muito indireta e negativamente no § 3º do artigo 10. Essa falta só indicaria algum mérito se se pudesse crer que o legislador procedeu de tal forma com consciência do grande passo que dava em deixar de parte, como prejudicado e sem valor apreciável, o conceito de liberdade. Pouco importaria se o homem fosse dado como livre ou não, assim como ficavam fabulando de um lado os metafísicos do espírito e, do outro, os metafísicos da matéria. Devia-se considerar que na imputação o direito aceitava a liberdade como um postulado da ordem social, sendo isso suficiente.

A teoria da imputação, ou *fisiologia criminal*, como a denominam os juristas alemães, apoia-se no fato empírico, indiscutível, de que o homem normal, chegando a uma certa idade, legalmente

estabelecida, tem adquirido a madureza e capacidade precisas, para conhecer o valor jurídico de seus atos, e determinar se livremente a praticá-los. São portanto condições fundamentais de uma ação criminosa imputável as únicas seguintes: 1º. O conhecimento da ilegalidade da ação querida (*libertas judicii*); 2º. O poder agente, por si mesmo, deliberar-se a praticá-la, quer comissiva, quer omissivamente (*libertas consilii*). É o que resulta do próprio conceito da imputação (BARRETO, 1926, p. 8).

O Código não teria pecado por excesso de clareza se tivesse manejado com um tanto mais de ciência estas primeiras verdades do direito penal, pois

*o conhecimento do mal*, de que fala o art. 3º, satisfaz à exigência da *libertas judicii*; mas o mesmo não sucede com a *intenção de o praticar*, que não corresponde exatamente à consciência da *libertas consilii*. Como fenômeno intelectual, como sinônimo de desígnio ou intuito, a intenção não pressupõe necessariamente a liberdade de escolha entre caminhos diferentes. Como forma da vontade, como desejo ou propósito deliberado de obrar, também não exclui a possibilidade da falta de livre arbítrio. Sobre este ponto, a lacuna do Código é incontestável (BARRETO, 1926, p. 9).

Vemos operar na crítica tobiástica enunciados presentes nas teorias sociais da época – fosse na ótica positivista comteana ou no organicismo de uma sociologia filiada à biologia (BARBERIS, 2004) –, como por exemplo o enfoque na relação “indivíduo/sociedade”, “determinação social e liberdade individual”, “ordem coletiva” e “agência individual”, a relação entre o todo social e as partes que lhe constituíam etc., deixando claro como as referências estavam sendo negociadas e não existia ainda ali um modelo de Sociologia universalmente aceito. Estavam em fluxo as disputas sobre o que era e como deveria funcionar a “ciência da sociedade”, a exemplo da oposição clássica entre Gabriel Tarde (1843-1904) e Émile Durkheim (1858-1917). O primeiro propunha uma pesquisa sociológica em que a afinidade e a relação do pesquisador com o objeto não seriam apagadas e o vínculo com a Psicologia estaria garantido, enquanto o segundo flertava em grande medida com aspectos das proposições organicistas (BARBERIS, 2004) e propunha uma ciência dos “fatos sociais” ancorada em princípios como generalidade, exterioridade e impessoalidade, onde a relação pesquisador-objeto não deveria ser marcada por proximidade ou afeto subjetivo. Enquanto Tarde evitava a especialização em prol de uma sociologia geral, trabalhando como sociólogo não universitário, Durkheim investiu fortemente no critério da especialização e

trabalhou como professor universitário na Sorbonne (cf. CONSOLIM, 2010; WEISS & BENTHIEN, 2017).

No frigidus dos ovos, a crítica de Tobias se referia também ao fato de que as altas posições não estavam imunes à “tolice” e à ignorância chata e irremediável, expressas inclusive na forma da lei e sua falta de critérios claros e bases firmes para definir dispositivos penais. A imputação criminal consistia justamente na possibilidade de obrar conforme o direito, isto é, na possibilidade de *adaptar* livremente os atos às exigências da ordem social, cuja expressão seria a lei e, assim, considerava que o crime era uma clara manifestação do princípio da hereditariedade. Portanto, mesmo se constituindo como um fenômeno mórbido, um resultado de doença, nada proibía que, também naquele domínio, como em todos os outros da natureza, a *adaptação* procurasse eliminar as irregularidades da *herança*. Isto permite ver como termos da própria fisiologia da época entram no vocabulário para designar práticas e compreender fenômenos sociais como o crime. O criminoso seria alguém em posse de suas funções regulares e que havia passado pelos quatro elementos de uma evolução espiritual: “1º. A consciência de si mesmo; 2º. A consciência do mundo externo; 3º. A consciência do dever; 4º A consciência do direito” (BARRETO, 1926, p. 8).

Compreendia que o estado de irresponsabilidade por causa de uma passageira ou duradoura perturbação do espírito, na maioria dos casos, consistia em um estado de perda das duas primeiras formas da consciência ou da normalidade mental. O erro do Código, segundo ele, residia no seu desejo de universalidade: reunir em uma só categoria diversas classes de sujeitos irresponsáveis, que não se deixavam reduzir a um denominador comum, isto é, a ausência do que ele chamou de *normalidade mental*. Assim, confundira a *imputatio júri* ou *imputabilitas*, cuja falta caracterizaria os menores e os mentecaptos, com a *imputatio facti*, que não se fazia valer para com os mencionados nos §§ 3º e 4º do citado artigo. Pelo Código não seriam julgados criminosos: 1º. Os menores de quatorze anos; 2º. Os loucos de todo o gênero, salvo se tivessem lúcidos intervalos, e neles cometessem o crime; 3º Os que cometessem crimes violentados por força ou por medos irresistíveis; 4º. Os que cometessem crimes casualmente, no exercício ou prática de qualquer ato lícito, feita a atenção ordinária (cf. BARRETO, 1926, p. 9).

Os legisladores de quase todos os países haviam estabelecido “uma época certa” depois da qual poderia ter lugar a responsabilidade criminal.<sup>21</sup> Nosso Código havia seguido o exemplo da maioria dos “povos cultos” e fixado a menoridade de quatorze anos, como razão peremptória de escusa por qualquer ato delituoso. Havia estabelecido em favor de tais menores a *presumpção juris et de jure* da sua imaturidade moral. Era, contudo, motivo de lástima que, aproveitando-se da doutrina do art. 66 e seguintes do *Código Penal* (Código Penal [francês]), o nosso legislador tivesse, no art. 13 consagrado a singular teoria do discernimento, que pôde abrir caminho para muitos abusos, criando um espetáculo doloroso. Tendo ciência de que a definição de uma idade depois da qual o indivíduo poderia ser responsabilizado criminalmente ainda não era objeto de consenso entre os criminalistas, ele argumentava que

as *individualidades físicas* são em geral muito mais variadas do que as *individualidades somáticas*, e não se deixam prender a uma norma determinada. Quem quer que pretenda julgar da madureza do entendimento, da força do livre arbítrio, segundo o número dos anos de idade, iludir-se-á constantemente... A experiência diária nos ensina que o desenvolvimento psíquico aparece em um indivíduo mais cedo, em outro mais tarde. Pelo que a determinação de uma idade igual para todos os indivíduos, quando é tão desigual o desenvolvimento de cada um, não pode oferecer uma segura medida da culpabilidade e de grau da pena merecida (BARRETO, 1926, p. 14-15).

Dizia ainda que “porquanto os males, que sem dúvida resultam de taxar-se [...] uma espécie de maioridade em matéria criminal, são altamente sobrepujados pelos que resultariam do facto de entregar-se ao critério de espíritos ignorantes e caprichosos a delicada apreciação da *má fé* pueril” (BARRETO, 1926, p. 14-15). Assim, seria preferível correr o risco de ver passar impune, por força da lei, quando viesse a cometer algum crime, “o *gymnasiasta* de treze anos, que já fez os seus versinhos e sustenta o seu *namorico*, do que se expor ao perigo de ver juízes estúpidos e malvados condenarem uma criança de dez anos” (BARRETO, 1926, p. 14-15). Soa estratégico o modo de escrever tais sentenças que não se ancoram necessariamente em casos concretos, pois ele queria agir preventivamente em

<sup>21</sup> Cf., acerca dessa discussão no âmbito da Medicina Legal, o livro *Raças humanas e responsabilidade penal*, de Raymundo Nina Rodrigues, publicado em 1894, originalmente (RODRIGUES, 2011 [1894]). Para uma abordagem sobre a discussão da idade de responsabilidade penal e a formação dos Tribunais de Menores nos Estados Unidos, cf. Platt (1982).

relação aos futuros excessos e “abusos” que as interpretações dos atores do sistema de justiça poderiam produzir a partir do art. 13 (PINTO, 2002, p. 9-11). Portanto, ele antecipa “a noção de uma especificidade da justiça para menores, que já surgia então na França e nos Estados Unidos” e paulatinamente ganhará espaço no Brasil (ALVAREZ, 1989, p. 66). É fato que ao longo do século XIX vão sendo feitas críticas ao Código de 1830 e a partir da Abolição isso ganha contornos decisivos, gerando as condições para um novo Código Penal por meio do decreto nº 847 de outubro de 1890 (cf. SONTAG, 2013; ALVAREZ, SALLA & SOUZA, 2003) e nisso tanto Tobias quanto João Vieira de Araújo (1844-1922) concordaram que uma idade deveria ser estipulada para tornar o menor passível de imputabilidade. Pensaram assim não por acharem que todos os jovens fossem iguais, mas por pensarem na proteção ao menor, que poderia ser vítima de abusos com a brecha da lei expressa na noção de discernimento (PINTO, 2002, p. 9-11). Isso impediria que menores fossem postos em prisões comuns, como ocorria algumas vezes no cotidiano das polícias, gerando o assombro e a revolta do advogado Evaristo de Moraes na virada do século (cf. COSTA JÚNIOR, 2022; MENDONÇA, 2007).

### **Tobias leitor de Lombroso**

Tobias Barreto produziu sua obra quando Cesare Lombroso (1835-1909), criminalista italiano, estava sendo recepcionado no Brasil. De acordo com o sociólogo Edmundo de Oliveira Gaudêncio (2004, p. 127) no estudo *Sociologia da Maldade & Maldade da Sociologia*:

o que é central na teoria de Lombroso é que, primeiro, não lhe interessava tanto o crime, como nos tratados dos autores clássicos, quanto lhe interessava a figura do criminoso, e, segundo, é que ele fez uma leitura do crime enquanto fato social, usando os óculos, não das “ciências morais”, como até então, mas das “ciências naturais”. Fundiu Darwin, para quem tudo é luta de espécies, com Comte, para quem somente através da ordem, dá-se o progresso, e com Virchow, para quem a ontologia recapitula a filogenia, fazendo de saberes velhos, saberes novos.

Uma nova linha de investigação estava sendo construída e impactou intelectuais brasileiros de modos diversos. As lentes médico-jurídicas passaram

a se interessar pela singularidade do criminoso, figurando aí elementos novos como uma topografia da face e uma escritura biográfica com poder explicativo sobre a constituição de uma conduta delinquente no tempo. Tobias Barreto leu criticamente esse livro de Lombroso, como se vê no trecho abaixo:

O livro de Lombroso, seja-me lícito dizê-lo, é *italianamente escrito e germanicamente pensado*. [...] importa reconhecer que o autor alargou demais as suas vistas e é excessivo nas suas apreciações. Tudo tem seus limites. O conhecimento exato do criminoso não se compõe somente de dados psicológicos, fornecidos pela observação interna, direta ou indireta; mas é igualmente certo que não se compõe só de dados *craniométricos*, *dinamômetros*, *oftalmoscópicos* e todos os mais epítetos sesquidaes, de que soe usar a tecnologia médica.

[...] apresso-me em declará-lo, não está de perfeito acordo com a ideia sustentada pelos patologistas do crime. Para ele o delito e a loucura são fenômenos semelhantes, porém não são idênticos [...]. *Seja como for, o certo é que a alma humana, quer individual, quer socialmente considerada, é o produto de mil circunstâncias*, de mil fatores diferentes, em cujo número entra a própria atmosfera com a sua cota de calor e eletricidade. [...] importa reconhecer que a ideia capital de Lombroso não é de todo isenta de um certo saber de paradoxia. Reduzindo o crime às proporções de um fato natural, incorrigível, inevitável, tão natural e incorrigível como a doença, ele parece julgar inútil a função da justiça pública. E uma das mais vivas provas desta inutilidade é fenômeno constante da reincidência. [...]. Nada melhor do que o livro de Lombroso me faz compreender uma justa observação de Moritz Lazarus em sua *Volkerpsychologie*.<sup>22</sup> Apreciando o fenômeno da invasão recíproca de domínios intelectuais limítrofes, ele explica pela mesma lei o fato estranho de indivíduos investidos de uma profissão determinada empreenderem excursões insensatas em alheias e superiores esferas – excursões, cujos resultados se dão a conhecer como planos grandiosos de melhoramento, messiamicamente anunciados [...] (BARRETO, 1926, p. 67-75, grifos meus).

Lombroso teria rompido um acordo tácito. Para Tobias, “o psiquiatra quer destronar o jurista, a psiquiatria quer tornar dispensável o direito penal” (BARRETO, 1926, p. 75). Assim, ele antecipou uma crítica sobre as combinações entre os saberes médicos e jurídicos, algo que ocorreria com mais frequência e densidade a partir de 1890 no trato da menoridade (ALVAREZ, 1989; COSTA JÚNIOR, 2021). A ojeriza de Tobias Barreto pelo positivismo em geral fez com que ele tivesse uma postura crítica às ideias de Lombroso, rejeitando-as e chegando a ridiculizar suas formulações, fosse pelo potencial de desqualificação que elas tinham acerca do campo do Direito Penal, reduzindo o crime à ideia de fato natural e mitificando a ideia de reincidência. Tobias estava

<sup>22</sup> Do alemão “Völkerpsychologie”: psicologia social.

no debate entre duas grandes escolas penais: a Escola Clássica e a Escola Positiva. Os clássicos, representados por autores como Cesare Beccaria (1738-1794), Jeremy Bentham (1748-1832) e Paul Johann Anselm von Feuerbach (1775-1833), “postulavam em primeiro lugar que as condições socialmente determinadas conduzem ao comportamento desviado, razão pela qual todo o indivíduo podia apresentar um comportamento desviado” (CANCELLI, 1995, p. 64). Focava-se o crime e não o criminoso. Por sua vez, a Escola Positiva impôs um “rígido determinismo em que homens cunhados biológica e socialmente de determinada maneira seriam impulsionados sem resistência a suas ações”. Assim, “o exame criminal não seria mais sobre o ato, mas sobre o criminoso”. Tal inversão criou um novo arsenal teórico para individualizar os processos e elaborar o “caráter individual do criminoso” (CANCELLI, 1995, p. 65). Mas a história da Criminologia não começou com Lombroso, tendo raízes mais na história das ciências médicas na Europa desde o fim do século XVIII.

O livro mais importante de Lombroso, *L'Uomo delinquente*, foi publicado pela primeira vez em 1876. Este trabalho, no qual Lombroso desenvolve suas principais ideias acerca das raízes do crime, foi várias vezes reeditado na Itália e traduzido em diversos países europeus. O livro ganhou notoriedade a partir da segunda edição italiana em 1878, e com as traduções em francês e alemão, publicadas em 1887, passou a ser amplamente conhecido também no exterior. Ao longo das cinco edições em italiano, o livro foi sendo ampliado por Lombroso que, a cada publicação, adicionava novos dados antropométricos para confirmar suas teorias. Em 1899 publicou *Le Crimine: causes et remèdes*, no qual deu atenção também aos fatores sócio-econômicos que causariam o crime (ALVAREZ, 2005, p. 80, grifos no original).

Entre a perspectiva biologizante e a naturalização do social, o saber criminológico emergiu. Mesmo se destacando, Lombroso não esteve alheio às críticas de autores como Alexandre Lacassagne (1843-1924) e Tarde. Recepcionada, essa teoria foi uma condição de enunciabilidade sobre o problema do menor no Brasil. O Estado não visou proteger crianças e adolescentes, mas proteger a sociedade dos menores desviantes. Se desde as Ordenações Filipinas “a lei referia-se ao delinquente menor, mas ainda não o tinha como menor delinquente” (BANDERA, 2015, p. 30-31), nos anos 1870 isso mudaria. Tobias se preocupou com a criminalização dessa infância e

criticou a racionalidade jurídico-política que gerou o manipulável critério do discernimento.

### Considerações finais

O texto partiu da obra *Menores e loucos em direito criminal*, de Tobias Barreto, para problematizar a rede de saberes e poderes que articulou o debate sobre a menoridade no Brasil no século XIX. Tensionou os conceitos de menoridade e discernimento, usados para definir a imputabilidade penal. Tobias direcionou sua crítica ao Código Criminal do Império de 1830 e à racionalidade jurídico-política que o tornou possível no campo de práticas que começavam a definir o problema do menor abandonado e delinquente.

Quatro conclusões emergem: *a)* a conformação de uma cultura letrada no ambiente jurídico se deu a partir da apropriação crítica da matriz germânica, não somente filosófica e jurídica, mas também biológica, fisiológica, tensionando referências culturais francesas predominantes até então no país; *b)* a Escola de Direito de Recife formou quadros intelectuais e políticos em um momento no qual o país passava por transformações estruturais e conjunturais com a mudança da Monarquia Constitucional para a República Federativa, bem como mobilizou formas de explicação e intervenção na “questão racial” e social a partir de teorias europeias, quando a configuração da Sociologia como “ciência da sociedade” era objeto de disputa teórica e institucional; *c)* Tobias antecipou o olhar sobre a especificidade de uma justiça juvenil ao longo do século XX (cf. DAMINELLI, 2016), cujos frutos só vieram posteriormente com a obra de Clóvis Beviláqua e sua participação na configuração do Código Civil de 1916 com forte inspiração tobiástica, assim como contribuiu postumamente nos debates que resultariam na criação do Código de Menores de 1927, quando o seu nome foi mencionado por intelectuais como Evaristo de Moraes, Mello Mattos etc.; *d)* ao focalizar o papel regulador do direito nas relações sociais, Tobias Barreto contribuiu para a compreensão histórica e cultural das instituições e das leis, fugindo ao raciocínio metafísico e positivista e apostando na tarefa crítica da Ciência Social. Portanto, este texto buscou contribuir para uma análise das relações de poder-saber em que tanto a menoridade como o discernimento foram problematizados por um homem

negro e de origem pobre que lutou por sua formação intelectual e ascensão socioeconômica – sendo que esta não se efetudou –, sempre atento às questões de sua época e às possibilidades de um tempo novo para um Brasil mais democrático e justo para sua nação em formação.

## Referências

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? In: **O que é o contemporâneo?** E outros ensaios. Tradução: Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2018.

ALVAREZ, Marcos César & SALLA, Fernando. Os novos contornos do bacharelismo liberal: uma análise da trajetória de Cândido Motta (1870-1942). **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 39, mai./jun. de 2018.

ALVAREZ, Marcos César SALLA, Fernando Salla; SOUZA, Luís Antônio F. A sociedade e a Lei: o Código Penal de 1890 e as novas tendências penais na primeira República. In: **Justiça e História**, v. 3, n. 6. Porto Alegre: 2003.

ALVAREZ, Marcos César. O homem delinquente e o social naturalizado: apontamentos para uma história da criminologia no Brasil. **Teoria & Pesquisa**, n. 47, jul./dez. 2005.

ALVAREZ, Marcos César. **A emergência do Código de Menores de 1927**: uma análise do discurso jurídico e institucional da assistência e proteção aos menores. 198 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 1989.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução: Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

BANDERA, Vinícius. **Ordenação social no Brasil**: liberalismo, cientificismo e “menores abandonados e delinquentes”. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

BARRETO, Tobias. **Menores e loucos em direito criminal**. Rio de Janeiro: Empreza Graphica Editora, 1926.

BARRETO, Tobias. **Dias e Noites**. Rio de Janeiro: Edição da Organização Simões, 1951, 333p.

BARRETO, Tobias. **Esparsos & Inéditos**. Organização de textos: Jackson da Silva Lima. Aracaju, SE, 1989, 398p.

BARRETO, Tobias. **Estudos de Direito III**. Organização de textos: Jackson da Silva Lima e Luiz Antonio Barreto. Record: Aracaju, 1991, 453p.

BRASIL. **Código de Menores**. Decreto federal nº 17.943-A de outubro de 1927. Organização, índices e notas de Fernando H. Mendes de Almeida. Edição Saraiva: São Paulo, 1955.

BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. Composição intelectual como fruto de repertórios mobilizados: o caso Tobias Barreto. **Almanack**, Guarulhos, n. 25, 2020.

BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. Tobias Barreto de Menezes e a educação para um Brasil moderno (século XIX). **História da Educação** (online), Porto Alegre, v. 21, n. 53, p. 38-55, set./dez. 2017.

BARBERIS, Daniela. O organicismo como modelo para a sociedade: a emergência a queda da sociologia organicista na França do fin-de-siècle. In. MARTINS, R. A; MARTINS, L. A. C. P; SILVA, C. C.; FERREIRA, J. M. H (eds.) **Filosofia e história da ciência no Cone Sul**. 3º Encontro. Campinas: AFHIC, 2004, pp. 131-136.

BOURDÉ, Guy & MARTIN, Hervé. As filosofias da história. In. **As escolas históricas**. Tradução: Ana Rabaça. Ed: Mem. Martins, Europa-América, 2003, p. 44-60.

BOURDIEU, Pierre. A força do direito: elementos para uma sociologia do campo jurídico. In. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: DIFEL, 1989, pp. 210-254.

CALLEWAERT, Gustave. Bourdieu crítico de Foucault. **Educação, Sociedade & Culturas**, n. 19, 2003, pp. 131-170.

CANCELLI, Elizabeth. Criminosos e não-criminosos na história. **Textos de História** – Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, v. 3, n. 1, 1995.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 24ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CONSOLIM, Marcia. Émile Durkheim e Gabriel Tarde: aspectos teóricos de um debate histórico (1893-1904). **História: questões e debates**, Curitiba, n. 53, p. 39-65, jul/dez. 2010.

CORAZZA, Sandra Mara. **História da infância sem fim**. 2ª ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004.

CORRÊA, Mariza. **As ilusões da liberdade**: a Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil. 2ª ed. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

COSTA JÚNIOR, José dos Santos. **Mal-estar na história da infância: a invenção do menor infrator no Brasil Contemporâneo**. 504 f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2021.

COSTA JÚNIOR, José dos Santos. Evaristo de Moraes e a criminalidade infanto-juvenil: das impressões às proposições (Brasil, 1910-1920)). **Escritas do Tempo**, v. 4, p. 136-160, 2022.

DAMINELLI, Camila Serafim. Discurso, direitos e infração: reflexões sobre a menoridade no tempo presente a partir da legislação brasileira do século XX. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 8, n. 15, julho de 2016.

DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo? In. **Dois regimes de loucos: textos e entrevistas (1975-1995)**. Edição preparada por David Lapoujade. Tradução: Guilherme Ivo. São Paulo: Editora 34, 2016, p. 363-364.

DIDI-HUBERMAN, George. **O que vemos, o que nos olha**. 2ª ed. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 2010.

EUFRÁSIO, Marcelo Alves Pereira. Cidadania e direitos fundamentais, uma luta emancipatória em diferentes momentos históricos. In. **História do direito e da violência: recortes de uma abordagem interdisciplinar**. Campina Grande: EDUEPB, 2009, pp. 53-67.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Tradução: Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2012.

GAUDÊNCIO, Edmundo de Oliveira. **Sociologia da Maldade & Maldade da Sociologia: arqueologia do bandido**. 439 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal da Paraíba, 2004.

HUNT, Linn. **A invenção dos direitos humanos: uma história**. Tradução: Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

KEHL, Maria Rita. **Direitos humanos: a melhor tradição da modernidade**. In. VENTURI, Gustavo (Org.). **Direitos humanos: percepções da opinião pública – análise de pesquisa nacional**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010, pp. 33-42.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Tradução: Vila Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Revisão da tradução: César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto e Editora PUC-Rio, 2006.

LÉON, Adriano de. O cárcere das palavras: o poder simbólico da linguagem jurídica. **Verba Juris**, ano 3, n. 3, jan/dez. 2004.

LIMA JR, Jayme Benvenuto. (Org). **Direitos Humanos Internacionais: avanços e desafios no início do século XXI**. Recife, PE: Programa DH Internacional e GAJOP, 2001.

LOMBROSO, Cesare. **O homem delinquente**. Tradução de Sebastião José Roque. São Paulo: Ícone, 2016 [1882].

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Evaristo de Moraes: tribuno da república**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

PASSOS, Aruanã Antônio dos. Do Império à República: escrita poética e biografia em Tobias Barreto (1869-1889). **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 19, n. 30, 2018.

PASSOS, Aruanã Antônio dos. Na província, ler e (re) inventar o mundo: uma interpretação da formulação do culturalismo em Tobias Barreto (1859-1889). **Trilhas da História**, v. 11, n. 22, 2022.

PINTO, Bárbara Lisboa. O Menor e menoridade sob a ótica do Direito Criminal Brasileiro na década de 1880: as obras de Tobias Barreto e João Vieira de Araújo. **Revista Justiça e História**, Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, v. 2, n. 3, 2002.

PLATT, Anthony M. Platt. **Los salvadores del niño o la invención de la delincuencia**. Tradución: Félix Blanco. 3ª ed. Mexico/España/Argentina/Colombia: XXI Siglo veinteuno editores, 1982.

RODRIGUES, Raymundo Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2011, 95p.

SALOMON, Marlon (org.). **Heterocronias: estudos sobre a multiplicidade dos tempos históricos**. Goiânia: Edições Ricochete, 2018.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOARES, Janine Borges. **A construção da responsabilidade penal do adolescente no Brasil: uma breve reflexão histórica**. Disponível em: <<http://www.mprs.mp.br/infancia/doutrina/id186.htm>>. Acesso em 27 de jan. 2023.

SONTAG, Ricardo. A nova edição oficial do Código Criminal de 1830. **Revista de estudos histórico-jurídicos**, n. 35, Valparaíso, nov. 2013.

WEISS, Raquel & BENTHIEN, Rafael Faraco. 100 anos sem Durkheim, 100 com Durkheim. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 19, n. 44, jan./abr. 2017.



## ARTIGOS – ARTICLES

Sobre o gesto infantil na primeira poesia  
de Hilda Hilst e Eglê Malheiros  
(ou: os anos 1950, uma propedêutica)

Natan Schmitz Kremer<sup>1</sup>

Universidade Federal de Santa Catarina  
[natan.kremer@gmail.com](mailto:natan.kremer@gmail.com)

Alexandre Fernandez Vaz<sup>2</sup>

Universidade Federal de Santa Catarina  
[alexvaz@uol.com.br](mailto:alexvaz@uol.com.br)

Como citar este artigo: KREMER, N. S., VAZ, A. F. Sobre o gesto infantil na primeira poesia de Hilda Hilst e Eglê Malheiros (ou: os anos 1950, uma propedêutica), *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº16, pp. 100-129. 2023. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

**Resumo:** O artigo se ocupa dos três primeiros livros de poemas de Hilda Hilst – *Presságio*, *Balada de Alzira* e *Balada do festival* – e do primeiro de Eglê Malheiros – *Manhã* –, questionando-lhes sobre o que guardam do gesto infantil como potência literária. Para tanto, busca situá-los na década de 1950, quando foram publicados, atentando para o movimento intelectual no qual se inserem, assim como à primeira recepção crítica da obra de Hilst, assinada por Lygia Fagundes Telles. A partir dessas considerações, são tensionadas as leituras do existencialismo e do marxismo, respectivamente em Hilst e em Malheiros, observando como, a partir do conflito com esses postulados teóricos, o gesto infantil se coloca como potência estética capaz de dar forma ao tempo. O trabalho se conclui apontando à permanência da in-fância na obra das escritoras ao correr da segunda metade do século XX.

Neste estudo, conjugamos a perspectiva do contextualismo linguístico com recursos metodológicos da História dos Intelectuais, buscando enfatizar a dimensão da sociabilidade intelectual envolvida no debate analisado.

**Palavras-chave:** Hilda Hilst. Eglê Malheiros. Marxismo. Existencialismo. Anos 1950.

<sup>1</sup> Natan Schmitz Kremer é formado em Ciências Sociais e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Santa Catarina, onde cursa o doutorado no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Bolsista FUMDES/UNIEDU.

<sup>2</sup> Alexandre Fernandez Vaz é doutor em Ciências Humanas e Sociais (Dr. Phill) pela Universidade de Hannover, Alemanha, e Professor Titular do departamento de Estudos Especializados em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista de produtividade do CNPq (1c).

*On infantile gesture in the first poetry of Hilda Hilst and Eglê Malheiros  
(or: the 1950's, a propaedeutic)*

**Abstract:** This paper analyses Hilda Hilst's first three poems of poems – *Omen*, *Alzira's ballad* and *Festival ballad* – and the first one of Eglê Malheiros – *Mourning* – asking what they keep up from child gesture as a literary power. To this aim, it situates them in the 1950s, when they were published, paying attention to the intellectual movement in which they insert themselves, as well as of the first critical reception of Hilst's work, the one of Lygia Fagundes Telles. From these considerations, the understanding of existentialism and Marxism, respectively in Hilst and Malheiros' work are put in question to observe as, from the conflict with these theoretical postulates, the children's gesture appears as a strong enough aesthetic power to be able to frame the epoche. The paper concludes pointing out the permanence of in-fance in the writers' work at the second half of the twentieth century.

**Keywords:** Hilda Hist. Eglê Malheiros. Marxism; Existencialism. 1950's.

### A geração dos novos

No nono número da *Revista Branca*, de 1949, impresso dos novos do Rio de Janeiro, Hilda Hilst publicou, por intermédio de Lygia Fagundes Telles, um poema sem título cujo primeiro verso é “Canção do mundo” (CALDAS, 2018). O texto reapareceu no ano seguinte em *Presságio – poemas primeiros*, livro de estreia da autora que abre a trilogia organizada em 2003 por Alcir Pécora, *Baladas*, composta ainda por *Balada de Alzira*, de 1951, e *Balada do festival*, de 1955.

Ao apresentar o volume, Pécora dissuade o leitor da busca por germes, naqueles poemas, do que viria a ser a obra posterior de Hilst. Sugere, no lugar, que *Baladas* “tem interesse porque é mesmo poesia em direito pleno da idade, numa dicção informal e paradoxalmente sentenciosa, muito verossímil nos vinte anos tumultuados por dúvidas e certezas demais” (PÉCORA, 2003, p. 8). Este é tema que segue desenvolvendo ao apresentar *Exercícios*, livro que compila a poesia da autora publicada entre 1959 e 1967, sobre a qual discute seu retorno a formas clássicas, apontando ao diálogo com tradição que se situa por vezes nos esquemas do Medievo e, por outras, na poesia órfica de matriz rilkeana (PÉCORA, 2012). O argumento se repete em outros críticos, como Cláudio Willer (2010) e, de forma menos cindida, em Eliane Robert Moraes

(1999): a poesia de Hilst passaria por mudança significativa após sua primeira inserção na prosa, *Fluxo-floema*, de 1970. Na leitura de Willer, é a partir de *Júbilo, memória, noviciado da paixão*, poemas de 1974, que se poderia identificar a influência gnóstica que também marcará a prosa da autora. Talvez essas leituras nos possibilitem, então, tomar os primeiros poemas de Hilst como situados na década de 1950, atentando especialmente ao espaço de seu aparecimento e sua primeira recepção crítica.

A *Revista Branca*, na qual o poema foi publicado, se insere em um movimento literário que emerge no Brasil de então, do qual fazem parte as revistas *Joaquim*, de Curitiba, editada por Dalton Trevisan; *Sul*, de Florianópolis, dirigida por Aníbal Nunes Pires e Salim Miguel; *Clã*, de Fortaleza, sob coordenação de Fran Martins, dentre tantas, como assinala Raúl Antelo (1997). No caso de *Branca*, levada adiante por Saldanha Coelho, vê-se o interesse pela obra de Marcel Proust, que resulta na publicação, em 1950, de um compilado de ensaios sobre ele, *Proustiana Brasileira*, no qual se encontra um leque de autores que vai de Sérgio Buarque de Holanda a Tristão de Athayde (pseudônimo de Alceu Amoroso Lima); no texto do segundo, lemos:

O espírito não existe, portanto, para Proust, como realidade primordial. (...) Proust ficou sempre dentro da natureza e quase sempre dentro do evanescente da natureza embora sempre o que procurou foi justamente a essência dessa evanescência. Privado do sentido da elevação, tudo se passa na superfície ou na subestrutura da alma humana. Nada excede essa alma. Nada transcende o determinismo desordenado da natureza. E daí o sentimento de asfixia que nêle afinal nos deixa. De esforço vão. Do trabalho sem finalidade, sem êxito, sem progresso, em que tocamos a capacidade de ilimitação do espírito, isto é, o infinito em torno de si mesmo, mas não a sua capacidade de infinito, isto é, o ilimitado para além de si mesmo (ATHAYDE, 1950, p. 40)

O fragmento apresenta temas que poderiam ter sido provocados pelo romance *A Náusea*, de Sartre ([1938] 2016). A privação do sentido de elevação, de um sujeito que não excede sua alma; a sensação de asfixia, que se expressa por um trabalho que não pode ser concretizado; a incapacidade do infinito, do além do ato, de uma transcendência – são todas questões que perpassam o trabalho claustrofóbico de Antoine Roquentin ao buscar, em bibliotecas de Bouville, documentos para a escrita da biografia do Marquês de Rollebon.

A aproximação de Athayde ao existencialismo é conhecida, já observada por Alfredo Bosi (2006) ao apontá-lo como um crítico de formação

cristã. Longe de propor Proust como preconizador de Sartre, interessa, contudo, a chave de leitura que Athayde mobiliza. Se lembrarmos de outro estreante na literatura brasileira dos anos 1950, Carlos Heitor Cony, também em seus primeiros livros as referências ao existencialismo são constantes, e sua ambientação católica se expressa com mais força em *Informação ao crucificado* ([1961] 1996), romance no qual, na reclusão de um seminário, o narrador conta ao seu diário (o mesmo mecanismo narrativo de *A náusea*) as investidas e questionamentos existenciais que circundam a problemática da liberdade: seguir ou não neste seminário é, ao fim, a dúvida que permanece latente em toda obra e, finalmente, acaba por abandoná-lo. Mas não é apenas na literatura de Cony que Sartre aparece no Brasil de 1950: também se encontra na obra de uma amiga de Hilst, Lygia Fagundes Telles.

Se um dos interesses da *Revista Branca* era a discussão sobre Proust, outro é a articulação de uma nova literatura brasileira e sua tradução. Um dos objetos que dá forma a isso é a *Antologia de Contos de Escritores Novos do Brasil*, lançada pela *Branca* em 1949 e da qual participa, dentre vários outros escritores de província, o florianopolitano Aníbal Nunes Pires, da *Revista Sul*. Outro, no que se refere à tradução, são publicações bilíngues de novos escritores, como o volume *Contistas Brasileiros – Conteurs brésiliens*, edição português-francês lançada em 1958, que buscava apresentar em outros países a literatura que aqui se desenvolvia. Participaram Breno Accioly, de Alagoas; Eduardo Campos e Moreira Campos, do Ceará; Joel Silveira, de Sergipe; José Conde, de Pernambuco; Murilo Rubião, de Minas Gerais; Saldanha Coelho, do Rio; Vasconcelos Maia, da Bahia; e, de São Paulo, Almeida Fischer e Lygia Fagundes Telles.

O conto de Telles, intitulado *Felicidade*, apresenta ao leitor uma angústia. Teresa, datilógrafa de um hotel, mora em um edifício pobre, construído na prosa no interior de uma atmosfera inóspita, morosa: “latas vazias, cascas de bananas, fôlhas de jornal, pontas de cigarro, bolotas de papel de embrulho”, que produzem uma “côr meio indefinida, gasta” (TELLES, 1958, p. 121). Nas descrições do lixo e das baratas que brotam das rachaduras, o texto se alonga nas primeiras páginas ao criar o ambiente opaco que envolve Teresa. Não poderia ser mais diferente do hotel burguês em que trabalha, mas do qual pouco pode aproveitar. Uma das hóspedes, Brígida, dona de roupas e

perfumes invejados pela funcionária, marca o contraponto: “Então, com tôdas aquelas jóias e com tôda aquela beleza ainda era infeliz?” (TELLES, 1958, p. 127). É na infelicidade de Brígida, resultado do casamento fracassado com um homem ciumento, que Teresa descobre que a hóspede terá um encontro extraconjugal. Por Brígida, Teresa nutre uma mescla ressentida de desprezo e inveja: “nesse instante, a beleza da outra surgia na sua frente como um espelho, ainda mais duro e mais frio do que aquêle que havia no seu quarto. Odiava-a, ah, odiava-a, sim, não a ela, propriamente, mas a tudo o que ela representava de beleza, de mocidade, de conforto” (TELLES, 1958, p. 127). Ao voltar a casa, é convidada por uma vizinha para que assista ao casamento de sua sobrinha, no sábado, às 16h. Mas este era o horário em que Brígida encontraria o amante, o que leva Teresa a declinar do convite. Titubeante em sua angústia, toma um livro, mas não o lê. A protagonista sente-se dona do poder de tomar uma decisão, a de agir: “sem dúvida, alguma, se quisesse poderia estragar-lhes a tarde. Só a tarde: se quisesse poderia estragar-lhes a vida. Bastava telefonar para o marido” (TELLES, 1958, p. 130). Mas a angústia provocada pela possibilidade da ação, o não saber como proceder, produz uma claustrofobia na narrativa até que, às 15h50, Teresa sai de casa, mas não vai ao encontro de Brígida e seu amante: perde-se em um parque que nunca visitara e, nele, vê crianças brincando em um lago. “Nunca tinha sentido uma tranqüilidade igual. Não sabia como seria depois. Mas sabia que nunca tinha vivido um momento assim” (TELLES, 1958, p. 131).

Não deixa de ser irônico que a felicidade que intitula o conto de Telles seja o momento de uma não ação do sujeito, a partir da qual Teresa se furta da necessidade de escolha e coloca as certezas provenientes da natureza como redução da angústia de sua condição de classe, que fora construída em contraposição à de Brígida, personagem que representa, em vocabulário sartreano, a moral burguesa. No conto de Telles, antes da responsabilização há seu surripio, já que a angústia é aplacada pela ação que a protagonista não concretiza.

A influência de Sartre, pela crítica à moral burguesa, tem consequências em textos memorialísticos de Telles compilados em *Durante aquele estranho chá*. Um deles, *Papel quadriculado*, refere-se ao encontro com Simone de Beauvoir quando de sua visita ao Brasil, em 1960. Nele, rememora as conversas

sobre o Terceiro Mundo, o presenteio a Beauvoir de uma tradução de *Ciranda de Pedra*, assim como de um segundo encontro, uma década depois, em Paris:

Abriu a grande bolsa e tirou de dentro o livro que me ofereceu, *La Femme rompue*. Cortou com um gesto o agradecimento que ensaiei fazer e com aquela letra sem fronteiras, fez a dedicatória. Em seguida, olhou firme nos meus olhos e assim inesperadamente fez a pergunta, Você tem medo de envelhecer? Baixei a cabeça e fiquei muda, pensando. Na realidade, começava a ensaiar a resposta naquele meu francês tropeçante, cheio de curvas e ela preferia a linha reta. Tocou de leve na minha mão, Então está com medo.

Espera um pouco, eu não disse isso, comecei por contestar mas tão fracamente que ela sorriu enquanto consultava o cardápio. Aconselhou-me o melhor prato da casa. E começou a falar pausadamente, que nada me escapasse enquanto ia acertando suas idéias: todo aquele que faz o elogio da velhice, esse não pode mesmo amar a vida, não pode amar a vida. (TELLES, 2002, p. 39-40)

A oposição ao elogio da velhice, atribuída a Beauvoir, reaparece no mesmo livro em *Da amizade*, crônica na qual Telles rememora a relação com Hilst. Na primeira frase, lemos: “É possível falar em Hilda Hilst sem falar em todo esse nosso tempo de juventude e maturidade? ‘Não é maturidade, querida, é velhice mesmo’, ela me corrigiu rindo” (TELLES, 2002, p. 45). Velhice, tema de Beauvoir, é associado a Hilst nas memórias de Telles; mas a aproximação fora feita já nos anos 1950, quando escrevera, marcada por uma pergunta existencialista, os primeiros ensaios sobre os poemas da amiga.

Ainda em 1950 Telles publicou, no suplemento *Letras e Artes*, do jornal *A Manhã*, o comentário *Poesia acima de tudo*, no qual destaca *Presságio* como um livro que surge em meio ao caos das cidades: a Guerra da Coreia, as pequenas notícias, a condensação da *Divina comédia* em quadrinhos são os eventos encadeados pela autora, em um mimetismo do texto jornalístico, para apresentar o espaço no qual o livro de Hilst emerge. Nos primeiros parágrafos é a cidade, regulada pela temporalidade do jornal e da abreviação, que aparece como inóspita à literatura em geral, à poesia em específico. O brotar de *Presságio*, respiro em meio a aceleração, é posto por Telles, porém, em tom pessimista: haveria “poesia do abandono e do desconsolo” na qual “não há revolta: há, isto sim, uma mágoa e irremediável aceitação” (TELLES, 1950, p. 4).

Esta mágoa e irremediável aceitação não se distanciam da história de Teresa, em *Felicidade*. Enquanto lá a protagonista opta por não agir, expressão da moral burguesa na crítica sartreana, Telles adota vocabulário que aproxima Hilst à angústia existencialista que expõe as contradições do sujeito, inclusive em sua não ação. Aos leitores de *A Náusea* é notável a sensação de um texto escorregadio, que patina e se esvai, construindo sobretudo uma atmosfera porosa na qual o protagonista pouco age; como se não houvesse raiva, mas irremediável aceitação.

A questão se relaciona aos temas que ocupam os primeiros poemas de Hilst, como destaca Telles em comentário de 1955 sobre *Balada do festival*: “nesse terceiro livro, ainda vemos a poetisa a girar melancolicamente em torno de seus dois grandes temas: amor e morte. A êsses dois temas, acrescente-se agora um terceiro: a solidão” (TELLES, 1955, p. 11). As hipóteses analíticas são fortes, mas vejamos primeiro o que aparece em 1952, referente a *Balada de Alzira*.

Publicado em *Letras e Artes*, o ensaio apresenta a defesa de critérios avaliativos estéticos igualitários para homens e mulheres. Marcado pela luta entre a pessoa física e a pessoa intelectual, Telles se vale da obra de Hilst para questionar críticas escritas por homens, nas quais, ao invés de se voltarem à estética das obras, encontram no corpo das autoras critérios de deslegitimação: se utilizam cosméticos, se têm uma vida sentimental movimentada, se se vestem de modo ridículo, se a sua idade é adequada. As exigências sobre o corpo da artista não se aplicariam, por sua vez, à análise das obras de homens:

Mas geralmente a pessoa física do autor masculino fica ‘amoitada’ e, assim sendo, o fato dele ser na vida real um Ariel ou um Caliban, não beneficia nem prejudica, em absoluto, sua realização artística. Mas com as mulheres, ah! as mulheres... Logo de início se ouve a pergunta clássica: ‘é bonita?’ E desta pergunta, nascem outras, e dezenas e dezenas de perguntas voluteiam em torno dela como um zumbido de mósca: que vida ela levou, que vida leva agora, se é casada, se é livre, se tem pernas tortas, etc., etc.. A obra mesmo, esta fica de lado (TELLES, 1952, p. 9)

Ao longo da crônica, que da obra de Hilst pouco fala, Telles se vale dos poemas da amiga para apresentar uma discussão próxima a de Beauvoir em *O segundo sexo*, de 1949:

Mas enquanto o conformismo é para o homem muito natural (...)

será necessário que a mulher, que é também sujeito, atividade, se dissolva em um mundo que a destinou à passividade. É uma servidão ainda mais pesada porque as mulheres, confinadas na esfera feminina, lhe hipertrofiaram a importância: transformaram em artes difíceis a toalete e os cuidados caseiros. O homem quase não precisa se preocupar com as roupas: são cômodas, adaptadas à sua vida ativa, não é necessário que sejam requintadas; mal fazem parte de sua personalidade; além disso, ninguém espera que delas trate pessoalmente: qualquer mulher benevolente ou remunerada se encarrega desse cuidado. A mulher, ao contrário, sabe que quando a olham não a distinguem de sua aparência: ela é julgada, respeitada, desejada através de sua toalete. Suas vestimentas foram primitivamente destinadas a confiná-la na impotência e permaneceram frágeis: as meias rasgam-se, os saltos acalcanham-se, as blusas e os vestidos claros sujam-se, as pregas desfazem-se. (BEAUVOIR, 2009, p. 883)

Na associação entre o comentário de Telles sobre a obra de Hilst e a passagem de Beauvoir em *O segundo sexo*, a primeira como que se vale da poesia da segunda para apresentar os argumentos da obra da terceira. Em uma palavra, Lygia Fagundes Telles *existencializa* os primeiros livros de Hilda Hilst.

Se Telles quer encarnar na obra de Hilst o espírito do tempo, marcado pela recepção do existencialismo no país, não é menos importante indagarmos sobre o suporte no qual os comentários foram publicados. Os textos de 1950 e 1952 saíram em *Letras e Artes*, suplemento do jornal *A Manhã*, do Rio de Janeiro, dirigido por Jorge Lacerda – deputado federal catarinense que residia, no exercício de seu cargo, na Capital Federal. Lacerda foi um dos responsáveis por colocar os jovens do Grupo Sul, representantes do modernismo florianopolitano, em contato com a vida intelectual do Rio de Janeiro, sobretudo por meio da apresentação dos escritores sulistas ao carioca Marques Rebelo (MIGUEL, 2008). É por decorrência dessa amizade que encontramos em *Letras e Artes* comentários sobre a *Revista Sul* (1948-1957), editada em Florianópolis, e sobre as obras a ela acopladas. Mas isso expressa, na verdade, a materialização de um movimento que acometia a literatura brasileira de então, pela emergência de novas estéticas a partir de capitais periféricas do país, que se viam acometidas pela política nacional-desenvolvimentista de Vargas, que reverberava em nova postura também dos aspirantes às Letras nas cidades centrais. *Letras e Artes*, veículo dos mais diferentes da *Revista Branca*, tinha com ela um pressuposto comum, o de articulação da literatura florescente que se oferecia ao Brasil de então.

Por isso não estranha a *Antologia de Contos de Escritores Novos do Brasil* publicada por *Branca*, da qual participou Anibal Nunes Pires, editor de *Sul*. Sem aprofundarmos a questão, discutida em outro momento (KREMER; VAZ, 2018), a participação do florianopolitano na antologia gerou uma disputa entre Salim Miguel, de *Sul*, e Fausto Cunha, de *Branca*, sobre o conto no Brasil de meados do XX. O intenso debate se evidencia também no intercâmbio dos impressos locais, assim como o de livros desses escritores que formavam o que viemos chamando de geração dos novos (KREMER; VAZ, 2021): jovens autores que ensaiam nas letras em revistas literárias emergentes, não apenas nas grandes capitais, mas também nas cidades periféricas que se modernizam, e que encontram formas de articulação nacional para a circulação dessa nova literatura, *Letras e Artes* e a antologia de *Branca* como exemplo.

E, enquanto o existencialismo ganha forma na produção de Telles na década de 1950, ele também recebe expressão em Florianópolis, sendo constantemente referenciado na *Revista Sul*. Além disso, se o existencialismo se coloca como uma das problemáticas intelectuais que ocupam os meados do século XX, outra delas é o marxismo e a aproximação desses novos autores ao Partido Comunista do Brasil (então PCB, antes da cisão de 1961). No modernismo florianopolitano, aquela que mais se aproximou às pautas do Partidão foi Eglê Malheiros. Escritora a ele filiada, teve na luta de classes inspiração para sua poesia, assim como para sua atividade docente como professora de História (ROSA; DALLABRIDA, 2014).

Não são poucas as afinidades que ligam Hilst e Malheiros. Ambas formadas em Direito, embora não tenham atuado; ambas efetuando retornos a formas musicais de poesia, como as baladas e os noturnos; ambas nutridas de uma preocupação com o gesto e com a infância, assim como com os párias da sociedade, os *Outros da razão*. Ainda que se trate, no contemporâneo, de uma autora resgatada pela crítica e de outra esquecida por ela, ambas saem de um movimento comum, ainda que pouco tenham dialogado entre si. Nas páginas que seguem, buscamos mostrar, então, como se desenvolvem as obras poéticas das autoras na década de 1950, realizando um duplo movimento: perguntamos sobre o que guardam da recepção que existencialismo e marxismo tiveram no país, situando-as como escritoras da década de 1950; e, ao mesmo tempo,

buscamos enfocar como se guarda, em comum, o gesto infantil como força capaz de impulsionar as obras.

### *Baladas*

Em comentário de 1955, Telles escreve que

‘Presságio’ foi o primeiro livro de Hilda Hilst. Publicou-o quando ainda cursava a Faculdade de Direito de São Paulo no ano de 1949 (sic). Quando em redor os poetas acadêmicos, tão jovens e inexperientes quanto ela, ainda rimavam ‘dor’ com ‘amor’ e ‘tédio’ com ‘remédio’, a moça fina e frágil como um caniço, de cabelo mansamente louros, presos na nuca por uma fivela, a suave universitária já rompia com o convencionalismo literário dos colegas para ser uma figura completamente à parte, especial. Seus primeiros versos já tiveram o mérito de causar estranhamento. A verdade é que chocou a todos a ousadia poética da estudante, que ao invés de falar em balcões ao luar, suspiros e promessas, coisas enfim que se harmonizavam mais com sua idade e com seu tipo, já enveredava independente por estradas sem porteiras, abordando com naturalidade temas considerados ‘fortes demais para uma moça’. A mocinhas, convém falar de amados de um modo mais ou menos platônico. Mas em Hilda Hilst já desabrochava a artista desassombrada e autêntica, cantando o amor na sua plenitude, com todo o seu conteúdo de força e de fragilidade, de nobreza e de mesquinhez, de esperança e de desencanto. (TELLES, 1955, p. 11).

A crítica opõe-se ao platonismo na obra da amiga, indicando que seus temas – o suicídio e a morte, o corpo decomposto – se voltam a algo diferente do costumeiramente adotado por poetas estreados. É na chave de uma discussão neoplatônica, contudo, que Moraes pensa sobre a poesia de Hilst escrita nos anos 1960, compilada em *Exercícios*. Na busca por um Deus em maiúscula e pela recorrência ao sublime, sugere que

valendo-se de uma dicção elevada, marcada pela celebração do poder encantatório da poesia, ela cultivou uma lírica que se alimentava sobretudo de modelos idealizados. Daí a eleição do amor como tema privilegiado que, concebido como expressão da plenitude humana, obrigava a autora a obedecer às exigências de uma poética das formas puras e sublimadas. (MORAES, 1999, p. 116)

Embora Telles e Moraes tomem linhas opostas, ambas acertam. Especialmente em *Balada do festival*, de 1955, nota-se tom mais platônico, indicando uma lírica marcada pelo sublime e pela transcendência: “Mas o que há / é o sofrimento / de ver o rio / o rio, o rio / (pobre de mim) / e nunca o

mar...” (HILST, [1955] 2003, p. 110). Na imagem forma-se uma Ideia que se deixa ver apenas em partes, nunca chegando à apreensão total pelo sujeito, questão já presente no poema XVI de *Balada de Alzira*, de 1951: “As coisas não existem. / O que existe é a ideia / melancólica e suave // que fazemos das coisas” (HILST, [1951] 2003, p. 91).

No poema de 1951, contudo, a Ideia receberá complementação onírica, o “sonho das crianças” sobre o qual discutiremos. Agora, pensemos em duas questões. A primeira se refere à compilação dos três livros em volume único. Os poemas de 1955 são formalmente diferentes dos de 1950/1951: nos últimos há maior sonoridade pelas rimas, refrões e paralelismos, assim como versos mais alongados que parecem ampliar a tematização da transcendência em eventual verve platônica. Ou seja, nota-se uma diferenciação na poesia de Hilst já nos anos 1950, o que se comprova pela leitura dos poemas de *Exercício*, mais próximos aos de *Balada do Festival*, de 1955, sugerindo que um tema caro à autora, a gnose, já estava ali proposto.

Em seu estudo sobre gnose e poesia moderna, Willer empreende uma discussão sobre as fricções entre gnósticos, neoplatônicos e herméticos. Dentre as principais estaria uma “correspondência entre o alto e o baixo, entre macrocosmo e microcosmo, base do pensamento analógico” (WILLER, 2010, p. 139). A questão se mostra em poema de *Roteiro do silêncio*: “Auroras imprevisíveis / Entre Plutão e Platão. / Entre a verdade e os infernos” (HILST, [1959] 2012, p. 219). Na analogia entre o filosófico de Platão – a Verdade – e o sensível de Plutão – a astrologia, os infernos – coloca-se a tradução da Verdade, extraterrena, em sua expressão na matéria. Assim, se Telles recusa a presença de uma transcendência platônica ao apontar um componente existencialista nos poemas de Hilst, a poesia da autora, sobretudo na segunda metade da década de 1950, se vale de algumas imagens que a aproximam do neoplatonismo, inclusive com referência direta ao filósofo grego. Mas essas referências a Platão guardam o prelúdio da gnose como problema estético de Hilst, já que começam a indicar nos versos acima compilados a ideia de um baixo materialismo, uma analogia com o extraterreno da Ideia platônica que serve para falar dos infernos do mundo. É por isso que se sustenta, então, a possibilidade de leitura de um resquício existencialista.

Willer lembra da aproximação do existencialismo à gnose. Questão controversa, diz, embora proceda da “associação do gnóstico à consciência de ser um estrangeiro ou estranho no mundo” (WILLER, 2010, p. 21), o que indica valendo-se de estudos sobre a obra de Camus. Ora, se Telles, próxima que era ao existencialismo, busca retirar Hilst de uma aproximação ao neoplatonismo e a coloca como poeta de certa materialidade, a questão se faz presente na última pela noção de um “estranho no mundo”: são os poetas, os doidos, os mendigos, os suicidas que ocupam o plano lexical de *Presságios e Balada de Alzira*. Estamos diante, pois, da segunda questão a se considerar: embora haja momentos neoplatônicos nos primeiros versos de Hilst, nota-se em outros algo de um existencialismo que indica uma autora ainda imatura, que dialoga com os problemas do tempo embora não logre, ainda, alcançar unidade estética. Em simultâneo, há relevância na questão por conta da permanência do existencialismo em sua obra, como se nota em *Cartas de um sedutor* (2002), romance de 1991, no qual Karl, o autor das missivas ficcionalizadas por Tiu, cita nomes como Genet e Camus, além de referir-se ao livro de Sartre sobre Genet, *Saint Genet, ator e mártir*. Quatro décadas depois da estreia na poesia, ainda se encontra, na prosa de Hilst, referências aos autores canônicos do existencialismo literário.

Nas ambiguidades de *Baladas* guarda-se, então, uma Ideia que se aproxima ao neoplatonismo, sobretudo a partir de 1955, mas também se vê, nos poemas de 1950 e 1951, plano lexical que se refere às mãos, aos dedos, aos gestos, indicando um sujeito que age e que, ao agir, se constitui como sujeito – traduzindo ao vocabulário existencialista apresentado por Sartre (2021) em *O ser e o nada*, trata-se de uma fenomenologia do ser que se dá enquanto ato, no momento mesmo em que se exerce, e não ao pressupor um cogito que lhe fosse anterior. O poema V, do livro de 1950, expressa essas questões:

Amargura no dia  
amargura nas horas,  
amargura no céu  
depois da chuva,  
amargura nas tuas mãos

amargura em todos os teus gestos.

Só não existe amargura  
onde não existe o ser.

Estão sendo atropelados  
em seus caminhos,  
os que nada mais têm a encontrar.  
Os que sentiram amargura de fel  
escorrendo da boca,  
os que tiveram os lábios  
macerados de amor.  
Estão terrivelmente sozinhos  
os doidos, os tristes, os poetas.

Só não morro de amargura  
porque nem mais morrer eu sei.  
(HILST, [1950] 2003, p. 27, grifo nosso)

Pela associação lexical, o ser pode ser lido como aquele que age, que tem gesto. Se todos os gestos são amargura – angústia – e se ela só não existiria onde não houvesse o ser, é o gesto que produz o ser e o que reverbera na solidão dos doidos, dos tristes, dos poetas – daqueles que são estranhos no mundo, por seu isolamento compulsório, como os primeiros, ou pelo isolamento de si, como os últimos. E, no gesto, se dá a poesia: “Porque a poesia aparece nos teus gestos”, lemos no poema XVII de *Presságio*. Não neoplatonismo, portanto, mas algo do ser da fenomenologia sartreana, constituído entre ação e angústia, estas categorias que respondem à busca pela liberdade.

Nos versos de 1950, a questão se associa à imagem burguesa que reacende temas presentes no conto de Telles: “Os homens de bem / me perguntam / o que foi da vida. // Ela está parada” (HILST, [1950] 2003, p. 33), ou “Maria vai acabar / bem tristemente. / De qualquer jeito, / lendo jornais, / tendo marido / indefinido” (HILST, [1950] 2003, p. 29). E ainda:

Meus amigos sabem de tudo o que eu sei.  
E continuam a viver sem interrupção,  
apressadamente como no ato do amor.  
(...)  
Não sabem de nada os meus amigos.  
E não vou explicar  
porque podem ficar sentidos.  
São puros, vão morrer como anjos.  
Vão morrer sem nada saber  
daqueles dias perdidos.

Vão morrer sem saber que estão morrendo.  
(HILST, [1950] 2003, p. 41)

Na imagem dos homens de bem, que pouco atinam à vida e sua angústia – aquela que seria, na concepção de Sartre (2014, p. 21), a formulação

própria do ser: “o homem que se engaja e que se dá conta de que ele não é apenas o que escolhe ser, mas é também um legislador que escolhe ao mesmo tempo o que será a humanidade inteira, não poderia furtar-se do sentimento de sua total e profunda responsabilidade” – coloca-se uma imagem de atrofia do sujeito que pode ser lida, a partir da leitura que Giorgio Agamben (2005) faz de Walter Benjamin (2017; 2018a), como a impossibilidade moderna (do sujeito) da experiência: se a experiência (*Erfahrung*) arcaica se referia ao cotidiano e ao coletivo, ou seja, à vida ordinária e à possibilidade mimética de apreensão do mundo pelos gestos, as cidades modernas oferecem a todo instante o extraordinário, o que coloca, por um lado, o choque como forma de processamento consciente dos sentidos, já que os impulsos constantes demandam a elaboração de um aparato sensorial, por parte do sujeito, de defesa a estes estímulos; e, por outro lado, a própria percepção do gesto nota sua atrofia, uma vez que o desenvolvimento técnico retira da ação corporal a necessidade para a execução das tarefas ordinárias, como a produção do fogo, tornando impossível à visão o acompanhar de tal movimento. A questão aparece em Hilst pelo jornal, aquele veículo que expressa, antes do cinema, a sensibilidade do choque, ao fundir o distante e impossibilitar as conexões menos imediatas, mas também pela vida sem interrupção, pelo ritmo frenético que corta com a disponibilidade (*Langweilig*). Para lembrarmos da elaboração de Benjamin (2018a) no ensaio sobre Leskov, se o crítico vislumbra, nas práticas arcaicas, a presença dos sentidos como forma de processamento da experiência, é no dilatamento temporal que os gestos mimeticamente apreendidos podem vir a ser narrados, dando forma, então, à experiência. Em seu processo poético, Hilst não recai tanto na moral burguesa sartreana, mas, valendo-se da problemática, guarda em sua poesia algo da impossibilidade burguesa da experiência, que ganha forma tanto pela constatação – aqueles que leem jornais e vivem sem interrupção não logram alcançá-la – quanto pelo desvio: a incidência nos poetas, mendigos e loucos, que poderiam colocar-se fora do mundo por sua condição de estranhos a ele.

Mas talvez seja o caso de perguntar se este plano lexical que se volta aos estranhos no mundo, que diz respeito ao existencialismo, não põe em questão, também, a problemática da razão moderna como formulada a partir da Idade Clássica. Como mostra o estudo de Michel Foucault sobre a loucura

no ocidente, é no século XVIII que se nota a concretização de uma sensibilidade que começara a se formular já no século XVI e que produz a loucura em relação à razão, a loucura como desrazão:

A partir do século XVII, a loucura se deslocou imperceptivelmente na ordem das razões: outrora ela estava mais do lado do “raciocínio que bane a razão”. Deslizou agora para o lado de uma razão silenciosa que precipita a racionalidade lenta do raciocínio, embaralha suas linhas aplicadas e supera, no risco, suas apreensões e suas ignorâncias. Enfim, a natureza da loucura consiste em ser uma secreta razão – em pelo menos não existir a não ser para ela e por ela, em só ter no mundo uma presença preparada antecipadamente pela razão e já alienada nela. (FOUCAULT, 2019, p. 185)

Ora, a partir do XVIII, com a mudança da consciência da alteridade, “o louco é o outro em relação aos outros: o outro – no sentido da exceção – entre os outros – no sentido do universal” (FOUCAULT, 2019, p. 189). Se a loucura começa a ser catalogada como um Outro do Eu que a afirma no outro – ou seja, o louco como o Outro da razão que lhe é anterior –, Foucault não se privará, a partir de uma discussão estética que veremos, de pensar em como a literatura pôde se dedicar ao desatino que os discursos da ciência, a partir do XIX, buscaram aplacar. Talvez a presença dos Outros da razão, pelo léxico adotado por Hilst, coloque já na década de 1950 uma guinada à desrazão, inclusive pela verve gnóstica – como Antonin Artaud –, complexificando, então, a influência existencialista que Telles busca forjar sobre os primeiros livros de Hilst. Essa guinada à desrazão em vertente gnóstica deve ter sua forma mais bem-acabada em *A obscena senhora D*, novela de Hilst publicada em 1982. Ainda que Moraes (2020) não discuta a gnose em sua leitura, voltando o argumento à presença de temas dos herméticos, é a loucura que está ali analisada. Se no cogito cartesiano a dúvida seria elaborada por meio de uma sentença afirmativa, indicando então que a “indecisão existe para ser ultrapassada”, no caso de Hilst, ao contrário, “prefere[-se] sustentar a perturbação da incerteza a se render a qualquer forma de pacificação de suas dúvidas. Daí ela conceber um método próprio de investigação da existência humana que, na contramão da filosofia racionalista, supõe sujeitos em permanente estado de espanto” (MORAS, 2020, p. 67).<sup>3</sup>

<sup>3</sup> Também Foucault pensará a particularidade da dúvida na filosofia de Descartes e o lugar ocupado propriamente pela loucura neste percurso: “Foucault se esfuerza por mostrar que la locura posee un estatuto propio en el camino de la duda cartesiana. La estrategia de Descartes

### *Manhã*

Enquanto Hilst mimetiza o espírito dos 1950 pela presença, ainda que ambígua, do existencialismo, Eglê Malheiros o faz pelo marxismo. Em *Manhã*, sua estreia de 1952, é sobretudo a luta de classes o que coloca o tom. Como em Hilst, encontramos poemas de uma jovem, com pouca unidade em seu conjunto. No caso de Malheiros, uma autora mais convicta da superação da sociedade de classes do que da forma em que esta deveria se expressar, são imprecisões na relação entre estética e política – e não tanto entre existencialismo e neoplatonismo – que se evidenciam. Em diversos poemas encontramos referência à luta de classes, como em *Silêncio* e *O patrão*, reverberando mesmo em expressão teleológica, como se lê nos versos que intitulam o compilado: “Em outras terras é dia pleno / De messe farta e de cantigas, / Por isso temos certeza: / Aqui também nós cantaremos / Quando a manhã conquistada / Inundar de luz nossas mãos / Fazendo todo ódio se transformar em construção” (MALHEIROS, [1952] 2018, p. 56).

Se no poema se observa um esquema maniqueísta de superação da sociedade de classes, no qual se em terras distantes fora superado também aqui o seria, em outros a questão se afasta de sua capa teleológica, ganhando força expressiva. Trata-se, insistamos, de autora que ainda não chegara à maturidade estética, produzindo obra de pouca unidade. Mas as contradições são também expressivas, e é pela potência do gesto que podemos seguir lendo seus poemas.

Com o desenvolvimento técnico na modernidade o gesto percebe sua própria atrofia. É o que mostra Benjamin (2017) em seu estudo sobre a Paris do século XIX amalgamada na poética de Baudelaire. Tanto na automatização do esgrimista como na do jogador dos cassinos, imagens que o crítico toma do poeta francês e nas quais vê a contaminação do ritmo laboral em um âmbito

*consiste en extender al máximo el alcance de la duda, hasta llegar a la hipótesis de un genio maligno que todo lo sabe y todo lo puede, y que utiliza ese saber y ese poder para engañar. Pero entonces, Descartes retoma diferentes argumentos históricos de las posiciones escépticas (los sentidos pueden engañarnos, no siempre es posible distinguir entre el sueño y la vigilia, etc.) y, en este recorrido, se encuentra con la locura. Para Foucault, sin embargo, ella no ocupa, ‘en la economía de la duda’, el mismo lugar que los otros motivos a través de los cuales Descartes arriba a la hipótesis del genio maligno. Estos otros motivos no resisten la fuerza misma de la verdad, a la que nunca pueden comprometer por completo. Aunque los sentidos me engañen o no siempre pueda distinguir entre el sueño y la vigilia, siempre queda un residuo de verdad. La locura, en cambio, es simplemente excluida; para Descartes, quien piensa razonablemente no puede estar loco” (CASTRO, 2023, p. 69-70).*

que é exterior ao da fábrica, há um afastamento do sujeito que produz um efeito de simulacro e de repetição marcado pelo ritmo não das associações inconscientes, senão do trabalho que, na forma capitalista, assume a espoliação da experiência, levando a ação à forma do reflexo. Mas é na imagem do fósforo que Benjamin percebe um traço da atrofia dos gestos na cidade moderna:

Com a invenção dos fósforos em meados do século assiste-se à entrada em cena de uma série de inovações que têm um aspecto em comum: desencadeiam com um só gesto um processo complexo composto por uma série de momentos. Essa evolução dá-se em vários domínios e é evidente no novo telefone, no qual o movimento contínuo da manivela nos antigos aparelhos é substituído pelo levantar do auscultador. Entre os inúmeros gestos que serviam para ligar, inserir, acionar, etc., um dos mecanismos consequentes foi o click do fotógrafo. Bastava a pressão de um dedo para fixar um acontecimento por tempo ilimitado. O aparelho, por assim dizer, aplicava ao instante um choque póstumo. A essas experiências táteis vieram juntar-se outras, ópticas, como as seções de anúncios num jornal, mas também o trânsito nas cidades. (...). Assim, a técnica foi submetendo o sistema sensorial humano a um treino complexo. E chegou um dia em que o cinema veio corresponder a uma nova e urgente necessidade de estímulos. No cinema afirma-se a percepção sob a forma de choque como princípio formal. Aquilo que determina o ritmo de produção na linha de montagem corresponde no cinema ao ritmo subjacente à percepção. (BENJAMIN, 2017, p. 127-128).

Em uma dialética da percepção, Benjamin aponta ao duplo movimento do choque. Retomando o anteriormente comentado, ao mesmo tempo em que a atrofia do gesto produz uma sensibilidade do choque é também por ele produzida, ao cortar com a virtualidade do dilatamento temporal que possibilita a experiência e impor, em seu lugar, um processamento em consciência – a vivência (*Erlebnis*) dos estímulos da cidade, que ganha no cinema sua forma radicalizada ao transplantar à montagem o ritmo do sequenciamento das imagens, impondo pela técnica uma adaptação do aparato da percepção. Vê-se na modernidade, assim, uma perda do gesto acoplada ao declínio da experiência; mas é *Gesto* o título de um dos poemas de Malheiros: “Em suas mãos acenaram / Num gesto de adeus / Que mais era procura / Procura de uma razão de ser. // O gesto ficou esparso / Imerso / Em todo o universo” (MALHEIROS, [1952] 2018, p. 34).

Por meio do gesto, produz-se uma ambivalência: ao passo em que aponta para o fim, lexicalmente posto como adeus, indica, também, uma procura. Longe de expressar uma ação em consciência que poderia ser

demarcada em seu limite, sugere, ao contrário, um processamento que possibilita a abertura à experiência, pela sua imprecisão; o gesto demanda que algo seja buscado, ficando ele como que esperso no universo do inconsciente, à procura de uma associação possível. E, ao colocar a busca, longe de se resumir a um adeus que impõe o fim, joga-o ao passado, possibilitando também um futuro, que poderá ser construído – pelo menos virtualmente – a partir da experiência.

Benjamin, evitando crítica reacionária que sugerisse o retorno ao passado como estágio natural que devesse ser recuperado, propõe em suas teses *Sobre o conceito da História* a concepção de um pretérito que se coloca como dimensão sensível do presente. O anterior, assim, pode ser compreendido no seu agora da cognoscibilidade, como um passado que se faz presente, ou seja, um agora, um presente, que se coloca como futuro do pretérito – daí a possibilidade messiânica de redenção das vítimas da história, ao atualizar, no hoje, as promessas outrora não cumpridas. Afastando-se do historicismo, que toma o passado como eterno e resvala na história enciclopédica universal, Benjamin sugere o conceito de agoridade (*Jetztzeit*) como possibilidade revolucionária: é no movimento da imobilização do pensamento, como mônada, que se “apreende a constelação em que a sua própria época se insere, relacionando-se com uma determinada época anterior” (BENJAMIN, 2019, p. 20). Uma das imagens da qual Benjamin se vale para mostrar esta dialética do progresso é a écfrasis do *Angelus Novus* de Paul Klee:

Há um quadro de Klee intitulado *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece preparar-se para se afastar de qualquer coisa que olha fixamente. Tem os olhos esbugalhados, a boca escancarada e as asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Voltou o rosto para o passado. A cadeia de fatos que aparece diante dos nossos olhos é para ele uma catástrofe sem fim, que incessantemente acumula ruínas sobre ruínas e lhas lança aos pés. Ele gostaria de parar para acordar os mortos e reconstituir, a partir de seus fragmentos, aquilo que foi destruído. Mas do paraíso sopra um vendaval que se enrodilha nas suas asas, e que é tão forte que o anjo já não as consegue fechar. Esse vendaval arrasta-o imparavelmente para o futuro, a que ele volta as costas, enquanto o monte de ruínas à sua frente cresce até o céu. Aquilo a que chamamos o progresso é este vendaval. (BENJAMIN, 2019, p. 14)

O anjo da história é aquele que, olhando ao passado, vê-se impelido pela força do vento do progresso a tomar o caminho do futuro. A imagem guarda uma tensão entre o pretérito e o porvir que reverbera em um gesto: as asas que se colocam, abertas, contra o vendaval e se forçam em direção contrária. A ambiguidade do gesto do poema de Malheiros guarda algo desse espírito da história ao formular um movimento que materializa a dialética entre o passado e o futuro, expresso de forma anti-teleológica em *Revolução*:

Todos os homens  
Os pela dor deformados  
Os pela forma quase vencidos.

As mulheres  
Portadoras de mundos  
Cujos filhos nascem mortos.

As crianças  
– Ainda sobram sorrisos  
Submersos em tanto pranto –

Juventude em mundo velho,  
Morrendo por novo mundo  
Que outros irão viver.

Da noite brotam conversas,  
Do alvorecer luminoso,  
Que importa a luta de agora  
Se de sol é o amanhã

Surgem heróis de campinas,  
Das fábricas e dos roçados,  
Morrem homens vinte vezes,  
Mas não morre a liberdade.

O povo ama seus mortos,  
Não olvida os matadores,  
Juventude em mundo velho  
Limpará o mundo novo  
Que outros irão viver.  
(MALHEIROS, [1952] 2018, p. 45)

O poema coloca uma imagem do futuro que, ao amar seus mortos, não olvida os matadores e, nessa atualização das promessas do passado, encontra a potência de um porvir marcado pela superação da sociedade de classes e das mazelas a ela inerentes. Embora aqui já não encontremos uma proposta teleológica, Malheiros ainda assume, nos versos, a imagem de uma condição de classe: é a articulação daqueles que sofrem, pela morte dos filhos ou pela deformação provocada pela dor, que se articulará a possibilidade da superação desta sociedade. Mas se já nesse poema a esperança no futuro como

atualização dos mortos da história se coloca em relação às experiências infantis, a questão ganha ainda mais força em *Poema para meu irmãozinho morto*: “(...) Pois tu és, / E serás, / A infância bela e frágil, / Promissora e frustrada, / Que um dia há de se realizar, / Mesmo que seja / Em outras vidas infantis / A que nós garantiremos / O direito que te foi roubado: / Viver” (MALHEIROS, [1952] 2018, p. 48).

A frustração do infante morto provoca a demanda de que o direito que lhe fora roubado se efetive em uma condição infantil que possa atualizar aquela morte, por meio da esperança política de uma infância digna. Guarda-se, na gestualidade do poema que se volta ao passado para almejar o futuro, uma dialética da história próxima àquela postulada por Benjamin. Enquanto em alguns poemas encontramos concepção teleológica da história, é a potência do gesto infantil, contudo, que logra quebrá-la e implementar, em seu lugar, a possibilidade messiânica de uma história que redima seus mortos.

Também na poesia de Hilst, por mecanismo outro, a noção de infância como gesto possível do futuro aparece. No poema XIV de *Presságio* a autora rompe com o existencialismo opondo-se à imagem racionalista do Ser consciente: “Antes do Ser / havia um homem / consciente / destruindo o lirismo / descuidado / das minhas madrugadas” (HILST, [1950] 2003, p. 43). É por conta do enjambement que produz a quebra entre “homem / consciente” que se chega à semântica do fim: “Morreu o mundo das monjas. / Morreu o mundo das mãos”, lemos na continuação. Ora, na imagem do homem consciente que viria antes do Ser guardam-se duas oposições a temas caros à obra de Hilst. As monjas como figuras que poderiam representar um imaginário gnóstico – pela ascese corporal e privação consciente da esfera erótica –<sup>4</sup> morrem por consequência deste masculino da razão, assim como desfalece também a potência da mão, a potência do gesto. Desenha-se ali a ideia de gesto como algo além da consciência, o que repercute na última estrofe

<sup>4</sup> Não é contraditório à gnose que Hilst tenha desenvolvido, posteriormente, uma série de obras eróticas. Se a ascese se coloca como um dos pressupostos de confirmação, no mundo material, daqueles que seriam eleitos ao acesso ao conhecimento gnóstico, outro pressuposto do gnosticismo é a dualidade. Daí que à ascese se coloque como ponto dual orgias ritualísticas e desregramento sexual, aquilo que Willer chama de gnosticismo licencioso: “se existiram gnósticos licenciosos, então adotaram esse caminho por serem religiosos, situando-se em um polo oposto ao de Sade e demais libertinos ateus do século XVIII. No âmbito da religiosidade extrema, os extremos, ascetismo e depravação, santidade e vício, às vezes se encontram, sob a regência de Ouroboros, a serpente que morde a cauda, símbolo da superação de opostos” (WILLER, 2010, p. 182).

do poema XVI de *Balada de Alzira*, antes visto, no qual Hilst se refere à Ideia: “As coisas não existem. / A ideia, sim. // A ideia é infinita / igual ao sonho das crianças” (HILST, [1952] 2003, p. 92).

O que aparece tanto em Hilst quanto em Malheiros é uma potência do gesto infantil, seja como um infinito onírico – da experiência e dos sentidos –, na primeira, seja como a possibilidade da superação da sociedade de classes – como possibilidade de um mundo porvir –, na segunda.

### O gesto infantil

Em *Infância e História*, Agamben sugere o conceito de in-fância para pensar não propriamente um momento cronológico do humano, um estágio do desenvolvimento, senão “uma experiência originária (...) [que] longe de ser algo subjetivo, não poderia ser nada além daquilo que, no homem, está antes do sujeito, vale dizer, antes da linguagem: uma experiência ‘muda’ no sentido literal do termo, uma *in-fância* do homem, da qual a linguagem deveria, precisamente, assinalar o limite” (AGAMBEN, 2005, p. 58).

Anos depois o autor retoma a questão, pensando na relação entre in-fância e gesto: “Uma época que perdeu seus gestos”, escreve, “está por isso mesmo obcecada por eles; para os homens, aos quais toda natureza foi subtraída, o gesto se torna um destino. E quanto mais os gestos perdiam sua desenvoltura sob a ação de potências desconhecidas, tanto mais a vida se tornava indecifrável” (AGAMBEN, 2017, p. 218). É neste indecifrável da modernidade, no qual o acúmulo da linguagem acelera a sensação do indizível, que o autor pensará o gesto como in-fância:

O gesto não é um elemento absolutamente não linguístico, mas algo que mantém com a linguagem uma relação mais íntima e, sobretudo, uma força que opera na própria língua, mais antiga e originária que a expressão conceitual: gesto linguístico (Sprachegebärde), é como Kommerell define aquele estrato da linguagem que não se esgota na comunicação e a apreende, digamos assim, em seus momentos solitários. (AGAMBEN, 2017, p. 212).

O gesto como in-fância diz do sensível antes do que do conceito – da possibilidade mimética de apreensão do mundo na tênue relação com o errante da linguagem. Essa presença do gesto como não conceitual se expressa, em

Hilst, novamente sob chave conflitiva em seus primeiros poemas, como no XVI de *Pressagio*: “Tenho preguiça / pelos filhos que vão nascer. // Teremos que explicar / tanta coisa a tantos deles. / Um dia hão de me perguntar / tudo o que perguntei: / Mãe, por que não posso / ver Augusto quando quero? / Mãe, andei lendo muito esses dias / e estou quase chegando / a encontrar o que queria. // Inutilidade das palavras.” (HILST, [1950] 2003, p. 49).

A infância aparece em seu cansaço; não a in-fância como antes da linguagem, senão a impossibilidade da manutenção da potência infantil, castrada pela inutilidade das palavras, assim como pela impossibilidade da permanência, já que a preguiça se refere ao saber que também os filhos passarão pelos cerceamentos enfrentados pela voz do verso. A infância aparece, então, em sua ambiguidade. Ao mesmo tempo em que potente, é a castração apresentada pela inutilidade das palavras, pela arbitrariedade dos conceitos, o que indica um mimetismo da vivência como condição moderna, o fracasso dos sentidos e o declínio da experiência. Posteriormente, contudo, a in-fância se enche de potência, como se lê em *Testamento lírico*, de 1961:

Se quiserem saber se pedi muito  
Ou se nada pedi, nesta minha vida,  
Saiba, senhor, que sempre me perdi

Na criança que fui, tão confundida.

À noite ouvia vozes e regressos;  
A noite me falava sempre sempre  
Do possível de fábulas. De fadas.

O mundo na varanda. Céu aberto.  
Castanheiras doiradas. Meu espanto  
Diante das muitas falas, das risadas.

Eu era criança delirante.

Nem soube defender-me das palavras.  
Nem soube dizer das aflições, da mágoa  
De não saber dizer coisas amantes.

O que vivia em mim, sempre calava.

E não sou mais que a infância. Nem pretendo  
Ser outra, comedida. Ah, se soubésseis!  
Ter escolhido um mundo, este em que vivo

Ter rituais e gestos e lembranças.  
Viver secretamente. Em sigilo  
Permanecer aquela, esquiva e dócil

Querer deixar um testamento lírico

E escutar (apesar) entre as paredes  
Um ruído inquietante de sorrisos  
Uma boca de plumas, murmurante.

Nem sempre há de falar-vos um poeta.  
E ainda que minha voz não seja ouvida  
Um dentre vós, resguardará (por certo)

A criança que foi. Tão confundida.  
(HILST, [1961] 2012, p. 175-176)

No poema, a imagem da in-fância como gesto aponta para aquilo que não é de todo apreensível pela linguagem. No lugar do conceito, lemos referências a uma criança delirante, confundida, que se perdia; ao mesmo tempo, o eu do poema afirma não ser nada mais que a infância, tampouco pretendê-lo. A in-fância aparece justamente por uma imagem não da linguagem como discurso, senão por sua expressão murmurante, resquício da animalidade no humano, imagetivamente marcada pelas plumas que formam a boca, resultando em um antes da linguagem – murmúrios que ainda não formam o conceito, senão as onomatopeias e uma linguagem mimética que, antes pelo som do que pelo sentido, se aproxima do objeto (BENJAMIN, 2018b). A infância, que em 1950 apresenta ainda um cansaço, em 1961 se coloca como in-fância, como potência de um sujeito que, nos gestos e lembranças, almeja a possibilidade da permanência. Daí que apareça como testamento – aquilo que fica – do sujeito, e que se expresse por meio de uma tríade lexical que conecta ritual (jogo), gesto (experiência) e lembrança (inconsciente) como a condição de possibilidade do sujeito.

Como mostra Foucault, se o século XIX logra concretizar um discurso sobre a loucura que se inscreve na relação com a razão, ou seja, pela emergência de um discurso de catalogação das práticas a partir da forja de um saber que afasta a loucura do desatino e a coloca no quadro da história, a literatura de Sade e Hölderlin pode efetuar “o mergulho puro numa linguagem que abole a história e faz cintilar, na superfície do sensível, a iminência de uma verdade imemorial” (FOUCAULT, 2019, p. 389). Mas esta potência da literatura como lugar de enunciação da desrazão já estava presente, em confronto direto com o discurso histórico da loucura, desde Diderot, por meio

de um reaparecimento que aponta, pela primeira vez, os limites do plano cartesiano:

Ela renasce, essa linguagem da loucura, mas como uma explosão lírica: descoberta de que no homem o interior é também o exterior, de que o ponto extremo da subjetividade se identifica com o fascínio imediato do objeto, de que todo fim está voltado à obstinação do retorno. Linguagem na qual não mais transparecem as figuras invisíveis do mundo, mas as verdades secretas do homem. (FOUCAULT, 2019, p. 531)

Enquanto é à lírica que a desrazão se volta com a consolidação de um discurso sobre a loucura no século XIX<sup>5</sup>, parece ser esse o espaço da desrazão que Hilst começa a ocupar nos primeiros poemas da década de 1960, questão que se radicalizará em sua guinada à literatura chamada pornográfica (e não erótica). Mas não é apenas à lírica em que o movimento acontece. Como na poesia, também o teatro coloca uma primeira pessoa que marca a enunciação pela voz direta, e não pela presença de um narrador que faz a mediação do dizer. Não deixa de ser interessante, então, que os gestos sejam tematizados na dramaturgia de Artaud. Tomando como questão central do teatro da crueldade a ideia de ruptura com a dramaturgia ocidental, marcada pela linguagem desenvolvida em uma lógica consciente, e sugerindo, em seu lugar, uma guinada ao teatro oriental, de ordem corporal, Artaud propõe um mimetismo mágico do gesto, que ganharia forma na atuação: “Para quem tiver esquecido o poder comunicativo e o mimetismo mágico do gesto, o teatro pode ensiná-lo novamente, pois um gesto traz consigo sua força e existem seres humanos que, no teatro, são capazes de manifestar a força do gesto que é executado” (ARTAUD, 2019, p. 91).

Em Malheiros, como vimos, a infância aparece de forma mais ligada à potência de uma atualização da história. Mas surge, também, como um gesto de atualização do mundo. É o que lemos em *Primaveril*, publicado em 1957 na *Revista Suk*: “Um jeito tão particular em tudo / Que o estado de poesia é compulsório, / Antes fosse compulsória a dádiva da / Expressão // Como gravar aqui, neste papel, / Em que meu filho exercitou sua analfabeta /

<sup>5</sup> Embora a argumentação seja outra, há alguma reincidência de Benjamin (2018b) na discussão apresentada por Foucault. O alemão aponta, em seu estudo sobre a mimesis, que na modernidade não se trata da abolição das práticas mágicas do mundo, senão de seu deslocamento à linguagem, o que o faz pensar, então, em um caráter de aproximação mágico-mimética ao objeto.

Datilografia, / A graça desse gesto / E o encanto deste dia?” (MALHEIROS, [1957] 2018, p. 85).

É no gesto que expressa o erro, a escrita analfabética daquele que apreende as letras no papel, que a in-fância expõe sua potência. Ao mesmo tempo em que se lê uma apreensão conceitual do mundo, a escrita como momento da linguagem que demanda o conceito – a palavra como contorno do pensamento –, sua beleza aparece pelo erro, por aquilo que foge da razão e sugere, em seu lugar, um gesto: a tentativa errante de dominar o conceito. Como erro, expõe o lampejo do sujeito, ali mesmo em sua falha. Como atualização do mundo, expõe a possibilidade da beleza de um futuro porvir. Para lembrarmos de Hannah Arendt, é a potência da natalidade o que se coloca: ao mesmo tempo em que uma apreensão do mundo como forma de educação no espaço no qual o novo pode surgir, é também sua possibilidade de renovação, de nascimento do novo. A natalidade, diz Arendt (1979, p. 247) fala do “fato de todos nós virmos ao mundo ao nascermos e de ser o mundo constantemente renovado mediante o nascimento”; ora, não apenas o nascimento para o trabalho, como pura vida orgânica, mas a virtualidade do novo, o nascimento para a ação.

### **In-fância**

Mas se em Hilst podemos encontrar o espírito de uma in-fância pelo não conceitual da linguagem e em Malheiros pela possibilidade de um mundo porvir, quem articula mimesis e técnica em uma imagem da in-fância na literatura brasileira de meados do século XX, em sua máxima potência, é Clarice Lispector. Em *Menino a bico de pena*, é a imagem do balbucio que a autora evoca, sob o conceito de “gesto total”:

Da cozinha a mãe se certifica: você está quietinho aí? Chamado ao trabalho, o menino ergue-se com dificuldade. Cambaleia sobre as pernas, com a atenção inteira para dentro: todo o seu equilíbrio é interno. Conseguindo isso, agora a inteira atenção para fora: ele observa o que o ato de se erguer provocou. Pois levantar-se teve consequências e consequências: o chão move-se incerto, uma cadeira o supera, a parede o delimita. E na parede tem o retrato de *O menino*. É difícil olhar para o retrato alto sem apoiar-se num móvel, isso ele ainda não treinou. Mas eis que sua própria dificuldade lhe serve de apoio: o que o mantém em pé é exatamente prender a atenção no retrato alto, olhar para cima lhe

serve de guindaste. Mas ele comete um erro: pestaneja. Ter pestanejado desliga-o por uma fração de segundo do retrato que o sustentava. O equilíbrio se desfaz – num gesto total, ele cai sentado. (LISPECTOR, [1964] 1998, p. 137)

Neste gesto total, de uma apreensão mimética do mundo – que se dá, também, em uma expressão técnica, o treino; como se sugerisse um jogo entre mimesis e técnica, entre jogo e treino, conformando em única imagem o que aparecera em fragmentos nas obras de Hilst e Malheiros –, na qual o corpo se coloca como unidade entre visão e equilíbrio, Lispector desenha uma potência da in-fância que ecoa aquela que Benjamin e Asja Lacis vislumbraram no teatro infantil proletário:

Em todas elas a improvisação permanece como central; pois, em última instância, a encenação é apenas a síntese improvisada de todas. A improvisação predomina; ela é a constituição da qual emergem os sinais, os gestos sinalizadores. E encenação ou teatro deve, justamente por isso, ser a síntese desses gestos, pois tão somente a encenação se manifesta de maneira inesperada e única, e o gesto infantil tem nela portanto o seu autêntico espaço. (...). Todo desempenho infantil orienta-se não pela ‘eternidade’ dos produtos, mas sim pelo ‘instante’ do gesto. Enquanto arte efêmera, o teatro é arte infantil.

(...) A encenação contrapõe-se ao treinamento educativo como libertação radical do jogo, num processo que o adulto pode tão somente observar (BENJAMIN; LACIS, 2002, p. 116-117)

O que o teatro infantil proletário poderia produzir é a in-fância como jogo, na qual coloca-se o corpo como potência mimética. Neste sentido, Benjamin e Lacis afastam-se de uma educação burguesa, na qual se educada *para* – ou seja, uma ação instrumentalizada que se coloca como meio –, e sugerem a imagem da educação proletária, que “necessita, portanto, sob todos os aspectos, primeiramente de um contexto, um terreno objetivo *no* qual se educa” (BENJAMIN; LACIS, 2002, p. 113, grifo original). Segundo tal pressuposto, a gestualidade da in-fância é a possibilidade da potência revolucionária, que não se expressa pela propaganda de ideias, mas como estrutura de percepção e sensibilidades que atuam – como o passado que se coloca e deixa-se entrever nos momentos de perigo – na fagulha de um instante: “de maneira verdadeiramente revolucionária atual o sinal secreto do vindouro”, escrevem Benjamin e Lacis (2002, p. 119), “o qual fala pelo gesto infantil”.<sup>6</sup> Embora seja Lispector quem radicalize a questão, também na

<sup>6</sup> Também em Artaud a relação entre o não conceitual do teatro e a política está colocada: “o teatro é o único lugar do mundo e o último meio conjunto que ainda temos para atingir

primeira poesia de Hilst e Malheiros vemos a presença de um gesto infantil que se encontra, na primeira, na experiência e no murmúrio de uma linguagem não conceitual e, na segunda, na gestualidade infantil como potência do futuro vindouro, como possibilidade do novo.

Discordando de Pécora (2003), há já nessas imagens de Hilst germes de sua produção posterior. É notável a presença de personagens infantis em sua tetralogia pornográfica, seja na reescrita de contos de fadas ou na opção de uma narradora infantil. Lembrando de *Cartas de um sedutor*, na narrativa chama a atenção que seja Eulália, inventada pelo narrador, quem dê continuidade à história. Após a compilação das cartas de Karl, Tiu reassume a narrativa, escrevendo novos textos provocados pelo léxico empregado pela menina. Ela diz: “qué sabe, Tiu? escreve um conto horrível, todo mundo gosta de pavor, a gente sente uma coisa nos meio... um arrepião” (HILST, [1991] 2002, p. 92), o que faz com que Tiu escreva um conto chamado *Horrível*, ao qual Eulália interrompe e, em sua interrupção, fala: “num me pergunta mais nada, escreve qualqué besteira” (HILST, [1991] 2002, p. 99), o que o leva a escrever um novo conto intitulado *Besteira*, e assim sucessivamente. É a voz infantil, que surge como expressão de uma invenção do narrador, que faz com que a história vá ganhando continuidade. Associando uma in-fância marcada pela imaginação, que foge do conceito e da razão, é o gesto infantil, em seu aparecimento não cronológico – como experiência do sujeito que inventa essa in-fância –, que provoca o agora do narrador, colocando sua escritura em movimento.

Também na obra posterior de Malheiros podemos encontrar a continuidade de procedimentos que se fizeram presentes em *Manhã*. Ainda que se dedique à literatura para crianças, mantendo com isso uma cronologia da infância, o que a autora parece manter com mais força não é exatamente a infância, senão aquele mecanismo por ela provocado, utilizado na atualização do passado pela imagem do irmão morto ao fazer presente aos demais infantes aquilo do qual ele fora privado, a vida. Em 1995, Malheiros publica a peça teatral *Vozes veladas*, composta pela montagem de poemas diversos de Cruz e Sousa, na qual busca atualizar o simbolista florianopolitano. Ganha destaque a diretamente o organismo e, nos períodos de neurose e baixa sensualidade como o atual, é o meio de atacar essa baixa sensualidade por meios físicos aos quais ela não resistirá” (ARTAUD, 2019, p. 91)

possibilidade de remontar, por meio da obra do poeta, uma peça teatral que o faz presente no contemporâneo. O que a in-fância provoca como mecanismo narrativo na obra de Malheiros é, então, uma possível história messiânica que pode trazer Cruz e Sousa ao agora da cognoscibilidade, atualizando o escritor preterido. Em ambas autoras, é o gesto infantil uma primeira elaboração estética, em seus poemas dos anos 1950, que apresenta ao público problemas que seguirão em suas literaturas nas décadas seguintes.

### **Bibliografia**

AGAMBEN, G. **Infância e história**: destruição da experiência e origem da história. Tradução: Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

AGAMBEN, G. Kommerell, ou do gesto. In: AGAMBEN, G. **A potência do pensamento**: ensaios e conferências. Tradução: António Guerreiro. Belo Horizonte: Autêntica, 2017, p. 201-221.

ANTELO, R. As revistas literárias brasileiras. **Boletim de pesquisa NELIC**, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 3-11, jan./mar. 1997. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/nelic/article/view/1041>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

ARENDT, H. A crise na educação. In: ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. Tradução: José Volkmann. São Paulo: Perspectiva, 1979, p. 221-247.

ARTAUD, A. **Escritos de Antonin Artaud**. Tradução: Cláudio Willer. Porto Alegre: L&PM, 2019.

ATHAYDE, T. Marcel Proust. In: COELHO, S. **Proustiana brasileira**. Rio de Janeiro: Revista Branca, 1950, p. 19-41.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Tradução: Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BENJAMIN, W.; LACIS, A. Programa de um teatro infantil proletário. In: BENJAMIN, W. **Reflexões sobre a criança, o brincar e a educação**. Tradução: Marcus Vinicius Mazzari. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2002, p. 111-119.

BENJAMIN, W. Sobre alguns motivos na obra de Baudelaire. In: BENJAMIN, W. **Baudelaire e a modernidade**. Tradução: João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica, 2017, p. 103-150.

BENJAMIN, W. O contador de histórias: reflexões sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, W. **Linguagem, tradução, literatura** (filosofia, teoria e

crítica). Tradução: João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica, 2018a, p. 139-166.

BENJAMIN, W. Doutrina das semelhanças. In: BENJAMIN, W. **Linguagem, tradução, literatura** (filosofia, teoria e crítica). Tradução: João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica, 2018b.

BENJAMIN, W. Sobre o conceito da História. In: BENJAMIN, W. **O anjo da história**. Tradução: João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica, 2019, p. 9-20.

BOSI, A. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2006.

CASTRO, E. **Introducción a Foucault** – guía para orientarse y entender una obra en movimiento. Buenos Aires: Siglo XXI, 2023.

CAUDAS, J. O presságio de Lygia Fagundes Telles na Revista Branca – uma breve sonata em homenagem à amiga Hilda Hilst. **Web Revista Linguagem, Educação e Memória**, Dourados, v. 15, n. 15, 20-26, ago./dez 2018. Disponível em: <<https://periodicosonline.uems.br/index.php/WRLEM/article/view/3292>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

CONY, C. H. **Informação ao crucificado**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1996.

FOUCAULT, M. **História da loucura na Idade Clássica**. Tradução: José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 2019.

HILST, H **Cartas de um sedutor**. São Paulo: Globo, 2002.

HILST, H. **Baladas**. São Paulo: Globo, 2003.

HILST, H. **Exercícios**. São Paulo: Mediafashion, 2012.

KREMER, N. S.; VAZ, A. F. A Sul e a Branca: literatura dos novos no Brasil pós-1945. **Web Revista Linguagem, Educação e Memória**, Dourados, v. 15, n. 15, 27-44, ago./dez 2018. Disponível em: <<https://periodicosonline.uems.br/index.php/WRLEM/article/view/2995>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

KREMER, N. S.; VAZ, A. F. A geração dos novos na biblioteca de Salim Miguel e Eglê Malheiros. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica**, Salvador, v. 6, n. 17, 147-164, jan./abr. 2021. Disponível em: <<https://www.revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/9762>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

LISPECTOR, C. Menino a bico de pena. In: LISPECTOR, C. **Felicidade clandestina**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998, p. 19-24.

MALHEIROS, E. **Vozes veladas**. Porto Alegre: Movimento, 1995.

- MALHEIROS, E. **Manhã e outros poemas**. Brasília: Edição da autora, 2018.
- MIGUEL, S. **Minhas memórias de escritores**. Palhoça: Unisul, 2008.
- MORAES, E. R. Da medida estilhaçada. **Caderno de Literatura Brasileira**, n. 8, p. 114-126, 1999.
- MORAES, E. R. A obscena senhora Deus. In: HILST, H. **A obscena senhora D**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020, p. 65-78.
- PÉCORA, A. Nota do organizador. In: HILST, H. **Baladas**. São Paulo: Globo, 2003.
- PÉCORA, A. Nota do organizador. In: HILST, H. **Exercícios**. São Paulo: Mediafashion, 2012.
- ROSA, M.; DALLABRIDA, N. Uma mulher de vanguarda: trajetória social de Eglê Malheiros. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 429-447, mai./ago. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/CzSsvkWRrnj3Dk4gNdspKFG/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 20 nov. 2023.
- SARTRE, J. P. **A náusea**. Tradução: Rita Braga. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- SARTRE, J. P. **O existencialismo é um humanismo**. Tradução: João Batista Kreuch. Petrópolis: Vozes de bolso, 2014.
- SARTRE, J. P. **El ser y la nada**. Tradução: Miguel Virasoro. Buenos Aires: Losada, 2021.
- TELLES, L. F. Poesia acima de tudo. **Letras e Artes**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 171, p. 4, 1950.
- TELLES, L. F. Balada de Alzira. **Letras e Artes**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 244, p. 9, 1952.
- TELLES, L. F. 'Balada do festival' (Hilda Hilst). **Jornal de Letras**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 75, p. 11, 1955.
- TELLES, L. F. Felicidade. In: COELHO, S. **Contistas brasileiros/Conteurs brésiliens**. Rio de Janeiro: Branca, 1958.
- TELLES, L. F. **Durante aquele estranho chá: perdidos e achados**. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.
- WILLER, C. **Um obscuro encanto: gnose, gnosticismo e poesia moderna**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010.



---

## ARTIGOS – ARTICLES

---

### Livros sobre livros: a Coleção Artes do Livro, da Ateliê Editorial

José Renato Margarido Galvão<sup>1</sup>  
Universidade de São Paulo  
[renatogalvao@usp.br](mailto:renatogalvao@usp.br)

Como citar este artigo: GALVÃO J. R. M. Livros sobre livros: a Coleção Artes do Livro, da Ateliê Editorial, *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº16, pp. 130-154. 2023. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

**Resumo:** Utilizando estudos do campo da história do livro, da leitura e da edição, o presente trabalho pretende identificar, mapear e listar as principais características dos quatorze títulos da *Coleção Artes do Livro*, da Ateliê Editorial, fundada em 1995 em Cotia (SP), com o objetivo de analisar como a casa publicadora tornou-se uma das principais referências na publicação de estudos sobre o objeto livro, em suas várias vertentes. As metodologias utilizadas foram as pesquisas em bases de dados bibliográficos e acervos *on-line* de jornais brasileiros, além de análise bibliográfica dos exemplares físicos e contatos via e-mail com a editora. Destaca-se o trabalho de seleção de títulos e de profissionais realizado por Plínio Martins Filho, editor e diretor da coleção, que, prestes a completar 20 anos, continua ativa na promoção de estudos e debates a respeito da temática.

**Palavras-chave:** História do livro e da edição. Editoras brasileiras. Coleções editoriais. Produção editorial. Ateliê Editorial.

#### *Books about books: Coleção Artes do Livro, by Ateliê Editorial*

**Abstract:** Using studies from the history of the book, reading and editing, the present work intends to identify, map and list the main characteristics of the fourteen titles of the *Coleção Artes do Livro*, by Ateliê Editorial, founded in 1995 in Cotia (SP), with the objective of analyzing how the publishing house became one of the main references in the publication of studies on the book object, in its various aspects. The methodologies used were searches in bibliographic databases and online collections of Brazilian newspapers, in

---

<sup>1</sup> José Renato Margarido Galvão é mestrando em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. É técnico em Documentação e Informação na biblioteca do Museu Republicano “Convenção de Itu” da Universidade de São Paulo.

addition to bibliographical analysis of physical copies and contacts via e-mail with the publisher. Of particular note is the selection of titles and professionals carried out by Plínio Martins Filho, editor and director of the collection, which, about to turn 20, continues to be active in promoting studies and debates on the subject.

**Keywords:** History of the book and editing. Brazilian publishers. Editorial collections. Editorial production; Ateliê Editorial.

## 1. Introdução

A Ateliê Editorial surgiu em 1995, em Cotia (SP), por iniciativa de Plínio Martins Filho — docente da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), diretor editorial e presidente da editora da mesma universidade, a Edusp, de 1989 a 2016 e criador da editora-laboratório do curso de Editoração da ECA/USP, a Com-Arte<sup>2</sup> —, juntamente com Afonso Nunes Lopes, graduado em Editoração pela ECA/USP e ex-aluno de Martins Filho<sup>3</sup>. A proposta da casa publicadora, desde o seu início, foi de confeccionar livros de maneira artesanal, como um verdadeiro ateliê de edição, priorizando o conceito do livro conforme preconizado por Chartier (1989): não apenas um suporte material de informação, mas também um bem cultural carregado de significados. Dessa forma, “as publicações da Ateliê primam pela atenção ao conteúdo, à forma e à expressão, com o objetivo de celebrar o livro como um objeto de desejo e admiração” (ATELIÊ EDITORIAL, 2022).

O primeiro título publicado pela Ateliê foi *O Mistério do Leão Rampante*, de Rodrigo Lacerda, que estava iniciando sua carreira literária. A obra obteve grande aceitação por parte dos leitores e conquistou o Prêmio Jabuti, considerado o principal prêmio literário brasileiro — seria a primeira das mais de 40 premiações obtidas até o final de 2022. Prestes a completar 30 anos de existência, a editora já publicou mais de 830 títulos e vendeu mais de

<sup>2</sup> Martins Filho também se notabilizou por seu trabalho na editora Perspectiva, entre 1971 e 1989 e, atualmente, além da Ateliê, dirige as Publicações BBM, “voltada à cultura livresca” (SAYURI, 2018, p. 79). A editora é vinculada à Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, da USP.

<sup>3</sup> Após a publicação do quinto título, Lopes deixou a editora e ela passou a ser dirigida apenas por Martins Filho, com o apoio de sua esposa e filhos (*Id., ibid.*).

620 mil exemplares<sup>4</sup>, conseguiu superar as inúmeras dificuldades da economia e do mercado editorial do país e consolidou-se como uma das principais referências em sua área de atuação<sup>5</sup>.

Segundo Pavão (2005), a razão do sucesso da editora se deve, em grande parte, às escolhas e apostas de seu fundador e diretor:

Escolheu dar vez a novos ficcionistas. Escolheu dar vez a ensaios de fôlego nascidos na academia sobre temas atuais e/ou relevantes em áreas como literatura, política, filosofia, artes etc. Escolheu caprichar na confecção do livro. Escolheu também não caçar best sellers — não haveria qualquer demérito em fazê-lo, mas foi a sua escolha. Mandou às favas uns tantos riscos e agarrou algumas oportunidades típicas de um país em que ainda tudo está por fazer. Editar, dar suporte às ideias, é preciso.

Outra aposta da Ateliê se deu na publicação de clássicos da literatura em edições luxuosas, com traduções e paratextos elaborados por profissionais e estudiosos de alto gabarito. Podemos citar as reedições de: *Os Sertões*, de Euclides da Cunha; *A Divina Comédia*, de Dante Alighieri; *Finnegans Wake* e *Ulisses*, de James Joyce; *Auto da Barca do Inferno*, de Gil Vicente; *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis; *O Primo Basílio*, de Eça de Queirós; *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto, *Orlando Furioso*, de Ludovico Ariosto; e *Marcas Marinhas*, de Saint-John Perse, além de clássicos da literatura grega e latina.

Também merecem destaque as publicações periódicas, como *Sibila* — a partir de 2006 editada pela Martins Fontes —, *Revista de Estudos Orientais, Entretanto, Caderno de Literatura e Cultura Russa e Justiça e Democracia*. Porém, o carro chefe da Ateliê nesse quesito é a revista *Livro*, nascida em 2010 e organizada pelo Núcleo de Estudos do Livro e da Edição (NELE) da USP. A publicação “resulta do esforço coletivo de professores e pesquisadores de diversos campos do conhecimento no sentido de materializar um fórum aberto à reflexão, ao debate e à difusão de pesquisas que têm na palavra impressa seu objeto principal” (LIVRO, 2022). Com a qualidade e o esmero característicos dos trabalhos da editora, *Livro* vem projetando o país no circuito internacional de estudos multidisciplinares sobre o livro, a leitura e a edição.

<sup>4</sup> Dados relativos ao período de 01 jan. 2011 a 31 dez. 2022, período em que houve a troca do sistema de gerenciamento da editora (FONZI, 2023).

<sup>5</sup> Em 2022, a editora publicou 35 novos títulos e nove reimpressões e vendeu mais de 38 mil exemplares (*Id., ibid.*).



Figura 1. Marisa Midori Deaecto e Plínio Martins Filho autografam exemplares da revista *Livro*, em 2021.

Grande parte das obras da editora está reunida em coleções<sup>6</sup>. No caso dos clássicos da literatura, sobressaem-se as coleções *Clássicos Ateliê* e *Clássicos Comentados*, dirigidas pelo professor Ivan Teixeira, docente da ECA/USP. Também homenageia os bibliotecários e os grandes colecionadores e amantes dos livros, com a coleção *Bibliofilia*. Ademais, a Ateliê vem se sobressaindo, desde a primeira metade dos anos 2000, na publicação de títulos sobre o próprio fazer editorial, um universo amplo e muito pouco explorado no Brasil até então. São os chamados *livros sobre livros*. Tais títulos estão reunidos em duas coleções sob a direção de Plínio Martins Filho: *O Prazer do Livro* e *Artes do Livro*, esta última o tema deste texto.

Dessa forma, este trabalho irá identificar, mapear e listar as principais características de cada um dos quatorze títulos da *Coleção Artes do Livro*, da Ateliê Editorial, com o objetivo de analisar como a casa publicadora, atualmente sediada em Cotia, na região metropolitana de São Paulo, tornou-se uma das principais referências (senão a principal) na publicação de estudos sobre o objeto livro, em suas várias vertentes e temáticas. Para tanto, as

<sup>6</sup> Atualmente, são dezessete, segundo o site da Ateliê: 100 Anos da Revolução Russa; Azul; Arquitetura Comentada; Artes do Livro; Artes & Ofícios; Bibliofilia; Clássicos Ateliê; Clássicos Comentados; Crítica Hoje; Estudos Árabes; Estudos Literários; Galha Rara; LêProsa; Políticas Culturais; Prazer do Livro; Vidas e Ideias; Rolariuanna (ATELIÊ EDITORIAL, 2023).

metodologias a serem utilizadas são as pesquisas em bases de dados bibliográficos e acervos *on-line* de jornais brasileiros, análise bibliográfica dos exemplares físicos e contatos via e-mail com a editora.

As referências teóricas baseiam-se em estudos contemporâneos sobre o livro, a leitura e a edição, em especial os realizados por Cavallo; Chartier (1999), Darnton (2010), Hallewell (2017) e Martins Filho (2018).

Quem forma parte dessa corrente considera que o estudo das ideias não se pode realizar por fora dos modos em que elas se produzem e se materializam em livros, são publicadas por determinadas editoras ou em determinadas coleções e circulam por determinados âmbitos. Reafirmamos a dupla dimensão do livro: é uma mercadoria, a qual se compra e se vende, porém é também um bem simbólico, carregado de significados culturais e com múltiplas práticas associadas (BOURDIEU, 2018). Dessa forma, não há texto sem suporte que permita sua leitura (Cavallo; Chartier, 1999, p. 9) e é a partir desse suporte que se conforma um espaço de sentidos, possível de ser investigado (SAFERSTEIN; SZPILBARG, 2020, p. 7).

Outro conceito importante de Cavallo e Chartier (1999, p. 9) é o de que os autores não escrevem livros, e sim textos que se tornam objetos escritos, produzidos por indivíduos de diversas categorias profissionais. Por isso, além dos dados técnicos e físicos das obras, tentaremos identificar os diversos profissionais que atuaram na publicação dos volumes da citada coleção: editores, tradutores, prefaciadores, capistas, ilustradores, revisores, *designers*, produtores gráficos e demais categorias incluídas pela casa publicadora.

## 2. A *Coleção Artes do Livro*

Em setembro de 2003, surge o primeiro volume da *Coleção Artes do Livro*, idealizada e dirigida por Martins Filho: *O Design do Livro*, de Richard Hendel. Pavão (2005) aponta, nessa empreitada, mais uma iniciativa da editora em prol “de oferecer a mais e mais leitores acesso à boa literatura e às boas edições, derrubando um preconceito tolo que repousa na cabeça de parte da elite cultural brasileira e que dá a ela um sentimento de propriedade sobre o conhecimento”. Embora trate de assuntos voltados às artes gráficas, as obras

reunidas na coleção também abordam questões históricas, teóricas e sociológicas relacionadas ao livro, à leitura, à edição e à literatura, atraindo o interesse de uma variada gama de profissionais, desde arquitetos e *designers* até revisores, bibliotecários, jornalistas e historiadores.

A coleção foi oficialmente lançada num evento no Atelier de Encadernação Luiz Fernando Machado, localizado na Vila Madalena, em São Paulo (SP) e contou com as presenças, entre outros, do jornalista Alberto Dines e do bibliófilo José Mindlin, ambos já falecidos. Na ocasião vieram a lume os três primeiros volumes da coleção: (1) *O Design do Livro*, de Richard Hendel; (2) *Catálogo de Clichês*; e (3) *A Arte Invisível*, sendo os dois últimos organizados por Martins Filho. Especialmente para o evento, Luiz Fernando Machado, proprietário da oficina, encadernou manualmente com capas de couro e outros materiais de luxo algumas cópias dos títulos (ATELIÊ VAI AO..., 2003).

Apresentamos, a seguir, os títulos da coleção publicados até o presente momento. Dividimos as informações em duas tabelas para melhor visualização. Os dados foram obtidos através do sítio da editora ([www.atelie.com.br](http://www.atelie.com.br)) e de e-mails trocados com o produtor editorial Carlos Gustavo Araújo do Carmo e com a gerente administrativa Senise Fonzi.

## 2.1 Dados técnicos dos títulos da *Coleção Artes do Livro*

Vol	Ano	Autor	Título	Nº Pag	Peso (kg)	Dimensões	Encadernação	ISBN
1	2006	Richard Hendel	O design do livro (3. ed.)	244	0,88	19 × 27,5 × 1,7 cm	Capa dura, ilustrado	978-65-5580-030-2
2	2003	Plínio Martins Filho (org.)	Catálogo de clichês D. Salles Monteiro	254	0,77	19,5 x 17 x 2,7 cm	Capa dura, ilustrado	978-85-7480-176-6
3	2008	Plínio Martins Filho (org.)	A arte invisível (2. ed.)	160	0,27	7,5 × 10 × 1,2 cm	Capa dura	978-85-7480-177-3
4	2020	Enric Satué	Aldo Manuzio: editor, tipógrafo, livreiro (2. ed.)	256	0,58	13,5 × 21 × 2 cm	Capa dura, ilustrado	978-65-5580-003-6

5	2007	Jan Tschichold	A forma do livro: ensaios sobre tipografia e estética do livro	224	0,78	14,6 × 23,2 × 1,5 cm	Capa dura, ilustrado	978-85-7480-361-6
6	2008	Plínio Martins Filho (org.)	Ex-libris: Coleção Livraria Sereia, de José Luís Garaldi	192	0,44	16 x 23 x 1,8 cm	Capa dura, ilustrado	978-85-7480-274-9
7	2018	Gerard Genette	Paratextos editoriais (2. ed.)	376	0,81	16 × 23 × 2,3 cm	Capa dura, ilustrado	978-85-7480-458-3
8	2010	Maria Helena Werneck Bomery	Os manuais de desenho da escrita	288	1,30	21,6 × 35,6 × 1,8 cm	Capa dura, ilustrado	978-85-7480-518-4
9	2012	Michel Melot	Livro,	224	0,58	27 x 18,5 x 1,8 cm	Capa dura, ilustrado	978-85-7480-600-6
10	2016	Luís Bueno	As capas de Santa Rosa	288	1,10	27 × 23 × 0,25 cm	Capa dura, ilustrado	978-85-7480-727-0
11	2017	Ubiratan Machado	A capa do livro brasileiro, 1820-1950	664	3,00	30 × 28 × 4,3 cm	Capa dura, ilustrado	978-85-7480-777-5
12	2019	José Armando Pereira da Silva	Massao Ohno, editor	322	1,49	26 × 20,8 × 3 cm	Capa dura, ilustrado	978-85-7480-839-0
13	2020	William Morris	Sobre as artes do livro	288	1,48	18.8 × 26.8 × 3 cm	Capa dura, ilustrado	978-85-7480-845-1
14	2016	Mark Gatter	Produção gráfica para designers	160	0,83	21.6 × 28 × 1,6 cm	Brochura	978-85-7480-731-7

## 2.2 Profissionais identificados nas obras

Autor	Título	Tradução	Pref./ Introd.	Projeto gráfico	Observações
Richard Hendel	O design do livro (3. ed.)	Geraldo Gerson de Souza e Lúcio Manfredi	do autor	do autor	1. ed. 2003.

Plínio Martins Filho (org.)	Catálogo de clichês D. Salles Monteiro	—	Plínio Martins Filho	Negrilo Design Editorial	Edição fac-similar do catálogo da editora carioca D. Salles Monteiro, do início do século XX. Fora de estoque.
Plínio Martins Filho (org.)	A arte invisível (2. ed.)	Geraldo Gerson de Souza	Plínio Martins Filho	Tomás B. Martins e Plínio Martins Filho	1. ed. 2003
Enric Satué	Aldo Manuzio: editor, tipógrafo, livreiro (2. ed.)	Cláudio Giordano	Oriol Bohigas	Tomás B. Martins e Negrilo Design Editorial	1. ed. 2005
Jan Tschichold	A forma do livro: ensaios sobre tipografia e estética do livro	José Laurênio de Melo	Robert Bringhurst	Negrilo Design Editorial, em acordo com os princípios pregados por Jan Tschichold	Traduzido da edição em inglês (1991). Composto em <i>Sabon</i> , fonte desenhada pelo autor na década de 1960.
Plínio Martins Filho (org.)	Ex-libris: Coleção Livraria Sereia, de José Luís Garaldi	—	Dorothee de Bruchard	Negrilo Design Editorial	Fora de estoque
Gerard Genette	Paratextos editoriais (2. ed.)	Álvaro Faleiros	do autor	Tomás B. Martins	1. ed. 2009
Maria Helena Werneck Bomery	Os manuais de desenho da escrita	—	da autora	da autora	—
Michel Melot	Livro,	Marisa Midori Deaecto e Valéria Guimarães	Marisa Midori Deaecto (ed. brasileira) Régis Debray (ed. francesa)	Nicolas Taffin	Fora de estoque
Luís Bueno	As capas de Santa Rosa	—	do autor	Negrilo Produção Editorial	Co-edição com Sesc SP. Vencedor do Prêmio Jabuti 2016, categoria Projeto Gráfico.
Ubiratan Machado	A capa do livro brasileiro, 1820-1950	—	Marisa Midori Deaecto	Negrilo Produção Editorial	Co-edição com Sesi SP.
José Armando	Massao Ohno, editor	—	do autor	Gustavo Piqueira e	Eleito um dos 50 melhores

Pereira da Silva				Samia Jacintho	livros de 2020, segundo a revista Quatro Cinco Um.
William Morris	Sobre as artes do livro	Adriano de Paula Rabelo	Gustavo Piqueira	Gustavo Piqueira e Samia Jacintho	Menção Honrosa no 34º Prêmio Design Museu da Casa Brasileira, categoria Trabalhos Escritos Publicados.
Mark Gatter	Produção gráfica para designers	Alexandre Cleaver	do autor	Capa: Gustavo Piqueira/Casa Rex Miolo: Studio Ten and Half	Tradução do clássico <i>Production for Print</i> .

### 2.3 Os títulos da coleção *Artes do Livro*

#### Volume 1: O Design do Livro

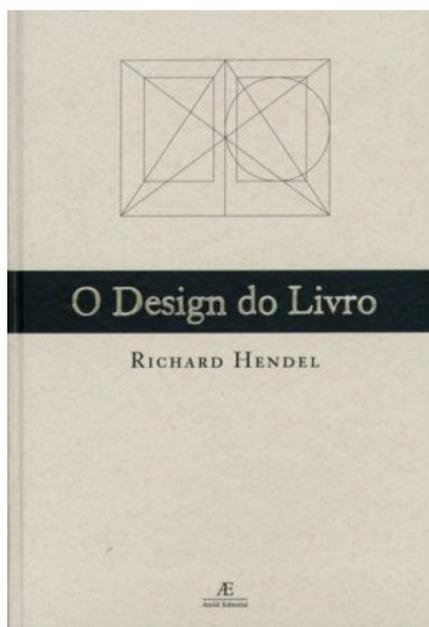


Figura 2. Capa de *O Design do Livro*, de Richard Hendel.

A obra que inaugura a *Coleção Artes do Livro* foi organizada pelo artista gráfico norte-americano Richard Hendel, diretor de produção e *designer* da editora da University of North Carolina, Chapel Hill. Além de Hendel, mais oito *designers* apresentam, neste volume, alguns de seus mais importantes projetos de livros comerciais e acadêmicos e revelam as soluções encontradas

para uma melhor apresentação de cada uma dessas obras. São analisados a escolha do formato, a seleção dos tipos, a disposição da mancha, entre outros aspectos. Trata-se da primeira versão em português da obra, atualmente em sua terceira edição revista e atualizada ortograficamente, e é a campeã de vendas da coleção.

### Volume 2: Catálogo de Clichês D. Salles Monteiro



Figura 3. Capa de *Catálogo de Clichês D. Salles Monteiro*.

Trabalho de “arqueologia editorial” de Plínio Martins Filho, ao recuperar e reeditar em formato fac-similar o catálogo de clichês de uma das mais importantes editoras cariocas do início do século XX. Com apresentação do próprio Martins Filho, o catálogo lista os mais curiosos clichês usados em jornais e livros, especialmente no século XIX, reunidos sob as mais diversas temáticas: heráldica, religião, flora, fauna, profissões, instrumentos, esportes, entre outras, todos devidamente numerados, para facilitar a localização nas estantes da tipografia. Nas instruções aos usuários, o editor ressalta que seria ofertado apenas um exemplar por cliente; exemplares adicionais deveriam ser adquiridos pela quantia de 5\$000 (cinco mil réis) cada. A obra foi utilizada, anos mais tarde, pelo artista gráfico Gustavo Piqueira, como base para a

publicação de seu *Clichês Brasileiros*, também pela Ateliê. Atualmente o volume está fora de catálogo<sup>7</sup>.

Volume 3: A Arte Invisível ou A Arte do Livro

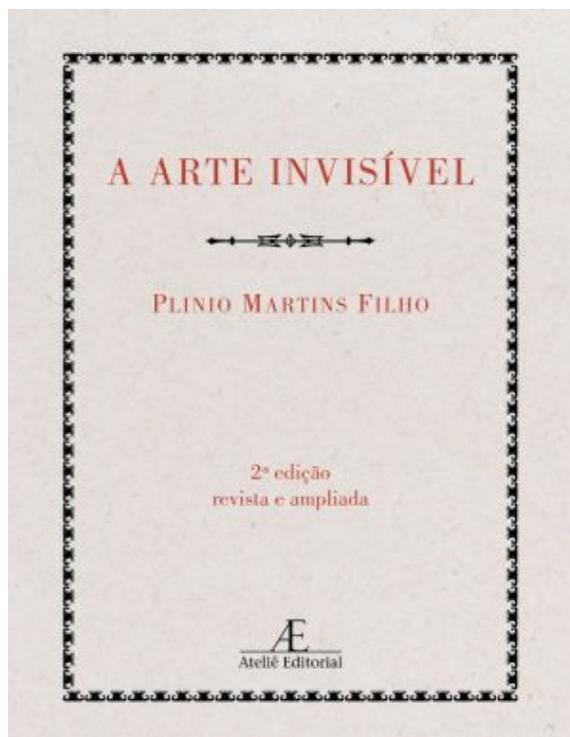


Figura 4. Capa de *A Arte Invisível ou A Arte do Livro*, de Plínio Martins Filho.

É um mini-livro que mede 7,5×10×1,2 cm, no qual Martins Filho celebra a arte da edição. O autor reproduz parte das anotações colhidas durante a organização da coleção ora analisada, confessando o hábito — considerado pouco saudável por alguns — de assinalar “com o que estiver à mão” os trechos que lhe chamam a atenção numa obra. A segunda edição, de 2008, vem acrescida de capas de obras e páginas de trabalhos feitos pelos autores citados no livrinho, assim como de um texto no qual Martins Filho reflete sobre a tal *arte invisível*. Nele, o autor reforça sua crença nas “boas possibilidades para a estética do livro na era visual”, refutando as previsões pessimistas quanto ao futuro do livro impresso.

<sup>7</sup> Encontramos cinco exemplares à venda no site Estante Virtual, com preços que variam de R\$240,00 a R\$998,90 (CATÁLOGO DE CLICHÊS, 2023).

Volume 4: Aldo Manuzio: editor, tipógrafo, livreiro

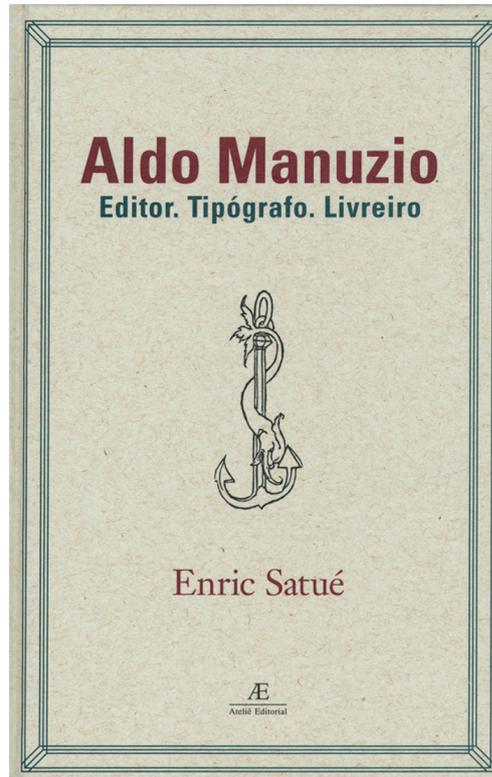


Figura 5. Capa de *Aldo Manuzio: editor, tipógrafo, livreiro*, de Enric Satué i Llop.

Aldus Manutius, ou Aldo Manuzio, foi um editor humanista que atuou na República de Veneza nos séculos XV e XVI. Sua Imprensa Aldina publicou inúmeros clássicos gregos e latinos e contribuiu para o aperfeiçoamento das edições impressas, que a partir daí começaram a se diferenciar dos manuscritos e dos incunábulo e portar identidade própria. O *designer* e pedagogo português Paulo Heitlinger (2007) considera Manuzio um dos dez melhores editores de sua época, principalmente “por ter usado os caracteres itálicos (ou aldinos) feitos por Griffo, em que publicou as famosas edições *in octavo*, que tanto contribuíram para a divulgação da literatura humanística no século XVI”. Com tradução de Claudio Giordano, o *designer* e professor da Universidade Pompeu Fabra, de Barcelona, Enric Satué i Llop, nos fornece um panorama do *design* de livros com base em Manuzio, além, naturalmente, de informações biográficas do mestre impressor. A primeira edição foi lançada em 2005 e, em 2020, publicou-se a segunda.

Volume 5: A Forma do Livro: ensaios sobre tipografia e estética do livro

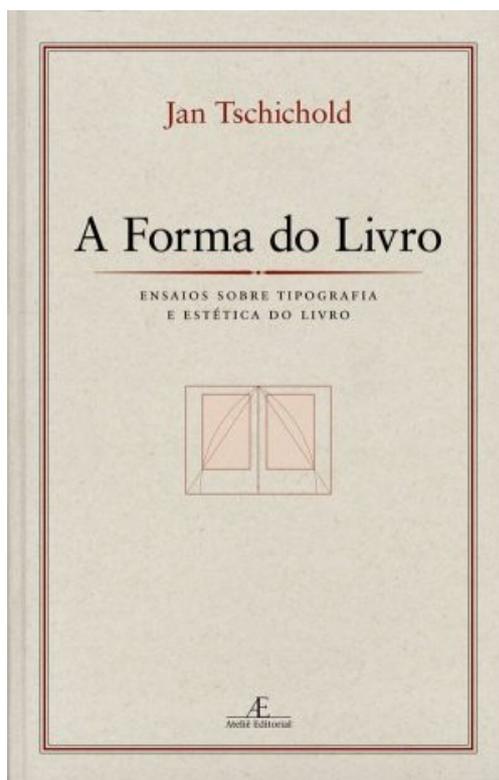


Figura 6. Capa de *A Forma do Livro: ensaios sobre tipografia e estética do livro*, de Jan Tschichold.

Em 2007, a Ateliê publica *A Forma do Livro*, coletânea de ensaios escritos pelo tipógrafo e designer alemão Jan Tschichold entre 1937 e 1974. O poeta, historiador e designer norte-americano Robert Bringhurst lembra, no prefácio, que Tschichold sempre fora um profissional dedicado e apaixonado pelos mais ínfimos detalhes da arte e do ofício da tipografia, sobretudo no tocante à transmissão de conhecimento às gerações mais jovens:

Jan Tschichold não foi por toda a vida um estudant, professor e praticante da tipografia, apaixonadamente preocupado com os princípios mais amplos e os detalhes mais ínfimos da arte e do ofício de sua predileção. Para ele, o que era objeto de reflexão e trabalho na vida cotidiana não era apenas metal, tinta e papel, mas a história da literatura, das formas gráficas e do livro como força cultural em prol da conservação e da mudança (BRINGHURST, 2007, p. 12).

A versão ao português é do poeta, tradutor e editor José Laurenio de Melo.

Volume 6: Ex-libris: Coleção Livraria Sereia, de José Luís Garaldi

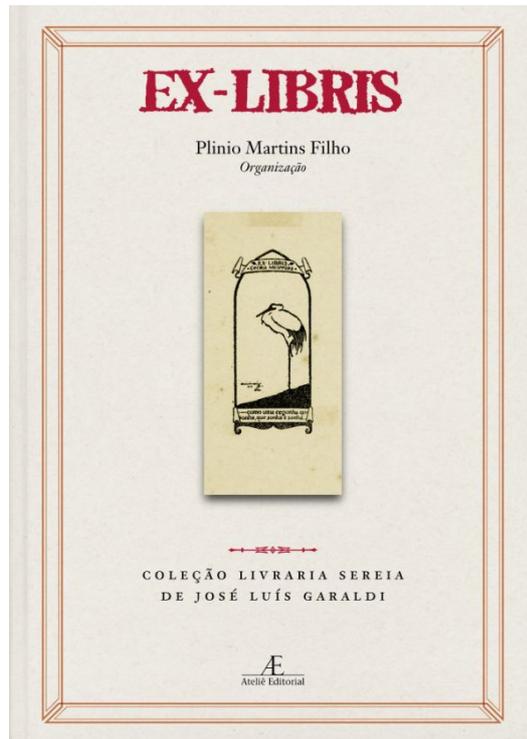


Figura 7. Capa de *Ex-libris*, organizado por Plínio Martins Filho.

Mais uma obra organizada e apresentada por Martins Filho, desta feita sobre os *ex-libris*, uma das marcas de proveniência mais importantes da história do livro e da edição. São desenhos, etiquetas, carimbos ou simplesmente manuscritos, os quais, inseridos nas primeiras páginas, na contracapa ou até na folha de rosto, identificam o proprietário de determinado exemplar. Este volume reúne o conjunto de *ex-libris* de José Luís Garaldi, dono da Livraria Sereia, em São Paulo (SP). O acervo é classificado por tipologias que lembram as do *Catálogo de Clichês* (volume 2 desta coleção): marcas, etiquetas e monogramas; heráldicos; paisagísticos; livrescos; faunísticos; femininos; humorísticos; infantis; profissionais, acrescido das informações dos artistas gráficos, técnica utilizada, data da confecção, fonte dos dados e tradução do lema ou divisa, geralmente uma frase ou expressão em latim. A obra, publicada em 2008, está fora de estoque e merece uma reedição.

Volume 7: Paratextos Editoriais

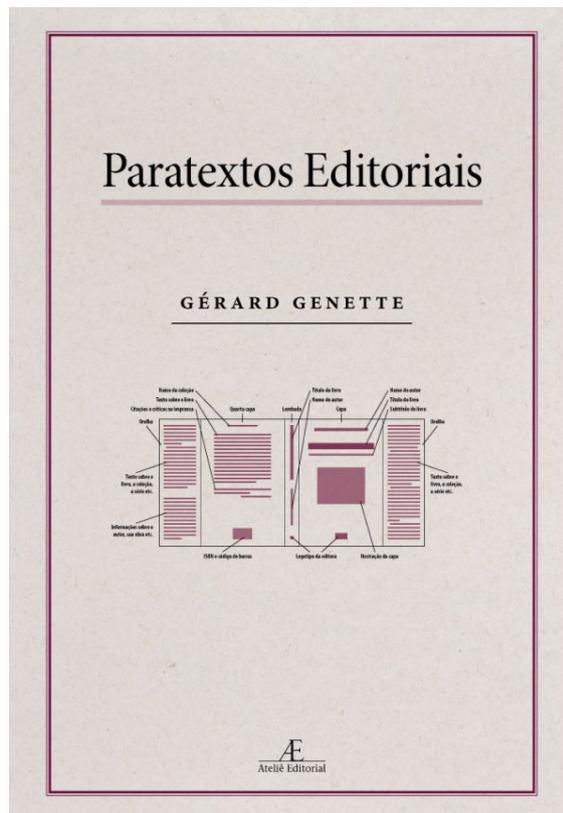


Figura 8. Capa de *Paratextos Editoriais*, de Gérard Genette.

O crítico literário francês Gérard Genette, adepto do estruturalismo, assina esta obra importante para o entendimento dos conceitos e ideias que apoiam a noção de paratexto. Genette analisa desde as questões que envolvem o *peritexto* (nome do autor, título e subtítulo, dedicatória, epígrafe, prefácio, posfácio etc.) até os formatos de *epitexto* (entrevistas, releases, debates, críticas, comentários, correspondências e outros), contextualizando historicamente cada item. É considerada uma das principais obras disponíveis em português sobre o tema, com tradução de Álvaro Faleiros, professor livre-docente de Literatura Francesa da USP, além de poeta e compositor. A primeira edição foi publicada em 2008 e a segunda em 2018. Possui índice onomástico.

Volume 8: Os Manuais de Desenho da Escrita

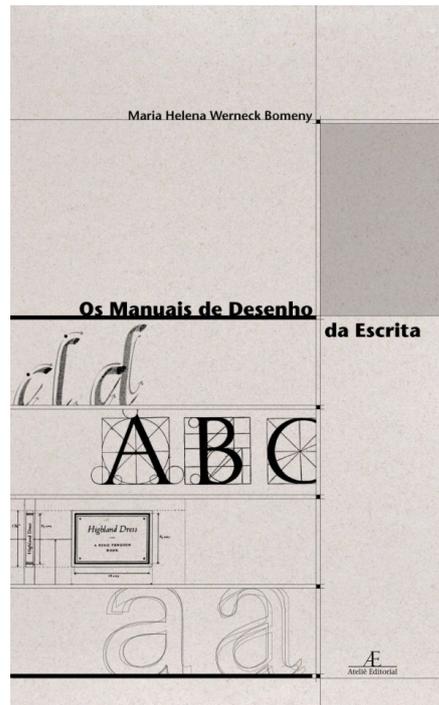


Figura 9. Capa de *Os Manuais de Desenho da Escrita*, de Maria Helena Werneck Bomeny.

Obra de fôlego e de referência produzida pela professora e designer gráfica Maria Helena Werneck Bomeny, doutora em Arquitetura e Urbanismo pela USP. Ela divide a história do design das letras em quatro *percursos tipográficos*, de acordo com os quatro manuais pesquisados: *La Operina da Imparare di Scrivere Littera Cancellarescha* (Renascimento); *Manuale Tipografico* (Neoclassicismo e Séculos XVII e XVIII); *Princípios da Nova Tipografia* (Vanguardas do Século XX); *Typographie: Manual de Desenho Tipográfico* (Estilo Internacional ou Suíço do Século XX). Destaca-se, neste volume, a relação que a autora faz entre o desenho das letras propriamente dito e os suportes materiais nos quais as letras são impressas ou gravadas. A medida do exemplar é de 21,6×35,6×1,8 cm, contendo ainda bibliografia e lista de fontes das figuras.

Volume 9: Livro,

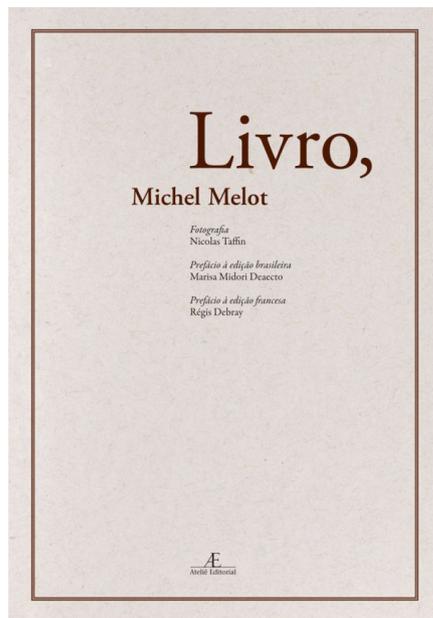


Figura 10. Capa de *Livro,* de Michel Melot.

Após realizar uma singela homenagem aos bibliotecários, com *A Sabedoria do Bibliotecário* — também publicada pela Ateliê, na coleção *Bibliofilia* — o historiador da arte e conservador de bibliotecas Michel Melot rende homenagem ao livro como objeto. Segundo Lincoln Secco *apud* De Luccas (2013), “foi esse conjunto de folhas dobradas, afinal, que venceu outros suportes do texto escrito por volta do século 4 (embora existisse muito antes) e chegou até nós perante nova ameaça: os meios digitais de composição e reprodução de textos”. A obra é ilustrada com fotografias de Nicolas Taffin e conta tanto com o prefácio da edição francesa, de Régis Debray, quanto com o prefácio da edição brasileira, escrito por Marisa Midori Deaecto, professora de História do Livro na ECA/USP e uma das tradutoras do texto. No texto da contracapa, uma indagação:

Qual seria, pois, o milagre desse objeto, nascido há mais de dois milênios, eminentemente moderno por sua forma cúbica, matemática, industrial muito antes de o ser, que triunfou do rolo até se tornar o *tijolo elementar* do pensamento ocidental? (MELOT,, 2012, contracapa).

Vale citar ainda a extensa bibliografia ao final do volume (p. 205-213).

Volume 10: Capas de Santa Rosa

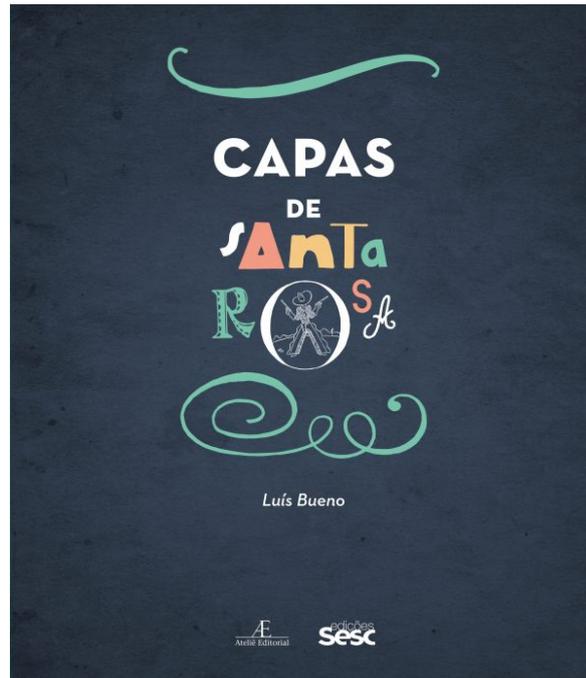


Figura 11. Capa de *Capas de Santa Rosa*, de Luís Bueno.

No décimo volume da coleção, a Ateliê, em parceria com as Edições Sesc SP, homenageia o artista paraibano Tomás Santa Rosa, numa de suas facetas mais importantes, além das de cenógrafo e crítico de arte: a de ilustrador e projetista gráfico para livros, revistas e jornais. Na obra, o professor de literatura brasileira e doutor em teoria e história literária Luís Bueno reúne cerca de 300 capas de Santa Rosa para o mercado editorial brasileiro, entre elas as de livros de Murilo Mendes, Rachel de Queiroz, Jorge Amado, Guimarães Rosa, José Lins do Rego e Manuel Bandeira. Entre as editoras onde trabalhou se destacam a José Olympio, Ariel e Schmidt. Pode-se afirmar que Santa Rosa antecipou o trabalho desempenhado, atualmente, pelo *designer* gráfico, já que ele ia além da mera ilustração, “desenvolvendo um planejamento visual para estabelecer uma unicidade às publicações de determinada editora” (TOMÁS SANTA ROSA, 2022). A obra foi laureada com o Prêmio Jabuti 2016, categoria Projeto Gráfico.

Volume 11: A Capa do Livro Brasileiro, 1820-1950



Figura 12. Capa de *A Capa do Livro Brasileiro*, de Ubiratan Machado.

O anúncio deste livro é o que obteve mais avaliações até o momento no site da Ateliê. E não é para menos: as dimensões da obra são de 28x30x4,3 cm., pesando cerca de 3 kg. Assim como o volume anterior da coleção, o tema principal são as capas, porém desta vez de uma forma mais abrangente. Segundo Lacerda (2017), Ubiratan Machado oferece uma verdadeira história do livro brasileiro do ponto de vista de suas capas, enfocando as relações entre forma e conteúdo, perpassando as principais escolas literárias: romantismo, naturalismo, simbolismo e modernismo, cada uma com seus grandes nomes, sem esquecer dos livros populares e da literatura infantil e seu gênio Monteiro Lobato. São mais de 1.700 imagens reunidas pelo jornalista e bibliófilo, que já havia publicado pela Ateliê os títulos *Pequeno Guia Histórico das Livrarias Brasileiras* e *Três Vezes Machado de Assis*. O prefácio é de Marisa Midori Deaecto e a obra conta também com bibliografia e índice remissivo.

Volume 12: Massao Ohno, editor



Figura 13. Capa de *Massao Ohno, editor*, de José Armando Pereira da Silva.

Continuando na linha das homenagens, desta vez o laureado pela Ateliê foi Massao Ohno, um dos principais editores independentes do país no século XX, responsável por uma série de inovações tanto de caráter visual quanto de política editorial. Com projeto gráfico de Gustavo Piqueira e Samira Jacintho, a obra produzida e organizada pelo mestre em Teatro e em História da Arte José Armando Pereira da Silva traz um extenso levantamento dos títulos publicados por Ohno, com reproduções de capas, apontamentos biográficos, fichas catalográficas e depoimentos de artistas que conviveram e/ou foram editados pela casa. Deaecto *apud* Costa (2020) ressalta que, a partir do falecimento de Ohno, em 2010, Silva iniciou um movimento pela “recuperação, salvaguarda e catalogação dos livros que ele editou a partir de 1964 — pertencentes à Biblioteca Mário de Andrade. A partir daí os trabalhos e as homenagens se converteram nesse belo livro”. *Massao Ohno, editor* foi eleito um dos 50 melhores livros de 2020, segundo a revista de literatura Quatro Cinco Um.

Volume 13: Sobre as Artes do Livro

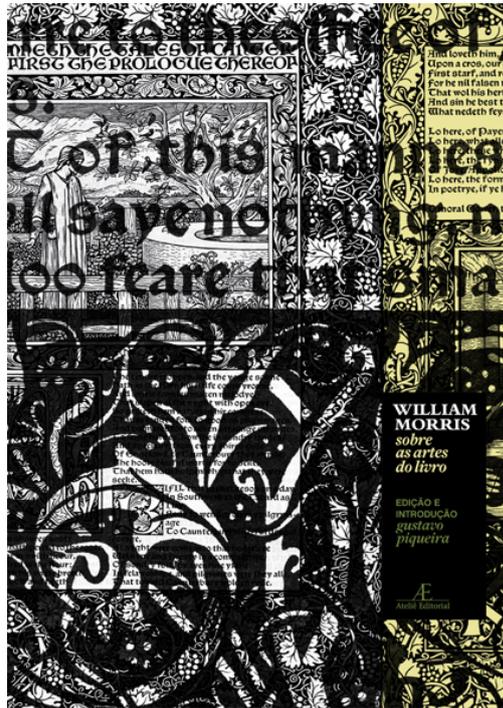


Figura 14. Capa de *Sobre as Artes do Livro*, de William Morris.

Com edição, introdução e revisão técnica de Gustavo Piqueira, o volume 13 faz jus ao título da coleção, trazendo para o Brasil um clássico do *design* editorial do britânico William Morris, poeta, *designer* têxtil, romancista, tradutor, ativista socialista e fundador da Kelmscott Press, em Londres, notória por publicar livros inspirados pelas iluminuras. O próprio Morris criou cerca de 600 ornamentos e foi responsável pelo *design* de três fontes tipográficas para a editora. O autor inicia *Sobre as Artes do Livro* com notas e ideias a respeito das ornamentações de livros medievais — as iluminuras —, para, em seguida, deter-se nas ilustrações dos incunábulo, com destaque para as xilogravuras. Para ele, todos os componentes de uma obra (a escolha do texto e da fonte tipográfica, a composição dos tipos, o papel, a tinta, a decoração e a encadernação) “deveriam ser planejados e executados manualmente com o máximo de cuidado e excelência para, juntos, produzirem o livro ideal” (ATELIÊ EDITORIAL, 2021). A obra recebeu menção honrosa no 34º Prêmio Design Museu da Casa Brasileira, categoria Trabalhos Escritos Publicados.

Volume 14: Produção Gráfica para Designers



Figura 15. Capa de *Produção Gráfica para Designers*, de Mark Gatter.

O autor deste volume, Mark Gatter, é instrutor certificado pela Adobe Inc. — ministra cursos dos diversos *softwares* da empresa — e possui longa experiência como *designer* gráfico. Este volume, o único da coleção em brochura, é mais focado na pré-impressão, ou seja, nas principais técnicas e conceitos relacionados à preparação de arquivos digitais para impressão: tratamento de imagens (especialmente digitalização e resolução), ajuste de *trapping* para impressões com justaposição, mistura de cores e dicas para garantir a qualidade de impressão de cada imagem. O texto foi traduzido por Alexandre Masagão Cleaver, coordenador editorial graduado em Editoração pela ECA/USP e possui glossário de termos técnicos e índice onomástico.

### **Considerações finais**

A *Coleção Artes do Livro*, iniciativa da Ateliê Editorial que visa publicar obras de caráter técnico e teórico sobre produção editorial e gráfica, chega no início de 2023 com quatorze títulos publicados e mais de 13 mil

exemplares vendidos<sup>8</sup>. Juntamente com as coleções *Bibliofília*, *Prazer do Livro* e a revista *Livro*, constitui o arsenal de publicações da Ateliê que celebra o livro — principalmente o impresso — enquanto suporte material de ideias e como objeto de culto, amor e admiração.

No Brasil, iniciativa semelhante iremos encontrar somente em catálogos de editoras que privilegiam o *design* gráfico, caso das também paulistas Rosari e Ubu, esta última a herdeira de parte do catálogo da extinta Cosac Naify. Porém, constata-se que apenas a Ateliê promove reflexões sobre o próprio fazer editorial, por meio de eventos — a maior parte em parceria com o NELE/USP — e publicações periódicas.

Blanco *et al.* (2009), retomando Bourdieu (2018), constatam que o processo de edição reúne distintas *operações sociais* como a tradução, a inserção numa coleção, a escritura de um prefácio e o desenho de uma capa, entre outras, que tornam possível a produção, intervém na circulação e afetam, condicionam e mediatizam a recepção de uma obra. Podemos perceber algumas evidências dessa premissa não apenas na análise da coleção em questão, mas também no restante do catálogo da editora.

A seleção de títulos para a coleção, que possui a chancela do diretor e editor Plínio Martins Filho, leva em conta tanto os clássicos da área — *Paratextos Editoriais; Sobre as Artes do Livro; O Design do Livro* — como publicações atuais — *Os Manuais de Desenho da Escrita, Capas de Santa Rosa, Massao Ohno, editor* —, além de efetuar um equilíbrio entre autores brasileiros e estrangeiros. A maioria dos profissionais envolvidos na tradução e nos paratextos editoriais pertence às áreas de editoração, letras, história e *design*. Pode-se destacar os professores e ex-alunos da ECA/USP, em especial os ligados ao curso de Editoração.

Em 2023, a coleção completa 20 anos e, em 2025, a Ateliê irá celebrar três décadas de existência. O sucesso da casa em promover os estudos sobre o livro e a edição vem comprovar que existe um público cada vez mais interessado na temática, tanto leigos como estudantes, pesquisadores e profissionais e que a tendência, tanto da editora como da coleção aqui analisada, é continuar existindo e publicando títulos que satisfaçam o público não apenas pelo conteúdo dos textos, mas também pelo acabamento gráfico e

<sup>8</sup> Total de exemplares vendidos no período de 01 jan. 2011 a 31 dez. 2022 (FONZI, 2023).

experiência dos profissionais contratados para todas as fases da produção das obras.

### Referências bibliográficas

ATELIÊ Editorial: a arte do livro. [Cotia, SP: s. n.], 2022. Disponível em: <<https://www.atelie.com.br/>>. Acesso em: 04 jan. 2022.

ATELIÊ vai ao atelier. São Paulo: PublishNews, [2003]. Disponível em: <<https://www.publishnews.com.br/materias/2003/09/29/17264-atelie-vai-ao-atelier>>. Acesso em: 10 jan. 2022.

BLANCO, A. *et al.* Encuesta sobre el concepto de recepción. **Políticas de la Memoria**, Buenos Aires, v. 8/9, 2008-2009, p. 98-109. Disponível em: <<https://ojs.politicadela memoria.cedinci.org/index.php/PM/article/view/428>>. Acesso em: 23 mar. 2023.

BOURDIEU, P. Uma revolução conservadora na edição. **Política & Sociedade**, Florianópolis, SC, v. 17, n. 39, 2018, p. 198-249. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2017v17n39p198>>. Acesso em: 14 jan. 2022.

BRINGHURST, R. Introdução. In: TSCHICHOLD, J. **A forma do livro: ensaios sobre tipografia e estética do livro**. Cotia, SP: Ateliê, 2007. p. 11-22.

CATÁLOGO de clichês. [S. l.: Estante Virtual, 2023]. Disponível em: <<https://www.estantevirtual.com.br/busca?q=Cat%C3%A1logo%20de%20Clich%C3%Aas>>. Acesso em: 23 mar. 2023.

CAVALLO, G.; CHARTIER, R. Introdução. In: CAVALLO, G.; CHARTIER, R. (org.). **História da leitura no mundo ocidental**, v. 2. São Paulo: Ática, 1999. p. 5-40.

COSTA, C. Marisa Midori destaca livro em homenagem a Massao Ohno. **Jornal da USP**, São Paulo, 07 fev. 2020. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/?p=299476>>. Acesso em: 12 jan. 2022.

DARNTON, R. **A questão dos livros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FONZI, S. **Coleção Artes do Livro**. Destinatário: José Renato M. Galvão. [S. l.], 23 mar. 2023. 1 mensagem eletrônica.

HALLEWELL, L. **O livro no Brasil: sua história**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2017.

HEITLINGER, P. **Aldus Manutius (Sermoneta, 1452 - Veneza, 1515)**. [S. l.: s. n., 2007]. Disponível em: <<http://tipografos.net/historia/manutius.html>>. Acesso em: 10 jan. 2022.

LIVRO: revista do Núcleo de Estudos do Livro e da Edição. São Paulo: NELE/USP, [2022]. Disponível em: <<http://www.usp.br/nele/livro-revista.html>>. Acesso em: 14 jan. 2022.

MARTINS FILHO, P. **Manual de editoração e estilo**. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2018.

MELOT, M. **Livro**. Cotia, SP: Ateliê, 2012.

PAVÃO, J. Sobre. *In*: **BLOG DA ATELIÊ**. [Cotia, SP: s. n., 2005?]. Disponível em: <<https://blog.atelie.com.br/about-2/#.YdRTdXMIJU>>. Acesso em: 04 jan. 2022.

SAFERSTEIN, E.; SZPILBARG, D. **El desarrollo de investigaciones sobre edición y cultura escrita en América Latina**: antecedentes y modos de abordaje. Buenos Aires: IDES Virtual, 2020.

SAYURI, J. O editor. **Folha de São Paulo**, São Paulo, ano 98, n. 32554, p. 78-79, 20 maio 2018.

SECCO, L. Um ensaio sobre este objeto. *In*: DE LUCCAS, D. **Blog da Ateliê**. [Cotia, SP: Ateliê Editorial], 2013. Disponível em: <<https://blog.atelie.com.br/2013/04/um-ensaio-sobre-este-objeto.Yd3gdsnMLIW>>. Acesso em: 11 jan. 2022.

TOMÁS Santa Rosa. *In*: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [S. l.: s. n.], 2022. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Tom%C3%A1s\\_Santa\\_Rosa](https://pt.wikipedia.org/wiki/Tom%C3%A1s_Santa_Rosa)>. Acesso em: 12 jan. 2022. Verbete da enciclopédia.



---

## RESENHAS – REVIEWS

---

### “Arendt”: uma biografia em movimento entre o amor, o mal e o amor, ‘o retorno’

Leonardo da Rocha Bezerra de Souza<sup>1</sup>  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
[lrb.souza@gmail.com](mailto:lrb.souza@gmail.com)

Como citar esta resenha: SOUZA, L. R. B.. "Arendt": uma biografia em movimento entre o amor, o mal e o amor, 'o retorno'. Resenha da obra de: HERBERLEIN, A., Arendt: Entre o amor e o mal: uma biografia. *In: Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº16, pp. 155-166. 2023. Disponível em <http://revistas.usp.br/revistaintelligere>. Acesso em dd/mm/aaaa..

HEBERLEIN, Ann. **Arendt: Entre o amor e o mal: uma biografia**. Tradução do sueco: Kristin Lie Garrubo. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

#### Resenha

No ano de 2021 foi publicado no Brasil uma versão traduzida do livro “Arendt: Entre o amor e o mal: uma biografia”, pela Companhia das Letras, com a tradução de Kristin Garrubo. A autora é a sueca Ann Heberlein, uma filósofa e teóloga estudiosa e apaixonada pela obra e vida da intelectual alemã Hannah Arendt. Arendt, nasceu em 1906 na cidade de Hanover (atual Rússia), judia e filha de membros da classe média e intelectual da época, dedicou-se à filosofia e, em seguida, aos estudos da teoria política, onde conseguiu destaque. Contudo, sua vida intelectual e pessoal causaram não apenas um enorme interesse pela relevância ao campo das humanidades, como também pela polêmica causada por suas posições políticas, análises conjunturais e até mesmo por alguns de seus trabalhos político-filosóficos. Para além de tudo

---

<sup>1</sup> Leonardo da Rocha Bezerra de Souza é doutorando no Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É comunicador social e mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

isso, sua própria vida, encerrada em Nova Iorque em 1975, foi carregada de emoções, de frustrações e de atividades políticas, em um século repleto de crises e guerras, muitas das quais a própria Arendt foi vítima ou esteve de algum modo presente e atenta aos desdobramentos.

Para as ciências sociais, a obra dessa pensadora alemã — radicada nos EUA a partir de 1941 — é de uma importância sem igual. Conceitos, teorias, teses e ideias lançadas por ela, até hoje causam forte impacto e potencializam debates satisfatórios e sólidos, ainda que impliquem também em contradições. Trata-se de uma mescla do conhecimento filosófico com problemas empíricos caros à sociologia e à ciência política, principalmente. A saber, não há como tratarmos, consistentemente, da temática do totalitarismo, da liberdade, da verdade na política, entre outros, sem passarmos pela leitura da obra de Arendt.

A vida pessoal e intelectual de Arendt se misturam, como também estão entrelaçadas à filosofia e às ciências humanas. Portanto, tratar de um livro cuja temática é uma biografia centrada em dois conceitos centrais do pensamento humano, o amor e o mal, é uma tarefa que exige do/a biógrafo/a (historiador, sociólogo, etc.), um olhar acurado e sensível, combinando uma montagem de um perfil pautada pela racionalidade e pela sensibilidade. Ao mesmo tempo em que rigorosamente deve descrever situações em que o grau de dificuldade e discernimento alcança uma situação limite, sobretudo, em episódios que englobam subjetividades da biografia, da biografa e da biografada, em planos distintos.

O diálogo entre Heberlein e Arendt acontece o tempo todo ao longo do exemplar, como também o julgamento da primeira sobre a segunda — poderíamos até perguntar, e se fizermos e se invertermos? A resposta é simples: cabe ao leitor, convidado descobrir, realizar esse julgamento —. O grande desafio da biografa é justamente colocar-se nesse diálogo com responsabilidade, revelando a verdade a partir dos fatos, o testemunho vai se construindo e, aos poucos, vai sendo legitimado, essa é uma das formas de chegar à verdade factual das coisas, até mesmo para Arendt (2016).

A biografia tanto é considerado o método, quanto um produto de investigação social. Como entende Wright Mills (1973), a biografia possibilita o acesso ao mundo particular, ou seja, uma pessoa; esse mistério é desvendado

ou, melhor, desoculta-se uma verdade. Para ele, a biografia estabelece uma relação entre criador e criatura, como acontece na formação da história e da sociedade. Del Priori (2009, p. 11), comenta que: “Ao fim das contas, a estrutura da biografia se distingue daquela do romance por uma característica essencial: os eventos contados pela narrativa do historiador são impostos por documentos e não nascidos da imaginação”. Nesse sentido, o livro de Heberlein é uma prova das inúmeras facetas da biografada, mas também do alocamento histórico, social e político de sua obra, que envolve dimensões pessoais e intelectuais da própria biografada e dela própria como autora.

Mas, afinal, por que uma biografia é tão importante para as ciências sociais? Sem sombra de dúvidas, um trabalho sobre essa teórica da política, seja do ponto de vista pessoal ou intelectual, promove uma compreensão sobre sua obra, explicando e contextualizando suas teorias e conceitos, o que implica realizar uma investigação inerente ao próprio século XX, aos eventos geopolíticos, históricos e no âmbito da própria produção de conhecimento. A biografia elaborada não versa somente sobre a vida da intelectual, mas aponta com precisão as motivações, os afetos, os eventos, as aflições e as bases teóricas e empíricas como um todo, que forjaram Arendt. A biografia demonstra o processo de construção do conhecimento, rompendo com a ideia costumeira da “torre de marfim”, de onde o intelectual e o filósofo, olhando as estrelas, realizam o pensamento. A biografia puxa à terra, à realidade todos os agentes envolvidos na trama real, o autor, o leitor e o personagem real, produtor da ação e produto do olhar de todos e do mundo sobre ele.

Como tantas outras, não podemos ler essa biografia apenas pela vontade conhecer essa mulher que marcou profundamente as ciências humanas, mas é uma leitura para desvendar seu pensamento, por isso, o livro está situado em dois marcos conceituais, o amor, que foi a questão inicial do pensamento de Arendt, que culminou em sua tese “Der Liebesbegriff bei Augustin” [O amor e Santo Agostinho] publicado em 1929; e uma de suas obras mais polêmicas, “Eichmann in Jerusalem: A Report on the Banality of Evil” [Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal] publicado em 1963. A vida de Arendt é apresentada através desses dois temas tão importantes de sua obra.

Como nos conta a biografia, são dois momentos da vida pessoal de Arendt, em dois lugares diferentes. O trabalho de Heberlein está focado em interpretar as mudanças do pensamento pela mudança da personagem, e vice-versa. Sua missão envolve demonstrar o movimento, que é também geopolítico, entre Alemanha (a velha Europa e a destruição) e a filósofa preocupada com questões pertinentes ao debate filosófico e metafísico; indo para os Estados Unidos (o novo mundo e o novo lar), na qual temos uma teórica política, em primeiro momento, atenta aos dilemas provocados pela guerra, mas com um olhar preciso e racional sobre a política de modo mais geral e como problema de pesquisa sócio-histórica e filosófica. Essa segunda Arendt, não deseja apenas a teorização da política, mas preocupa-se com a ação.

Um dos diagnósticos que podemos adiantar é que a trajetória pessoal e intelectual da filósofa alemã jamais se isolaram uma da outra, ainda que fosse evidente o processo conflitual de transformação de uma na outra. Isso exigiu um jogo de trocas e foi sendo realizada boa parte das vezes conscientemente, pela própria Hannah. Mais cedo ou mais tarde, revela a biografia, o retorno se fazia presente, e a intelectual visitava não somente o passado, mas seus próprios atos e pensamentos, que por um instante pareciam esquecidos. Hannah Arendt, foi uma pessoa de ação, sempre na medida de sua possibilidade e demonstrando uma aptidão crítica muito importante.

O trabalho nos mostra uma mulher que, apesar da reflexão e interpretação crítica e de alto-padrão da história, da política e da sociedade, possui limitações e defeitos. Em um certo momento da obra, Arendt aparece refém de sentimentos afetivos impactantes: o ciúme, o medo, a desconfiança, etc. Em outros momentos, predomina um senso agudo de prontidão e de necessidade de ação, quando, por exemplo, tem de tocar em temas como o suicídio ou a decisão sobre fugir ou não fugir ante a ameaça nazista. A ação que tanto defendeu em livros como “A condição humana” (1991), revela-se direta ou indiretamente na biografia, Heberlein conta-nos da tentativa de convencer mulheres do campo de internação Camp Gurs na França a fugirem na oportunidade que tinham, ou quando ajudava ou incentivava amigos e alunos com questões pessoais ou de cunho acadêmico. É por palavras e atos que o

homem age no mundo, pensa Arendt (1991), e sua biografia lança um olhar sobre como ela chega a experienciar sua própria tese.

Justamente por levar seus sentimentos, suas teorias e sua obra como um todo à publicização, defender o que pensava desde a mais tenra idade, como revela o livro, ela caiu por vezes em armadilhas ou mesmo em contradições (sejam elas propositais ou não). O caso de Eichmann e sua publicação renderam inúmeras críticas, um fardo que foi pesado de carregar, como Heberlein (2021, p. 198) demonstra nesse trecho:

A frustração de Hannah por ser tão mal interpretada era grande [devido à publicação do livro], e Mary [sua amiga] foi uma das poucas pessoas com quem ela pôde se abrir: “Não posso mais confiar em mim mesma para manter a calma e não explodir. Como é arriscado dizer a verdade no plano factual, sem ornamentos teóricos ou acadêmicos”, desabafou com Mary, em setembro de 1963, quando a campanha negativa já durava meses. Mary respondeu com uma tentativa de explicação. Evidentemente, seus pensamentos estavam ocupados com os ataques mesquinhos direcionados a Hannah, e a amiga tentou decifrar do que se tratava.

As amizades e a obra de Arendt não podem ser desprezadas, e Heberlein problematizou isso de forma eficiente. Em certo momento, ela comenta: “O ser humano é um ser socialmente ativo que frequenta a sociedade e busca amigos. Segundo Aristóteles, *fronesis* — a sabedoria prática, o bom senso e a capacidade de tomar decisões equilibradas — pode somente ser desenvolvida na amizade” (HEBERLEIN, 2021, p. 193). Entre os grandes amigos de Arendt, estavam Walter Benjamin, Karl Jaspers, Hans Jonas, entre outros. Em sua residência, em todos os momentos de sua vida, Arendt estava com eles, fumando, pensando, discutindo e celebrando a vida. Também os deslocamentos forçados frente a ameaça nazista, eram realizados com a colaboração dos amigos.

Os amigos presentes e ausentes; as presenças e as perdas, sempre eram sentidas, como comenta Heberlein em sua obra. Mas ao mesmo tempo, a filósofa não fica fechada e isolada em seu luto. Sua reflexão envolvia serenidade diante das perdas (muitas vezes forçadas, como foi o suicídio de Benjamin); e a sensibilidade e a razão para responder aos porquê da perda, do contexto em que isso acontecia, na importância social e sentimental, ao fim,

isso refletia em sua obra. Podemos destacar as teses sobre a história de Benjamin, pois elas só chegaram ao público graças ao casal Heinrich e Arendt, portadores dos manuscritos. Seu amigo jamais foi esquecido, como tantos outros que cruzam sua vida, na qual tem lugar cativo.

As amizades e o amor se entrelaçam na vida e obra desta teórica da política. Não podemos nos furtar de analisar o amor na perspectiva dos sentimentos e do romance; do amor conceitual e teórico, como categoria filosófica-metafísica; sobretudo, se a personagem da biografia é uma mulher que centra em si essa relação como um horizonte e um desafio intelectual, como também pessoal. O amor e os amantes perpassam a vida de Arendt, como demonstra Heberlein. Mas os dois principais casos que jamais podem fugir ao tema ARENDT, são o de Heinrich (seu esposo) e de Martin Heidegger, seu mestre e amante. Entre eles, a intelectual nutriu uma relação que desafia o rótulo de conversadora. Heidegger notabiliza-se como primeiro mentor intelectual da jovem Arendt, e como grande amante. Heinrich a encontra em uma fase madura, Heberlein não perdeu do seu olhar episódios como a menção que Arendt faz a ele “como suas quatro paredes”; um era para o outro, um lar.

Quanto a Heidegger, recaiam sobre ele as maiores contradições que podia agir sobre Arendt. Primeiro, o deslumbre e a decepção da juventude. Segundo, o silêncio e o horror, frente às atitudes de Heidegger em apoio ao regime de Hitler. Terceiro, um reencontro, no qual se reavivam amores adormecidos, mas também uma parceria intelectual. Heberlein, classifica esse último instante como um momento para pensar sobre perdão, sobre amor e lealdade, mas ela crava: “A lealdade e amor que sentia por ele a cegaram” (HEBERLEIN, 2021, p. 182). A biografista destaca como Arendt foi fundamental para o retorno do filósofo aos ciclos de debates da época, logo após a capitulação da Alemanha nazista, mas lança um olhar sobre como o lado afetivo pesou sobre seu discernimento do real, diante do que lhe foi ocultado pelo seu antigo mestre, as suas contribuições e afinamentos com regime nazista. Essa fase é marcada por uma troca de cartas de afeto, mas também por leituras de seus trabalhos. O que nos sugere que há entre os dois uma contribuição para o pensamento de ambos, mas de formas diferentes daquelas

do anos 1920. Agora ela é reconhecidamente uma grande intelectual; e ele desfruta do ostracismo.

A relação de perdão, culpa e responsabilidade e julgamento são pilares da obra de Heberlein, porque sustentam o episódio polêmico da publicação de “Eichmann em Jerusalém”, esse é um fato e um espaço importante no livro, porque norteia a obra a biografia e da biografada — sem esquecermos do quanto a própria Heberlein acaba aparecendo nos diálogos, nas descrições, nas posições de esclarecimento sobre algum fato, sempre de forma sutil, porém cirúrgica. O mal que Arendt traz nessa obra, é justamente aquele cujo caráter maléfico se faz ausente para o agente. Quem pratica esse mal não é um monstro, é um ser humano. Não é o melhor ou pior ser humano, mas é aquele indiferente. Esse diagnóstico que parece ao olhar arendtiano como uma abordagem de conjuntura, teve uma repercussão maior do que a proposta, passou a guiar inúmeros estudos sobre a sociedade contemporânea — algo que está além dos limites desta resenha.

A biografia situa o momento dessa ‘descoberta’ do mal banal, alinhada com a situação limite pautada por Arendt, o totalitarismo (outra obra de grande polêmica de sua vida). Heberlein nos convida a pensar Arendt sobre o ponto de vista da possibilidade do mundo diante do totalitarismo e do burocrata ou do homem comum, aquele que indiferentemente age para entregar judeus aos campos de extermínio (como por exemplo, através de uma denúncia que pode ser feita). Um mal que segundo Arendt (1999, p. 167), está disperso no cotidiano, entre os homens “terrivelmente normais”:

[...] Muitos alemães e muitos nazistas, provavelmente a esmagadora maioria deles, deve ter sido tentada a não matar, não roubar, a não deixar seus vizinhos partirem para a destruição (pois eles sabiam que os judeus estavam sendo transportados para a destruição, é claro, embora muitos possam não ter sabido dos detalhes terríveis), e a não se tornarem cúmplices de todos os crimes tirando proveito deles. Mas Deus sabe como eles tinham aprendido a resistir à tentação.

Heberlein nos revela uma Arendt tomada pelo medo e pela experiência com e ante o totalitarismo, uma mulher que perdeu parentes, amigos e referências intelectuais para o nazismo — fosse com a própria vida ou aderindo ao seu ideário e as ambições. Ao mesmo tempo, o desalento

pessoal, tornou-se instigação e/ou referência para sua força de lutar, interpretar e dizer a verdade. Ainda que isso lhe custasse — como custou — credibilidade, sossego e recursos para usar em sua defesa.

A grande pergunta que nós fazemos é: e o amor? Onde fica o amor daquela filósofa da juventude? O amor que o título carrega, poderia ser atualizado de outra forma: Arendt entre o amor, o mal e o amor. Porque o desdobrar da obra de Heberlein vai nos revelar a existência de uma construção para o amor que se depara ocasionalmente com a existência do mal. Esse amor que começa em Santo Agostinho, está agora diante da dominação total e da banalidade do mal, está diante do homem indiferente (HEBERLEIN, 2021, p. 190). Como viver o amor em um tempo no qual reina um mal que chega não pelo perverso, mas pelo normal, pelo cotidiano, pela ausência de um demônio? Agora o amor depare-se com uma situação limite e com a banalidade do mal, o que restara dele?

A resposta que chegamos é: tudo! Chegamos ao retorno que se fez presente na sua relação com amigos e mestres distanciados pela guerra ou mesmo pelo tempo, o retorno ao amor é inevitável. Ao contrário de negar ou aplicar aquele primeiro amor, Arendt revela uma transformação dela mesma como pessoa e intelectual. O amor não mudou, não partiu, mas mesmo assim ele voltou. Retornou como referência à ação, ao agir por amar e por acreditar que aquilo não é tudo. Esse amor diz mais sobre a responsabilidade e sobre a capacidade de mudar o mundo. E isso acontece porque, como a biografia nos diz, em outros termos, aflora uma amor que, ainda que seja “extramundano”, ele está alicerçado no potencial de transformação e de esperança que é peculiar ao ser humano. Como mudamos, como a terra muda, podemos mudar e nós inevitavelmente mudamos. A Arendt madura e intelectual da política revela então um amor ainda mais forte, o amor ao mundo. Esse amor da responsabilidade e do cuidado. Um amor alinhado com a ação. É necessário agir, é necessário amar.

O amor ao mundo significa uma preocupação com a vida para que ela possa continuar a existir. Em nossas reflexões, devemos, portanto, sugere Hannah, levar em consideração o que aconteceu, o que está acontecendo e o que pode acontecer. Jamais podemos esquecer, mas também não podemos nos perder na nostalgia. Devemos amar o mundo como ele é, com todas as suas

fragilidades e imperfeições. Devemos viver com nossas memórias e lembrar as coisas pelas quais somos gratos (HEBERLEIN, 2021, p. 203).

Essa ideia de amor ao mundo nasce junto com Arendt, perpassa os episódios de maior ódio, violência e autoritarismo. Ela nasce justamente com a capacidade de agir que é inerente ao ser humano. Ele age no mundo, e amar apresenta-se, ao nosso ver, como esse dom da ação na qual ao amar é cuidar, e isso implica na obra e na própria Arendt, afinal, ela se tornou o que se tornou e não está disposta a desistir — como não o fez, até o último suspiro, isso ganha vida nas passagens do trabalho de Heberlein. Pensar a política em Arendt, leva sempre a pensar o retorno, nesse caso, ao amor como uma condensação de conceitos e teses que envolvem reflexão e ação, por vezes, essa ação tende a olhar para trás, observar o que sobrou, mas em todos os tempos e momentos, a atitude intelectual e da *práxis* são essenciais para se fazer no mundo, e negá-la é o maior problema.

Os regimes totalitários se beneficiam justamente dessa incapacidade de refletir e dessa negação do poder de transformação, a obra de Arendt demonstra isso, e o livro de Heberlein deixa transparecer correndo junto a pessoa de Arendt, dos amores que sua vida viveu e pensou, junto a uma experiência íntima e histórica que o ressuscitou e o colocou em frente aos desafios da sociedade, da modernidade e da humanidade. O século XX vivido por Arendt serviu de sustentação para todo seu arcabouço teórico, mas ele jamais ficará no passado — atribuindo a esse passado uma definição de amontoado de fatos transcorridos e antiquados — como uma experiência rica para o século XXI, e, sobre isso, temos que destacar, a obra de Arendt ainda tem uma atualidade impressionante. Nesse sentido, existem muitos exemplos de como o trabalho de Arendt ainda encontra atualidade, dois desses casos são os temas da pós-verdade (GUERRA; BARBOSA, 2019; DIÁZ, 2021) e do estado de exceção (AGAMBEN, 2007), que recorrem muito aos trabalhos e pensamentos dessa filósofa.

O livro de Heberlein (2020) está estruturado em 26 capítulos, todos eles são curtos. O foco da biografia não foi apenas narrar a vida de Arendt, mas sim relacioná-la com duas chaves: o amor e o mal. Esses termos

representam conceitos teóricos, categorias de análise, relatos de experiências históricas do ponto de vista pessoal, intelectual e político. Tudo isso é cruzado com fatos da vida íntima da teórica alemã. A biografia foi montada a partir de consulta à obra da biografada, combinada com outras biografias produzidas sobre Arendt; cartas trocadas entre elas e seus amigos, mestres, entre outros; documentos e registros históricos; como também obras que versam sobre seu pensamento, que estão citadas ou são fundamentais para compreender suas teses, seu método, suas motivações, entre outros aspectos.

Trata-se de uma obra fundamental não só para entender Arendt, mas também para desvendar seu pensamento e a potencialidade de suas teses para diversos campos da ciências. Assim como, atualizar seu pensamento frente aos desafios da contemporaneidade. É uma excelente introdução à obra e à pessoa que não se furta de comentar contradições, erros, obstáculos, bem como afetos, amores, admiração, desejos. Isso produz uma ruptura na relação sujeito-objeto; obra e intelectual; intelectual e mulher, estão juntos de uma forma complementar. Retratar essa personalidade é olhar justamente para o mundo, para nosso tempo, portanto, é um trabalho que versa holisticamente sobre nossa própria história, sem incorrer de ultrapassar limites do tempo: de Hannah; de sua obra e da repercussão que ambas tem uma com a outra; do mesmo modo, com o mundo.

Essa obra apresenta uma grande contribuição aos estudos na área do pensamento de Hannah Arendt, sobretudo, no que concerne às investigações sobre o totalitarismo, a verdade e a política, pois elucidam fatos que estão ligados à vida e à obra da filósofa e como se aparecem em suas obras. Os fenômenos trabalhados direta ou indiretamente por Heberlein, lançam luz sobre movimentos atuais que ameaçam à liberdade e à democracia, como citou Starling (2021) no posfácio deste livro. A ameaça à democracia que, recentemente, ganhou novos contornos, é um tema delicado e que necessita de aprofundamento, sobretudo, diante dos fenômenos como da pós-verdade e a chamada era das *fake news*, nesse debate a obra de Arendt é fundamental, por isso o contexto, a construção de suas noções de verdade e o debate da questão política, perpassam a obra e a vida da autora. Nesses termos, Heberlein chega a demonstrar a relação entre

pensamento e posição política da intelectual, assim contribuindo com a explicação também desses conteúdos.

O debate sobre pós-verdade que tem em Arendt uma de suas mais importantes referências, é outro campo que consegue desfrutar dos dados, acontecimentos, reflexões e análises contidas nesta obra. Historicamente, a obra revela episódios fundamentais do século XX, corroborando com a contextualização e emergência do pensamento arendtiano e o deslocamento imposto aos teóricos da Europa em virtude da guerra. Por fim, a obra é também um exemplar de discussão a respeito das sociologia do conhecimento e das emoções, podendo também ser consultada neste campo, tanto em referência para outros estudos, como uma rica ilustração do encontro de fenômenos no âmbito privado e das afetividades com a produção do conhecimento científico.

### Referências

AGAMBEN, Giorgio. **O estado de exceção: [Homo Sacer, II, I]**. Tradução: Iraci D. Poleti. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução: Celso Lafer. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1991.

ARENDDT, Hannah.. **Eichmann em Jerusalém**. Tradução: José Rubens Siqueira. 1. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

ARENDDT, Hannah.. **Entre o passado e o futuro**. Tradução: Mauro W. Barbosa. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

DEL PRIORE, Mary. Biografia: quando o indivíduo encontra a história. **Topoi**. Rio de Janeiro: v. 10, n. 19, Jul/Dez. 2009.

DIÁZ, María Pérez. Posverdad y destrucción del espacio público. Una lectura desde el pensamiento de Hannah Arendt. **AdComunica**. Castelló de la Plana: n. 22, Jul., 2021.

GUERRA, André. BARBOSA, Cláudia. Crítica e Pós-verdade. **Psicologia, Comunicação e Pós-verdade**. GUARESCHI, Pedrinho. AMON, Denise. GUERRA, André. (Org.). 3. ed. Porto Alegre: ABRASCO, 2019.

STARLING, Heloisa Murgel. Leia e aja: A atualidade do pensamento de Hannah Arendt (pós-facio). **Arendt: Entre o amor e o mal: uma biografia**. HEBERLEIN, Ann (autora). 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras.

WRIGHT MILLS, Charles. Biografia, História e Sociedade. In: **Comunidade e Sociedade**. FERNANDE, Florestan (Org.). 1. ed. São Paulo: Editoras Nacional/USP, 1973.



---

## RESENHAS – REVIEWS

---

### Günther Anders chega ao Brasil para impedir o fim do mundo

Ricardo Mateus Thomaz de Aquino<sup>1</sup>  
Universidade Federal de Ouro Preto  
[aquinoricardo@outlook.com](mailto:aquinoricardo@outlook.com)

Como citar esta resenha: AQUINO, R. M. T. Günther Anders chega ao Brasil para impedir o fim do mundo. Resenha da obra de: ANDERS, Günther. Nós, filhos de Eichmann: carta aberta a Klaus Eichmann. Tradução: Felipe Catalani. São Paulo: Editora Elefante, 2023, 112 p. In: *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº16, pp. 167-185. 2023. Disponível em <http://revistas.usp.br/revistaintelligere>. Acesso em dd/mm/aaaa.

**Resumo:** Esta resenha apresenta e discute a publicação brasileira de *Wir Eichmannsöhne: offener Brief na Klaus Eichmann* (2001), obra que reúne as cartas do filósofo alemão Günther Anders endereçadas a Klaus Eichmann – filho do algoz nazista Adolf Eichmann – nas décadas de 1960 e 1980. Versado diretamente da edição alemã por Felipe Catalani, *Nós, filhos de Eichmann* veio a público pela *Editora Elefante* (março/2023). O livro interrompe um hiato de pelo menos 16 anos do último volume de Anders publicado no país: a reedição de *Kafka: pró & contra*, pela Editora *Cosac Naify*, em 2007 – o original data de 1969 pela *Editora Perspectiva*. A resenha que segue enfatiza as principais categorias mobilizadas por Anders no decorrer de sua obra, em particular *discrepância prometeica* e *monstruosidade*. Falamos de seu estilo literário e seu rigor filosófico. Destacamos o tom crítico à sociedade moderna a partir de reflexões políticas e morais. Enfatizamos o vínculo de seu pensamento com uma tradição intelectual conhecida como antropologia filosófica. Observamos as relações entre responsabilidade e consciência histórica. Por fim, expressamos o desejo pela continuidade das traduções de Günther Anders no Brasil, em especial de seu monumental *Die Antiquiertheit des Menschen* (A obsolescência do homem).

**Palavras-chave:** Günther Anders. Discrepância Prometeica. Monstruosidade. História. Técnica.

---

<sup>1</sup> Ricardo Mateus Thomaz de Aquino. Mestrando em História (Ideias, Linguagens e Historiografia) pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Bolsista FAPEMIG. Graduado em História também pela UFOP.

### *Günther Anders in Brazil and the end of the world*

**Abstract:** This review presents and discusses the Brazilian publication of *Wir Eichmannsöhne: offener Brief an Klaus Eichmann* (2001), a work that brings together the letters of the German philosopher Günther Anders addressed to Klaus Eichmann – son of the Nazi executioner Adolf Eichmann – in the 60s and 80s. Translated directly from the German edition by Felipe Catalani, *Nós, filhos de Eichmann*, has been published by *Editora Elefante* (March 2023). The book interrupts a hiatus of at least 16 years since Anders' last volume was published in the country: the reissue of *Kafka: pro & contra*, by *Editora Cosac Naify*, in 2007 – the original dates from 1969 by *Editora Perspectiva*. The following review emphasizes the main categories mobilized by Anders throughout his work, in particular *promethean discrepancy* and *monstrosity*. We discuss his literary style and philosophical rigor. We highlight the critical tone of his political and moral reflections on modern society. We emphasize the link between his thought and an intellectual tradition known as philosophical anthropology. We look at the relationship between responsibility and historical consciousness. Finally, we express our desire for the continuation of translations of Günther Anders in Brazil, especially his monumental *Die Antiquiertheit des Menschen* (The Obsolescence of Man).

**Keywords:** Günther Anders. Promethean Discrepancy. Monstrosity. History. Technology.

**Resenha:** ANDERS, Günther. **Nós, filhos de Eichmann:** carta aberta a Klaus Eichmann. Tradução: Felipe Catalani. São Paulo: Editora Elefante, 2023, 112 p.

History licked the corners of its bloody mouth  
(A história lambia os cantos da boca sangrenta)

Charles Simic, Paradise Motel.

Há um icônico relógio que marca os nossos passos em direção ao fim do mundo. Esse relógio não pode parar seu *tic-tac* frenético. Enquanto a humanidade existir ele não vai cessar seus ponteiros. A situação tornou-se irreversível. Alguma voz latente sobre nossas cabeças recorda que o tempo está sempre acabando. Ele caminha em direção ao abismo e não é possível convencê-lo a volver: talvez possamos somente adiar sua marcha. *Doomsday Clock* é o nome do relógio simbólico que contabiliza, desde 1947, os minutos e os segundos que nos separam da autodestruição derradeira. Ou ainda, na sua

própria metáfora, os minutos e os segundos para a *meia-noite*.<sup>2</sup> O *Relógio do Juízo Final* – tradução livre – é uma ação promovida pelo *Bulletin of the Atomic Scientists*, um comitê fundado no pós-guerra, em 1945, por Albert Einstein e outros importantes cientistas norte-americanos. Incluindo alguns – como é o caso de J. R. Oppenheimer – que cooperaram no desenvolvimento das primeiras bombas atômicas pelo *Projeto Manhattan*, durante a Segunda Guerra Mundial.<sup>3</sup> Idealizado em 1947, dois anos mais tarde da constituição do *Bulletin*, o objetivo do *Doomsday Clock* têm sido continuamente propor estratégias midiáticas e estéticas capazes de advertir e de informar um público diverso – o que inclui desde outros cientistas e gestores públicos até uma audiência leiga interessada nos temas do boletim – sobre nossa crescente vulnerabilidade ao extermínio das condições de existência no Planeta Terra, ocasionado por um confronto nuclear ou pelo desastre ecológico subsequente. Trata-se, é claro, de uma provocação social e política de abrangência coletiva. Uma metáfora pertinente e incômoda a respeito dos rumos que tomamos – e que tomaremos adiante – enquanto sociedade que manipula de modo cada vez mais agressivo suas tecnologias – em especial as tecnologias militares. Elaborado no contexto da corrida armamentista nuclear entre os Estados Unidos e União Soviética, na Guerra Fria, o *Doomsday Clock* recentemente moveu-se para um nível crítico: seus ponteiros, que já haviam atingido em 2022 uma insólita marca de 100 segundos, em 2023 passaram a indicar que restam 90 segundos para a meia-noite. “*A time of unprecedented danger: It is 90 seconds to midnight*”, aparece em seu site. A pandemia do coronavírus; a guerra entre Rússia e Ucrânia; e as especulações de um conflito nuclear entre os Estados Unidos e a China, são alguns fatores que induziram o Conselho de Ciência e Segurança do *Bulletin* a deliberar pela movimentação dos ponteiros a um estágio alarmante.

A obra de Günther Anders (1902-1992, pseudônimo de Günther Stern) pode ser encarada como um autêntico *Relógio do Apocalipse*. O filósofo austro-alemão dedicou grande parte de sua vida – em particular se observamos as publicações e intervenções a partir de 1950 – para pensar,

<sup>2</sup> Para obter informações detalhadas, o leitor pode acessar o site oficial do *Doomsday Clock*: [https://thebulletin.org/doomsday-clock/#nav\\_menu](https://thebulletin.org/doomsday-clock/#nav_menu)

<sup>3</sup> Um rápido e informativo artigo sobre o *Projeto Manhattan* pode ser visto em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Projeto\\_Manhattan](https://pt.wikipedia.org/wiki/Projeto_Manhattan)

escrever e envolver-se politicamente contrário a expansão do progresso técnico-militar em relação às armas nucleares. Anders deve ser estimado – dentre aqueles que se atentaram ao fenômeno da técnica no século XX – como um intelectual intransigente em seus compromissos teóricos e ético-políticos (a separação ente filosofar e atuar politicamente é, de tal modo, injusta no caso de Anders). Günther Anders, por exemplo, não enxergaria razões em um argumento sobre a irracionalidade do *Doomsday Clock*, isto é: como um alarde desnecessário. As declarações que culpassem tal iniciativa de propagar um estado generalizado de pânico soariam covardes. Para Anders, a sensibilidade apropriada para que o *tempo do fim* não converta-se no *fim dos tempos* é a “coragem de ter medo” (Anders, 2013, p. 6). Seus textos, que alguns classificam como excessivamente pessimistas, não revelam um autor apático diante do escatológico – e muito menos alguém que, concretizadas suas profecias, estará em meio aos destroços para dizer: “eu avisei!”. O fato é que não restará ninguém para tatear os destroços da calamidade. Anders lamentava “não haver nada mais assustador que estar certo” (Anders, 2013, p. 11). Em sua escrita encontram-se afetos como a revolta, a aversão, o medo e a esperança. Em meio a atual e gradativa *desumanização* da condição humana há uma *chance* mínima, dirá Anders. E tal *chance* reside justamente no que fazer a partir do fracasso da imaginação perante as gigantescas proporções tomadas pelo desumano. Quer dizer: a condenação ao fracasso é certa, mas há algo para ser feito após nossa cultura e nossa humanidade sucumbir perante a técnica. Para Anders, é preciso apontar as engrenagens que organizam o apocalipse. Perceber e combatê-las passa por sistematizar no nível heurístico (seja por descrições densas ou por conceitos sínteses) os gestos que as movimentam, até mesmo e principalmente os gestos mais inocentes dos homens. É necessário “descobrir de modo inequívoco o que nós realmente temos que combater” (Anders, 2023, p. 22), para que sejamos *anti-apocalípticos*.

Após o instigante livro de crítica literária *Kafka: pró & contra* (Perspectiva, 1969; Cosac Naify, 2007) – e com a lacuna de pelo menos 16 anos entre um e outro (a contar sua reedição) – *Nós, filhos de Eichmann* é o segundo livro de Günther Anders que chega ao Brasil em língua portuguesa. Nesse entretempo, foram publicado três pequenos e importantes ensaios de

Anders: as contundentes *Teses para a era atômica* (2013); e dois escritos de juventude sobre fenomenologia e antropologia filosófica: *Sobre o olhar* e *Homo animal jacens* (ambos de 2021). Existem ainda outros excertos de Günther Anders traduzidos para o português de Portugal, reunidos em uma coletânea sobre filosofia da técnica. São três capítulos do segundo tomo da obra *Die Antiquiertheit des Menschen*, e que tratam da obsolescência do trabalho (*Arbeit*), das máquinas (*Maschinen*) e da história (*Geschichte*).<sup>4</sup> Os textos de Anders – que podem ser encontrados com relativa facilidade em traduções para o inglês, o espanhol, o francês e o italiano, por exemplo – talvez estejam prestes a encontrar no Brasil seus leitores mais engajados em confrontar o *tempo do fim*. Leitores que buscam expandir suas mobilizações políticas e incorporar linguagens que os tornem aptos para reagir contra os precários futuros e as generosas contribuições ao *fim dos tempos* legadas pelo governo Bolsonaro.

Publicado pelo selo editorial *Elefante* e traduzido por Felipe Catalani, *Nós, filhos de Eichmann* reúne duas correspondências que Günther Anders dirigiu a Klaus Eichmann, herdeiro do carrasco nazista Adolf Eichmann. Morto em 1962 após receber a sentença à forca por um tribunal em Israel, Adolf foi um oficial de importante patente militar no regime nacional-socialista, apontado como o maior dos responsáveis pela organização logística do Holocausto. A primeira carta de Anders data de 1962, logo após a execução de Adolf, e encaminhada no ano seguinte para Klaus, em 1963. Sua segunda missiva foi escrita no final dos anos 1980, e enviada para Klaus em abril de 1988, passados cerca de 25 anos da primeira correspondência. O gesto de escrever cartas – o caráter missivista que marca a elaboração filosófica de Anders – adquire uma finalidade pública, quer dizer: não limita-se ao âmbito da

<sup>4</sup> Felipe Catalani, tradutor de *Nós, filhos de Eichmann*, versou para o português outros dois textos de Anders que foram publicados em 2021 nos *Cadernos de Tradução LELPraT* (Laboratório de Estudos de Linguagem e Práticas de Tradução), iniciativa do departamento de Filosofia da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Tratam-se dos ensaios – sem datação explícita no conjunto da obra de Anders – intitulados *Sobre o olhar* e *Homo animal jacens*. Existe também em língua portuguesa um importante manuscrito de Anders: as *Teses para a era atômica* – publicado originalmente em 1962 como síntese de um seminário pronunciado em 1959 – o qual pode ser visado na edição de número 87 (abril de 2013) da *Revista Sopro*. A tradução foi realizada por Alexandre Nodari e Déborah Danowski. Sobre a coletânea portuguesa com textos de Anders, cf. MENDES, J.; SYLLA, B. J. *Tecnofilosofia líquida: Anders, Blumenberg e Sloterdijk*. Braga: Centro de Ética, Política e Sociedade, 2019. Entre a submissão e a publicação desta resenha um outro livro de Günther Anders foi publicado no Brasil pelo selo editorial *n-1*. Trata-se do livro *A ameaça atômica: reflexões radicais sobre a era nuclear* (Novembro/2023).

intimidade, aos bastidores da atividade filosófica. São cartas abertas pois Anders sabe que a mensagem evidencia uma determinada situação civilizacional coletiva. É notável que Anders tenha formulado dois de seus textos mais impactantes através desse gênero literário. No limite, que o tenha escolhido para tratar de barbáries como Auschwitz e Hiroshima. As cartas enviadas a Klaus Eichmann seguem àquelas endereçadas a Claude Eatherly, o oficial das Forças Aéreas do Exército dos EUA responsável pelo lançamento da bomba atômica em Hiroshima, no Japão, em 6 de agosto de 1945.<sup>5</sup>

Quase um desconhecido no país, Günther Anders esteve próximo de nomes relativamente familiares ao público acadêmico brasileiro. Logo após a conclusão do ensino secundário, em 1920, teve aulas com Erwin Panofsky e Ernst Cassirer durante seus breves estudos em História e Filosofia da Arte, na Universidade de Hamburgo. Em *Freiburg*, foi aluno de Heidegger e Husserl – este último com quem Anders concluiu sua tese de doutoramento em 1924, aos 22 anos. Dois anos mais tarde, em 1926, voltaria a frequentar os seminários de Heidegger, agora em *Marburg*. Ironicamente, nesses cursos conheceria sua futura esposa Hannah Arendt, com que foi casado entre os anos de 29 e 37.<sup>6</sup> Viveram juntos em *Heidelberg*, abrigados sob o teto de Karl Jaspers, orientador de Arendt. Dedicado desde a década de 1920 nos trabalhos sobre fenomenologia e antropologia filosófica, Anders travou contato com Max Scheler e Helmuth Plessner. Foi assistente de Scheler e sabe-se que Plessner até mesmo procurou aloca-lo como professor na Universidade de Berlim após o retorno do exílio. Na capital alemã, trabalhou como redator e dedicou-se com maior afinco à sua produção literária. Foi próximo a círculos de escritores na República de Weimar, que envolviam Bertolt Brecht e Thomas Mann, por exemplo. De origem judia, teve que exilar-se em razão do regime nacional-socialista na Alemanha e com o acirramento da Segunda Guerra Mundial. Primeiro em Paris, onde aprofundou contato – mais político do que teórico ou pessoal – com seu primo segundo Walter Benjamin. Nos Estados Unidos viveu tempos difíceis em sua carreira intelectual, sendo forçado a trabalhar como

<sup>5</sup> Há uma edição em língua espanhola dessas cartas, caso pareça interessante aos leitores, ver: ANDERS, Günther. **El Piloto De Hiroshima**. Barcelona: Espasa Livros, 2003.

<sup>6</sup> Anders escreveu algumas memórias e diálogos (um *mélange* de lembranças e de ficção) sobre o relacionamento com Arendt, publicado de modo póstumo em 2011. Caso seja interessante ao leitor, ver: ANDERS, Günther. **La batalla de las cerezas** [*Die Kirschenschlacht*]. Mi historia de amor con Hannah Arendt. Tradução Alicia Valero Martín. Barcelona: Paidós, 2013.

operário em Los Angeles. Herbert Marcuse foi quem o alojou temporariamente, possibilitando seu encontro com outros exilados alemães na América, como Adorno.<sup>7</sup>

Em terras brasileiras, o relato mais conhecido a respeito do julgamento de Adolf Eichmann é o clássico livro de Hannah Arendt: *Eichmann em Jerusalém*, no qual Arendt introduz sua formulação de *banalidade do mal*. A primeira missiva remetida por Günther Anders a Klaus Eichmann coincide com o ano da primeira publicação de *Eichmann em Jerusalém*: 1963. Não é por um acaso que o leitor poderá encontrar ressonâncias entre ambos os escritos. A hipótese comum aos dois, grosso modo, é que um mero indivíduo quando empregado por um aparelho sociopolítico colossal, tornando-se um funcionário desse aparelho, transforma-se também em cúmplice de males gigantescos. É de tal maneira que essa capacidade de destruição imputada a pessoas insignificantes propaga-se de forma irrefletida em suas vidas, ocasionando uma obstrução de qualquer autoconsciência sobre suas ações ou sobre a responsabilização pelos atos cometidos no interior dessa estrutura.<sup>8</sup>

Precisamos, de antemão, reconhecer dois méritos da publicação: o primeiro é a escolha por iniciar as traduções de Günther Anders no Brasil – a editora *Elefante* promete seguir adiante com a publicação das obras de Anders – justamente por *Nós, filhos de Eichmann*. Embora seja uma reflexão breve no que refere-se ao número de páginas, o volume é uma excelente introdução das teses gerais de Anders. Ele é ao mesmo tempo sintético e completo. Aliás, impressiona a capacidade de síntese do autor. É de tal forma igualmente exitosa que Anders procede em suas *Teses para a era atômica*. É uma introdução ainda pois trata-se de um convite atraente para seguir as trilhas de suas obras mais longas. Aqui estão condensadas, sem que a força analítica esvaneça, o cerne das suas preocupações antropológicas e políticas. O segundo mérito é a ótima fluidez do texto em português, o que deve-se ao trabalho feito por Felipe Catalani, franco conhecedor das ideias filosóficas alemãs, em

<sup>7</sup> Mais informações bibliográficas sobre Günther Anders podem ser consultadas no site da *Internationale Günther Anders-Gesellschaft*: <https://www.guenther-anders-gesellschaft.org/>. Acesso em: 14/06/2023.

<sup>8</sup> ARENDT, 1999.

especial no século XX e de figuras como Theodor W. Adorno e do próprio Günther Anders.

O que fica evidente nessas cartas abertas é a desenvoltura literária de Günther Anders. Sua habilidade faz jus a alguém estimado como exímio fenomenólogo. Afinal, embora estejam dispostas uma variedade de categorias com considerável densidade metafísica, Anders não se esquivava de fazer aquilo que um bom fenomenólogo faz: descrever. A descrição como *estilo*. Anders aproximou seus trabalhos de duas tradições específicas do pensamento ocidental: a antropologia filosófica (da qual nunca se desvinculou) em interface com a fenomenologia; e a Teoria Crítica, embora não estivesse circunscrito diretamente à *Escola de Frankfurt*. O que nota-se em *Nós, filhos de Eichmann*, é que essas posições se envolvem mutuamente em vista de uma crítica à sociedade moderna. Em certa ocasião, Felipe Catalani qualificou Günther Anders entre o *fenomenólogo* e o *agitador*, tratando da formação de juventude marcada pela presença de Edmund Husserl e Martin Heidegger, da dissidência com seus mestres pela formulação de uma singular antropologia filosófica com viés “materialista”; e de seu posterior alinhamento com a teoria crítica (Catalani, 2021). Novamente em relação ao estilo, parece que uma característica do texto resenhado é a insistência pela exposição das hipóteses. Uma espécie de recapitulação que significa pôr em jogo um mesmo argumento por diversas vezes, procurando obstinadamente uma linguagem última que o faça mais visível enquanto fenômeno. Suas sentenças agudas como “o cego que não compreendeu que é cego”; “tornamo-nos analfabetos emocionais”; “o estômago tornou-se o último asilo da moral e da misericórdia”; “Para ele, seres humanos eram igualmente cadáveres em potencial”; “todos vocês são filhos de uma mesma época”; etc., ditam as tonalidades narrativas do livro. Se esse desespero é recorrente e dominante na intensidade do livro, também existem passagens esperançosas na escrita de Günther Anders, nas quais o talento literário é igualmente presente. O autor mostra domínio narrativo para cadenciar os momentos de reflexão filosófica densa e os dramas: “Você, agora, tornou-se um adulto pleno, enquanto eu me tornei um homem bastante velho, cuja a voz talvez possa entrar somente em seus ouvidos, não mais em seu coração”, principia a segunda carta para Klaus Eichmann. (Anders, 2023, p. 76).

É pertinente fazermos algumas breves considerações sobre os espaços que Günther Anders transita na história das ideias. De maneira geral, nas palavras de Anders, explícitas no segundo tomo d' *A obsolescência do homem*, sua obra magna seria uma “filosofia da técnica”, mais precisamente “uma antropologia filosófica na era da tecnocracia” (Anders, 2011, p. 13). De fato, vale recordar o contato de Anders com o trabalho de dois grandes nomes da antropologia filosófica já mencionados acima: Helmuth Plessner e Max Scheler. A inquietação de Anders sobre homem e sua natureza está lado-a-lado com suas preocupações sociais e políticas. Em *Nós, filhos de Eichmann*, Anders parece resgatar essa relação ao sinalizar para a “perda do aspecto de seres humanos na proporção em que cresce o aspecto maquinal de nosso mundo” (Anders, 2023, p. 56). O que define a técnica é que trata-se de algo extracorpóreo (um dispositivo cultural), através do qual o humano amplifica suas capacidades corpóreas. Se levarmos a sério a afirmação de Arnold Gehlen que “a necessidade da técnica deriva da deficiência orgânica do ser humano”, bem como a fórmula do *homo compensator* sugerida por Odo Marquard – um homem que necessita “compensar” sua natureza imperfeita – em Günther Anders essas circunstâncias de deficiência e de compensação são elevadas ao limite.<sup>9</sup> Ou seja: poderíamos dizer então, nesse sentido, que a técnica aparece aqui como uma invenção humana em vista de sua carência produtiva por natureza, e que essa mesma invenção passa, dado um limite da vida material, a consumir seu próprio criador, a consumir as características singulares e universais do ser humano. Identificamos ao menos duas passagens que indicam essa justaposição entre a condição humana e sua ressonância social. Em certa altura, ao avaliar a reciprocidade entre *luto* e *respeito*, diz: “Pois essa unidade mostra que não somos cindidos: aqui a criatura natural que chora, e lá a criatura moral que respeita. Mostra que somos uma coisa só” (Anders, 2023, p. 16). Adiante, Günther Anders escreve sobre um “tabu rudimentar”, que seria um obstáculo próprio a todo ser humano, um impedimento até mesmo para capangas que tentam conceber as consequências dos seus planos: “[...] é isso que está em jogo aqui – que eles também vieram ao mundo como seres humanos e, enquanto tais, ainda carregam *derradeiros rudimentos de tabu*; rudimentos que lhes são um grande estorvo” (Anders, p. 40). Klaus Eichmann

<sup>9</sup> GEHLEN, 2006, p. 9.

é, portanto, um arquétipo de uma situação moral que tensiona ao extremo nossos impulsos mais naturais, como o chorar ou entristecer-se com a morte de alguém.

Adorno e Horkheimer na *Dialética do Esclarecimento* (1985) sentenciaram que “a maldição do progresso irrefreável é a irrefreável regressão” (p. 41). Tal fórmula é adequada também para Anders. As esperanças *otimistas* e *ingênuas* (os termos são do autor resenhado) no avanço do esclarecimento (*Aufgeklärtheit*) dos seres humanos através do progresso técnico não se realizaram. Hoje, diz Anders, metanarrativas (o termo é nosso) como essa apenas acentuam a *dark age* que vivemos. A persistência de um otimismo com relação à tecnologia é para Anders uma estratégia dos “*obscurantistas da era da técnica*, cujo maior interesse reside em *nos manter no escuro sobre o fato do obscurantismo*; ou melhor, em ininterruptamente produzir tal obscuridade” (Anders, 2023, p. 26). A irrefreável regressão significa que “quanto mais intenso é o ritmo do progresso, mais rapidamente afunda nosso ‘esclarecimento’, e mais cegos nos tornamos” (Anders, 2023 p. 27). Talvez seja essa a aproximação mais explícita de Anders com os pretextos da Teoria Crítica, ao menos tratando-se do livro em questão.

A noção transversal da obra de Anders é a de *discrepância prometeica*, ao ponto de estabelecer o que seria uma *diskrepanzphilosophie* (filosofia da discrepância).<sup>10</sup> Por discrepância entende-se que há uma assimetria, um desnível. O adjetivo *prometeico*, tanto no mito grego como no romance moderno, aponta para uma reviravolta, seja contra aquilo que lhe concebeu, contra sua origem ou seu criador. Aqui, o adjetivo prometeico indica o potencial da máquina em se autonomizar e voltar-se contra o ser humano. Isto é: o sentido que Anders confere ao conceito busca sintetizar a condição dos seres humanos em vista da dependência técnica na vida cotidiana. Como já exposto, Anders é um crítico radical do projeto social moderno, de sua (o termo novamente é nosso) metanarrativa do progresso da qual a técnica atua como propulsora. Günther Anders preocupou-se ativamente com os perigos desencadeados pela civilização tecnológica, em especial das “mutações da

<sup>10</sup> Felipe Catalani escreveu um ótimo artigo sobre as origens e desdobramentos do termo *discrepância*, atribuindo a Walter Benjamin o uso pioneiro do conceito para analisar um fenômeno semelhante. Em Anders, o conceito adquire espessura teórica, constituindo de maneira sistemática uma *Diskrepanzphilosophie* (filosofia da discrepância). CATALANI, 2022.

alma” – este é o subtítulo de *A obsolescência do homem – e do estágio atômico* dessa civilização. Envolvido pela discrepância, o ser humano é moralmente desorientado pela contraposição entre as faculdades da imaginar (*Vorstellen*) e de produzir (*Herstellen*). A capacidade humana de *imaginar* algo – que diz respeito à sensibilidade, a autoconsciência, a cognição, aos juízos, a coesão entre linguagem e pensamento e ao “representar para si mesmo” – torna-se aquém da capacidade de *produzir*, potencializada pelas máquinas e outros aparatos técnicos. Nas *Teses para a era atômica*, Anders situa essa defasagem sob a perspectiva de um *utopista invertido*: “enquanto utopistas comuns são incapazes de produzir o que de fato são capazes de imaginar, nós somos incapazes de imaginar o que estamos de fato produzindo”.<sup>11</sup> Há três pontos importantes para serem sublinhados: 1-) a discrepância é, de tal modo, universal: não há ser humano que dela possa escapar. 2-) Tal conjuntura decorre do processo civilizatório capitalista e do trabalho industrial (isto é: que os homens trabalham *em função* das máquinas). 3-) A discrepância produz uma “cegueira moral” que nos faz ingênuos em relação aquilo que produzimos e planejamos. No limite, ao não conseguirmos imaginar as *monstruosidades* da técnica – como o assassinato fabril de milhões de seres humanos pelo Holocausto ou pela bomba atômica lançada em Hiroshima –, tornamo-nos, simultaneamente, os inocentes e os culpados pelo horror, trabalhamos em favor da própria morte sem ao menos tomar partido disso. Em outras palavras: não há como assumir a *responsabilidade* por aquilo que não supomos ser capazes de realizar. Discrepância, portanto, descreve a perversão das condições humanas mais básicas, intensificada por fatores socioculturais, como é a técnica.

É central nas cartas de Anders que a singularidade atribuída ao nome Eichmann não possui qualquer validade. A aparição do nazismo e do Holocausto evidenciou essa responsabilidade com a qual não podemos lidar e que deriva da situação moral que Anders chamou de discrepância. Nesse sentido, somos um conjunto de homens – *Eichmänner* (Os Eichmanns) – imersos no monstruoso. Helmuth Plessner – a quem já fizemos menção como um dos pioneiros da antropologia filosófica – e Anders movimentaram de modo análogo o conceito de monstruosidade (*Unmenschlichkeit*) como

<sup>11</sup>ANDERS, 2013, p. 5.

sinônimo de desumanização. Na década de 60, Plessner escreveu um pequeno texto intitulado *Das Problem der Unmenschlichkeit* (O problema da monstruosidade). Nesse ensaio, Plessner sugere que “a monstruosidade não está ligada a nenhuma época histórica específica, independentemente de sua grandeza ou ausência de grandeza histórica, mas sim a possibilidade dada ao homem: a de negar a si e seu semelhante” (Plessner, 2009, p. 150). Anders parece estar de acordo com tal argumento. A “perversão” ou “negação” do humano seria justamente o resultado trágico – o assassinato fabril de seres humanos – do desempenho técnico e da obstrução de faculdades humanas como o *sentir* e o *imaginar*. Plessner não versou de maneira detida e profunda sobre a questão da técnica. Entretanto, há passagens em que aparenta desconfiar das possíveis monstruosidades ocasionadas pela técnica, aproximando-se das reflexões de Anders: “O *homo faber* que transforma um pedaço de madeira numa flauta fará também dos homens instrumentos quando lhe der na cabeça” (Plessner, 2009, p. 148). Ou ainda: “[...] a opinião pública reage, quando muito, com surpresa e admiração diante das possibilidades da medicina; entretanto a ninguém perturba a ideia de que o homem deva se tornar uma máquina” (Plessner, 2009, p. 146). Em Günther Anders, é justamente a possibilidade de “negar a si mesmo e ao seu semelhante” que a técnica potencializa – em diferentes intensidades a depender das situações históricas, mas sempre uma negação. É a isso que se refere quando fala do “crescente *aspecto maquinal* do mundo” em proporção inversa ao *aspecto humano*.

O raciocínio é o seguinte: a expansão da técnica no mundo da vida resultou numa situação moral que Anders sistematizou como discrepância prometeica. A discrepância prometeica produz o monstruoso ao mesmo tempo que nos impede de compreendê-lo e agir contra ele. Trata-se assim de um dado universal da sociedade capitalista em relação a todo ser humano. É preciso esclarecer: como é possível declarar Adolf Eichmann culpado por seus atos ou suas leniências se essa condição geral afeta a todos que tem diante de si uma ação monstruosa, seja vítima ou algoz? Anders explica que embora ninguém possa esquivar-se dessa regra, existem dois comportamentos diferentes frente o fracasso eminente da tentativa de mensurar efeitos do monstruoso: uma delas aparece como *alerta* ou *chance* e a outra como uma espécie de *resignação* ou

*justificativa*. Anders menciona uma *oportunidade moral positiva*: “no choque de nosso fracasso reside um poder de alarme”, escreve. Tal oportunidade consiste no despertar do modo ingênuo como estamos circunscritos na produção do monstruoso. Se esforçar para imaginar os efeitos dos atos que nem mesmo você pensava contribuir e falhar é ir de encontro ao monstruoso – pois não existe humano capaz de *representar a si mesmo* a dimensão do extermínio de milhões de pessoas. A partir desse “fracasso” torna-se possível um reexame próprio da situação, acometido então por um *medo salutar* que o desloca da impessoalidade “eichmanniana”. Nos termos do autor: “esse alguém teria deixado para trás a zona de perigo na qual algo *eichmanniano* poderia ocorrer, na qual poderia se ‘tornar um Eichmann’” (Anders, p. 36). Por outro lado – a isso deve-se a responsabilização de Adolf Eichmann –, quem pôde fracassar em conceber os efeitos de suas ações – e logo sabe que está diante do monstruoso pelo simples fato de não conseguir imagina-lo –, tendo a igual *chance* de revisar ou combater sua posição “inocente” no interior da engrenagem, optou por cinicamente utilizar da cegueira para justificar suas aberrações, já haverá se transformado num Eichmann. “Ora, seu pai utilizou esse fracasso igualmente como chance. Mas em um sentido diametralmente oposto ao nosso. Pois aquilo que ele fez não foi alerta algum, mas, pelo contrário, uma justificativa de seus efeitos” (Anders, p. 41). De forma resumida: “Eu não vejo diante de mim milhões de pessoas que mandei serem assassinadas por gás. Eu não consigo vê-las diante de mim. Logo, posso tranquilamente mandar que as matem com gás” (Anders, 2023, p. 41).

Em paralelo à ideia de *discrepância prometeica*, Anders delimitou a noção de *vergonha prometeica*, a qual dedicou uma longa introdução do primeiro volume de *Die Antiquiertheit des Menschen* (2011a). Por essa categoria Anders sugeriu um “constrangimento” encaminhado pelo excessivo atrelamento e convívio do humano com máquinas e objetos tecnicamente produzidos. Trata-se, por assim dizer, de um estranhamento entre criador e criatura. (novamente aparece aqui o lugar-comum do adjetivo prometeico). O desconforto existencial em saber-se imperfeito e defasado em relação aos aparatos técnicos precisamente calculados. Um desejo de ser objeto, coisa. Em *Nós, filhos de Eichmann* surge um conceito-chave: *comaquina*. “O que quero dizer – sei que esta tese soa aventureira – é que nosso mundo, em sua

totalidade, transforma-se em máquina; que está em vias de se tornar uma máquina” (Anders, 2023, p. 50). A circunstância de que nosso desempenho como humano deve equiparar-se ao desempenho da máquina para mantê-la em funcionamento pleno, implica que os parâmetros de perfeição e confiabilidade do trabalho humano – das suas tarefas em geral – são redefinidos a partir da performance máxima das máquinas como referente. Esse trabalhar “em função de” revela que: “*toda máquina é expansionista, para não dizer imperialista; cada uma delas cria para si seu próprio império colonial de serviços (composto por fornecedores, equipes de serviço, consumidores, etc.)*” (Anders, 2023, p. 51). É esse princípio de autoexpansão da máquina que levará, diz Anders, a uma conjuntura *técnico-totalitária* que, vislumbrada desde as primeiras máquinas, agora se enraíza com uma espantosa velocidade. O ser humano, carente de suas faculdades mais básicas e tomado por um desejo de ser coisa, será *liquidado* enquanto tal. Sua função será tão somente mecânica, como uma peça da grande máquina-mundo (Anders, 2023, p. 56). Enquanto *comaquinais*, estaremos absolutamente imersos na cegueira da discrepância e “com toda naturalidade, milhões entre nós serão empregados para ajudar a preparar a possível liquidação de populações, talvez até mesmo de toda humanidade” (Anders, 2023, p. 58).

A junção de todas células comaquinais levará ao triunfo das supermáquinas – máquinas que dobram outras máquinas conforme sua finalidade produtiva – sobre a condição humana, fará com que gerações futuras, envolvidas pela autoridade total da técnica, olhem para o colapso da indústria *nazista* “como um ensaio geral do totalitarismo, adornado por uma ideologia patética, que se julgou capaz de antecipar à história do mundo” (Anders, 2023, p. 57). Se no começo desta resenha falamos da inquietação veemente de Anders com a questão nuclear, é porque esse “princípio da expansão” das máquinas também vale para os armamentos nucleares e, nesse sentido, trabalhar em função de tal técnica é contribuir largamente em favor da aniquilação coletiva no Planeta Terra. No final das contas, *Nós, filhos de Eichmann* não é um livro convencional sobre o nazismo e sobre o Holocausto, ele é ainda a continuidade de uma filosofia da técnica, agora amparada historicamente. A primeira missiva de Anders é marcada pelo incômodo persistente, como estivéssemos no fio-da-navalha ou à beira de uma falésia. Ela

torna-se gradualmente mais crítica na medida em que compreende-se de modo mais claro as raízes por debaixo de um evento como o Holocausto. Quer dizer: que ele não se trata de um incidente, mas que esses eventos fazem parte de uma estrutura maior que dificilmente poderá ser desfeita. Isso porque tal estrutura continua cotidianamente a provocar a desumanização, tornando tais gestos monstruosos uma *regra* e não mais uma *exceção*. Retomando Plessner, a técnica tornou abrangentes as possibilidades de negar a si e seu semelhante. A súplica de Günther Anders é para impedirmos a repetição do monstruoso, evitar que o futuro seja uma versão aprimorada do passado. “Você percebe algo, Klaus Eichmann? Percebe que o assim chamado problema Eichmann não é um problema de ontem? Que ele não pertence ao passado?” (Anders, 2023, p. 59).

A breve segunda carta de Anders para Klaus Eichmann – escrita 25 anos após a primeira e quatro anos antes da morte do autor – confronta-se e busca lidar com um fenômeno específico: o crescimento das negações de Auschwitz e do passado nazista na Alemanha. Na primeira mensagem, Anders não infere uma culpa direta a Klaus pela contingência hereditária que o atingiu – afinal, em nossa época todos podemos ser filhos de Eichmann –, mas o lembra do fato dele ser um *Eichmann exemplar*, isto é: que detém uma voz importante em relação aos seus semelhantes, aquele que poderia guiar o coro contra as injustiças cometidas por seu pai. O que desdobra-se na carta de 1988 é uma permanência do “problema Eichmann” no presente como um passado traumático e persistente. O argumento de Anders é que esse problema não pertence de modo natural ao passado, mas que toda omissão das responsabilidades que tocam as elaborações históricas e políticas desses eventos, acaba por perpetuar o horror na forma de sua negação. “De lá para cá você encontrou um grande número de aliados. Os homens aos quais me refiro não são *velhos nazistas*, colegas de seu pai, mas também, e sobretudo, *novos nazistas*” (Anders, 2023, p. 81). Esses novos nazistas, prossegue, são homens que recusam a admitir e ridicularizam o Holocausto, sustentando-se pela falácia da *culpa coletiva*, ou seja: pelo argumento da ausência de reponsabilidade sobre um passado que eles não vivenciaram e que, portanto, a eles não pertenceria: “a indignação do fato que se ‘exige’ deles que se envergonhem de uma parte do passado ‘deles’, ou ao menos que dela se

distanciem” (Anders, 2023, p. 81). Podemos entender que trata-se ainda de um certo “conflito geracional” entre aqueles que experimentaram o nazismo e aqueles que, além de negarem seu vínculo enquanto indivíduo ou geração, desacreditam da cumplicidade e dos feitos macabros de seus pais durante o regime. Essa “mentira de Auschwitz” (*Auschwitzlüge*), diz, ressoa até mesmo entre intelectuais como jornalistas, historiadores e cientistas políticos. Os intelectuais adotam uma postura pouco mais elaborada, não abertamente negacionista, mas utilizando-se de argumentos e jargões que relativizam as atrocidades do nazismo, como se elas fossem “somente mais um ato de crueldade na história humana”, descartando seu caráter industrial e massivo. Mais ainda: como essas atrocidades fossem “um simples revidar, um evento de eco” em relação ao “avanço bolchevique na Europa central” (Anders, 2023, p. 88-89). Diga-se: o menor dos males. “Esse argumento de que o trabalho sujo de seu pai poderia ser absolvido ou mesmo anulado pelo trabalho sujo dos outros seria, ele mesmo, já uma sujeira” (Anders, 2023, p. 97).

Koselleck afirmou que a experiência moderna da história tensiona a disposição universal e antropológica que possuímos em nos relacionar com passados e com futuros (Koselleck, 2006, p. 307-327). De maneira que “só se pode conceber a modernidade como um tempo novo a partir do momento em que as expectativas passam a se distanciar progressivamente das experiências feitas até então” (*Ibid.*, p. 314). Felipe Catalani (2022) já havia sublinhado como o progresso e a aceleração moderna é também, e principalmente, sentida na esfera da técnica, e que Günther Anders, tal como Walter Benjamin, adota uma postura crítica à noção progressista da técnica. Poderíamos, portanto, afirmar que a *discrepância prometeica* caracterizada por Anders, a desorientação moral e antropológica, pode ser derivada do sintoma temporal moderno incorporado à esfera da técnica, isto é: a técnica sedimenta o presságio de que expectativas futuras devem diferir substancialmente das experiências passadas. O progresso técnico dilata nossos “horizontes de expectativa”, ao passo que seus sentidos ultrapassam em larga medida aqueles agrupados no “espaço de experiência”. Ou seja, na linguagem de Anders, não imaginamos mais o que somos capazes de produzir. Enfim, caso aceitemos a relação acima, poderíamos afirmar então que a *discrepância prometeica* é ainda uma perda de *consciência histórica*. E que, portanto, toda e

qualquer atitude ética-histórica possível requer restaurar os laços temporais dilatados pela técnica. Requer recuperar a fórmula “aprender com a história” perante a inteligência das máquinas.

\*\*\*

Que a possível recepção ampla de *Nós, filhos de Eichmann* possa despertar o ensino pela vinda de outros escritos de Günther Anders, dentre os quais eu destacaria os dois tomos da monumental *Die Antiquiertheit des Menschen* (A obsolescência do homem). Esta resenha foi produzida em cima de uma advertência que precisa ser levada em consideração a respeito da produção intelectual do autor resenhado. Conhecemos relativamente bem no Brasil a teoria crítica institucionalizada na *Escola de Frankfurt*, todavia, ainda desconhecemos de outra tradição a que Anders vinculou-se de modo ainda mais direto: a *antropologia filosófica*. As sobreposições de seu pensamento com Adorno, Horkheimer e Walter Benjamin devem cativar a atenção do público brasileiro no primeiro momento. Contudo, a leitura cuidadosa dos textos de Günther Anders poderia ainda representar um avanço expressivo no estudo dos usos e desdobramentos da fenomenologia, posteriores às investigações fundadoras de Husserl e para além da analítica heideggeriana do *Dasein*. Suas reflexões sobre a história, a política e o ser humano na era atômica do desenvolvimento tecnológico poderiam servir como uma espécie de incentivo para a compreensão – no âmbito acadêmico brasileiro, em específico – das produtivas concepções lógicas que o entrelaçamento entre fenomenologia e antropologia filosófica adicionam às ciências humanas. Particularmente, na oposição dos pressupostos epistemológicos e políticos da antropologia filosófica às modernas filosofias da história.<sup>12</sup> Para finalizar, esperamos que as críticas incisivas de Anders reverberem no debate público e suas múltiplas performances teóricas e práticas intensifiquem nossa capacidade de imaginação política, promovendo um frescor dos vocabulários – contra toda e qualquer automação do pensamento – que circunscrevem as tradições da sociologia, da historiografia e, evidentemente, da filosofia.

<sup>12</sup> Sobre o assunto, ver: MARQUARD, 2007.

## Referências bibliográficas

ANDERS, Günther. **La obsolescencia del hombre**. Sobre el alma em la época de la segunda revolución industrial. Tradução: Josep Monter Pérez Valência: Pre-Textos, 2011a.

ANDERS, Günther. **La obsolescencia del hombre**. Sobre la destrucción de la vida en la época de la tercera revolución industrial. Tradução: Josep Monter Pérez Valência: Pre-Textos, 2011b.

ANDERS, Günther. Teses para a era atômica. Tradução: Alexandre Nodari e Déborah Danowski. **Revista Sopro**, nº 87, 2013.

ANDERS, Günther. **Nós, filhos de Eichmann**: carta aberta a Klaus Eichmann. Tradução: Felipe Catalani. São Paulo: Editora Elefante, 2023, 112 p.

ARENDDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**. Um relato sobre a banalidade do mal. Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Tradução: Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

CATALANI, Felipe. Günther Anders: fenomenólogo e agitador. **Cadernos do LELPraT**, v. 2, p. 101-127, 2021.

CATALANI, Felipe. A inocência perdida das forças produtivas: o progresso das armas e as origens da 'discrepância prometeica' (Walter Benjamin, Günther Anders). **Revista Limiar**, v. 9, 2022.

GEHLEN, Arnold. **Antropología filosófica**. Barcelona: Paidós, 1993.

KOSELLECK, R. **Futuro pasado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução: Wilma Patrícia Maas, Carlos Pereira Almeida. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.

MARQUARD, Odo. **Felicidad en la infelicidad**. Buenos Aires: Katz, 2006, p. 9.

MARQUARD, Odo. **Dificultades com la filosofia de la historia**. Valencia: Pre-Textos, 2007.

PLESSNER, Helmuth. O problema da monstruosidade [Das Problem der Unmenschlichkeit]. Tradução: Sérgio da Mata. **Artefilosofia**, Ouro Preto, n. 7, p. 145-151, 2009.



Capa da edição brasileira (Editora Elefante, 2023) do livro *Nós, filhos de Eichmann*, de Günther Anders. Reprodução do site da editora: <https://elefanteeditora.com.br/produto/nos-filhos-de-eichmann/>

---

**INTELLIGERE, REVISTA DE HISTÓRIA INTELLECTUAL  
EXPEDIENTE**

---

**Reitor:** Carlos Gilberto Carlotti Junior  
**Vice-Reitor:** Maria Arminda do Nascimento Arruda

**CHC – Centro Interunidade de História da Ciência**

**Diretor:** Gildo Magalhães dos Santos Filho  
**Vice-diretor:** João Francisco Justo Filho

**Conselho Editorial:**

Sara Albieri  
Estevão Chaves de Rezende  
Martins Gildo Magalhães dos  
Santos Filho Mauro Lucio  
Leitão Condé

**Conselho Consultivo:**

Allan Megil (University of Virginia)	Leopoldo Waizbort (USP – FFLCH)
André de Melo Araújo (UNB)	Luiz Carlos Soares (UFF)
Daniel Brauer (Universidad de Buenos Aires)	Marisa Midori Deaecto (USP – ECA)
Dario Horácio Gutierrez Gajardo (USP– FFLCH)	Mauro Lucio Leitão Condé (UFMG)
Dominic Scott (University of Oxford)	Milton Meira do Nascimento (USP–FFLCH)
Elias Thome Saliba (USP – FFLCH)	Oswaldo Frota Pessoa Jr (USP – FFLCH)
Estevão Chaves de Rezende Martins (UNB)	Paulo Teixeira Iumatti (USP – IEB)
Gildo Magalhães dos Santos Filho (USP–FFLCH)	Raquel Glezer (USP – FFLCH)
Gregory Clayes (University of London)	Ricardo Navia (Universidad de la Republica- Uruguay)
Jaimir Conte (UFSC)	Rolf Kuntz (USP – FFLCH)
Jorge Luís Grespan (USP – FFLCH)	Yamandú Acosta (Universidad de la Republica- Uruguay)

**Comitê de Publicação:**

**Editora responsável:** Sara Albieri

**Assessoria editorial:** Camila Martins Cardoso  
Lauro Fabiano de Souza Carvalho  
Gustavo Santos Giacomini

**Secretaria:** Gustavo Antonio de Carvalho

**Contato:** Revista Intelligere – CHC/USP  
Av. Prof. Lineu Prestes, 338 – Térreo  
Cidade Universitária – São Paulo – SP CEP 05508-900  
e-mail: [intelligere.revista@gmail.com](mailto:intelligere.revista@gmail.com)  
telefone (11) 3091-3776

**Capa deste número:** arte de Camila Martins Cardoso, a partir da obra de Abbott Handerson Thayer “*Peacock in the Woods, study for book Concealing Coloration in the Animal Kingdom*” (1907), disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Abbott\\_Handerson\\_Thayer\\_-\\_Peacock\\_in\\_the\\_Woods,\\_study\\_for\\_book\\_Concealing\\_Coloration\\_in\\_the\\_Animal\\_Kingdom\\_-\\_1950.2.11\\_-\\_Smithsonian\\_American\\_Art\\_Museum.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Abbott_Handerson_Thayer_-_Peacock_in_the_Woods,_study_for_book_Concealing_Coloration_in_the_Animal_Kingdom_-_1950.2.11_-_Smithsonian_American_Art_Museum.jpg).

### Diretrizes para Autores

A apresentação dos originais será realizada através do sistema de submissão eletrônica no site <http://www.revistas.usp.br/revistaintelligere>.

Os manuscritos não podem ter sido previamente publicados (em papel ou eletronicamente) ou enviados para avaliação a outras publicações.

As submissões deverão ser feitas em 2 arquivos separados. Um deles conterá o artigo a ser avaliado para publicação sem identificação de autoria. Um segundo arquivo deverá conter somente a identificação com o(s) nome(s) do(s) autor(es), nome(s) por extenso da(s) instituição(ões) a que pertence(m), e-mail(s), ORCID ou link para currículo lattes e até 4 linhas de informações profissionais sobre cada autor.

Exemplo: Gildo Magalhães é Professor Titular do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, professor de História colaborador do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa) e da Universidade de Lisboa (Centro de Filosofia da Ciência). Dirige o Centro Interunidades de História da Ciência da Universidade de São Paulo. Email: [gildomsantos@hotmail.com](mailto:gildomsantos@hotmail.com) Lattes: <http://lattes.cnpq.br/415536672682655>

- O texto deve ser digitado em corpo 12, fonte Garamond, com espaçamento de 1,5 entre linhas, com extensão variando entre 8 e 30 laudas.
- Epígrafes, termos, expressões, citações ou transcrições em língua estrangeira devem ser destacadas no texto por meio de itálico.
- Imagens, figuras, gravuras, ilustrações e desenhos em geral devem vir acompanhadas de legendas, com a devida numeração em fonte Garamond tamanho 10.
- Os artigos devem ter título na língua original (português ou espanhol) e inglês. Os resumos, em português ou espanhol, com até 200 palavras, e três a cinco palavras-chave separadas por ponto devem ser acompanhados de Abstract em inglês com três a cinco *keywords*. Exemplo:

Palavras-chave: Polifenol oxidase (PFO). Biossensores. Polipirrol (PPI).

- Citações e menções a autores no correr do texto devem subordinar-se à norma ABNT 6023:18, ou seja, os autores são indicados por seu sobrenome, seguido pelo ano e página se for o caso. Exemplos:  
(REIS, 2008, p. 103), (ÖWALL; KÄYSER; CARLSSON, 2010, p.31-40), (SOARES, 2002).

Demais exemplos estão disponíveis em:

<http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/459>

- A reprodução de um texto de até três linhas deve ser incorporada ao parágrafo entre aspas duplas. Exemplos:

“A comparação é a técnica científica aplicável sempre que houver dois ou mais termos com as mesmas propriedades gerais ou características particulares” (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007, p. 32). Segundo Madigan *et al.* (2010, p. 89) “As vesículas de gás são estruturas

fusiformes, preenchidas por gás e constituídas de proteínas; elas são ocas, porém rígidas, variando quanto ao comprimento e diâmetro”

- Citações com mais de três linhas devem ser transcritas abaixo do texto, com recuo de 4 cm da margem esquerda, com espaçamento simples, em fonte Garamond tamanho 10 e sem aspas. Exemplo:

De acordo com Cervo, Bervian e Silva (2007, p. 35)

A análise e a síntese racionais só podem ser feitas mentalmente. Empregam-se principalmente na filosofia e na matemática. A análise é uma espécie de indução; parte-se do particular, do complexo, para o princípio geral e mais simples. A síntese é uma espécie de dedução; vai do mais simples ao mais complexo.

- As notas de rodapé devem ser apenas de caráter explicativo ou de comentário. Se nelas for referido algum autor, a referência deve obedecer à mesma forma recomendada para todas as referências no corpo do artigo. As notas devem ser digitadas ao final de cada página, utilizando-se os recursos para criação automática de notas na fonte Garamond 10.
- Todas as referências citadas no texto devem ser listadas ao final do artigo, em ordem alfabética, de acordo com a norma ABNT 6023:18. Os autores são indicados por seu sobrenome seguido das iniciais do nome. Exemplos:

BESS, F. H.; HUMES, L. E. **Fundamentos da audiolgia**. Tradução: Marcos A. G. Domingues. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

REIS, D. R. **Gestão da inovação tecnológica**. 2. ed. Barueri: Manole, 2008.

Demais exemplos estão disponíveis em:

<https://usp.br/sddarquivos/aulasmetodologia/abnt6023.pdf>

- A revista detém os direitos autorais de todos os textos nela publicados. Os autores estão autorizados a republicar seus textos mediante menção da publicação anterior na revista.

### **Declaração de Direito Autoral**

Autores que publicam nesta revista concordam com os seguintes termos:

- a. Autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista Intelligere o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a “Licença Creative Commons Attribution” que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista.
- b. Autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não-exclusiva da versão do trabalho publicada na revista Intelligere (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.
- c. Autores têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho online (ex.: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal) a qualquer ponto antes ou durante o processo editorial, já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado.

### **Política de Privacidade**

Os nomes e endereços informados na revista Intelligere serão usados exclusivamente para os serviços prestados pela publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.